

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

HELENA HOPPEN MELCHIONNA

**A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DA COREIA  
E O PAPEL ESTRATÉGICO DA CHINA (1945-2011)**

Porto Alegre

2014

HELENA HOPPEN MELCHIONNA

**A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DA COREIA  
E O PAPEL ESTRATÉGICO DA CHINA (1945-2011)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2014

#### CIP - Catalogação na Publicação

Melchionna, Helena Hoppen

A política externa da República Democrática Popular da Coreia e o papel estratégico da China / Helena Hoppen Melchionna. -- 2014.  
186 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. República Democrática Popular da Coreia . 2. China. 3. Política externa. I. Fagundes Visentini, Paulo Gilberto, orient. II. Título.

**A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DA COREIA  
E O PAPEL ESTRATÉGICO DA CHINA (1945-2011)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Érico Duarte  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira  
UFRGS

A Karin, Renato e Felipe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por ter possibilitado mais essa etapa em minha formação acadêmica, por meio do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, bem como aos funcionários e professores que me auxiliaram nesta trajetória. Neste sentido, gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador, Dr. Paulo Fagundes Visentini, por todo o auxílio e apoio, ao longo dessa pesquisa, bem como ao longo de minha formação acadêmica como um todo.

Também gostaria de agradecer o auxílio da FAPERGS e da CAPES, instituições que viabilizaram a realização dessa pesquisa e permitiram que me dedicasse com exclusividade ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais.

Sou grata também a An Minyong e a sua família, que me receberam tão bem em Seul e estimularam meu interesse na península coreana, resultando, em última instância, no presente trabalho.

E, muito especialmente, ao meu namorado, Felipe Machado. Se como mestrando em Ciência Política e Bacharel em Relação Internacionais, ele sempre acrescentou muito a minha formação acadêmica; como namorado, ele esteve sempre presente para me apoiar e me compreender ao longo desses dois anos de curso, ajudando-me a superar cada obstáculo.

Por fim, mas certamente não menos importante, sou extremamente grata a meus queridos pais, Renato e Karin, pelo amor e apoio que sempre me dedicaram, pela compreensão, bem como pelo forte incentivo para que fosse em busca de meus sonhos. Obrigada por sempre terem acreditado em mim!

## RESUMO

A China vem tendo grande influência sobre a República Democrática Popular da Coreia desde a sua fundação, nos anos 1940, até os dias de hoje. Não obstante, as relações entre os dois países oscilaram entre momentos de aproximação e distanciamento, ao longo da história, relacionadas tanto ao contexto externo regional e internacional, como às mudanças de política externa da China e da RDPC. O que se pretende com este trabalho é analisar a política externa norte-coreana, desde a fundação do país, examinando seus objetivos e suas estratégias, ao longo do tempo, de forma a identificar o papel que a China tem para o regime da RDPC. Para tanto, foi feita uma análise histórica, a partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema. A hipótese central adotada afirma que, desde a fundação da RDPC até os dias de hoje, a China tem sido, além de um modelo econômico e político para o regime, uma peça fundamental da estratégia de barganha norte-coreana, por ser diretamente vulnerável à instabilidade da península coreana.

**Palavras-chave:** República Democrática Popular da Coreia. China. Política Externa.

## **ABSTRACT**

China has been having great influence over the Democratic People's Republic of Korea ever since its foundation, in the 1940's, up to today. Nevertheless, the relations between the two countries, throughout history, have oscillated between moments of rapprochement and moments of detachment. This is related not only to changes in the regional and international framework, but also to changes in the North Korean and the Chinese foreign policy. Therefore, this paper aims to analyse the North Korean foreign policy, since the country's foundation, examining its objectives and its strategies, in order to identify the role played by China for the DPRK regime maintenance. For that purpose, a historical analysis based on literature review is presented. The central hypothesis states that, ever since the DPRK's foundation until today, China has been both a role model, in economic and political terms, and a fundamental part in the North Korean bargain strategy, since it is directly vulnerable to the instabilities of the Korean Peninsula.

**Keywords:** Democratic People's Republic of Korea. China. Foreign Policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Comércio China-RDPC – 2000-2008	153
GRÁFICO 2: Volume de comércio total RDPC-RdC, RDPC-China e gerado pela Zona Industrial de Kaesong – 2000-2010	160
GRÁFICO 3: Exportações e Importações da RDPC - 2008 e 2010 (%)	165

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: Zona Desmilitarizada (DMZ)	53
ILUSTRAÇÃO 2: Posição estratégica da península coreana no nordeste asiático	67
ILUSTRAÇÃO 3: Distribuição das indústrias e dos recursos energéticos e minerais do nordeste da China	118
ILUSTRAÇÃO 4: Disposição territorial das Zonas Econômicas Especiais da RDPC	155
ILUSTRAÇÃO 5: Disposição territorial do programa nuclear norte-coreano	157

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Volume de importações norte-coreanas de petróleo, carvão e grãos (em milhões de dólares)	105
TABELA 2: Comércio da China com a RDPC (em milhões de dólares)	106
TABELA 3: Subsídios alimentares enviados pela China à RDPC – 2000-2005	147

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ANTECEDENTES, FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RDPC (ATÉ 1953)	18
2.1. Antecedentes: Coreanos e Chineses	18
2.1.1. As dinastias coreanas e a China imperial	18
2.1.2. O imperialismo japonês e a resistência sino-coreana na Manchúria	22
2.2. A fundação da RDPC e a consolidação do regime de Kim Il Sung	33
2.2.1. A fundação da RDPC	33
2.2.2. Socialismo e reforma agrária	41
2.2.3. A Guerra da Coreia e a divisão definitiva da península coreana	46
3. A BARGANHA NACIONALISTA NA GUERRA FRIA (1953-1989)	57
3.1. Formulação e auge da barganha nacionalista (1953-1972)	58
3.1.1. A filosofia Juche e a consolidação do regime	58
3.1.2. A rivalidade sino-soviética e a barganha da RDPC	65
3.2. Crise da barganha nacionalista (1972-1989)	87
4. A BARGANHA NACIONALISTA NO PÓS-GUERRA FRIA (1989-2011)	101
4.1. A reformulação da barganha nacionalista (1989-2002)	101
4.1.1. Crise econômica, flexibilização da autonomia e sucessão hereditária	102
4.1.2. A primeira crise nuclear norte-coreana	114
4.2. Auge da barganha nuclear: a segunda crise nuclear norte-coreana (2002-2011)	131
5. CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS	187

## 1 INTRODUÇÃO

A República Democrática Popular da Coreia é um pequeno país asiático, com um território de 120,538 km<sup>2</sup>, uma população de cerca de 24 milhões de habitantes e uma economia ainda relativamente fechada e estagnada, altamente dependente da ajuda chinesa. Com o fim da Guerra Fria - e recentemente, com a morte de Kim Jong Il -, muitos foram as previsões de que o regime não sobreviveria. Não obstante, até o momento, tudo indica que o regime permanece tendo firme controle sobre o país, e a transição de poder para Kim Jong Un parece ter se dado de forma estável. Como isso foi possível? Como o regime se mantém em meio as tantas adversidades pelas quais passou nos últimos anos? Conforme aponta Schwekendiek (2011, p. 5):

A RDPC é talvez o último país estalinista do mundo. O regime sobreviveu á queda do bloco oriental, seu povo resistiu a uma das mais duras fomes da história moderna, e suas forças armadas, aparentemente, possuem armas nucleares. Além disso, também é, discutivelmente, um dos países mais misteriosos do mundo. O que nós sabemos sobre a RDPC é que nós não sabemos nada a respeito da RDPC.

Há vasta bibliografia sobre a RDPC, porém grande parte dela tende a retratar a RDPC de forma caricaturada e argumentam que as manobras de política externa do regime são bastante aleatórias - sem objetivos claros e definidos. Conforme afirma Park (2010):

O comportamento da política externa norte-coreana tem, por muito tempo, intrigado acadêmicos, confundido leigos, frustrado negociadores e irritado formuladores de políticas. O mundo tem considerado a RDPC um Estado imprevisível e uma fonte de conflito e de preocupação para a comunidade internacional.

Essa visão, conforme se tentará demonstrar por meio desse trabalho, parece ser fruto de um desconhecimento generalizado, sobretudo em termos históricos, acerca da situação política e econômica do país, de suas peculiaridades, bem como das reais intenções políticas do regime, principalmente, no plano externo. Ora, não parece razoável presumir que um regime que tenha sobrevivido ao fim da Guerra Fria e ao desmantelamento do bloco socialista, bem como a uma série de graves crises econômicas internas, tenha se mantido apenas ao acaso, com uma política externa meramente ideológica e reacionista. Daí surge um dos questionamentos por trás desse trabalho: a política externa norte-coreana é realmente aleatória, ou tem uma lógica própria, ainda que baseada em princípios que são estranhos ao ocidente? Nos dizeres de Kang (2011, p. 143):

Por um lado, a RDPC continua a desafiar as expectativas alheias sobre sua capacidade de sobrevivência e a empregar uma política externa beligerante aparentemente aleatória. Por outro lado, alguns observadores argumentam que seu comportamento segue certo padrão ou ciclo específico. Em suma, o regime tem resistido bem mais do que a maioria das expectativas, apesar de fraquezas internas

óbvias e das pressões externas, e continua a utilizar-se de políticas que, frequentemente, parecem contraditórias para o mundo.

Esse trabalho procura inserir-se nesse debate, por meio da análise da política externa da RDPC e de sua relação com a China - principal parceira política, econômica e defensiva do regime desde a sua formação -, de forma a melhor compreender sua estratégia política. Parte-se do pressuposto, nesse sentido, de que não há como entender o comportamento político do regime sem entender o contexto histórico em que este foi fundado e sua evolução sócio-econômica.

Além disso, a RDPC é um país incrustado entre países de grande relevância para as relações internacionais atuais: China, Rússia, Japão e, em menor medida, a República da Coreia (RdC). Como se não bastasse, os EUA mantêm tropas no sul da península coreana desde a Guerra da Coreia, o que torna a região ainda mais suscetível a crises e mais complexa. A RDPC, portanto, sempre teve um papel estratégico na geopolítica do nordeste asiático, sendo fundamental para entender as relações internacionais da Ásia.

Até o século XIX, a Coreia foi zona tampão entre os impérios chinês e o japonês; no século XIX, foi disputada pelos imperialismos do Japão e da Rússia; no século XX, chegou a ser o centro das rivalidades entre as duas superpotências da Guerra Fria e palco de enfrentamento direto entre a China comunista e os EUA, no âmbito da Guerra da Coreia. Atualmente, não se pode descartar sua importância da RDPC como zona tampão entre a China e as tropas norte-americanas estacionadas na RdC. Logo, ela esteve sempre presente nos cálculos políticos das potências regionais e, por vezes, chamou a atenção dos EUA para a região. Esses fatores fazem da RDPC um objeto de estudo fascinante e, ao mesmo tempo, fundamental para a compreensão das relações internacionais, tendo em vista a inserção cada vez maior do continente asiático no sistema internacional.

Ademais, a China é a grande potência em ascensão no mundo, com uma economia que apresenta altíssimas taxas de crescimento, passando a dominar o comércio internacional, e com um projeto de modernização militar em andamento. Não obstante, para Beijing, parece ter sido sempre impossível ignorar a RDPC. Em primeiro lugar, obviamente, pela proximidade geográfica. A China tem uma fronteira terrestre de 1.416 km com a RDPC, marcada pelo rio Yalu, a qual é considerada bastante porosa. Além disto, a metade sul da RDPC só é separada do nordeste chinês por uma estreita faixa do Mar Amarelo. Sem contar que o nordeste da China é um dos locais de maior importância estratégica para o país, tendo em vista que é a localização de Beijing e de grande parte da indústria pesada da China. Em segundo lugar, a China tem uma aliança histórica com a RDPC que remonta à Guerra da

Coreia (1950-1953) e à bipolaridade da Guerra Fria, mas que tem se mostrado bastante instável e conturbada. Ademais, após a queda da URSS, a China tem fornecido grande parte do auxílio econômico e energético de que a RDPC tem se utilizado para sobreviver.

Nesse sentido, considerando-se a grande proeminência que a China tem adquirindo nas relações internacionais, bem como a forte relação que parece existir entre a grande potência e o regime da RDPC, faz-se ainda mais importante o estudo de como se dá esse relacionamento bilateral. Daí surge a pergunta central a que esse trabalho busca responder: Qual a importância da China para a estratégia política do regime da RDPC? Por quê?

Não obstante, para responder a esses questionamentos centrais, também é preciso, antes, responder a algumas perguntas mais básicas sobre a própria RDPC: Qual é o objetivo primordial da política externa norte-coreana? Por que? Qual é a estratégia política da RDPC? Por quê?

A hipótese aqui adotada, como forma preliminar de responder a esses questionamentos básicos, é: A estratégia política da RDPC consiste na condução de barganha nacionalista com as potências, utilizando-se de sua posição geopolítica na região, de forma a garantir certo nível de autonomia política ao regime. Essa estratégia pode ser explicada pela necessidade que o regime tem de preservar sua autonomia política em face das grandes deficiências existentes em termos econômicos e securitários.

A partir dessa hipótese básica, é possível responder também a pergunta central que motiva esse trabalho. A hipótese central, portanto, é a seguinte: desde a fundação da RDPC até os dias de hoje, a China tem sido, além de um modelo econômico e político para o regime, uma peça fundamental da estratégia de barganha norte-coreana, por ser diretamente vulnerável à instabilidade da península coreana. Em outras palavras, a RDPC se utiliza das rivalidades da China com outras potências para obter benefícios, subsídios e concessões, garantindo a autonomia e a sobrevivência do regime.

A ideia, portanto, é analisar como se estruturou, historicamente, o regime norte-coreano, com o intuito de identificar quais são seus principais objetivos de política externa e quais são suas estratégias para que tais objetivos sejam alcançados. A partir dessa análise histórica, se procura, então, entender qual o papel desempenhado pela China ao longo do processo de formação desse regime e, sobretudo, para a estratégia de política externa atualmente adotada pela RDPC. Portanto, esse trabalho possui, como objetivos, a identificação de três eixos básicos de análise:

- (1) Os objetivos da política externa da RDPC;

- (2) As estratégias de política externa utilizada para que esses objetivos sejam atingidos;
- (3) O papel da China para a formação do regime e para a estratégia de política externa deste.

Em linhas gerais, argumenta-se, preliminarmente, que: (1) o objetivo fundamental da política externa norte-coreana é a autonomia nacional; (2) a estratégia utilizada é a barganha nacionalista; e (3) o papel da China nessa estratégia, para além da influência histórica e ideológica exercida, significa a sua utilização como pivô da barganha nacionalista.

Antes de tudo, é preciso, no entanto, definir alguns conceitos basilares que serão utilizados nesse trabalho. Nesse sentido, em primeiro lugar, é preciso definir o que se quer dizer com o termo “barganha nacionalista”. Por “barganha” se entende a ação de política externa de um Estado que vise a obter vantagens e concessões de outros dois (ou mais) Estados, por meio da contraposição dos interesses contrários e das rivalidades entre eles. Em segundo lugar, a barganha realizada pela RDPC é entendida como “nacionalista”, porque o Estado negocia com os outros, de forma a garantir sua sobrevivência e sua autonomia, e por meio de discurso que enfatiza o papel da nação na sociedade. Ou seja, suas ações política externa são justificadas por objetivos de defender a nação perante às demais, e são legitimadas por meio de um discurso de exaltação da nação.

A concepção defendida ao longo desse trabalho que enfoca o nacionalismo como força condutora da política externa dos Estados - e que, portanto, norteia o conceito da “barganha nacionalista” - está embasada na teoria marxista apresentada por Silviu Brucan, em “La Disolución del Poder” (1974). Brucan (1974) é um autor romeno que busca teorizar as relações internacionais do ponto de vista de um país socialista que tenta firmar sua autonomia nacional perante a URSS. Situação que tem um claro paralelo com a situação vivida pela RDPC em relação à URSS durante a Guerra Fria, e em relação à China, no pós-Guerra Fria. Isso explica, em parte, porque sua obra foi escolhida como referência para alguns conceitos apresentados ao longo desse estudo. Sua obra também foi escolhida como referência, pois tanto a RDPC como a China são países que passaram por revoluções socialistas e que possuem uma forte identidade nacional, dois fatores que pautam, substancialmente, sua política externa e, conseqüentemente, suas relações bilaterais.

Brucan (1974, p. 84) assim enfatiza o papel que o nacionalismo desempenha, mesmo no âmbito de um país socialista, nas relações internacionais e na formulação da política externa:

A história revela que as revoluções sociais violentas, que alteram a estrutura de classes de uma sociedade, não têm como resultado, nem após décadas, modificações na conduta nacional tradicional de um país em matéria de assuntos internacionais (...). As pautas nacionais tradicionais persistiram, inclusive, quando os valores e as pressões da nova ideologia revolucionária foram exercidos contra elas.

Ressaltando, portanto, a importância do nacionalismo na formulação de política externa, o autor assim conceitualiza as relações internacionais:

As relações internacionais constituem o sistema que abarca o conjunto das conexões e relações – econômicas, políticas, ideológicas, culturais, jurídicas, diplomáticas e militares - entre Estados e sistemas de Estados, sem deixar de fora às forças sociais que têm o poder de atuar no cenário internacional. Posto que as relações internacionais se dão em uma esfera que carece de uma autoridade política suprema, estão reguladas pela relação de forças entre Estados e sistemas de Estados, e sofrem a influência da consciência das pessoas (BRUCAN, 1974, p. 60).

A partir dessa concepção de relações internacionais, Bručan (1974) identifica os três elementos que, em sua teoria, determinam a dinâmica das relações entre os Estados: (1) os elementos naturais-materiais, que incluem os fatores geográfico, demográfico e produtivo; (2) as forças sociais, isto é, os conflitos de classe e os conflitos de nações; e (3) os fatores de contingência, que abarca as questões econômicas, políticas e militares. Três elementos que estão certamente presente na conduta de política externa norte-coreana.

Por fim, outro aspecto importante da obra de Bručan (1974, p. 183) que deve ser aqui levado em consideração é o reconhecimento da interrelação necessária que existe entre política externa e política interna: “Realmente, no mundo pequeno e interdependente em que vivemos, a conexão entre as duas políticas (interna e externa) é tão inextricável que todo grande problema interno tem uma dimensão externa e vice-versa. Há uma retroalimentação constante no processo de tomada de decisões entre os dois campos da política”.

Esse reconhecimento, inclusive, também é feito por vários outros autores, de diferentes escolas de pensamento, que tem por objeto de estudo a política externa e o sistema internacional. Jean-Baptiste Duroselle (1981, p. 43) afirma que “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”; Robert D. Putnam (2010, p. 147), da mesma forma, ressalta que “a política doméstica e as relações internacionais com frequência são inextricavelmente vinculadas”. Nesse sentido, o presente trabalho buscará abordar, sempre que possível, e de forma complementar, algumas questões referentes ao plano interno – econômico e político – que estejam relacionadas à política externa do regime.

Não obstante, é importante ressaltar que este trabalho não segue, à risca, nenhuma teoria específica de relações internacionais, uma vez que estas não são consideradas adequadas para a análise do mundo asiático. Essas teorias, conforme aponta Kang (2003, p.

57-58), “são indutivamente derivadas das experiências européias dos últimos quatro séculos, durante o qual a Europa foi o lócus e gerador da guerra, da inovação e da riqueza”. Ele argumenta que arcaboços teóricos tais como o realismo de Kenneth Waltz, que defende a ligação obrigatória entre teoria das relações internacionais e grandes potências, são de problemática aplicação ao cenário asiático, o qual é movido por dinâmica própria, bastante distinta da que se tem no Ocidente. Ainda que, por vezes, a Ásia tenha sido reconhecida como fator de impacto sobre as grandes potências, o continente jamais foi o foco principal das teorias.

O método escolhido para avaliar as hipóteses apresentadas consiste na análise histórica e documental, bem como na revisão bibliográfica das principais obras a respeito da história norte-coreana. Parte-se do pressuposto de que a análise histórica, levando em conta aspectos do contexto interno, regional e externo, é fundamental para o entendimento do regime norte-coreano atual e de suas ações de política externa, as quais são objeto de estudo do presente trabalho. Conforme lembra Cumings (2004, p. ix):

A RDPC não existe sozinha, em um vácuo, mesmo se o solipsismo inveterado do regime faz pensar o contrário. Não se pode entendê-la de forma separada de uma terrível guerra fratricida que nunca acabou, da luta de guerrilha contra o imperialismo japonês, nos anos 1930, de sua emergêncica inicial como Estado, em 1945, de seu tenso relacionamento com o Sul, de sua reação frágil e defensiva ao fim da Guerra Fria e ao colapso da URSS, e de sua interminável luta diária com os EUA.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que o corte temporal aqui adotado é de 1945<sup>1</sup> a 2011, duas datas fundamentais para o regime norte-coreano. A primeira data, 1945, marca o fim do imperialismo japonês na Coreia e a divisão da península em duas metades: o Norte, libertado pelos soviéticos, e o Sul, que seria dominado pelos EUA. É a partir dessa divisão física e ideológica da Coreia que se dá a criação da RDPC como Estado independente e a formação do regime marxista dos Kims que persiste até hoje, daí a escolha dessa data como foco inicial do trabalho. O segundo momento, 2011, marca a morte de Kim Jong-Il, que esteve no poder, oficialmente, desde os anos 1990. Nesse sentido, a análise proposta enquadra os dois governos já finalizados da RDPC, o de Kim Il Sung, fundador do regime, e o de Kim Jong Il, que enfrenta o grande desafio de manter o regime fechado em um contexto de globalização e

---

<sup>1</sup> Ainda que o marco inicial seja 1945, o primeiro capítulo contém um breve histórico da península coreana antes da divisão imposta pelos Aliados, no pós-Segunda Guerra. Entende-se que esse histórico é necessário, no âmbito desse trabalho, para demonstrar a origem mais remota de alguns comportamentos norte-coreanos e de alguns traços de influência da China na península que ainda persistem, em maior ou menor grau, na sociedade e na política norte-coreana até os dias de hoje.

de desmantelamento da URSS. O governo de Kim Jong Un ainda é muito recente para que possa ser avaliado de forma acadêmica, por isso fica, em grande parte, de fora dessa análise.

Com relação à revisão bibliográfica, todavia, há de se levar em consideração que a grande maioria da literatura que se tem acesso é produzida por ocidentais e, portanto, podem apresentar uma visão por vezes distorcida acerca da história norte-coreana. Pretende-se, portanto, explorar também, o máximo possível, a literatura asiática, tentando revelar – ainda que de maneira limitada –, como os chineses e sul-coreanos compreendem a questão, de forma a contrastar com a visão ocidental do tema. Também serão usados, eventualmente, dados a respeito da economia e da sociedade norte-coreana, para se ter uma ideia da situação do país em cada momento histórico. Contudo, é importante que não se perca de vista a dificuldade de obtenção de dados confiáveis acerca do país, tendo em vista à falta de abertura do regime. Nesse sentido, a maioria dos dados apresentados aqui são estimativas, feitas por autores especializados em estatísticas do regime norte-coreano – tais como Bruce Cumings, Marcus Noland, Daniel Schwegendiek, entre outros –, e alguns são estimativas feitas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco da Coreia.

Cabe esclarecer, por fim, que este trabalho tenta evitar estabelecer qualquer juízo moral a respeito do regime norte-coreano, deixando de entrar no debate sobre se tal regime é “bom” ou “ruim”. Mesmo porque, como já afirmado anteriormente, a escassez de dados confiáveis e a dificuldade de acesso ao país e ao seu povo dificultariam uma avaliação minimamente conclusiva acerca dos benefícios ou prejuízos que tal regime possa ter acarretado à população.

Esse trabalho está organizado em três sessões, em uma ordem cronológica dos fatos, de forma a formar uma imagem mais clara a respeito da evolução da política externa do regime norte-coreano e de suas relações com a China. O primeiro capítulo consiste em uma análise das origens da sociedade coreana, bem como da divisão da península e da formação da RDPC como Estado independente e como regime socialista, sempre buscando identificar as contribuições chinesas para esses processos. O objetivo desse capítulo é não apenas compreender o contexto em que a RDPC se forma como Estado – e que tem fortes implicações até hoje em suas relações com a China –, mas também ter um entendimento básico da mentalidade ancestral coreana, de como se forma o nacionalismo norte-coreano e de como este se adapta à revolução comunista, o que é central para explicar o sistema econômico e político da RDPC atualmente, bem como seus objetivos de política externa.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta a construção e a evolução da política externa norte-coreana ao longo da Guerra Fria. Nesse sentido, busca-se examinar como seu

objetivo passa a ser expresso na ideologia Juche, como se forma a barganha nacionalista do regime, e como essa estratégia e a doutrina Juche influem sobre o crescimento econômico do regime nesse período. A importância da China para a formação e para a elaboração dessa política externa também será averiguada.

Já o terceiro capítulo foca-se na reformulação da estratégia de política externa norte-coreana, decorrente das mudanças de conjuntura internacional e regional do pós-Guerra Fria, e em como essa mudança de cenário influi sobre o regime e sobre seu relacionamento com a China. Nesse sentido, também se busca examinar o papel que a China passa a ter nesse novo cenário, em que a RDPC busca ajustar-se interna e externamente, para a manutenção do regime. A intenção é verificar como a RDPC instrumentaliza seu programa nuclear, de forma a manter certa margem de autonomia política, mesmo tendo de contar substancialmente com a China para sustentá-la economicamente.

## **ANTECEDENTES, FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RDPC (ATÉ 1953)**

### **1.1. Antecedentes: Coreanos e Chineses**

#### **1.1.1. As dinastias coreanas e a China imperial**

A península coreana, de forma semelhante ao que ocorreu dentro do atual território da China, passou por distintos períodos de divisão e unificação ao longo de sua história. Desde a era do bronze, uma série de reinos formaram-se na península e na China continental, os quais sempre compartilharam fortes laços políticos, econômicos e culturais entre si. O coreanista Bruce Cumings (1997) ressalta que a Coreia jamais foi “sinizada”, mas que, pelo contrário, teria “coreanizado” as influências chinesas, tal como o confucionismo. Não obstante, é inegável que a China foi, historicamente, o país que mais exerceu influência sobre a península desde seus primórdios. Esta influência tradicional da China sobre a Coreia, ainda que variando em grau e forma ao longo dos séculos, é central para explicar a RDPC atual e sua relação com uma das maiores potências da atualidade.

A origem da nação coreana remonta ao antigo reino de Choson (nome utilizado pela RDPC até hoje), com capital cerca de Pyongyang<sup>2</sup>, que existiu na Era do Bronze. Tendo prosperado consideravelmente, este reino chegou inclusive a expandir-se em direção ao atual

---

<sup>2</sup> Em 1993, os norte-coreanos anunciaram terem descoberto a tumba de Tan’gun cerca de Pyongyang, ainda que tal descoberta seja bastante desacreditada fora da RDPC.

território chinês, onde foi barrado pelo reino Yen, e posteriormente conquistado pela dinastia chinesa Han, do Império Qin, por volta de 108 a.C. Os primeiros contatos entre a China e a península, portanto, datam dessa época (NAHM, 1996).

Após um breve período de dominação chinesa (dinastia Han), nos três primeiros séculos da era cristã, formaram-se três grandes reinos na península: Koguryo (no norte), Paekche (no sudoeste) e Silla (no sudeste). Conforme Lee (1984), a RDPC traça seu legado histórico ao reino Koguryo, tendo em vista a base geográfica deste, que ia desde Vladivostok até o paralelo 38°. Nesse sentido, o país considera como parte central de seu mito fundador o Monte Paektu - marco inicial do reino Koguryo -, onde teria nascido Kim Jong Il, e Kim Il Sung se dizia herdeiro direto do fundador de Koguryo, o lendário semi-deus Chumong. Além disso, o confucionismo, que posteriormente será a base da doutrina *Juche* de Kim Il Sung, passa a ser disseminado na península justamente neste período, sendo que Koguryo era o reino mais confucionista dentre os três. Junto com o confucionismo, outras importantes influências vêm da China, como a escrita, o modo de governo e o budismo.

A primeira unificação da península ocorre em 668 d. C., quando os reinos Koguryo e Paekche são derrotados pelo reino Silla, graças a uma aliança deste com a dinastia Tang da China – a qual terá grande influência sobre a Coreia unificada. No entanto, apesar de haver desenvolvido uma próspera e avançada civilização, que contava com alto nível de desenvolvimento técnico para a época, o reino Silla começou a desintegrar-se no século IX. Seguiu-se um período de disputas internas e caos, do qual emergiu a dinastia Koryo para reunificar a península em 918. Segundo Nahm (1996), é nesse período que começaram a se formar muitas das instituições sociais, econômicas e políticas que sobreviveriam até a primeira metade do século XX, colaborando com o imperialismo japonês, e que seriam alvo central das críticas marxistas quando estes chegam ao poder no norte da península. O desenvolvimento dessa dinastia, portanto, explica as condições sociais existentes que permitiram uma “revolução” socialista no norte da península.

Com sua capital em Kaesong, a dinastia Koryo era dominada por uma estrutura sócio-política que Cumings (1997) chama de “burocracia agrária”, ou aristocracia *yangban*, por haver poderosa fusão entre a aristocracia agrária e a burocracia confucionista. Essa aristocracia, que concentrava em suas mãos praticamente todo o poder político e econômico, às custas de um campesinato explorado, manteria sua condição social hegemônica no Norte, em grande parte, até a reforma agrária promovida pelos socialistas em meados do século XX. Nota-se, nesse sentido, que o sistema político de Koryo assemelhava-se ao chinês, por sua configuração centralizada de poder e por sua filosofia confucionista de administração, porém,

tinha poderes locais mais fortes do que havia na China. Além disso, Koryo também mantinha bons contatos com a dinastia Song (960-1260) da China, havendo intenso comércio entre as elites dos dois Estados.

A queda de Koryo teve início com a invasão dos mongóis, em 1254, e a posterior derrota dos mongóis pela dinastia Ming (1368-1644) da China, a qual passou a reclamar sua soberania sobre todos os antigos domínios mongóis na Coreia. Neste contexto, foi fundada a dinastia Choson (1392-1910), a mais longa e mais gloriosa da história da Coreia. Baseado no neoconfucionismo - filosofia que prevalece até hoje -, estabelece-se uma sociedade patriarcal e hierárquica, baseada nas concepções de “piedade filial” e hierarquia familiar, as quais são bastante utilizadas, ainda atualmente, para justificar a ideologia do regime norte-coreano, bem como para legitimar a sucessão hereditária dos Kim. Contando com o equilíbrio de poder entre a monarquia e a aristocracia *yangban*, este sistema possibilitou a manutenção da estabilidade por mais de 500 anos (LEE, 1984).

Além disso, as doutrinas confucionistas não se limitaram aos assuntos internos da Coreia, inspirando também a sua política externa, com o conceito de “seguir o grande”, isto é, buscar aliança com o país maior e mais desenvolvido – outra concepção que ainda pode ser identificada no comportamento atual da política externa norte-coreana, ainda que de forma adaptada à realidade corrente. Com base nesse conceito neoconfucionista, a dinastia Choson aliou-se à dinastia Ming, tornando-se Estado tributário da China, e vivendo dentro de sua ordem mundial<sup>3</sup>. Isso não significa dizer, porém, que a China tivesse qualquer ingerência interna na Coreia, ou que a península fosse explorada economicamente pelo Império chinês. Na verdade, os tributos pagos eram, em grande parte, simbólicos e exprimiam a relação de aliança que existia entre os dois vizinhos, bem como um reconhecimento tácito, por parte dos reinos coreanos, da superioridade da China. Essa aliança era cultivada constantemente pela Coreia, pois essa temia os japoneses, os manchus e os mongóis, povos que, de tempos em tempos, ameaçavam a estabilidade da península (LEE, 1996).

A dinastia Qing – que substituiu a Ming, na China, em fins do século XVI - manteve a Coreia como Estado tributário chinês, mas era mais hostilizada pelos coreanos, que viam os manchus como “bárbaros do norte”, em contraste com os Ming, que representavam a civilização. Cumings (1997) destaca que a China, apesar de reconhecidamente superior, continuava não interferindo na política interna ou externa da Coreia, exercendo uma soberania

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais detalhada, ver: AMIN, Samir. O Desenvolvimento Desigual: Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

suave sobre o país, o qual, por sua vez, mantinha sua autonomia nacional e venerava a superioridade civilizacional chinesa.

Com exceção das relações com a China, porém, a Coreia vinha adotando uma política de isolamento desde as invasões mongóis do século XIII e fechou-se, definitivamente, após as invasões japonesas do século XVI. No século XIX, portanto, quando da chegada dos ocidentais às costas do Japão e da Coreia, a península ostentava uma forte hostilidade perante os estrangeiros. Ademais, quando da chegada dos ocidentais, a Coreia enfrentava a rápida decadência política da dinastia Chonson, combinada a uma conjuntura de más colheitas e rebeliões camponesas. A situação resolveu-se, temporariamente, quando a Coreia foi controlada pelo regente Taewon'gun (1866-1873), o qual buscou centralizar o poder e reduzir os privilégios dos *yangban*, bem como aumentar o isolamento da Coreia. Isso permitiu retardar, até certo ponto, o imperialismo ocidental (NAHM, 1996).

A abertura forçada, não obstante, foi imposta em 1876, quando o Japão – que vinha se modernizando ao estilo ocidental com a Revolução Meiji - ocupou a ilha Kanghwa, impondo os tratados desiguais de 1876<sup>4</sup>. Um desses tratados reconhecia a Coreia como um Estado “autônomo”, o que era extremamente emblemático, pois implicava que a Coreia não seria mais Estado tributário da China. Neste sentido, Cumings (1997, p. 105) ressalta: “O sistema tributário sino-coreano era de hierarquia inconsequente e de independência real, se não de equidade. Não obstante, o sistema ocidental com o qual a Coreia se deparou era de igualdade fictícia e de subordinação real”. Assim, tanto mais difícil para a Coreia que fosse o Japão, nação historicamente rival, que não estava mais em condição de igualdade consigo, fosse o primeiro país a forçá-la à abertura, em nome de uma doutrina que era absolutamente exógena para ambos os países.

A partir de então, a consolidação do imperialismo japonês na península era apenas questão de tempo. Ao longo dos anos 1880, deu-se o escalonamento do movimento Tonghak, que constituiá-se de perigosas revoltas populares que protestavam contra a fome generalizada, decorrente da exportação de grandes quantidades de arroz para o Japão – a qual o país era obrigado pelos Tratados de 1876<sup>5</sup>. Não conseguindo sufocar a rebelião, e com os rebeldes

---

<sup>4</sup> Os tratados desiguais de 1876 concediam aos japoneses, entre outras coisas, o direito de abrir cinco portos coreanos, de inspecionar as águas coreanas, de conduzir negócios e comércio sem interferências e de proteger seus comerciantes através de privilégios de extraterritorialidade.

<sup>5</sup> O movimento Tonghak (“estudos orientais”) surgiu na década de 1860, a partir das idéias de Ch’oe Che’u (executado em 1864), o qual pregava, através de fortes elementos espirituais, a igualdade entre as pessoas e as virtudes da nação coreana frente aos estrangeiros. O movimento aprazia aos camponeses, que viviam sob regime semi-feudal, tendo de pagar altos impostos para manter o luxo da corte, sendo molestados por funcionários corruptos e passando por sérias fomes. Ao longo dos anos 1870 e 1880, o movimento fortaleceu-se ainda mais, tendo em vista o aprofundamento da crise do campesinato, sobretudo pela abertura da década de

tendo inclusive avançado até a capital, o rei Kojong pede a ajuda da China, a qual vai ao socorro da península, seguida de perto pelos japoneses. Assim, em 1894, a rebelião foi sufocada, mas a Coreia encontrava-se ocupada por tropas chinesas e japonesas. O rei pediu que as tropas se retirassem, mas um Japão fortalecido tomou o palácio real e, provocando o estalar da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) (LEE, 1984).

Com a derrota da China, os japoneses lograram impor-se, definitivamente, sobre os camponeses, forçando a abertura de todos os portos da costa sudoeste coreana e promovendo o aumento das exportações de arroz para o Japão. Nesse momento, a antiga relação sino-coreana foi cortada pelos 50 anos seguintes, durante os quais a península teve de submeter-se ao imperialismo japonês.

Nesse sentido, encerrava-se o período de autonomia da história da Coreia, durante o qual suas instituições e modo de vida haviam sido fundamentados nas influências recebidas da China e na proteção recebida do “irmão maior” - uma vez que, durante a maior parte do tempo, a China era vista mais como aliada do que como ameaça. Percebe-se, pela análise da história antiga da Coreia, que a influência recebida da China, nesse período, fora fundamental em pelo menos duas esferas: (a) a criação de instituições sócio-políticas próprias, cujos principais legados foram a ideologia neoconfucionista e a formação da elite *yangban*; e (b) a aliança contra outros povos da região que representavam elementos de desestabilização para as dinastias coreanas, como os japoneses e os mongóis. Esse padrão, de ter a China como modelo e como aliada, apesar de uns poucos interregnos de distanciamento, relacionados a questões conjunturais, será uma constante importante para o Norte da península ao longo de toda a sua história.

### **1.1.2. O imperialismo japonês e a resistência sino-coreana na Manchúria**

Há muita controvérsia a respeito do colonialismo japonês na Coreia, o qual pode ser encarado tanto como elemento modernizador e desenvolvimentista, como também como um sistema bastante bruto e repressor. Por um lado, os grandes conglomerados industriais japoneses (*zaibatsu*) construíam vias férreas, portos e fábricas modernas na Coreia; por outro, estabeleciam um sistema “legalizado” de discriminação racial contra os coreanos, tornando-os cidadãos de segunda classe em seu próprio país. Não cabe aqui entrar na discussão, mas

---

1770, que obrigava a Coreia a exportar uma grande quantidade de arroz para o Japão, causando escassez e inflação de alimentos no mercado doméstico.

apenas entender a importância da colonização japonesa para a ascensão do comunismo na península, para a modernização da economia coreana e para o nacionalismo.

Nesse sentido, a análise da imposição e dos impactos do imperialismo japonês sobre a península coreana é fundamental para entender como a ideologia marxista infiltra-se na região e como ela é influenciada pelo movimento comunista e guerrilheiro que se iniciava, concomitantemente, na China. Além disso, o estudo desse período permite entender como se formaram as condições socioeconômicas propícias à opção socialista, bem como a origem das particularidades nacionalistas do regime marxista que será fundado por Kim Il Sung com a ajuda da URSS.

A colonização japonesa só foi efetivamente imposta após a vitória na guerra contra a Rússia, em 1905, tendo em vista que a península coreana também chegou a ser área de disputa entre as duas potenciais coloniais durante a década de 1890. A primeira medida, neste sentido, foi o estabelecimento de um protetorado, passando a deter o controle sobre a diplomacia coreana, bem como dissolvendo seu antigo exército e substituindo-o pela polícia japonesa. Houve tentativa de resistência dos coreanos, com os chamados “exércitos da virtude” (*uibyongs*) - formados com a ajuda de intelectuais – e com a tentativa do próprio rei, Kojong, de obter apoio internacional, enviando emissários às Convenções de Paz de Haia. Não obstante, os japoneses derrotaram os *uibyongs* e o rei<sup>6</sup>, em face da omissão das demais potências imperialistas. Assim, em agosto de 1910, os japoneses impuseram o Tratado de Anexação à Coreia, destituindo-a formalmente de sua independência (CUMINGS, 1997).

O Japão manteve um firme controle sobre a península, de 1910 a 1945, exercendo um colonialismo organizado com um Estado forte e centralizado - aos moldes do que fora feito no próprio Japão, durante a Restauração Meiji -, o qual intervinha na economia, criando mercados e indústrias, ao passo que reprimia violentamente a oposição. Apesar do autoritarismo e da violência social, em termos econômicos, houve crescimento significativo – por vezes, até maior do que o do próprio Japão -, ainda que desigualmente distribuído. A produção agrícola cresceu substancialmente, na década de 1920, graças a técnicas de irrigação implementadas pelos japoneses que visavam ao incremento da produção de arroz. Seguiu-se uma industrialização protegida, nos anos 1930, voltada, sobretudo, para a indústria pesada, no

---

<sup>6</sup> Kojong foi forçado a abdicar, em nome de seu filho mentalmente retardado, Sunjong. Este, logo em seguida, foi forçado a abdicar do trono pelos japoneses.

norte da península, cujo objetivo era fornecer bens de capital para a indústria de defesa japonesa no esforço de guerra contra a China<sup>7</sup> (LEE, 1984).

Não obstante, Lee (1984) e Nahm (1996) lembram que esse desenvolvimento econômico tinha como destino final a metrópole, trazendo benefícios muito escassos para a população coreana em si. Nesse sentido, Schwekendiek (2011) explica que o papel desempenhado pela herança industrial e de infraestrutura deixada pelo Japão para o desenvolvimento econômico posterior da Coreia não deve ser superestimado:

Porque a economia coreana fora otimizada para a exploração colonial, e não para a eficiência econômica ou para aumentar o nível de vida da população, ambas as Coreias tiveram de enfrentar grandes problemas sistêmicos após a liberação. Por exemplo, centros industriais foram frequentemente construídos perto de portos para facilitar o escoamento da produção para o Japão, ao invés de serem construídos diretamente nos locais onde eles seriam mais necessários (...) Além disso, a economia coreana era dependente do Japão para o processamento final dos produtos, tendo em vista que os japoneses utilizavam a península como fornecedora de matérias-primas para a sua industrialização e para a sua indústria de guerra. Exemplo disso é que, de fato, o Japão não estabeleceu fábricas de maquinário ou ferramentas em sua colônia.

Ademais, com a anexação, o Japão não destruiu a elite proprietária de terras *yangban*, reconhecendo as vantagens de utilizar sua legitimidade aristocrática para disciplinar os camponeses e, assim, garantir a exportação de arroz. Assim, os *yangban* apenas perderam o poder político - na medida em que seus burocratas foram substituídos pela elite burocrata japonesa -, mas mantiveram parte de seu status sócio-econômico<sup>8</sup>. Isso contribuiu para que, em 1945, os *yangban* fossem fortemente hostilizados pela maioria da população, sendo considerados colaboracionistas dos japoneses. Os sentimentos de massa anti-*yangban* e anti-japoneses, que emergiam, interligados, com o ressurgimento do nacionalismo coreano, foram forças sociais de grande importância para explicar porque as ideologias marxistas ganharam tanta força na península - sobretudo quando estas eram associadas ao ideário anti-imperialista, que tinha grande apelo perante a população.

Os primeiros movimentos de independência surgiram em 1919, sob influência do discurso do presidente norte-americano Woodrow Wilson, que pregava a autodeterminação dos povos. Ainda que as manifestações pró-independência, conhecidas como “Movimento de

<sup>7</sup> A parcela representada pela indústria na produção total da Coreia cresceu de cerca de 17%, em 1925, para, aproximadamente, 39% em 1939. Destacam-se, particularmente, o notável crescimento das indústrias química, metalúrgica e de máquinas e ferramentas, as quais, em conjunto, representavam cerca de 47% de toda a produção industrial da Coreia em 1939 (LEE, 1984).

<sup>8</sup> De fato, tal política japonesa contribuiu ainda para fortalecer o poderio rural dos *yangban*, com a criação de um sistema de registros de terras que solidificava sua posse de terras, ao passo que despojava os camponeses analfabetos - que não tinham condições de realizar qualquer registro -, de seus direitos tradicionais, ainda que limitados, sobre a terra.

1º de Março”, tenham sido duramente reprimidas pelo Japão, este, sofrendo pressão internacional, acabou lançando a “política cultural” (*bunka seiji*)<sup>9</sup>, a qual flexibilizava relativamente o autoritarismo, de forma a preparar gradualmente os coreanos para uma independência longínqua (NAHM, 1996). Conforme explica Cumings (1997, p. 170):

A nova política inaugurou um período de resistência ‘gradual’ ao colonialismo, no qual os coreanos aproveitaram o relaxamento das restrições a sua liberdade de opinião e de reunião para organizar uma variedade de grupos nacionalistas, socialistas e comunistas, alguns abertamente e outros de modo clandestino.

Nesse momento, nota-se certa polarização político-ideológica entre os movimentos de independência que emergiam no país e que passaram a disputar adeptos. Os liberais nacionalistas eram favorecidos por sua associação com os ideais de autodeterminação de Wilson, mas tinham sua ação limitada por sua estreita base social dentro da Coreia e pela falta de interesse dos EUA na independência coreana. Já os socialistas - que não deixavam de ser também nacionalistas em sua vontade de expulsar aos japoneses -, tinham a desvantagem de sofrerem forte perseguição da polícia japonesa, e a vantagem de uma base de massas potencialmente ampla. Armstrong (p. 13, 2003) nota que essa polarização também se estruturou geograficamente, sendo o norte da península bem mais radical – e favorável ao comunismo - que o sul, por ser historicamente marginalizado dentro do sistema socioeconômico coreano:

A parte Norte da península foi uma parte marginalizada econômica e politicamente por séculos. Economicamente, por causa de seu terreno irregular e de sua curta temporada de cultivo, o norte montanhoso desempenhava um papel muito menor na produção agrícola coreana do que as planícies do sul da Coreia, especialmente se comparado ao “cinturão de arroz” da região de Cholla no sudoeste. Politicamente, os residentes das províncias nortenhas (Pyong’na e Hamgyong) foram virtualmente excluídos de altos cargos na burocracia estatal durante a maior parte da dinastia Choson.

Em última instância, contudo, por conta de sua própria disciplina, da desintegração dos demais grupos nacionalistas e da liderança do Partido Comunista Chinês, foram os comunistas que lograram liderar o movimento de resistência coreano. Eles estabeleceram um núcleo profundo de influência comunista sobre o povo, sobretudo sobre os estudantes e sobre os camponeses.

---

<sup>9</sup> A “política cultural” ou “administração iluminada” que o Japão implementou na Coreia, em 1919, previa uma série de medidas liberalizantes na relação entre a metrópole e a colônia: (1) extinguiu-se o requisito de que o governador-geral da Coreia fosse, obrigatoriamente, um militar, de forma a permitir a nomeação de um governo civil; (2) desmilitarizava-se o aparato policial coreano; (3) expandia-se o sistema educacional disponível para os coreanos; e (4) relaxava-se o controle metropolitano sobre a imprensa e permitia-se a publicação de jornais de proprietários coreanos. No entanto, questiona-se se, e até que ponto, essas medidas teriam realmente sido implementadas pela administração colonial na prática (LEE, 1984).

É digno de nota o fato de que a polarização política que ocorria na Coreia, nesse momento, era bastante semelhante ao que acontecia na China, mais ou menos na mesma época. Paralelamente à turbulência que vivia a Coreia sob a opressão japonesa, a China passara por uma revolução, em 1911-1912, conduzida por Sun Yat-sen, que havia levado a derrubada do Império e a emergência de grande instabilidade no país. Em 1912, Sun Yat-sen e Chiang Kai-shek criam o Kuomintang, isto é, o partido nacionalista chinês; em 1921, é criado o Partido Comunista da China (PCC). Esses partidos governam a China com base em uma frágil aliança até 1925, quando, por ocasião da morte de Sun Yat-sen, a aliança é rompida, irrompendo a guerra civil em 1927 (VISENTINI, 2013).

Nesse sentido, assim como os nacionalistas chineses tinham forte influência sobre os nacionalistas coreanos, os comunistas chineses estão fortemente atrelados a introdução e propagação das ideologias marxistas na península. Assim, em 1925, o Partido Comunista Coreano (PCC)<sup>10</sup> foi fundado por Pak Hon-yong e, na mesma época, os nacionalistas fundaram o Governo Provisional Coreano (GPC), em Shanghai – o qual incluía, entre seus membros, o futuro presidente da RdC, Syngman Rhee (CUMINGS, 1997).

Dessa forma, percebe-se que, apesar da inexistência de relações formais entre a China – que vivia conturbada transição política – e a Coreia, colonizada pelo Japão, as relações interpessoais entre a população – e, sobretudo, entre as elites ideológicas – chinesa e coreana ainda era bastante forte nesse período. Assim, ainda que de forma indireta, a China continuava influenciando a península coreana em termos políticos e ideológicos, bem como continuava auxiliando os coreanos contra os japoneses. Os padrões identificados nas relações China-RDPC no período pré-colonial, de influência sócio-política e de aliança contra inimigos em comum, portanto, podem ser novamente verificados nesse período do imperialismo japonês, ainda que de forma indireta e informal.

Também na década de 1920, a “política cultural” levou ao relaxamento do controle japonês sobre a economia coreana, abrindo oportunidades para o desenvolvimento da península. Além disso, no mesmo período, o Japão, começou a promover uma nova estratégia industrial nacional, o chamado “desenvolvimento orientado pelas exportações”, que tinha por base o crédito estatal barato e a formação dos *zaibatsus*<sup>11</sup>. A inserção da Coreia neste modelo de desenvolvimento, ainda que subjugada aos interesses japoneses, foi importante para a

<sup>10</sup> Sofrendo forte repressão por parte dos japoneses, o Partido Comunista Coreano foi dissolvido definitivamente em 1928, de forma que os comunistas tiveram de recorrer à clandestinidade ou ao exílio na China ou na URSS.

<sup>11</sup> Grandes conglomerados industriais financiados pelo Estado e que dominaram o crescimento industrial japonês a partir dos anos 1920.

criação da base industrial do país, apesar da destruição parcial posteriormente infligida pela guerra entre o Norte e o Sul (NAHM, 1996).

Ademais, os japoneses estabeleceram uma divisão de trabalho entre o Norte e o Sul que impactou fortemente o desenvolvimento das duas Coreias, quando estas foram divididas pelo paralelo 38°. O Norte concentrava a indústria pesada e as atividades de mineração, enquanto que o Sul produzia os alimentos<sup>12</sup> e os bens de consumo (sobretudo têxteis). Essa divisão de trabalho era fruto das diferenças geográficas e da disposição de recursos naturais no território coreano: o Norte era, predominantemente, uma zona de montanhas, rica em recursos minerais e com grande potencial hidrelétrico, mas com apenas 16% de terras férteis; o Sul era uma planície, com grande quantidade de terras férteis e com uma população bem maior (LEE, 1984).

Por fim, o desenvolvimento coreano também passou a ser impulsionado pela construção de uma rede de transportes marítimos, rodoviários e, sobretudo, ferroviários, que tiveram efeito de penetração e integração, acelerando consideravelmente a comercialização dos produtos agrícolas e rompendo de vez com o isolamento tradicional da Coreia. Nesse sentido, Cumings (1997, p. 182) afirma: “Em 1945, a Coreia tinha uma infraestrutura de transportes e comunicações muito mais desenvolvida que qualquer outro país da Ásia Oriental, exceto o Japão; isto separa a Coreia da China e do Vietnã, e nos ajuda a explicar o diferente destino dos movimentos políticos rurais na Coreia pós-guerra”.

A industrialização da Coreia foi ainda mais favorecida na década de 1930, quando o Japão passou a utilizar políticas keynesianas para sair da depressão econômica, incentivando o desenvolvimento coreano. Segundo Cumings (1997, p. 182):

A Coreia era um ‘paraíso capitalista’, com impostos comerciais mínimos e escassa regulação sobre as condições de trabalho e as práticas comerciais. Os zaibatsus, portanto, tiveram o melhor tratamento de todos; Mitsubishi, Mitsui, Nissan e Sumitomo estiveram fortemente envolvidos na Coreia neste período, chegando a serem mais importantes que as companhias estatais em 1940.

Segundo Lee (1984), a anexação da Manchúria pelo Japão, em 1932, constituiu-se em mais uma arena de oportunidades para os coreanos, que passaram a ter grande presença populacional<sup>13</sup> e, inclusive, empresarial na região. Contudo, a ocupação da Manchúria pelos

<sup>12</sup> Em 1945, o Sul produzia cerca de 65% dos alimentos da península (LEE, 1984).

<sup>13</sup> Devido a um declínio geral do padrão de vida, no Norte da península, desde fins do século XIX, houve intensa migração de camponeses pobres de Hamgyong para a Manchúria, que era vista como uma terra de oportunidades. Assim, em 1920, a população coreana na Manchúria era de cerca de 400 mil pessoas, chegando a mais de 900 mil em 1931. Após a criação de Manchukuo, em 1932, os japoneses passaram a incentivar ainda mais a migração coreana para a região, de forma que o número de imigrantes chegou a, aproximadamente, dois

japoneses também abre espaço para o surgimento de uma guerrilha conjunta de chineses e coreanos contra a potência imperialista. A China, fragilizada pela Guerra Civil, teve de enfrentar ainda um violento conflito com os japoneses, que durou até 1945. Assim, novamente os chineses e coreanos tinham uma causa comum contra os japoneses, ajudando a fortalecer os laços de solidariedade entre os dois povos. Nesse sentido, Armstrong (2003, p. 21) afirma: “A fronteira entre a Coreia e a Manchúria era extremamente porosa e, em muitos sentidos, a comunidade coreana em Jiandao era simplesmente uma extensão da própria Coreia; as atividades anti-japonesas no sudeste da Manchúria e do nordeste da Coreia estiveram intimamente ligados até o fim dos anos 1930”. Além disso, conforme aponta Visentini (2013), muitos dos coreanos que lutaram ao lado dos chineses contra os japoneses acabaram aderindo à causa comunista e, lutando ao lado de Mao Zedong quando da retomada da guerra civil após 1945. Mais uma vez percebe-se, portanto, a China como importante aliada da Coreia contra o inimigo comum, o Japão, mantendo o padrão até então identificado.

É nesse contexto que Kim Il Sung começa a destacar-se como umas das mais importantes lideranças do movimento. A real importância de Kim Il Sung no movimento de guerrilha nacionalista anti-japonesa é bastante exagerada pela historiografia norte-coreana, bem como é contestada pela historiografia dos críticos do regime, sobretudo na RdC. A dificuldade em determinar seu papel no movimento anti-japonês está ligado à falta de documentação genuína acerca do líder antes de 1945. Porém, juntando as evidências encontradas nos arquivos da polícia japonesa e do Partido Comunista Chinês (PCC) com as biografias oficiais, Armstrong (2003, p. 26-27) afirma:

A evidência disponível atualmente mostra claramente que Kim desempenhou um papel importante na resistência armada anti-japonesa na Manchúria, tornando-se, até o fim dos anos 1930, uma das principais figuras dentre os guerrilheiros coreanos e chineses (...). Parcialmente por causa da proeminência de Kim no movimento de guerrilha, foi seu grupo que, em última instância, ascendeu ao poder na RDPC.

Conforme assinala Cumings (1997, p. 175), esses eventos são fundamentais para o entendimento da RDPC atual: “A resistência aos japoneses é a principal doutrina legitimadora da RDPC; os coreanos associam a origem do exército, a liderança e a sua ideologia a este momento fundador. Atualmente, a liderança principal norte-coreana ainda inclui líderes importantes que lutaram contra os japoneses na Manchúria”. Nesse sentido, Armstrong (2003, p. 13) destaca a importância da guerrilha na Manchúria para a formação da elite norte-coreana:

---

milhões de pessoas em 1945. Além de camponeses, dentre os imigrantes também havia muitos exilados políticos e guerrilheiros nacionalistas anti-japoneses (ARMSTRONG, 2003).

Embora a liderança da RDPC incluísse pessoas com históricos geográficos diversos (...), em última instância, foi o grupo associado com Kim Il Sung e com a luta anti-japonesa na Manchúria que veio a dominar a política norte-coreana. Assim, a visão do socialismo formada durante o exílio, na Manchúria, influenciou profundamente o desenvolvimento do Estado norte-coreano.

Não obstante, Cumings (1997) ressalta que, apesar da intensa cooperação entre os guerrilheiros coreanos e os líderes chineses, os primeiros não estavam sob o comando efetivo nem da China nem da URSS, tendo como principal objetivo a libertação da península. Os guerrilheiros conseguiram, em grande parte, dominar a polícia local, infligindo perdas consideráveis às autoridades japonesas até 1937-1939, quando teve início as grandes campanhas japonesas de contra insurgência (NAHM, 1996).

Paralelamente às guerrilhas, também houve a criação das “Uniãoes Camponesas Vermelhas” (Choksaek nongmin chohap), nas províncias nordestinas de Hamgyong. Essas “uniões” consistiam em organizações camponesas locais que tinham como lemas a “democracia proletária” e a “frente de unidade contra os japoneses”. Nesse sentido, Armstrong (2003, p. 23) afirma: “O legado do movimento camponês da era colonial na fronteira sino-coreana ajudou a fazer com que a revolução norte-coreana fosse mais populista-campesina do que classicamente leninista”.

A importância do imperialismo japonês para a ascensão do comunismo na península e, em última instância, para a formação da RDPC atual, pode ser esquematizada, portanto, em quatro esferas: (1) construção do nacionalismo coreano; (2) aumento da pobreza no campo; (3) instalação das bases industriais na península; e (4) interação política e ideológica dos movimentos de libertação com a China.

Com relação a primeira esfera, Schwekendiek (2011) explica que a formação do nacionalismo coreano contribuiu grandemente para a ascensão do comunismo durante o domínio japonês, sobretudo porque o próprio Kim Il Sung foi, antes de mais nada, herói nacional na luta contra os japoneses. Nesse sentido, a própria legitimidade do Grande Líder esteve, inicialmente, mais atrelada ao seu carisma nacionalista do que ao projeto socialista. Lee (1984) lembra, nesse sentido, que o nacionalismo foi mantido e consolidado, na Coreia, mesmo à revelia das tentativas japonesas de suprimir a identidade nacional coreana com uma rígida “política de assimilação”, estabelecida a partir de 1937, que tinha como slogan “o Japão e a Coreia são uma única entidade” (Nai-Sem Ittai) e que obrigava os coreanos a adotarem a língua japonesa, bem como as tradições religiosas e culturais do Japão. Efetivamente, esse tipo de imposição cultural intransigente apenas serviu para inflamar ainda mais o senso de nacionalidade da sociedade coreana.

Cumings (1997) também vê uma forte relação entre o nacionalismo anti-japonês e o comunismo coreano, tendo em vista que o comunismo teria sido implementado no país como uma forma de garantir a autossuficiência econômica e, dessa forma, a independência perante o Japão e perante outras potências. Em consonância com essa perspectiva, Armstrong (2003, p. 2) afirma: “O que era atrativo para os nacionalistas radicais era o modelo soviético de industrialização independente bem-sucedida, combinada a uma distribuição mais justa e equitativa dos benefícios econômicos: uma modernidade controlada, racionalmente planejada, anticapitalista e anticolonial”.

Assim, percebe-se já nesse período, que o nacionalismo seria uma força social fundamental para explicar o regime que estava prestes a ser fundado no norte da península coreana. A relação entre o socialismo e o nacionalismo, que já se fazia presente, pode ser entendida pela tese de Brucan (1974, p. 84), que ressalta a prevalência do ideário nacionalista, mesmo diante de uma ideologia presumivelmente universalista como o marxismo, sobretudo em um contexto de luta pela independência: “Na verdade, a consciência nacional torna-se a força espiritual mais vigorosa de todas, quando a independência ou a existência de uma nação é ameaçada ou posta em perigo”. Identifica-se aqui, portanto, os chamados “fatores sociais” – luta de classes e luta de nações -, os quais, segundo o autor, são determinantes das relações entre os Estados. Esses fatores sociais, de forma concomitante, estavam, nesse momento, agindo em conjunto para explicar o relacionamento dos coreanos, representados pelos movimentos de libertação nacional e de guerrilha, com os chineses.

A pobreza no campo, na RDPC, ligada à ênfase do colonialismo japonês para o estabelecimento de indústrias siderúrgicas e atividades relacionadas à mineração no Norte do país, foi importante para a instauração do comunismo, segundo Schwekendiek (2011) por duas razões. Em primeiro lugar, os *yangbans* do Norte foram bastante enfraquecidos com a decadência de seu sistema produtivo, tendo maior dificuldade para resistir à ideologia. Em segundo lugar, os camponeses, empobrecidos e explorados pelos *yangban* e pelos japoneses, foram facilmente atraídos pelo discurso de Kim Il Sung, quando de sua ascensão, fornecendo-lhe base de apoio.

Não obstante, Armstrong (2003, p. 16) ressalva que as regiões coreanas mais afetadas pelo comunismo foram as províncias de Hamgyong do Sul e Norte, no noroeste da península, as quais, diferentemente dos latifúndios *yangban* do resto da Coreia, tinham a maior proporção de agricultores independentes – donos de suas próprias terras. Nessa região, onde a guerrilha comunista e chinesa alcançou maiores proporções dentro do território coreano, a emergência do comunismo estaria mais relacionado à tradição de autonomia daquela região,

objeto de pouco controle do governo central, do que às mudanças na relação entre camponeses e *yangbans* promovida pelos japoneses. Assim, quando os japoneses tentaram ampliar o controle sobre aquela região, que passou a ser o centro industrial do colonialismo japonês na península, nos anos 1930, essa passou a utilizar as ideologias socialistas como forma de resistência.

Como foi observado por Eric Wolf, em seu clássico estudo de rebeliões camponesas, não são os camponeses mais destituídos “com nada a perder” os mais prováveis a se rebelarem, mas, ao invés disso, é o camponês médio conservador, ‘localizado em áreas periféricas além do controle do poder central’ que está mais disposto à ação radical sob circunstâncias de mudança abrupta e deslocamento (ARMSTRONG, 2003, p. 16).

Já a instalação das bases industriais na península, sobretudo no Norte, também atribuída ao imperialismo japonês, levaram a formação de uma classe operária, super explorada e desenraizada, por ter sido forçada a mover-se dentro da península. Conforme Lee (1984), em 1931, pouco antes da ocupação japonesa da Manchúria, havia pouco mais de 140 mil trabalhadores assalariados na Coreia, sendo que mais de 2/3 estavam empregados na indústria e o resto, em sua maioria, na mineração; em 1944, pouco antes da libertação da península, haviam mais de dois milhões trabalhadores assalariados na Coreia, sendo que cerca de 600 mil faziam parte do operariado industrial. Esse operariado nascente, que representava uma porção substancial da população coreana<sup>14</sup>, trabalhava cerca de 12 horas por dia e recebia menos que a metade que um trabalhador japonês médio. Essa classe operária, insatisfeita com a situação, também se mostrará disposta a apoiar o comunismo, sobretudo, no Norte da península.

Por fim, percebe-se que a China, novamente, fornece os pilares ideológicos para o Estado norte-coreano. Assim como o confucionismo e o neoconfucionismo foram exportados da China para a Coreia, nos séculos V e XIV (respectivamente), tornando-se base ideológica para o sistema sócio-político da península, o comunismo, ainda que não originalmente chinês, ingressou na península por meio da interação entre os guerrilheiros coreanos e chineses, e irá modificar o sistema sócio-político da RDPC a partir de 1945. Nota-se, nesse sentido, que o próprio Kim Il Sung tinha uma forte relação pessoal com a China, tendo vivido grande parte de sua juventude no país e tendo combatido ao lado dos chineses na Manchúria<sup>15</sup>. Os laços de solidariedade entre os dois povos, forjados nesse período, são fortalecidos mais tarde, com a

<sup>14</sup> A população coreana, em 1944, era de cerca de 25 milhões de pessoas (NAHM, 1996).

<sup>15</sup> Também é notável a interação que os guerrilheiros tinham com a URSS, que também lhes provia certo apoio logístico e serviu de refúgio a comunistas coreanos e chineses ao longo das décadas de 1920 e 1930. O próprio Kim Il Sung refugiou-se na Sibéria soviética, durante a Segunda Guerra Mundial, onde, acredita-se, teria nascido Kim Jong-Il.

continuação da Guerra Civil chinesa e com a Guerra da Coreia. Além disso, os contatos dos guerrilheiros coreanos com os chineses não só ajudou a propagar o comunismo na região, mas também teve um papel fundamental na formação da elite dirigente norte-coreana (CUMINGS, 1997).

Concluindo, percebe-se que não existia ainda um Estado norte-coreano, mas a questão da autonomia nacional, que viria a ser tão cara à política externa norte-coreana, já começava a despontar como objetivo primordial daqueles que lutavam pela liberdade da península, tais como Kim Il Sung. Esse desejo de autonomia nacional nascia, em última instância, do sentimento anti-imperialista e anti-japonês que fermentava na península. O socialismo, que começava a ser difundido entre os coreanos pelo contato com a guerrilha chinesa, era visto como um meio de obtenção dessa desejada autonomia, e não como um fim em si mesmo. Nesse sentido, esse período permite identificar o momento de fundação de um dos principais eixos desse trabalho, tal como anunciado anteriormente: a autonomia nacional como objeto primordial da Coreia.

A China, até aqui, desempenha os mesmos dois papéis fundamentais que representava na época da Coreia pré-colonial: (1) introduz novas ideologias e modelos político-sociais na península, tal como o socialismo e o liberalismo; e (2) auxilia os coreanos contra seus inimigos, que na época eram, claramente, os japoneses. É importante fazer a ressalva, porém, de que, até aqui, assim como ainda não existe um Estado norte-coreano, também ainda não existe a República Popular da China, fundada só em 1949. Logo, quando se fala da cooperação sino-coreana para esse período, é feita referência, na verdade, a contatos interpessoais, entre pessoas que viviam na Coreia e que viviam na China. A influência chinesa sobre a península, e, sobretudo sobre sua metade norte, é exercida, portanto, de forma mais indireta e informal do que ocorrera no período pré-colonial, quando se tratava de Impérios dinásticos em ambos os lados, ou do que ocorrerá no período pós-colonial, quando ambos serão Estados modernos. Não obstante, os efeitos desse contato no desenvolvimento da Coreia parecem ser ainda mais fortes e determinantes do que havia sido durante o relacionamento anterior.

## **2.2. A fundação da RDPC e a consolidação do regime de Kim Il Sung**

### **2.2.1. A fundação da RDPC**

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, já começava a emergir, no cenário internacional, o clima de rivalidade entre as duas potências mundiais vencedoras, os Estados Unidos e a União Soviética, que viria a caracterizar a Guerra Fria. Concomitantemente ao ataque das bombas atômicas americanas no Japão e à entrada do exército vermelho soviético na Guerra do Pacífico, os EUA planejavam a melhor maneira de dividir a Coreia, ao que foi decidido utilizar o paralelo 38° como linha demarcatória, de forma a garantir que a capital, Seul, ficasse na “zona estadunidense”. Tal decisão de divisão da Coreia foi divulgada, em 15 de agosto de 1945, quando o general norte-americano Douglas MacArthur lançou a Ordem Geral Número Um para a rendição do Japão.

Assim, em dezembro de 1945, os EUA e a URSS – ambos já presentes na península - assinaram o Acordo de Moscou, o qual determinava o estabelecimento de uma administração conjunta da península que deveria ter duração máxima de cinco anos, durante os quais deveria ser formado um governo coreano unificado. A essa altura, porém, as forças de ocupação, tanto de um lado quanto de outro, já haviam identificado seus aliados políticos na península. Os soviéticos favoreciam Kim Il Sung e os “comitês populares” que haviam se estabelecido nas áreas rurais da Coreia, logo após a rendição japonesa, reivindicando reformas sócio-econômicas. Os americanos, por sua vez, opunham-se aos comitês, apoiando um grupo de políticos conservadores colaboracionistas – agrupados sob o Partido Democrático Coreano (PDC) - e os nacionalistas exilados, liderados por Syngman Rhee (CUMINGS, 1997).

Uma nova correlação de forças, portanto, instaurava-se na península. O Japão, derrotado, era terminantemente excluído da Coreia. A URSS e os EUA, as duas potências vencedoras que emergiam da Segunda Guerra, e que até então tinham tido muito pouca influência sobre a península coreana, tornam-se determinantes para a reorganização política e econômica do país. Com a sua entrada em cena, a polarização política interna entre os grupos de libertação, socialistas e liberais, que já vinha ocorrendo desde a década de 1920, aprofunda-se consideravelmente, uma vez que cada grupo alinhava-se a superpotência de ideologia correspondente. A China, que retomava sua Guerra Civil entre comunistas e nacionalistas, após a expulsão dos japoneses, tem, diretamente, papel marginal na formação da RDPC; mas, indiretamente, continua sendo influência fundamental no norte da península,

na medida em que está intimamente relacionada com a formação da elite dirigente norte-coreana.

Syngman Rhee e Kim Il Sung logo se tornaram as figuras políticas dominantes nas duas zonas. O primeiro havia vivido nos EUA por quase duas décadas, e tinha fortes convicções patrióticas e anti-comunistas. O segundo havia sido o herói da resistência armada na Manchúria, tinha convicções nacionalistas e comunistas, e mostrava-se disposto a aliar-se com os soviéticos. Ainda que ambos contassem com o apoio de uma superpotência, não eram pessoas facilmente maleáveis, por vezes fazendo valer sua vontade sobre a da superpotência. Ao contrário de Rhee, porém, que fora escolhido a dedo pelos EUA, Kim Il Sung foi eleito como principal liderança comunista pelos próprios guerrilheiros manchurianos, os quais se converteriam no núcleo da hierarquia norte-coreana, demonstrando-lhe extrema lealdade até o fim de suas vidas (SCALAPINO & LEE, 1972).

Uma das discussões centrais deste período diz respeito a real influência que tinha a URSS sobre a Coreia. Cumings (1997, p. 249) é bastante reticente nesse sentido, ressaltando a especificidade do modelo comunista estabelecido na RDPC e sua relativa autonomia desde a sua fundação. Assim, Cumings afirma:

A RDPC não foi simplesmente um satélite soviético nos anos 40', mas evoluiu de um regime de coalizão, baseado nos amplamente difundidos comitês populares, durante 1945-1946, para um regime de relativo domínio soviético durante 1947-1948, mas desenvolvendo logo importantes laços com a China, em 1949, o que permitiu à RDPC manobrar, desde então, entre os dois gigantes comunistas.

Em primeiro lugar, ressalta-se que a experiência coreana é mais comparável aos casos da Romênia e da Iugoslávia, onde o nacionalismo continuou tendo um papel fundamental mesmo com a implementação de regimes socialistas, do que aos dos Estados sob certa hegemonia soviética, como a Alemanha Oriental. Aplica-se, nesse sentido, a concepção de Brucan (1974, p. 84) de que a necessidade de autonomia e identidade nacional dos povos prevalece sobre o regime revolucionário:

A história revela que as revoluções sociais violentas, que alteram a estrutura de classes de uma sociedade, não têm como resultado, nem após décadas, modificações na conduta nacional tradicional de um país em matéria de assuntos internacionais (...). As pautas nacionais tradicionais persistiram, inclusive, quando os valores e as pressões da nova ideologia revolucionária foram exercidos contra elas.

Em segundo lugar, na RDPC, a influência soviética competiu com a influência chinesa, sendo que ambas tiveram de competir também com as formas e práticas políticas domésticas. Nesse sentido, Armstrong (2003, p. 2) ressalta que, apesar da influência soviética

sobre a Coreia, a China foi particularmente significativa para a formação da elite governante norte-coreana:

A URSS exerceu, é claro, uma grande influência sobre a RDPC, e muitos dos primeiros líderes norte-coreanos passaram bastante tempo na URSS. Como a Alemanha Oriental, a Polônia e outros países do leste europeu, a RDPC foi ocupada pelo exército soviético imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Mas a liderança norte-coreana também estava intimamente ligada à Revolução Chinesa, e muitas das principais figuras políticas da RDPC, incluindo Kim Il Sung, foram membros do Partido Comunista Chinês. O núcleo do exército da RDPC era composto de veteranos coreanos da Revolução Chinesa.

Em terceiro lugar, mesmo que tenha existido, desde 1945, um grupo soviético-coreano – cujo núcleo era composto por coreanos nascidos na URSS e afiliados ao Partido soviético –, esse desempenhava apenas papel secundário na política peninsular. Ademais, ainda que este grupo tenha chegado ao poder por um curto período, no início dos anos 1950, foi praticamente eliminado até 1956 (SCALAPINO & LEE, 1972).

Em quarto lugar, apesar de a Coreia ter sido importante para a Rússia desde a época dos czares, os soviéticos tinham uma profunda desconfiança para com os coreanos, mesmo em relação àqueles que lutavam na Manchúria contra os japoneses, pois temiam que alguns fossem agentes pró-japoneses. Assim, não existia, na Coreia, nem dentre os comunistas, “homens de confiança” da URSS e, enfim, a URSS não logrou acesso ao pacífico através de sua influência sobre a península, nem durante a ocupação. Por fim, em quinto lugar, ao contrário dos demais satélites soviéticos, os quais recebiam grande quantidade de burocracia soviética, havia pouquíssimos assessores soviéticos na RDPC, o que lhe conferia grande margem de autonomia (CUMINGS, 1997).

Nesse sentido, Kim (1976) ressalta que a República Democrática Popular da Coreia (RDPC) representa um caso divergente dentre os modelos marxista-leninistas do pós-guerra. Em última instância, constituiu-se de uma profunda reestruturação das práticas políticas coreanas tradicionais da época pré-colonial, reciclando desde o papel extraordinário do líder até sua ideologia de autossuficiência e sua política exterior de isolacionismo.

No breve espaço de tempo entre a libertação e a chegada das autoridades de ocupação estrangeira, os coreanos tentaram criar suas próprias organizações políticas, tanto no centro como nas regiões. No entanto, não tendo sido um esforço coordenado, as organizações locais que emergiram tomaram uma variedade de formas e nomes, as quais ficaram conhecidas, genericamente, como Comitês Populares (inmin wiwonhoe). No Sul, esses comitês foram logo desmantelados pela ocupação norte-americana; ao passo que, no Norte, os soviéticos reconheceram a autoridade dos CPs, ao mesmo tempo em que tentavam torna-los mais pró-

soviéticos<sup>16</sup>. Assim, Cumings (1997) assinala que, diferentemente da firme autoridade exercida pelos EUA no Sul, de agosto de 1945 a janeiro de 1946, a URSS não chegou a estabelecer qualquer tipo de administração central, mas sim um governo provisório misto, no qual a Administração Civil Soviética (ACS), criada em agosto de 1945, coordenava-se com os CPs.

Além disso, em 1945, o Norte da península estava dividido entre três forças políticas predominantes, porém opostas: os comunistas, os cristãos nacionalistas e os seguidores da religião nativa Ch'ondogyo. Os cristãos organizavam-se no âmbito do Partido Democrático Choson (PDC) e eram majoritários na maioria dos CPs nos primeiros meses da libertação; já os seguidores da religião Ch'ondogyo eram representados pelo "Partido dos Amigos". O movimento comunista, que tivera sua origem na guerrilha anti-japonesa, entretanto, estava dividido, de modo geral, entre duas linhas principais: os ortodoxos leninistas e o maoístas nacionalistas. Os primeiros enfatizavam a importância do proletariado e da luta de classes para a revolução, aos moldes da URSS; os últimos substituíam o tradicional papel da luta de classes na revolução socialista pelo nacionalismo e pelo apelo popular, buscando ampliar a base social do movimento, sobretudo em direção ao campesinato (SCALAPINO & LEE, 1972).

O primeiro passo em direção a unificação dos partidos comunistas existentes foi dado na Conferência dos Membros de Partidos Comunistas Coreanos e Entusiastas nas Cinco Províncias do Noroeste, que ocorreu em Pyongyang, de 10 a 13 de outubro de 1945. A Conferência resultou na criação do Partido Comunista Coreano (PCC). Além disso, a Conferência contou com a destacada presença de Kim Il Sung, o qual defendeu ativamente, em oposição aos leninistas ortodoxos, a formação de uma coalizão política, independente de classe social, sob bases nacionalistas, formando uma única "frente unida nacional" para reconstruir e reunificar o país. Naquele momento, as propostas de Kim foram rejeitadas, em prol da visão mais ortodoxa, defendida por O Kisop, que queria estabelecer a revolução com base na luta de classes, conforme pregava o leninismo clássico. Não obstante, a posição mais abrangente e nacionalista de Kim Il Sung passa a ganhar força em fins de 1945. Com relação a essa mudança, Armstrong (2003, p. 60) ressalta:

---

<sup>16</sup> Os CPs do norte, criados independentemente dos soviéticos, eram dominados, no início, predominantemente pelos nacionalistas conservadores, sobretudo cristãos. Havia comunistas inseridos em praticamente todos os CPs, mas eles eram, normalmente, minoritários, e muitas fricções emergiam entre comunistas e nacionalistas conservadores. Não obstante, em um segundo momento da ocupação, as autoridades soviéticas ajudaram a instalar um número considerável de comunistas nos CPs, fazendo com que esses se tornassem predominantes (ARMSTRONG, 2003).

Embora a libertação nacional e a revolução proletária tenham estado entrelaçadas desde o início do movimento comunista na Coreia, agora o Partido começava a salientar a eliminação dos vestígios feudais e coloniais, bem como a unificação do povo coreano, ao invés de concentrar-se na classe operária. Ou melhor, no que viria a se tornar uma das características mais distintivas do socialismo norte-coreano, a nação tornou-se uma espécie de substituto para a classe operária como sujeito primordial da revolução, um movimento que pode ser chamado de ‘nacionalismo proletário’.

Ressalta-se, além disso, que o comunismo norte-coreano torna-se, a partir daí, mais semelhante ao maoísmo chinês do que ao leninismo soviético, sobretudo por ser mais voltado à mobilização das massas, o que é atribuído à influência chinesa sobre as lideranças esquerdistas norte-coreanas durante a guerrilha da Manchúria: “Como foi o caso na China, ser parte do proletariado era mais uma questão de ideologia (sasang) ou atitude (taedo) do que de histórico socioeconômico por si só” (ARMSTRONG, 2003, p. 62).

Não obstante, Lee (1996) ressalta que, apesar do apelo popular de Kim, ele não tinha a crença nas massas que tinha Mao ZeDong como fonte de mudança política. De forma que, para Kim, ainda que as autoridades do partido devessem estar atentas às demandas das massas, a liderança deveria vir “de cima para baixo”. Conforme aponta Armstrong (2003, p. 65):

Se a máxima de Mao era ‘das massas, para as massas, das massas’, Kim cortou a primeira parte, acreditando que a mudança política deve ser responsiva à sociedade, mas deve ser iniciada a partir de cima (...). As experiências próprias de Kim, antes e depois da libertação da Coreia, parecem ter o convencido da necessidade de manter-se em contanto próximo com as massas e manter seus ouvidos abertos às opiniões e reclamações populares, mas, ao mesmo tempo, de manter um rígido controle sobre a autoridade central. O comunismo coreano de Kim era populista, mas não continha os exageros espontâneos, e mesmo anarquistas, do comunismo chinês de Mao. A RDPC, para o bem ou para o mal, teria, no longo prazo, uma política muito mais disciplinada e estável que a China comunista.

Como um dos principais fatores que teria pressionado o Partido Comunista Coreano nesse direção, Scalapino & Lee (1972) apontam a influência da, e posterior fusão com a, chamada “facção de Yan’an”, isto é, os veteranos coreanos que haviam lutado na revolução chinesa em si – não no movimento de resistência aos japoneses na Manchúria -, também chamado de Exército Voluntário Coreano. Nesse sentido, Armstrong (2003, p. 65) afirma: “Fortemente influenciados pelo populismo camponês de Mao e por sua experiência na revolução chinesa, esse grupo, que se organizou como um partido político sob o nome de Novo Partido Popular Coreano (Choson Sinmindang), no fim de fevereiro de 1946, tinha uma visão política bastante inclusiva, pela qual a revolução proletária e a libertação nacional eram inseparáveis”.

Assim, a coincidência de ideias entre o Novo Partido Popular Coreano e o Partido Comunista Coreano – agora sob as linhas ideológicas de Kim - permitiu que os dois se fundissem para a formação do Partido dos Trabalhadores da RDPC, (PTCN) em agosto de 1946. Esse se fundiu com a sua contraparte sulina, em 1949, formando o Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC). O PTCN, por sua vez, tinha sua base social na ampla massa de camponeses, os quais se filiavam ao partido para obter uma posição social, prestígio, e uma rudimentar forma de participação política. Além disso, Kim Il Sung e o PTCN eram respaldados pelo Exército Popular da Coreia (EPC), o qual, apesar de só constituir-se oficialmente em fevereiro de 1948, já se encontrava em processo de formação desde meados de 1946 (KIM, 1976).

O regime que emergiu na RDPC, no início de 1946, era, basicamente, uma coalizão do PTCN, do Partido Democrático Coreano (de base cristã) e do Partido dos Amigos (de base Chondogyo). Entretanto, essa coalizão começou a ruir, já no início de 1946, quando a implementação do Tratado de Moscou provocou a resistência dos nacionalistas conservadores, os quais entraram em confrontação direta com os soviéticos, levando a prisão do maior líder do movimento, Cho Mansik. Considerando o momento propício, Kim convocou a Conferência dos Líderes dos Partidos Norte Coreanos, a qual, por sua vez, votou unanimemente pela criação de uma administração governamental central. Esse governo central foi estabelecido em fevereiro de 1946, sob o nome de Comitê Popular Provisório da RDPC (CPPCN) e sob a liderança de Kim Il Sung (SCALAPINO & LEE, 1972).

Neste contexto, em novembro de 1946 foram realizadas eleições para o Comitê Popular Nacional da RDPC – não mais “provisório” -, nas quais o PTCN obteve a grande maioria dos assentos, ao passo que o PDC e o Partido dos Amigos obtiveram apenas uma pequena parcela de representação, diretamente subordinados a Kim Il Sung. A partir daí que se inicia o processo de enrijecimento do regime, com a supressão da liberdade de imprensa e o estabelecimento de uma sangrenta repressão aos cristãos e outras entidades que tivessem algum envolvimento político. Neste sentido, Cumings escreve (1997, p. 253):

Através destes meios, os norte-coreanos logo eliminaram toda a oposição política não esquerdista com uma minuciosidade draconiana. Se permitia a existência de um par de partidos não-comunistas em uma frente única, porém estes não tinham poder algum. A intenção era a mesma que a da ala direita no Sul, a eliminação dos centros alternativos de poder. Porém, os nortecoreanos a levaram adiante de uma maneira muito mais extensa, devido a sua organização superior e à debilidade generalizada da oposição. Nem o Norte nem o Sul tiveram escrúpulos na hora de utilizar a violência para fins políticos, mas o norte tendeu a ser mais seletivo, em parte, devido a seus inimigos serem classes e grupos numericamente pequenos e, em parte, a sua prática política, cultivada talvez na experiência política da liderança coreana junto ao comunismo chinês, do qual aprendeu as técnicas de reeducação e reforma dos dissidentes políticos.

Kim (1976) nota que o estilo de repressão norte-coreano assemelha-se muito com o modelo que foi, posteriormente, adotado pela China maoísta. Aqueles que não se submetiam à vontade do regime, ou que não estavam ideologicamente alinhados a ele, eram forçados a participar de sessões de crítica e autocrítica. Desta forma, o regime conseguia que quase todos se tornassem membros de alguma organização, que os ligasse a coletividade. Não obstante, ao contrário da China e de outros países, que fizeram sangrentas reformas agrárias, na RDPC os proprietários de terra tiveram a opção de fugir para o Sul ou explorar pequenas parcelas de terra em outros distritos. Ademais, os expurgos na liderança não foram nem tão fatais, nem tão permanentes como o foram em outros países.

A República Democrática Popular da Coreia (RDPC) foi proclamada em 9 de setembro de 1948 – três semanas antes da proclamação da República da Coreia (RdC), em Seul -, e Kim Il Sung foi proclamado Primeiro Ministro – título que reteve até 1972, quando uma mudança constitucional o tornou Presidente. Os soviéticos retiraram suas forças de ocupação da península em fins de 1948. A historiografia norte-coreana defende que a proclamação da RDPC teria sido apenas uma reação à fundação da RdC, a qual teria sido ilegítima e imposta pelos EUA, de forma que precisava ser contraposta pela criação de um Estado autônomo e legítimo no Norte. Essa visão, contudo, é contestada por Armstrong (2013), o qual ressalta que a grande maioria das instituições políticas, econômicas e sociais do novo Estado já estavam praticamente formadas em fins de 1947, incluindo os símbolos nacionais mais clássicos - como o selo, a bandeira e o hino -, bem como as instituições mais básicas, como o Exército.

Conforme apontam Suret-canale & Vidal (1977), o novo Estado nascia sob os auspícios da ideologia comunista e anti-imperialista, bem como com o grande objetivo de reunificar a península coreana, “libertando” a metade sul do jugo norte-americano, e de garantir a autonomia do povo coreano. Não obstante, Armstrong (2003, p. 9) atenta para o fato de que a própria liderança do regime não era tão coesa quanto se imagina quando da fundação da RDPC:

A liderança da RDPC era um grupo dinâmico e diverso em fins dos anos 1940. Havia considerável disputa e conflito acerca de programas políticos, ideologia e práticas políticas. Isso não era mero ‘faccionalismo’, tendo a ver também com visões diferentes de socialismo e como este deveria ser implementado na RDPC. Dentro do movimento comunista coreano havia aqueles afiliados à URSS, outros com laços mais fortes com o comunismo chinês, e ainda outros que haviam passado o período colonial trabalhando na clandestinidade no Japão ou na Coreia.

Por isso, logo que ascendeu ao poder, Kim Il Sung começou a promover execuções públicas e expurgos contra membros do PTNC acusados de serem pró-japoneses ou simplesmente aliados de outras facções. Conforme explica French (2005, p. 53): “Estes julgamentos, que continuaram ao longo dos anos 1950, enquanto Kim assegurava sua posição, incluíam acusações contra todos aqueles no partido que tinham ligações próximas com Moscou e Beijing, e mesmo contra alguns dos antigos camaradas de guerrilha de Kim”. Tais expurgações periódicas de oficiais de alto nível duraram até meados de 1977, garantindo o domínio de Kim e da 88ª Brigada - fiel aliada do líder desde a Segunda Guerra. Foi assim que Kim completou seu total domínio sobre a vida política da RDPC, sobrepondo-se aos campos político, econômico, diplomático e militar (FRENCH, 2005).

Mais ou menos no mesmo período em que Kim Il Sung fundava a RDPC, o Kuomintang de Chiang Kai-Shek, na China, perdia território, ao passo que triunfava a revolução comunista liderada por Mao ZeDong. A vitória final se deu em 1º de outubro de 1949, com a proclamação da República Popular da China e a fuga de Chiang Kai-Shek e seus seguidores para a ilha de Taipei. Neste cenário, o equilíbrio estratégico do nordeste asiático se encontrava bastante tencionado, conforme ressalta Visentini (2013, p. 135):

O estabelecimento de dois Estados coreanos, com regimes políticos opostos e estreitamente ligados às potências líderes dos dois blocos, viria a se tornar ainda mais complicado, com a criação de um regime socialista na China. A nova configuração geopolítica da Ásia oriental estabelecia, a partir de então, uma massa continental sob controle comunista, e uma periferia oceânica insular (Japão, Taiwan e Filipinas) e peninsular (RdC e Indochina), sob domínio norte-americano.

É notável, nesse sentido, a grande presença de tropas coreanas voluntárias que combateram na guerra civil chinesa ao lado dos comunistas. Kim Il Sung entendia o trunfo estratégico que teria com uma potencial vitória comunista na China e, portanto, já no início de 1947, passou a enviar milhares de coreanos para combater no país vizinho, formando um verdadeiro “exército voluntário”. Assim, em abril de 1947, cerca de 30 mil coreanos foram combater na Manchúria – onde o exército nacionalista impunha pesadas baixas aos comunistas -, de forma que, entre 15 e 20% das forças comunistas chinesas, naquele momento, era composta por coreanos. Tais forças coreanas deslocadas para a China tinham sua origem, em grande parte, nas diversas unidades que haviam combatido ao lado dos chineses na Manchúria japonesa, durante os anos 30. Além da ajuda em termos humanos, a Coreia também proporcionava uma retaguarda confiável às forças maoístas, provendo importante apoio logístico que se traduzia na utilização da fronteira para o aquartelamento das

tropas e no fornecimento de grãos e minerais coreanos – trocados por produtos manufaturados chineses (CUMINGS, 1997) .

Logo em seguida à proclamação da RPC, em 1949, milhares de soldados coreanos – muitos de tropas de elite - que estiveram lutando na guerra civil chinesa regressaram à RDPC e foram incorporados no EPC. Ressaltando a profunda influência da China sobre o EPC que irá lutar a Guerra da Coreia, Armstrong (2003, p. 234) afirma:

Se os soviéticos forneceram treinamento e equipamentos indispensáveis ao EPC, a conexão entre o exército comunista chinês e os coreanos veteranos da revolução chinesa representou uma influência chinesa sobre as forças armadas norte-coreanas mais íntima, mais pessoal e menos material. Após as forças soviéticas se retirarem da RDPC, tropas com experiência em batalha da revolução chinesa tomaram a liderança do EPC.

Este evento foi particularmente importante por inevitavelmente voltar a RDPC para a China, situação que ampliou consideravelmente a capacidade de negociação de Kim Il Sung, no pós-Guerra da Coreia, permitindo-o barganhar com os dois gigantes comunistas.

Percebe-se, portanto, que o processo de formação da RDPC já se dá com base na necessidade de garantir a autonomia nacional do Estado recém-criado, face à ocupação estrangeira dos EUA e da URSS na península, bem como devido à ferida aberta do colonialismo japonês. Apesar de dever sua ascensão, em parte, ao apoio soviético, a elite dirigente que chega ao poder na RDPC, liderada por Kim Il Sung, tem vínculos interpessoais muito fortes com a China, de forma que a influência indireta que esta já vinha exercendo sobre a metade norte da península se perpetua e até, de certa forma, se acentua, devido ao vínculo ideológico do socialismo. A China que influi sobre a RDPC, nesse momento, é a China do Partido Comunista Chinês e de suas principais lideranças, o qual irá assumir o poder pouco depois da fundação da República Popular da China.

A iniciativa da RDPC no sentido de prover auxílio, ainda que dentro de suas possibilidades, para o sucesso da Revolução Comunista na China demonstra, por sua vez, que as elites norte-coreanas não eram mero fantoche da URSS e que já vislumbravam uma forma de garantir a autonomia do país. A China, portanto, continua mantendo, ainda que de forma indireta – uma vez que estava em Guerra Civil -, seu duplo papel de modelo político-social, tendo em vista a crescente influência do maoísmo no sistema socialista adotado pela RDPC, e de importante aliada contra pressões externas, tais como as advindas da URSS.

### **2.2.2. Socialismo e reforma agrária**

Para que seja possível entender a consolidação do regime norte-coreano e a evolução de seu sistema econômico, político e social, faz-se fundamental a análise de como se deu a implementação do socialismo na RDPC. É preciso reconhecer que a segunda metade dos anos 1940 foi um momento revolucionário para a RDPC, em que todas as estruturas e instituições existentes até então foram desmanteladas, em prol de novas concepções de Estado e de sociedade. Esse processo econômico - que serviu de pano de fundo às mudanças políticas que vinham se processando com a ascensão de Kim Il Sung -, faz parte do processo de formação do Estado norte-coreano atual e, por isso, não pode ficar de fora desse estudo, que busca compreender, antes de tudo, como este funciona e quais são seus objetivos.

O modelo socialista começou a ser implementado, na RDPC, por meio de uma série de reformas feitas pelo CPPCN, de março a agosto de 1946. As chamadas “reformas democráticas” incluíam reforma agrária, novas regulamentações trabalhistas, legalização da igualdade de gênero e nacionalização das maiores indústrias. Ainda que todas tenham tido grande significância socioeconômica, dentre essas, a que pode ser considerada como mais fundamental para a consolidação do novo regime que se iniciava e do socialismo como base político-econômica da RDPC, foi a reforma agrária. Isso, porque, além de fornecer as bases para a economia planificada que se seguiria, também angariou o apoio das massas camponesas para a causa comunista e, portanto, para o nascente regime (CUMINGS, 1997).

A RDPC realizou sua reforma agrária já em março de 1946, sob o comando de Kim Il Sung, logrando destruir a base de poder da aristocracia *yangban*. Com relação às metas da reforma agrária norte-coreana, Armstrong (2003, p. 75) afirma: “Negativamente, os objetivos da reforma agrária eram romper o poder da classe proprietária de terras e eliminar os colaboradores japoneses, categorias frequentemente sobrepostas; positivamente, o objetivo era incorporar um grande estrato de camponeses pobres e sem-terra ao sistema político e ganhar seu apoio para o novo regime”. Esses objetivos tornam-se mais evidentes se consideradas a situação rural da Coreia em 1945, quando cerca de 75% da terra cultivável do país era trabalhada por arrendatários, sendo que metade das famílias camponesas não tinham nenhuma terra. Além disso, os latifundiários extorquiam dos camponeses aluguéis abusivos, cerca de 60% da colheita, sendo que a maior parte dos demais 40% tinha de ser usado para cobrir despesas.

Kim (1976) enfatiza que tal reforma não fora mera imposição soviética – ainda que os soviéticos tenham apoiado sua formulação e implementação -, mas também foi uma iniciativa dos próprios camponeses norte-coreanos. Essa iniciativa pode ser ilustrada pelo fato de que, conforme explica Armstrong (2003, p. 76), em algumas regiões da RDPC (sobretudo em

Hamgyong), a reforma já havia se iniciado em 1945: “Logo após a libertação, Comitês Populares locais em várias áreas do norte da Coreia instituíram um ‘Sistema 3-7’, pelo qual 70% da colheita era dada aos arrendatários que a haviam produzido e 30% para os proprietários da terra. (...) Assim, em muitos lugares, a lei da reforma agrária simplesmente legitimou as reformas existentes em nome do CPPCN”.

A lei da reforma agrária de março de 1946 previa que a terra seria confiscada de antigos ocupantes japoneses, de ‘traidores nacionais’ ou conhecidos colaboradores, de latifundiários com mais de cinco *chongbo*<sup>17</sup>, de proprietários ausentes e de organizações religiosas. Logo depois, a terra confiscada deveria ser redistribuída para trabalhadores agrícolas, para arrendatários sem terra e para camponeses com menos de cinco *chongbo*. As famílias receberiam a terra sobre a base da ‘capacidade de trabalho’ (*nodongnyok*), com adultos recebendo um ‘ponto de trabalho’ inteiro e jovens crianças e idosos recebendo frações menores de um ‘ponto’. Ao todo, pouco mais de um milhão de *chogbo* foram confiscados, e cerca de 700 mil famílias camponesas receberam terras (SCALAPINO & LEE, 1972).

Segundo Cumings (1997), essa reforma ocorreu de forma rápida e, aparentemente, menos violenta do que foi o caso na China, tendo em vista que, apesar de não haver oferecido qualquer compensação pelas terras expropriadas aos proprietários, esses não foram executados e tiveram até mesmo permissão para fugir para a RdC ou para realocar-se em outras províncias - onde receberiam a mesma quantidade de terras que os demais agricultores estavam recebendo. Os camponeses, por sua vez, obtiveram terras para transmitir hereditariamente a seus filhos, porém esta estava “socializada”, no sentido de que não podia ser vendida ou comprada no mercado.

A coletivização da agricultura, todavia, só teve início após a Guerra da Coreia, com o surgimento de cooperativas, a partir de 1954. Nestas cooperativas, que tinham configuração territorial praticamente igual à das antigas aldeias, os camponeses continuavam tendo o direito de transferir as terras que habitavam por herança, ainda que não sendo proprietários das terras em que trabalhavam, e eram recompensados economicamente de acordo com a produtividade de seu trabalho. Nesse sentido, Suret-Canale & Vidal (1977, p. 41) afirmam:

Paradoxalmente, a transformação socialista da agricultura, dos vestígios da indústria privada e do artesanato foi facilitada pelas consequências da guerra (...). Em 1953, a destruição generalizada do material e do gado reduzira quase todos à mesma miséria. O desenvolvimento da cooperação agrícola, para a utilização coletiva dos meios de trabalho disponíveis e para a utilização dos meios fornecidos pelo Estado, respondia a uma necessidade e foi favoravelmente acolhida.

---

<sup>17</sup> 1 *chongbo* é equivalente a 2,45 acres ou 0,99 hectares.

Ressalta-se, nesse sentido, que a reforma agrária não foi apenas uma questão de justiça social, estando fortemente ligada à necessidade que a RDPC tinha em aumentar sua eficiência agrícola de forma a superar a escassez de alimentos. Essa escassez, por sua vez, era decorrente, em grande parte, das circunstâncias geográficas do território norte-coreano, bem como do rompimento da divisão de trabalho instaurada pelo colonialismo japonês na península, conforme explica Schwegendiek (2011, p. 117): “Com a separação da península no paralelo 38°, a tradicional divisão de trabalho da península foi anulada: o Norte, sendo o produtor de energia e minerador da nação, ficou sem acesso aos alimentos; enquanto que o Sul, sendo o centro agrícola da nação, ficou sem acesso a energia e a matérias primas”.

A indústria, assim como a agricultura, estava em estado caótico logo após a libertação, o que é atribuído tanto à sabotagem japonesa antes da rendição, quanto à pilhagem soviética nos primeiros meses da ocupação. Diante da necessidade de reconstruir a indústria, em agosto de 1946, o CPPCN passou uma lei nacionalizando as maiores e mais importantes indústrias do país. Não obstante, esse processo foi relativamente fácil na RDPC, visto que mais de 90% das indústrias estavam nas mãos dos japoneses, de forma que a expropriação afetou poucos nacionais. Ainda assim, a nacionalização marcou o fim do controle dos CPs locais sobre fábricas e o breve período de autonomia dos trabalhadores. Mais de mil empresas se tornaram propriedade estatal, sendo que, em 1949, mais de 50% da renda estatal vinha das indústrias nacionalizadas (ARMSTRONG, 2013).

Além disso, a industrialização norte-coreana foi facilitada pelo grande volume de assistência soviética durante a ocupação, tanto em termos de formação e importação de técnicos – que eram escassos naquele momento –, quanto em termos de auxílio financeiro e comercial. Desde 1946, a URSS forneceu a RDPC maquinário industrial, equipamentos, matérias-primas e combustível para a reconstrução econômica do país. De acordo com as estatísticas da RDPC, a produção industrial, em geral, mais que triplicou entre 1946 e 1949, sendo os setores de crescimento mais rápido a construção civil, os têxteis, a metalurgia, maquinário, mineração e carvão. Além disso, o desenvolvimento industrial norte-coreano foi fortemente favorecido pela abundância de recursos energéticos, tendo em vista o grande potencial hidrelétrico do país. Assim, quando do estalar da Guerra da Coreia, o país já havia se recuperado da degradação provocada pelo colonialismo japonês e pela libertação, indo rumo ao desenvolvimento econômico muito mais rápido do que a economia da RdC (CUMINGS, 1997).

Concomitantemente à reforma agrária e a nacionalização das indústrias, estabeleceu-se, na RDPC, uma economia socialista, nos moldes soviéticos, dirigida pelo Estado, com base

em planos de longo prazo e caracterizada pelo alto grau de centralização da indústria e da agricultura. Assim, o governo estabelece metas de produção, bem como determina os preços, redistribui renda e aloca investimentos. Não obstante, Armstrong (2003, p. 3-4) ressalta:

Apesar do alto grau de influência e apoio soviético para a construção de um regime de orientação comunista em sua zona de ocupação, o comunismo, na RDPC, tornou-se ‘indiginizado’ quase imediatamente, e os elementos distintivamente coreanos do sistema norte-coreano eram evidentes desde o início do regime.

Nesse sentido, a própria tradição confucionista do país, compartilhada com a China, faziam com que o comunismo norte-coreano enfatizasse mais as ideias de valorização da vontade humana e da mobilização de massas, em detrimento das condições materiais e das estruturas socioeconômicas, conforme priorizadas, em termos ideológicos, pelo modelo marxista soviético. Os elementos herdados de cada corrente comunista – marxismo e maoísmo - são bastante visíveis ao longo dos planos econômicos lançados pelo governo (KIM, 1976).

Os primeiros planos anunciados foram os planos anuais de 1947 e de 1948, os quais definiram os primeiros passos em direção à nacionalização da economia e à limitação da atividade de mercado. Assim, a porcentagem de mercadores do total da força de trabalho do país caiu de 3,3%, em 1946, para 0,8%, em 1949, e para 0,3% em 1957 – praticamente eliminando a profissão. Além disso, esses dois planos geraram considerável aumento da produção de bens básicos, tais como grãos, têxteis e eletricidade (SCHWEKENDIEK, 2011).

Segundo Cumings, (1997), com a economia impulsionada pela cooperação técnica com a URSS e pela experiência industrial durante o colonialismo japonês, os planos de 1947 e 1948 destinavam cerca de 1/5 do orçamento para o desenvolvimento industrial e outro quinto para a defesa. Os salários variavam entre 950 e 3.500 won, de acordo com quatro categorias: técnicos, gerentes, trabalhadores qualificados e trabalhadores não-qualificados. O suprimento de bens para a população era feito através de 1200 cooperativas, as quais compravam 100% da produção das fábricas estatais e 90% da produção das empresas privadas – sendo a porção restante vendida no mercado livre.

Armstrong (2003) salienta que o Plano Anual de 1947 incorporava, também, a prática soviética de “acumulação socialista primitiva”, a qual pressupunha a exploração da agricultura para um programa de industrialização rápida. Além disso, já durante a sua vigência, foram iniciadas campanhas propagandísticas de mobilização da mão de obra com o objetivo de glorificar o trabalho operário – que havia sido historicamente discriminado na sociedade coreana – e de associar o esforço de industrialização à defesa da nação coreana.

Percebe-se, mais uma vez, a clara relação entre a implementação do socialismo com o nacionalismo coreano, conforme a tese de Bručan (1974).

Em seguida, foi lançado o Plano Bianual para 1949-1950, o qual tinha como objetivo central consolidar os fundamentos econômicos da nação através de uma maior coletivização da indústria. O plano foi substancialmente bem sucedido em melhorar o nível de vida da população e alavancar o crescimento do Norte até a eclosão da guerra: em 1949, 72% das crianças norte-coreanas assistiam à escola primária, comparados aos 42% de 1947; a produção de ferro gusa aumentou de 6 mil toneladas, em 1947, para 166 mil, em 1949; a produção de barras de aço subiu de 46 mil a 97 mil toneladas. Mais significativo ainda, em 1949, o volume da produção industrial representava 3,4 vezes a de 1946, a produção de bens de consumo multiplicou-se por 2,9 e a colheita de cereais ultrapassou os 2,5 milhões de toneladas. Além disto, desenvolviam-se as primeiras cooperativas agrícolas e artesanais, de forma que o Estado e as cooperativas controlavam 56,5% do comércio. Neste contexto, quando foi lançado o Segundo Plano Bienal, 1950-1951, as metas estabelecidas foram cumpridas e mesmo superadas antes do fim do primeiro ano (SURET-CANALE, 1977, p.40).

Assim, Cumings (1997) argumenta que o regime logrou importantes êxitos iniciais rumo à reestruturação socioeconômica do país ao expulsar ou reprimir a antiga elite *yangban* e estabelecer certo piso para a pobreza. Não obstante, os antigos guerrilheiros que lutaram contra os japoneses ao lado de Kim Il Sung tornaram-se uma espécie de nova classe *yangban*, formando uma elite com direitos de nascimento e envolta em grande luxo, ao mesmo tempo em que se estabeleceu também um teto de riqueza aos camponeses, que tem sua mobilidade social refreada. O resultado, é claro, foi novo aumento da desigualdade no país, tendo uma elite militar e burocrática (ligada ao partido) bastante rica, e uma classe camponesa que, ainda que tenha supridas, em grande parte, suas carências básicas, mantém-se pobre. A formação dessa nova elite dirigente, por sua vez, também está intrinsecamente relacionada à Guerra Civil Chinesa e à Guerra da Coreia.

### **2.2.3 A Guerra da Coreia e a divisão definitiva da península coreana**

A experiência traumática da Guerra da Coreia foi o momento de consolidação do Estado norte-coreano, marcando o momento da separação definitiva das duas Coreias. Apesar de ter sido caracterizada por impasses militares e de ter tido um resultado pouco conclusivo, a guerra criou as condições necessárias para que a RDPC se firmasse como um Estado independente, cujo crescente nacionalismo – até então construído em oposição à dominação

japonesa - passou a associar-se, predominantemente, com o antiamericanismo. À medida que a RDPC consolidava-se como Estado independente, a questão da autonomia nacional divisava-se, cada vez mais, como objetivo primordial de sua política externa. Se as relações com o Partido Comunista Chinês já vinham sendo importante nos anos 1940, desde a Guerra da Coreia, essas relações tornar-se-iam essenciais para buscar a almejada autonomia. Afinal, foi a China que defendeu essa autonomia norte-coreana em face da ameaça externa. Nesse sentido, a análise da Guerra da Coreia aqui realizada terá como objetivo identificar seus impactos para a formação da RDPC, bem como identificar o papel desempenhado pela China nesse processo.

Não há consenso entre os historiadores acerca de quem deu início a Guerra da Coreia e quais foram suas causas. A historiografia norte-americana tradicional, com autores como Kissinger (2011), Cha (2012) e Oberdorfer (1997), sustenta que a guerra teria sido “deflagrada” por Kim Il Sung, com apoio da URSS, com o objetivo de dominar toda a península. A historiografia oficial norte-coreana, por sua vez, baseada na propaganda oficial do partido e nos discursos de Kim Il Sung, defende que o Norte estava respondendo a provocações sul-coreanas na fronteira e que o objetivo do ataque teria sido a “libertação” da metade sul da península. Ambas essas visões parecem ainda impregnadas pelos antagonismos ideológicos da Guerra Fria.

Em uma análise menos politizada, autores como Cumings (2010), French (2005) e Lee (1996) questionam ambas essas versões, alegando que a guerra teria se originado de causas múltiplas, com responsabilidades imputáveis a todos os atores envolvidos. Não apenas os atores internos, Norte e Sul -, mas também os atores externos: EUA e URSS. Os EUA teriam sido responsáveis por haverem dividido a península de maneira artificial. Já a URSS seria igualmente responsável por haver fomentado a construção do socialismo na península sem levar em consideração a conservação da antiga integridade da Coreia. Todavia, conforme Cumings (1997), nem os EUA nem a URSS tinham interesse de entrar em conflito direto pelo paralelo 38°, de forma que só passaram a apoiar o conflito após a retirada de suas tropas da península.

Apesar de já existirem provocações mútuas entre o Sul e o Norte desde 1948, os primeiros combates fronteiriços significativos ocorreram em 4 de maio de 1949, quando o Sul iniciou uma escaramuça em Kaesong. Combates ainda maiores foram travados em junho de 1949, na península de Ongjin, dessa vez por iniciativa norte-coreana. O Sul reagiu enviando guerrilheiros ao paralelo 38°, mas esses foram exterminados pelas tropas do Norte. Neste contexto, a Comissão da ONU sobre a Coreia (CONUC) enviou uma delegação à zona de

litígio para investigar a situação. Contudo, o relatório da CONUC – bastante influenciado pelos EUA - responsabilizava o Norte inteiramente pelos conflitos, omitindo as provocações geradas pela RdC (LEE, 1996).

Neste momento, a guerra já parecia iminente, e tanto Rhee como Kim Il Sung passaram a buscar o apoio de suas respectivas potências. Entretanto, os EUA deixaram bem claro que só apoiariam a RdC caso esta fosse atacada pelo Norte sem provocação prévia. A URSS, por sua vez, também hesitava em apoiar um ataque do Norte sem que este houvesse sido atacado primeiro. No início de 1950, porém, Kim Il Sung começou a conversar também com a China, dando a entender à URSS que, caso não lhe desse apoio, a RPC – fundada em 1949 - cumpriria esse papel. Assim, Kim realizou visitas secretas a Moscou e a Beijing, no início de 1950, que lhe renderam, afinal, a aquiescência de Stalin a seus planos, bem como o fornecimento de equipamentos militares novos por parte da URSS, e o apoio direto de Mao ZeDong. Esse jogo político demonstra a importância da emergência da China comunista como trunfo estratégico da RDPC, bem como o esboço de uma estratégia de barganhas trilaterais que viria a ser aperfeiçoada no período que se segue à Guerra (CUMINGS, 2010).

A guerra começou oficialmente, na madrugada de 25 de junho, na remota península de Ongjin, a sudoeste do paralelo 38°. O assalto norte-coreano decisivo veio quando as tropas do Exército Popular da Coreia (EPC) avançaram sobre o primeiro regimento da 17ª divisão do Exército da República da Coreia (ERdC), causando numerosas baixas. A partir daí, um corredor foi aberto, possibilitando que, em um momento posterior, a 3ª e 4ª divisões da EPC, junto a uma brigada de blindados, avançassem em direção a Seul (FRENCH, 2005).

Imediatamente, o Conselho de Segurança da ONU, instigado pelos EUA, condenou a invasão, por meio da Resolução 82, de 25 de junho, e decidiu-se pelo envio de tropas à península, com a Resolução 84, de 7 de julho. Cumings (1997) argumenta, contudo, que a ONU teve papel apenas de ratificar as decisões já tomadas pelos EUA, concedendo-lhes certa legitimidade internacional<sup>18</sup> - missão que foi bastante facilitada pelo boicote da URSS ao Conselho de Segurança<sup>19</sup>. Os soviéticos, por sua vez, deixavam claro, desde o primeiro dia, que sua intenção era permanecer à margem do conflito, de forma que ordenou a seus navios que se encontravam em frente da costa coreana que regressassem imediatamente a sua zona defensiva.

---

<sup>18</sup> Os estados membros da ONU, não obstante, foram bastante reticentes no envio de tropas. Os britânicos foram os que mais mandaram tropas, chegando a 12 mil soldados em 1951, seguidos por canadenses e filipinos. Os EUA, por sua vez, cobriram a maior parte dos custos das tropas aliadas.

<sup>19</sup> O representante soviético, Jakob Malik, vinha boicotando ostensivamente o Conselho, desde fevereiro de 1950, devido ao fato de a ONU ter rechaçado a entrada da República Popular da China na instituição.

Visentini (2009) sugere, nesse sentido, que o grande interesse dos EUA em entrar no conflito estava relacionado à vitória da China comunista, em 1949. A “perda” da China para o campo comunista representava o fracasso da política de Contenção dos democratas norte-americanos, proposta pelo presidente Truman, excessivamente voltada para a Europa, de forma que se fazia necessário agir para evitar que o comunismo continuasse a se espalhar pela Ásia, convertendo-se em área de influência da URSS.

O papel da Revolução Chinesa para a Guerra da Coreia, porém, parece ir além do fato de poder ser entendida como causa da entrada dos EUA no conflito e do fato de servir como objeto de barganha para que a RDPC obtivesse apoio soviético para o conflito – conforme mencionado anteriormente. Houve, também, grande presença de tropas coreanas voluntárias lutando ao lado das tropas maoistas pela revolução comunista. Nesse sentido, além do estabelecimento de um profundo laço de solidariedade entre os dois povos, a guerra civil chinesa também ofereceu uma ótima oportunidade para as tropas coreanas adquirirem experiência de combate, de forma que, quando da Guerra da Coreia, tais tropas estavam mais bem preparadas do que se imaginava. Pode-se dizer, nesse sentido, que a guerra civil chinesa teve papel primordial para a formação do Exército Popular Coreano (EPC), sobretudo para a formação de seus oficiais, os quais, por sua vez, consistiriam em grande parte da elite dirigente do país no pós-guerra (SCALAPINO & LEE, 1972).

Estima-se que mais de 80% dos oficiais do EPC eram veteranos da China, sendo que muitos deles obtiveram proeminência política no pós-guerra da Coreia, compondo a elite governante do país ao lado de Kim Il Sung. Dentre eles estavam Mu Chong – que teve papel importante durante a Guerra -, Pak Il-u – ministro do interior da RDPC e confidente de Kim Il Sung -, e Ch’oe Kwang, que foi comandante em chefe do EPC nos anos 1990. Os oficiais que não haviam lutado na Guerra Civil chinesa eram, no mínimo, veteranos da guerrilha anti-japonesa na Manchúria, os quais também haviam lutado em conjunto com os chineses. Dessa forma, praticamente todo o alto comando do EPC, em 1950, tinha tido experiência de combate com os chineses (CUMINGS, 1997).

Essa estreita relação com os comunistas chineses teria implicações bastante relevantes na política norte-coreana do pós-guerra, quando o EPC ganha proeminência dentro do regime. A respeito da importância política do EPC, Scalapino & Lee (1972, p.496) afirmam:

O Exército Popular da Coreia, apesar das perdas massivas sofridas durante a Guerra da Coreia, era a única organização nacional significativa fora do Partido quando a guerra terminou. Agora liderada por veteranos com experiência de guerra, cujas principais figuras eram ex-guerrilheiros dos anos 1930, e com seus oficiais recrutados da juventude camponesa, o exército era de importância crucial para aqueles que detinham o poder supremo.

Ademais, essa experiência militar dos norte-coreanos, adquirida junto aos chineses, surpreenderia os sul-coreanos e seria decisiva para explicar o grande sucesso do EPC na etapa inicial da guerra. No verão de 1950, o exército norte-coreano avançou em direção ao sul com extraordinário êxito, chegando a dominá-lo em questão de dois meses, quando tomou Seul e encurralou as tropas da ONU no perímetro de Pusan. Grande vencedor da Segunda Guerra Mundial, o exército norte-americano estava sendo derrotado por um exército bem mais mal equipado e com uma considerável inferioridade numérica. Neste sentido, Cumings (1997, p. 302) salienta o aspecto ilimitado que a guerra tinha para os norte-coreanos, em contraste à guerra limitada que lutavam os EUA: “Os norte-coreanos lutavam em todas as frentes: lutavam de maneira convencional, lutavam uma guerra de guerrilhas, lutavam uma guerra política através dos comitês populares e lutavam pela reforma agrária. Dito em outros termos, esta foi também uma guerra popular”.

Não obstante, por volta de setembro de 1950, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram em Inchon (cidade próxima a Seul), revertendo o equilíbrio de forças na península e forçando as tropas norte-coreanas a recuarem a fim de evitar o cerco. A partir daí os norte-americanos e sul-coreanos passaram a avançar substancialmente, de forma que, após duas semanas, já cruzavam o paralelo 38°, violando o mandato da ONU e dando início a um grande massacre (CUMINGS, 2010).

Assim, a primeira etapa da Guerra da Coreia era encerrada e a nova etapa que se iniciava, por sua vez, deslocava o conflito para a montanhosa fronteira sino-coreana no rio Yalu. Os EUA abandonavam a lógica de contenção no paralelo 38°, defendida até então, e passavam a ter como objetivo a conquista do Norte e a reunificação. Para justificar-se, os EUA passaram a alegar, ironicamente, que o paralelo 38° era apenas uma linha imaginária, fixada apenas em virtude da rendição das tropas japonesas. Conforme ressalta Lee (1996), o paralelo que cortava a Coreia em duas era um limite internacionalmente reconhecido se os coreanos o cruzassem, mas não o era se os estadunidenses o cruzassem.

Tendo em vista a retirada estratégica das tropas norte-coreanas, as forças da ONU encontraram muito pouca resistência em seus avanços acima do paralelo 38°, o que os levou a crer que a RDPC estava praticamente derrotada. Assim, após tomar toda a costa leste, alcançando a cidade portuária de Wonsan, as tropas onusianas invadiram e ocuparam a capital, Pyongyang, onde a polícia sul-coreana, encoberta pelas tropas norte-americanas, promoveu um grande massacre de civis, buscando eliminar os comunistas, cujo número de mortes é estimado em cerca de 50 a 90 mil pessoas (KIM, 1976).

Após a conquista de Pyongyang, as tropas comandadas pelos EUA rapidamente avançaram em direção ao Yalu. A retirada norte-coreana em direção as montanhas na fronteira chinesa, entretanto, havia sido bem planejada pelas lideranças norte-coreanas, arrastando MacArthur para uma guerra de guerrilhas. De fato, tal retirada era a aplicação de estratégias dos comunistas chineses – aprendidas durante a guerra civil chinesa -, que visava atrair as tropas da ONU ao Norte, enfraquecendo-a pelo grande esforço de deslocamento sobre uma vasta região, e aniquilá-las quando estas já estivessem fragilizadas pelo avanço (SCALAPINO & LEE, 1972).

A China, no entanto, só entrou no conflito em fins de outubro de 1950, quando McArthur ocupou Pyongyang e aproximou-se do rio Yalu, o qual era de importância vital para os chineses, pois produzia a energia utilizada pelo principal núcleo industrial da RPC, localizado na Manchúria. Além disto, as tropas norte-americanas aproximavam-se alarmantemente da fronteira, passando a ameaçar diretamente a segurança do regime comunista recém-estabelecido. Como afirma Oliveira (2002, p. 136):

A China retardou ao máximo, com efeito, sua entrada no conflito, decidida que estava a dar prioridade à ocupação de Taiwan<sup>20</sup>. Mas, quando as tropas de MacArthur começaram a aproximar-se ameaçadoramente da fronteira no Yalu, combatentes ‘voluntários’ chineses derramaram-se sobre a Coreia, em uma vaga que se diz haver alcançado 400 mil homens e que levou as tropas das Nações Unidas de volta ao extremo sul da península.

Cumings (1997), porém, argumenta que a China não teria entrado na guerra apenas como medida defensiva, a fim de proteger sua fronteira, mas também em decorrência dos fortes laços de solidariedade que uniam as duas nações, tendo em vista a ampla participação norte-coreana na resistência anti-japonesa e na guerra civil chinesa. Argumenta, dessa forma, que a intervenção chinesa teria sido motivada por três questões essenciais: (1) a solidariedade entre os dois povos; (2) a defesa da fronteira; e (3) a possibilidade de a China substituir aos soviéticos como fonte de influência sobre a península. Este último motivo também já antecipa a disputa sino-soviética da Guerra Fria por influência sobre a RDPC, a qual viria a ser instrumentalizada pelo regime de Kim Il Sung.

Assim, em 26 de outubro de 1950, as unidades combinadas sino-coreanas desceram as montanhas de Unsan, golpeando gravemente as forças onusianas e mudando novamente o equilíbrio de forças da guerra. Dessa forma, em 6 de dezembro, as forças comunistas

---

<sup>20</sup> Em 27 de junho, apenas dois dias após a invasão norte-coreana, os EUA despachou a sua Sétima Frota para o estreito de Taiwan, de forma a proteger a República Nacional da China (Taiwan) da República Popular da China. Assim, Mao ZeDong teve de abortar seu plano de invasão a Taiwan, deixando a questão pendente (CUMINGS, 2010).

retomaram Pyongyang, empurrando os norte-americanos de volta para o paralelo 38°. Nesse momento da guerra, os EUA chegaram, inclusive, a cogitar a utilização de armas nucleares<sup>21</sup> para reverter o curso do conflito e evitar uma derrota. De fato, isso esteve bem perto de acontecer, tendo em vista que o presidente Truman chegou até a assinar a ordem para o lançamento das bombas – as quais já estavam preparadas na base de Okinawa -, em 6 de abril de 1951. Não obstante, com a destituição do Gal. MacArthur, anunciada em 11 de abril, prevaleceu uma linha política mais moderada que optou, ao invés das armas nucleares, pelo bombardeio aéreo de Napalm e bombas incendiárias, com o objetivo de devastar toda a região e, assim, frear a ação da guerrilha, privando-a de refúgio nas montanhas e nas aldeias<sup>22</sup>. Além disso, as tropas norte-americanas recorreram ao bombardeio das barragens, inundando as plantações de arroz dos vales e matando de fome os norte-coreanos (CUMINGS, 2010).

A guerra chegou a uma situação de impasse, entre janeiro e junho de 1951, em um contexto de intenso combate em torno do paralelo 38°, que não permitia que nenhum dos lados avançasse. Esta situação levou ao início das conversações de paz, em julho, ainda que os combates tenham continuado, fazendo com que as negociações fossem frequentemente interrompidas e retomadas. A Guerra da Coreia, portanto, só teve trégua em 27 de julho de 1953, com a assinatura de um armistício, pelo qual ambas as partes – EUA, representando a ONU, de um lado, e a China e a RDPC do outro – se comprometiam a retroceder suas tropas 2 km da frente de combate, criando uma zona tampão de 4 km entre elas, a chamada Zona Desmilitarizada (*Demilitarized Zone - DMZ*) – ver Ilustração 1.

---

<sup>21</sup> Já se cogitava o uso de armas atômicas na Coreia desde julho de 1950, porém a alternativa foi deixada de lado, na primeira fase da guerra, pela crença de que as forças convencionais onusianas seriam capazes de dar conta da guerra sozinhas (CUMINGS, 2004).

<sup>22</sup> Mesmo Pyongyang passou por este tipo de bombardeio, que além de causar alto número de baixas civis, devastou a capital.

ILUSTRAÇÃO 1: Zona Desmilitarizada (DMZ)



Fonte: BBC, 2008

Contudo, conforme ressalta Visentini (2009), tal armistício apenas consolidava a situação existente antes da guerra, não estabelecendo a paz definitiva, mas apenas um empate militar. Neste sentido, Cumings (1997, p. 329) assinala: “A verdadeira tragédia não foi a guerra em si mesma (...), a tragédia foi que a guerra não solucionou nada: simplesmente foi restaurado o status quo anterior, e a paz foi lograda apenas por um armistício. Hoje, os problemas e as tensões ainda permanecem”.

A China completou a última fase da retirada de suas tropas da península em outubro de 1958, mas ficava irremediavelmente envolvida com a península, zelando pela segurança do regime de Pyongyang como um Estado-tampão, que mantinha as forças americanas afastadas de suas fronteiras. A URSS, por sua vez, consolidava sua área de influência na Ásia e permanecia como fornecedora de ajuda econômica à RDPC, cujo apoio militar mais imediato cabia à China. Quanto aos EUA, além de manter aliança militar com a RdC, deixando tropas a até mesmo ogivas nucleares na área desmilitarizada de fronteira, também passava a apoiar a reconstrução do Japão – ainda que sob um regime de soberania limitada (VISENTINI, 2013).

Já a península coreana enfrentou duas consequências imediatas da Guerra. No Sul, ocorreu a consolidação da ditadura policial e anticomunista de Rhee<sup>23</sup>, o qual foi proclamado “Presidente Vitalício”, com apoio das tropas norte-americanas aí aquarteladas. Já no Norte, Kim Il Sung se fortaleceria no poder, produzindo uma reconstrução econômica bem mais acelerada que no Sul. Além disso, a guerra, e o fato de ela nunca ter sido formalmente encerrada, tiveram consequências de longo prazo bastante consideráveis, influenciando até hoje na organização social, política e econômica do regime. Segundo Cumings (2004, p. 1-2), a

<sup>23</sup> O governo autoritário de Syngman Rhee duraria até 1960, graças, em grande parte, ao apoio dos EUA, sendo substituído pelo governo ditatorial de Park Chung-Hee.

Guerra da Coreia explica porque o país é, até hoje, um país altamente militarizado, que dá grande prioridade à segurança nacional:

A Constituição da RDPC apela para ‘armar toda a população e transformar o país inteiro em uma fortaleza’. Dentre 23 milhões de cidadãos, um milhão estão no Exército, seis milhões na reserva, e quase todos os homens e mulheres adultos tiveram experiência militar significativa. A CIA estimou, em 1978, que 12% dos homens entre 17 e 49 anos estariam servindo regularmente, ‘nível superado apenas por Israel’, mas a percentagem da população nas Forças Armadas aumentou firmemente dos anos 1980 para os anos 1990, indo de cerca de 30 por mil pessoas para 48 por mil em 1991.

Isso sem contar os altíssimos gastos com defesa feitos pelo país, que chegaram a 2 bilhões de dólares em 1990, as, aproximadamente, 15 mil instalações subterrâneas relacionadas à segurança nacional e os abrigos subterrâneos construídos nas bases das montanhas para à sobrevivência da população em caso de ataque nuclear. Toda essa preocupação do regime com a segurança são, em parte, frutos, ainda hoje, da Guerra da Coreia. E a questão da segurança, por sua vez, remetia à questão da autonomia do país que estava sendo fundado. Afinal, àquela altura, a Coreia (do Norte) já havia sido ocupada, em sua história recente, pelo Japão, pela URSS e pelos EUA. Era natural, nesse sentido, que o regime que se estava consolidando no poder buscasse, nos anos seguintes, elaborar uma política externa voltada para a obtenção de garantias de independência nacional (SCALAPINO & LEE, 1972).

Ressalta-se, além disso, que a Guerra da Coreia não era uma mera “guerra por procuração” entre as duas potências ou uma “guerra limitada” – conforme afirmam alguns analistas -, mas sim uma guerra civil entre dois sistemas socioeconômicos conflitantes, ainda que fomentada pela divisão unilateral e artificial da península pelos EUA. Deve ser entendida, portanto, não apenas como um episódio da recém-inaugurada Guerra Fria, mas como uma guerra “lutada por coreanos, com objetivos coreanos” (CUMINGS. 2004, p. 6).

É nesse contexto de insegurança do regime que se torna fundamental buscar a proteção e apoio de seus dois grandes vizinhos comunistas: a China e a URSS. A China, que foi tão fundamental para a defesa do regime do Norte na guerra, será a aliada preferencial do regime, com a qual serão mantidos fortes laços políticos nos anos 1950. Não obstante, alterações no contexto da Guerra Fria abrirão certo espaço de barganha para o regime norte-coreano, entre a China e a URSS, de forma que o regime tem de adaptar-se, constantemente, às tendências políticas da região.

Da análise desse período, percebe-se, em primeiro lugar, que o regime norte-coreano socialista de Kim Il Sung, que chega ao poder em fins dos anos 1940, consolida-se em meio

ao conflito intercoreano, de forma que seu objetivo máximo passa a ser garantir sua própria segurança frente às potências, que ameaçavam a autonomia nacional. Isso explica, em grande parte, a ascensão de uma elite dirigente composta de oficiais do EPC, a maioria dos quais tinham fortes ligações com a China por terem lutado na Revolução Chinesa ou na guerrilha anti-japonesa na Manchúria. Em segundo lugar, verifica-se que a República Popular da China, recém inaugurada, torna-se aliada fundamental do regime de Kim Il Sung, reagindo à ofensiva norte-americana e garantindo a existência do Estado norte-coreano. Em terceiro lugar, a barganha de Kim pelo apoio da China e da URSS à Guerra da Coreia demonstra que a estratégia norte-coreana de usar a rivalidade entre as potências para obter vantagens, aperfeiçoada posteriormente, já começava a se desenhar.

De forma geral, é possível concluir, desse primeiro capítulo, que o objetivo histórico da RDPC, desde sua fundação, era o de garantir a autonomia do regime, em face aos assédios das grandes potências que cercam o país. De fato, desde os períodos mais remotos de sua história, a península como um todo sofreu uma série de agressões militares – dos mongóis, dos japoneses, dos soviéticos e americanos - que tornaram a preocupação com a segurança e com a independência elementos centrais para a nação coreana. O regime norte-coreano, nesse sentido, já nasce com a preocupação de garantir sua existência autônoma, a qual passa a ser superdimensionada após a experiência desgastante da Guerra da Coreia.

A estratégia para alcançar esse objetivo primeiro da política externa norte-coreana já começa a ser esboçado antes mesmo da Guerra da Coreia, quando Kim flerta com a China Comunista – recém vitoriosa -, a fim de obter apoio soviético para o esforço de reunificação. O papel da China para a Coreia (e posteriormente para a RDPC), ao longo de todo esse período, adquire duas formas: a de (1) influência política, social e ideológica e a de (2) aliada contra ameaças externas.

A influência histórica da China sobre a península - que pode ser traçada desde o período da Antiguidade, pela “coreinização” da sociedade neoconfucionista -, sofre um breve momento de retrocesso, com a dominação japonesa, mas é logo retomada, informalmente, por meio dos contatos feitos entre os revolucionários chineses e coreanos na Manchúria, que permite a introdução de influências marxistas e maoistas na península. Essa influência continua sendo exercida, de forma informal, na década de 1940, quando muitos norte-coreanos lutam na Revolução Chinesa, ajudando a garantir a vitória dos comunistas no país vizinho. Não obstante, à medida que a China supera seus problemas internos e consolida-se como um país socialista, a partir dos anos 1950, sua influência sobre a península coreana, além de tornar-se mais formal, cresce de forma exponencial. Ainda que, como visto no

segundo capítulo, a RDPC nunca chegue a se tornar fantoche chinês nem soviético, devido ao sucesso de sua política de barganha trilateral.

Por outro lado, a aliança político-militar com os chineses, que remonta a antiguidade, continua, de forma informal, entre revolucionários coreanos e chineses, na guerrilha da Manchúria contra os japoneses e na Revolução Chinesa. E passa a ser formal, e decisiva, durante a Guerra da Coreia, quando a segurança de ambos os Estados esteve em risco. A preocupação chinesa com sua fronteira nordeste e com a presença militar norte-americana no sul da península coreana será instrumentalizada, posteriormente, pelos norte-coreanos, para obter vantagens econômicas e militares sem abrir mão de sua autonomia política.

### 3 A BARGANHA NACIONALISTA NA GUERRA FRIA (1953-1989)

Após a Guerra da Coreia, a história da RDPC separa-se definitivamente da história da RdC, uma vez que ambos adotam caminhos de desenvolvimento totalmente distintos. A partir dos anos 1950, portanto, é possível falar realmente em RDPC, como um Estado *stricto sensu*, com objetivos e políticas próprias que não se confundem com aquilo que era feito no sul da península. À medida que se estabiliza o quadro interno da RDPC, a política externa do regime começa a adquirir contornos mais bem definidos, tanto em termos de objetivos como em termos de estratégia.

Nesse sentido, esse capítulo será dividido em duas partes. A primeira busca analisar, em primeiro lugar, como o sentimento nacionalista norte-coreano, emergente da Guerra da Coreia, torna-se a base de seu sistema político-econômico, expresso na ideologia *Juche*, e como a China influi sobre esse processo; em segundo lugar, e com base no *Juche*, qual é a estratégia externa adotada pelo regime nas décadas de 1950 e 1960; e, em terceiro lugar, como essa estratégia influenciou sobre o desenvolvimento socioeconômico do país nesse mesmo período. Já a segunda parte busca identificar como se dá a aplicação dessa estratégia nos anos 1970 e 1980, diante das grandes alterações de conjuntura mundial e regional que se desenrolam, sempre tentando examinar o papel da China para essa estratégia e suas repercussões para o desenvolvimento socioeconômico da RDPC.

Propõe-se, portanto, uma periodização da política externa norte-coreana, durante a Guerra Fria, em dois períodos: de 1953 a 1972; e de 1972 a 1989. O primeiro período é marcado pela formação e auge da barganha nacionalista de Kim Il Sung, com base na posição geopolítica estratégica da RDPC entre a China, a URSS, o Japão e a presença militar dos EUA no sul da península coreana. Inicia-se com o fim da Guerra da Coreia, quando ocorre a formação da política externa norte-coreana autônoma e de base nacionalista, e encerra-se com a viagem de Nixon à Beijing, momento em que a aproximação sino-norte-americana começa a minar as bases da estratégia norte-coreana.

O segundo período é caracterizado pela crise da barganha nacionalista, diante de um cenário adverso para o regime da RDPC, que vê seu maior aliado, a China, acercar-se, em um primeiro momento, de Washington e de Tóquio; e, em um segundo momento, da URSS. Esse período encerra-se definitivamente em 1989, data que marca, no plano internacional, a queda do muro de Berlim, fim simbólico da Guerra Fria; e no plano regional, a reaproximação oficial entre China e URSS, com a visita de Gorbatchov à Beijing. Momento, portanto, em

que a barganha nacionalista, nos moldes utilizados até então, tornou-se inteiramente inviável, levando a sua completa reformulação.

Ressalta-se que o objetivo desse capítulo, como um todo, é identificar três eixos básicos que guiam essa pesquisa. Em primeiro lugar, qual é o objetivo histórico da política externa norte-coreana; em segundo lugar, qual é a estratégia da qual o regime lança mão para alcançar esse objetivo; e, em terceiro lugar, qual o papel desempenhado pela China em relação ao regime e a sua estratégia de política externa. De forma complementar, serão analisados também, brevemente, os impactos que a política do regime tem sobre o desenvolvimento socioeconômico do país, na medida em que tal processo serve como indicador da implementação dessa estratégia.

### **3.1. Formulação e auge da barganha nacionalista (1953-1972)**

#### **3.1.1. A filosofia Juche e a consolidação do regime**

Cumings (1997) define o sistema político norte-coreano, com base em sua singularidade histórica, como um regime corporativista neoconfucionista, no âmbito do qual, o papel revolucionário da classe operária, pregado pelo marxismo, teria sido substituída pela nação. Ideia que se coaduna com a tese de Bručan (1974), a qual afirma que o nacionalismo continua determinando o comportamento das nações, mesmo após a implementação de ideologias revolucionárias como o socialismo, para a construção do Estado. A nação, por sua vez, é um conceito derivado, na tradição confucionista, do papel da família como ideal de comunidade. A nação, portanto, é entendida como uma grande família, que deve estar acima de tudo. Essa ênfase no papel da nação – associada à família - justifica a existência de um Estado forte e centralizador, que tenha controle sobre toda a sociedade e a economia.

Também considerando o nacionalismo como elemento central do sistema político e econômico norte-coreano, Schwekendiek (2011, p. 31) afirma:

O que fez o comunismo norte-coreano distinto do de Moscou e do de Beijing era que Pyongyang incorporou profundamente sentimentos nacionais e elementos macrohistóricos na ideologia socialista, assim optando por seu “próprio estilo de socialismo”. Os maiores elementos coreanizantes são a ênfase no confucionismo tradicional e a memória da experiência traumática da invasão japonesa, bem como o foco em características autobiográficas de Kim Il Sung como heroico guerrilheiro.

Armstrong (2003, p. 6) comenta essa perspectiva, enfatizando o papel da tradição confucionista da Coreia para a formação do sistema político-econômico norte-coreano:

Elementos como a ênfase ideológica no humanismo - em detrimento do materialismo - e no voluntarismo - em detrimento do determinismo histórico -, o domínio hereditário, a recriação de hierarquias sociais rígidas e outras divergências do comunismo soviético foram vistos por muitos observadores como fortes remanescentes da política e cultura coreana tradicional, especialmente das tradições confucianas da dinastia Choson (1392-1910). Conscientemente ou não, o sistema norte-coreano funcionou através de símbolos e estruturas de poder que combinaram formas modernas e tradicionais de formas distintas. A reverência à família, ao líder e à distinção social, por exemplo, não foram abolidas na RDPC, mas transferidas e reformuladas (ARMSTRONG, 2003, p. 6).

Portanto, a consolidação do regime político norte-coreano, após a Guerra da Coreia, se deu com base nesse corporativismo neoconfucionista, o qual teve como expressão máxima a filosofia política chamada de *Juche* (ou *Zuche*). Concebido pelo próprio Kim Il Sung, o termo foi lançado publicamente em 1955, em meio a um discurso proferido pelo líder, no qual ele criticava a obediência coreana aos soviéticos, buscando restringir a influência estrangeira e promover a autonomia nacional, levando a “coreanização” do socialismo (KIM, 1955).

Consolidada nos anos 1960, a doutrina *Juche* pregava, basicamente, a autossuficiência e independência da nação em matéria de política, economia, defesa e ideologia. Em termos econômicos, o *Juche* justificava o desenvolvimento praticamente autárquico norte-coreano, considerando que, uma vez alcançada a autossuficiência econômica, o país ficaria bem menos suscetível a influências externas. Em termos de defesa, o *Juche* servia para justificar o desenvolvimento de tecnologia nuclear, que já começa a ser um objetivo desde o fim da década de 1950, de forma a garantir a independência do país (FRENCH, 2005).

Em termos políticos, ela teve implicações fundamentais tanto em termos do domínio interno do regime, quanto em termos de seu posicionamento internacional, sendo fundamental para que se possa analisar a RDPC atual. Para entender as ramificações que a doutrina teve no plano político interno, não obstante, é preciso compreender o aspecto mais profundo e filosófico que a ideologia *Juche* adquire no âmbito do neoconfucionismo. O neocunfucionismo – que, como já mencionado, chegou à península, por influência da China, durante a dinastia Choson -, prega a ideia de que a ação humana não é produzida a partir das circunstâncias externas, mas sim pelo que se chama a “condição interna” do ser humano, ou seja, sua consciência, sua capacidade de julgamento. Assim, o *Juche* implica a criação de uma “consciência nacional” que condicione as ações de toda a sociedade e justifique as ações do Estado. A Coreia, neste sentido, é vista como o centro do mundo e, por isto, deve ser a medida de julgamento de toda e qualquer ação de seus cidadãos. Esse pensamento é a base do nacionalismo norte-coreano e, até hoje, ainda é fortemente explorado pelas autoridades como meio de legitimar o regime (CUMINGS, 1997).

Aqui é importante, porém, fazer certa ressalva acerca do que se entende como nacionalismo norte-coreano, a partir desse momento histórico de estabelecimento do Estado e de lançamento do *Juche* como sua base ideológica. O nacionalismo norte-coreano que emerge nesse momento, relacionado ao regime que se instaura no poder, não pode ser confundido com o nacionalismo coreano, relativo à etnia coreana como um todo e ao território peninsular em sua integridade. É importante lembrar, nesse sentido, que até os dias de hoje, as duas Coreias reivindicam, separadamente, o nacionalismo coreano, ou seja, apresentam-se interna e externamente como a verdadeira pátria do povo coreano e representante de seu passado. Nesse sentido, Park (2010, p. 90) afirma:

Desde o estabelecimento dos respectivos governos (o do Norte e o do Sul), ambos têm considerado e definido suas respectivas jurisdições territoriais, legalmente e politicamente, como sendo a península inteira, criando uma situação de confronto, no âmbito da qual cada lado reivindica legitimidade única sobre o território dividido. Por isso, cada sistema tem empregado teorias de legitimação para obter poder de influência, de forma a reivindicar o direito de governar a península inteira.

Nesse sentido, o nacionalismo que emerge na RDPC no pós-Guerra da Coreia, com a divisão definitiva das duas metades da península, é um nacionalismo próprio do novo país. Um nacionalismo que se apropria do passado em comum com o Sul para a criação de seus próprios mitos e símbolos, mas que também busca diferenciar-se desse passado, no sentido em que exalta a lealdade ao regime e à revolução socialista e, sobretudo, rejeita qualquer tipo de dominação estrangeira sobre o novo país. Em relação a esse último ponto, ressalta-se a importância que o antiniponismo – decorrente do colonialismo vivido anteriormente – e que o antiamericanismo - proveniente da traumática experiência da Guerra da Coreia – têm para a sustentação desse sentimento nacional norte-coreano. Assim, daqui em diante, sempre que for mencionado o nacionalismo norte-coreano, a referência é sempre a este nacionalismo.

Além disso, o neoconfucionismo implícito no *Juche* também prega que a educação de um indivíduo é a base do desenvolvimento de “consciência” e, a partir daí, que aqueles indivíduos que possuem consciência são aqueles que constroem a sociedade e a governam. Este pensamento legitima, portanto, a figura de um líder, rei ou ditador, como a “mente suprema da nação”, ou seja, aquele que tem mais consciência que o resto da sociedade e, portanto, que não deve ser questionado. O “culto à personalidade” de Kim Il Sung e, posteriormente, Kim Jong Il, está fortemente associado a esta lógica, pela qual o líder constitui a encarnação da consciência nacional coreana e, portanto, seu representante legítimo (CUMINGS, 1997).

De fato, o culto a personalidade de Kim Il Sung começou desde sua chegada ao poder, em 1946, quando passou a presidir o Comitê Popular Provisional norte-coreano. Kim era

exaltado como “sol da nação” e lhe eram atribuídos todos os tipos de virtudes neoconfucianas, tais como a inteligência, a sabedoria e o respeito. Conforme explica French (2005, p.49):

De um ponto de vista confuciano, o conceito de um líder todo poderoso com um Mandato do Céu era legítimo. (...) As primeiras décadas de existência da RDPC viram crescer o culto à personalidade de Kim Il Sung, primeiro para assegurar o poder, depois para motivar a população, e finalmente, para dominar o país. O culto já estava então efetivamente consagrado no *Juche*.

Exemplo emblemático desse culto à personalidade do líder foi a reintrodução, em 1949, por Kim Il Sung, do termo *Suryong*, que significa “Grande Líder”, o qual consistia no título dos governantes da Coreia antiga, ou seja, dos reis das dinastias. Assim, a posição de Kim Il Sung como ditador seria fortalecida, já que o termo sugeria respeito e lealdade dos cidadãos ao governante, corroborado pela aceitação confuciana da ordem social. Levando isso em consideração, Schwekendiek (2011) aponta duas particularidades importantes do regime comunista norte-coreano. Em primeiro lugar, a glorificação de Kim Il Sung era muito mais intensa do que a de outros líderes comunistas, chegando a ser endeusado. Em segundo lugar, a glorificação do líder, no caso norte-coreano, ia além de sua própria pessoa, sendo estendida para o resto de sua família. O próprio Mao Zedong, na China, ainda que exaltado como líder da revolução comunista, era muito menos glorificado do que Kim Il Sung e, ainda que sua esposa tenha assumido o poder por um curto lapso de tempo após sua morte, sua família não partilhava de seus mitos triunfais.

Além disso, Armstrong (2003, p. 225) ressalta que o culto à personalidade, no caso da RDPC, não ia contra o partido nem à burocracia estatal, tendo em vista a intrínseca relação do socialismo coreano com o nacionalismo.

A principal diferença entre o culto de Kim, na RDPC, e os cultos similares a Hitler, Stalin e Mao é que o culto norte-coreano não emergiu como um fenômeno em separado da, ou em oposição à, autoridade burocrática do partido governante. (...) Ao manter o culto de Kim Il Sung em tal nível de intensidade por tanto tempo, sem cair no terror destrutivo do stalinismo nem na anarquia da Revolução Cultural chinesa, a RDPC conseguiu algo bastante notável: um estado estável de crise permanente, uma emergência institucionalizada e contínua.

Percebe-se, portanto, que o culto à personalidade, tão explorado como elemento de legitimação pelo regime, foi elaborado e consagrado no âmbito do *Juche* e da tradição neoconfucionista que ele incorporava. Nesse sentido, formava-se um modelo tipicamente coreano – que remonta à história antiga da península e às dinastias reais -, de “círculos concêntricos”, formado por laços pessoais, em torno da figura central do líder, isto é, Kim Il Sung. Assim, Cumings (1997, p. 466-467) afirma:

O sistema norte-coreano não é simplesmente uma estrutura hierárquica de partido, exército e burocracia estatal (ainda que também seja isso), mas é também uma

hierarquia de círculos concêntricos cada vez mais amplos. No centro está Kim. O círculo seguinte é sua família, o seguinte são os guerrilheiros que lutaram com ele, e depois vem a elite do partido. Este grupo forma o círculo central e controla tudo nas cúpulas dirigentes do regime. O centro, então, se move para fora e para baixo, concentricamente, para abarcar a burocracia, os militares e outros elementos da população e prover a ligação pessoal que mantém unido ao sistema. Quando se alcança a penumbra de trabalhadores e camponeses, a confiança dá lugar ao controle sobre bases burocráticas e a uma mescla de incentivos normativos e remunerativos. Não obstante, a família permanece como modelo para toda a organização social norte-coreana e é a pedra angular do sistema (a constituição da RDPC define a família como a unidade nuclear da sociedade).

Por fim, ainda em termos de política interna, conforme apontam Scalapino & Lee (1972), o Juche significou a redução da influência das chamadas facções de Yenan e Soviética, as quais haviam tido significativa relevância para as disputas de poder interno, dentro do movimento comunista norte-coreano, desde os anos 1940. Tudo começa com uma crise política intera desencadeada a partir de junho de 1956, no Plenário de Agosto do PTC, quando Kim viajava com uma delegação à URSS e ao Leste Europeu. Na ocasião, Pak Ch'ang-ok (coreano-soviético) e Ch'oe Ch'ang-ik (ligado à facção de Yenan) teriam liderado uma facção anti-Kim em volta de três questões básicas: crítica à ditadura de um homem só; crítica ao programa econômico do governo que, ao priorizar a indústria pesada, voltava as costas às necessidades do povo; e crítica ao critério de seleção dos oficiais do partido, supostamente centrado no equilíbrio faccional, o qual deveria ater-se à meritocracia. As críticas abertas ao regime teriam causando o caos no Plenário e muitos líderes da oposição são expurgados e destituídos de suas funções no dia seguinte. Nesse ponto, a China e a URSS interviram na questão, forçando Kim Il Sung – não se sabe muito bem como – a restituir tais figuras políticas a seus antigos postos (SCALAPINO & LEE, 1972).

Esse evento teria servido de alerta ao regime quanto aos perigos de manter qualquer alinhamento com as potências da região tendo em vista as grandes assimetrias existentes entre eles. Naquele momento, Kim Il Sung teve de ceder temporariamente às potências, mas não por muito tempo. Em 1956-1958, Kim Il Sung promoveu uma série de expurgos nos mais altos escalões do PTC, rebaixando qualquer liderança que tivesse ligações diretas com os interesses da URSS e da China, isolando a oposição a partir de campanhas propagandísticas anti-sectárias. O golpe final para as facções Soviética e de Yeannan ocorreu em 1958, por ocasião da 1ª Conferência dos Representantes do PTNC, com os expurgos de Ch'oe Ch'ang-ik e de Kim Tu-bong, as maiores lideranças da facção de Yenan, e com a fuga do último membro da facção soviética que tinha algum destaque, Pak Ch'ang-ok, para a URSS (SCALAPINO & LEE, 1972). Essa atitude do regime - que o permitiu consolidar seu poder interno, rechaçando qualquer resistência ao governo de Kim Il Sung - estava diretamente

relacionada às implicações que o *Juche* tinha no âmbito de política externa, uma vez que a ideologia implicava a adoção de uma postura independente tanto perante a URSS, quanto perante a China, em um contexto de crescente desentendimento entre as duas potências.

Assim, em termos de política externa, a RDPC expressava, por meio do *Juche*, sua indisposição a ser manobrada pelas grandes potências conforme seus interesses, e que, ao contrário, faria valer seus próprios interesses nacionais. Nesse sentido, o *Juche* é a formulação explícita da autonomia como objetivo máximo da política externa norte-coreana. De forma mais pragmática, essa disposição em fazer valer os interesses nacionais norte-coreanos acima dos interesses das potências aliadas já era demonstrado pela recusa de Kim Il Sung em seguir as diretrizes soviéticas em relação aos EUA, expressa nesse mesmo discurso que lançava o *Juche*. Na ocasião, em uma clara demonstração de autonomia política, Kim (1955, p. 585) reafirmava claramente o antiamericanismo norte-coreano, diante da reaproximação promovida entre EUA e URSS após a morte de Stalin:

O camarada Pak Yong-bin, após voltar da URSS, disse que, uma vez que a URSS estava seguindo uma linha de flexibilizar as tensões internacionais nós, também, deveríamos deixar de lado nossos slogans contra o imperialismo dos EUA (...). O imperialismo norte-americano queimou nossas terras, massacrou nosso povo inocente e estão ainda ocupando a parte sul do nosso país. Eles são nossos inimigos jurados, não são?

De fato, além de servir como elemento de legitimação para sua política interna, o antiamericanismo se justificava pela própria situação ainda persistente de divisão da península coreana, a qual não agradava o Norte. Dessa forma, Kim reafirmava que não seria submisso em relação às potências em detrimento dos interesses nacionais norte-coreanos. Faltava, então, traçar a estratégia de política externa que permitiria ao regime instrumentalizar esse discurso, de forma a obter vantagens reais em defesa de seu nacionalismo. Estratégia que será explicada em maiores detalhes na próxima sessão.

De forma geral, o saldo político interno desse primeiro período após a Guerra da Coreia, o qual servirá de pano de fundo para a estratégia da barganha nacionalista no âmbito externo, foi marcado pela consolidação do poderio de Kim Il Sung. Consolidação essa que se deu graças a três fatores: (I) ao fortalecimento do PTC e do EPC; (II) à derradeira eliminação do faccionalismo ligado à China e à URSS; e (III) à emergência do culto à personalidade e à ascensão do nacionalismo e da ideologia *Juche*. Assim, Scalapino & Lee (1972, p. 525-526) afirmam: “As antigas coalizões faccionalistas estavam irreparavelmente destruídas. Kim Il Sung emergiu como o único líder e, em sua volta, agrupou-se um círculo social de seguidores fiéis, a maioria deles ‘velhos guerrilheiros’”.

A análise da formação do sistema político norte-coreano, a partir do *Juche*, demonstra que não há como aplicar conceitos políticos modernos ao sistema político norte-coreano, uma vez que esse sistema jamais foi moderno. Muito pelo contrário, como apontado acima, a lógica política que foi estabelecida por Kim Il Sung - e que prevalece, em grande medida, até os dias de hoje -, é a mesma lógica de legitimação de poder empregada pelas antigas dinastias que dominaram a península até o século XIX. Nesse sentido, conforme lembra Park (2010), o mais perto que RDPC chegou de sistema político minimamente democrático, ironicamente, foi durante as eleições dos Comitês Provisórios de 1946, promovida pelo CPPCN. Antes disso, o país havia ido da dinastia Choson para as mãos do Império Japonês. Todos os mitos em volta da figura de Kim Il Sung, exaltando-o como o grande líder da nação coreana - que não fazem muito sentido em uma sociedade moderna -, portanto, são elementos de grande importância para a manutenção do regime e que fazem pleno sentido para a sociedade norte-coreana.

É interessante ressaltar, por fim, que mesmo no *Juche*, que é ideologia nacionalista de autossuficiência, é possível perceber certa influência chinesa. Essa influência pode ser verificada de duas formas. A primeira e mais óbvia decorre do simples fato de que o próprio neoconfucionismo, base filosófica do *Juche*, é de origem chinesa. Dessa forma, percebe-se quão duradoura foi a influência sociocultural da China antiga sobre a península coreana, tanto que uma filosofia de origem chinesa, séculos mais tarde, ainda serve de respaldo ao nacionalismo norte-coreano. A segunda forma de influência sobre o *Juche* diz respeito às causas que levaram Kim Il Sung a criar a ideologia, na medida em que não era apenas a influência soviética que o Grande Líder pretendia barrar, mas também a influência chinesa. O *Juche*, nesse sentido, pode ser visto também como resposta a crescente rivalidade sino-soviética, buscando tirar proveito máximo da situação para a conquista da autonomia, conforme explicado a seguir.

Por um lado, o *Juche* permite entender como foi montado o sistema político norte-coreano, e como ele se justifica até hoje perante sua própria sociedade, em termos neoconfucionistas. Por outro lado, a filosofia *Juche* explica a base do nacionalismo norte-coreano e sua instrumentalização, no mínimo no campo retórico, em termos de atuação no cenário internacional. A política interna, nesse sentido, projeta-se no âmbito externo por meio do *Juche*. A forma como o *Juche* será, de fato, aplicado à política externa norte-coreana, deve ser analisado sob a luz da barganha nacionalista realizada pela RDPC no período da Guerra Fria, sobretudo nos anos 1950-1960.

### 3.1.2. A rivalidade sino-soviética e a barganha da RDPC

Após a Guerra da Coreia, tanto o Sul como o Norte não eram oficialmente reconhecidos pela ONU, mas apenas pelos membros dos blocos em que se inseriam. Dessa forma, era-lhes fundamental polarizar suas políticas internas em torno destes blocos, de maneira a obter legitimidade internacional e ajuda externa. Isso passou a ser bastante complexo para a RDPC após a morte de Stalin, em 1953, quando a URSS e a China começam a hostilizarem-se mutuamente. Hostilidade que se torna ainda mais pronunciada a partir de 1956, quando, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, a China e a URSS – seus dois principais aliados – começaram a divergir de maneira cada vez mais explícita (VISENTINI, 2013).

Não obstante, é nesse momento que o regime norte-coreano, em vias de consolidação e de reconstrução econômica pós-guerra, começa a formular sua política externa de barganha nacionalista. O regime busca, nesse sentido, aproveitar-se do contexto de rivalidades entre as potências regionais, bem como da remanescente presença militar norte-americana ao sul da península, para obter ganhos que lhe ajudassem a garantir a segurança e o desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, essa conjuntura regional também permitia ao regime garantir certa margem de autonomia política em relação às potências – enquanto buscava adquirir autonomia em termos econômicos e militares -, em conformidade com o nacionalismo nascente norte-coreano. Para fazer isso, o regime oscila suas atitudes políticas, ora aproximando-se da URSS, ora aproximando-se da China, sem jamais romper integralmente com nenhum dos lados, nem nunca ceder totalmente a nenhum deles.

Por isso, muitos autores, como Park (2010) e Kim (1976) e Cumings (1997) – só para citar alguns -, argumentam que não é possível entender o jogo político da RDPC com a China durante os anos 1950 e 1960 sem levar em consideração a ideologia *Juche*, a qual serviu de embasamento e justificativa da estratégia de barganha de Kim Il Sung no período. Nesse sentido, Visentini (2009, p. 246) destaca:

Kim Il-sung foi suficientemente hábil para criar um espaço de independência entre Moscou e Beijing, sem tomar partido na disputa, alterando a ênfase de sua aliança em cada conjuntura, e garantindo a maior autonomia possível, o que implicava num regime largamente fechado ao exterior (inclusive em relação aos aliados).

Para entender o jogo que a RDPC passa a articular com a China e com a URSS, é preciso compreender a importância geopolítica que o país adquire no âmbito da Guerra Fria, especificamente para a China e para a URSS. Acerca dos interesses da China em relação à

RDPC, no âmbito dessa emergente disputa sino-soviética, conforme ressalta Ha (1983, p. 228-229):

Para a China, a predominância soviética na RDPC apresentaria uma série de problemas graves em potencial. O controle russo da RDPC iria, por exemplo, aumentar enormemente a vulnerabilidade do núcleo industrial vital da RPC na Manchúria e daria aos soviéticos mais um link em seu sistema de segurança coletivo asiático, elaborado para isolar e intimidar a RPC.

De forma semelhante, Choi (1983, p. 232) aponta:

Os chineses consideram a península coreana como uma muralha que defende os centros industriais e os recursos da Manchúria, o qual é o território mais importante e mais vulnerável da China em vista da ameaça soviética pelo Norte, e os centros políticos ao redor de Beijing. Ao mesmo tempo, a Coreia é uma base de partida para que os chineses avancem em direção ao Pacífico e controlem todo o nordeste asiático. A China considera a manutenção de uma posição dominante na Coreia vital para seus interesses securitários.

Além disso, Cumings (1997) também considera que o conflito sino-soviético não era, pelo menos até meados dos anos 1970, o único motivo para que a China buscasse aproximar-se da RDPC e garantir sua influência. A presença militar norte-americana no sul da península, ainda remanescente da Guerra da Coreia, mantinha tensionado o sistema de segurança regional chinês, obrigando a China a buscar certa influência sobre a RDPC, de forma a dissuadir os EUA. Essa tensão da China em relação à metade sul da península também concedia a Kim Il Sung boas oportunidades de extrair vantagens de seu grande vizinho. Apesar de esse temor securitário chinês ser complementar à rivalidade sino-soviética, ele era fundamental para a estratégia de barganha nacionalista a ser implementado pelo regime, de forma que ela começa a ruir em meados dos anos 1970, quando esse pilar deixa de existir, no âmbito da diplomacia do ping-pong.

Acerca dos interesses soviéticos na RDPC, diante da rivalidade com a RPC, Choi (1983, p. 233-234) afirma:

A Coreia é adjacente às províncias marítimas da Sibéria, e está localizada no Mar do Japão. Vladivostok, que há muito tempo é o ancoradouro da Frota Soviética do Pacífico, é tão perto da Coreia que a marinha soviética tem que estar atenta ao que está acontecendo na península coreana. Influência crescente sobre a península coreana daria à frota mais segurança e a permitiria manobrar mais livremente. A localização da península no Mar Amarelo, no lado oposto ao da China, significa que as norças navais, operando da Coreia, poderiam colocar a China taticamente em cheque. A Manchúria pode ser ameaçada a partir da Coreia. (...) A posição asiática dos soviéticos em relação à China seria imensuravelmente melhor, em termos políticos e militares, se tivesse acesso aos portos coreanos e presença nos estreitos coreanos.

O autor também argumenta que, caso fosse deflagrado um conflito direto entre a China e a URSS, a RDPC seria um trunfo estratégico extremamente importante para ambos, o que

mais uma vez evidencia o peso geopolítico da península nesse contexto de rivalidade entre as duas potências comunistas. Para a URSS, controlar a RDPC em um cenário de guerra significaria que: (I) a Manchúria estaria cercada pelos territórios soviéticos: RDPC, Mongólia e províncias marítimas; (II) os soviéticos teriam vantagens decisivas para o controle do Mar Amarelo; (III) os soviéticos conseguiriam facilmente garantir o controle sobre o Mar do Japão; (IV) os soviéticos poderiam evitar ataques chineses às províncias marítimas, pela ameaça de atacar pelos flancos (Mongólia e RDPC) as tropas chinesas; e (V) os soviéticos poderiam evitar que os EUA e suas forças militares estacionadas na RdC se aproveitassem da guerra sino-soviética.

Por outro lado, o autor ressalta também as vantagens que os chineses poderiam obter, se lograssem controlar a RDPC em um possível cenário de guerra contra os soviéticos: (I) os chineses poderiam garantir facilmente a segurança do Mar Amarelo e eliminar as ameaças soviéticas contra as zonas portuárias chinesas; (II) os chineses poderiam avançar em direção ao Mar do Japão e ameaçar diretamente a Frota Soviética do Pacífico; (III) os chineses poderiam atacar áreas das províncias marítimas soviéticas; e (IV) a China poderia usar a RDPC como zona tampão, evitando confrontação direta com as forças norte-americanas na RdC.

ILUSTRAÇÃO 2: Posição estratégica da península coreana no nordeste asiático



Fonte: FAS (2000).

Conforme se pode perceber a partir da Ilustração 2, e do que foi dito acima, a RDPC tem uma posição geopolítica de grande relevância para as relações internacionais do Nordeste Asiático, em termos políticos e militares. Por um lado, ela guarda o acesso do Mar Amarelo, do Mar do Japão e do próprio Pacífico. Por outro lado, ela está próxima de uma região econômica de grande importância para a China, a Manchúria (no nordeste), rica em recursos minerais e energéticos; bem como está próxima de Vladvostok, região estratégica para a União Soviética, por servir de porto a sua Frota do Pacífico. Sem contar a importância das tropas norte-americanas estacionadas no sul da península para os cálculos securitários da URSS e, sobretudo, da China.

A RDPC aproveita-se dessa posição geopolítica estratégica, instrumentalizando-a, uma vez que, logo após da Guerra da Coreia, o país precisava ser reconstruído, e o regime precisava consolidar-se definitivamente no poder, com base no sistema socialista. De fato, a RDPC teve novo impulso ao desenvolvimento econômico, após a Guerra da Coreia, com o lançamento do Plano Trienal 1954-1956, que visavam à reconstrução e ao desenvolvimento das indústrias mais importantes que haviam sido devastadas pela Guerra. Essa reconstrução, por sua vez, foi fortemente favorecida pelo recebimento de massiva assistência da China e da URSS, as quais, juntas, chegaram a enviar cerca de 13 milhões de dólares à RDPC ao longo da década de 1950 (SAVADA, 1994).

Pouco após o fim da Guerra da Coreia, a URSS havia se comprometido a doar um bilhão de rublos, destinados a fomentar a indústria pesada norte-coreana, bem como perdoou grande parte da dívida externa contraída pelo país quando da Guerra. A ajuda prometida pela China, em 1954, apesar de significativa, era mais modesta, até pelo mau desempenho econômico que o país apresentava nesse momento:

A China cancelou toda a dívida contraída entre 25 de junho de 1950 e 31 de dezembro de 1953, e concordou em dar à RDPC uma ajuda que totalizava em 800 milhões de Yuan entre 1954 e 1957 (...). Esses fundos seriam usados, primordialmente, para o fornecimento de alimentos, têxteis, algodão e carvão, bem como de materiais de construção e de maquinário. Durante 1954, Kim afirmou que a China forneceria à RDPC 100 mil toneladas de grãos, vários milhares de metro de tecido, barcos pesqueiros, carvão e outros equipamentos. Além disso, a China assistiria na reabilitação do sistema ferroviário da RDPC (SCALAPINO & LEE, p. 529-530).

Assim, enquanto a União Soviética desempenharia o papel principal na construção do complexo industrial básico, a China proveria os norte-coreanos com víveres suficientes e também desempenharia um papel em áreas como transporte até o ponto em que suas capacidades permitissem. Neste sentido, Visentini (2013, p. 143) assinala:

Se a ajuda econômica da URSS era mais substancial, a postura diplomática de Moscou face ao Ocidente, desde a afirmação da Coexistência Pacífica, era percebida como uma ameaça potencial. Assim, era preciso contar mais com a China no campo estratégico, durante este período, e flanquear as divergências entre os dois aliados.

Kim (1976) estima que, durante o Plano Trienal de 1954-1956, a ajuda externa – praticamente toda advinda da URSS e da China – correspondia a cerca de 60% do orçamento norte-coreano. Como resultado da reimplementação do modelo socialista e desse auxílio externo, a produção aumentou drasticamente durante o Plano Trienal, alcançando o nível prévio à guerra, já em 1956, para os principais produtos, tais como carvão, cimento, têxteis e outros bens de consumo. Dessa forma, o crescimento industrial durante o Plano Trienal chegou a 41,7% (CUMINGS, 1997).

De fato, já em agosto de 1956, o governo anunciava que todos os setores industriais haviam alcançado suas metas, ainda que os maiores ganhos, de longe, tenham sido na indústria pesada, particularmente nos setores da metalurgia, maquinário, energia elétrica, químicos e mineração. Esses campos haviam sido prioridade em termos de investimento estatal, uma vez que a indústria pesada permitiria o alcance do *Juche* econômico, ou seja, a autossuficiência. Conforme apontam Scalapino & Lee (1972, p. 531-532): “Cerca de 80% do investimento estatal para a construção industrial havia sido alocada para o setor da indústria pesada, e essa soma representava aproximadamente 40% do investimento estatal total para o período do Plano”.

Apesar de o foco primordial do Plano ter sido a indústria pesada, a reforma agrária também foi aprofundada com a coletivização e centralização do setor agrícola. Nesse sentido, em 1946, 74% das fazendas eram privadas, ao passo que, em 1954, 44% eram privadas e, em 1957, apenas 3% eram privadas. Em 1958, praticamente todas as fazendas haviam sido substituídas por cooperativas, com exceção de minúsculos pedaços de terra que eram tolerados pelo governo (SCHWEKENDIEK, 2011).

Em seguida, o Plano Quinquenal de 1957-1961 estabeleceu as bases para a industrialização pesada da RDPC, em consonância com o Grande Salto Para a Frente lançado por Mao Zedong, na China, mais ou menos no mesmo período. A ideia de ambos era desenvolver a indústria de base para garantir um desenvolvimento industrial autônomo, construindo, dessa forma, a autossuficiência econômica da nação – o que se encaixava perfeitamente dentro da lógica *Juche*. Ademais, conforme afirma Cumings (1997), o Plano Quinquenal partia da constatação de que o crescimento norte-coreano não teria atingido toda a sua potencialidade, no início dos anos 1950, pela relativa lentidão de alguns setores

estratégicos da indústria, tais como a produção de carvão e a indústria metalúrgica. Assim, em 1958, 85% do orçamento anual foi alocado para a indústria pesada, ao passo que apenas 15% foram destinados a indústria leve.

Entretanto, quando do lançamento desse novo plano econômico, a RDPC já dava claros sinais de autonomia política em relação à URSS, apesar da dependência econômica que tinha até então em relação a esta. Kim (1976) assinala que o Plano Quinquenal, diferentemente dos planos anteriores, havia sido elaborado sem qualquer consulta – e muito menos aprovação – em relação à URSS. Inclusive, Brezhnev expressou explicitamente sua desaprovação em relação ao plano econômico, o qual ele considerava “irrealista”. Além disso, os soviéticos também criticaram a concentração de poder nas mãos de Kim Il sung. Em contraposição, a delegação chinesa mostrou-se otimista acerca de realização do plano, demonstrando pleno apoio político a Kim. No fim das contas, apesar das críticas, a URSS concordou em conceder assistência econômica para que o Plano fosse executado, fornecendo, de início, 75 milhões de dólares em subsídios e 42,5 milhões de dólares em empréstimos – valores bastante consideráveis para a época.

Para compreender porque a URSS manteve o suporte econômico ao regime, apesar das divergências políticas, é preciso levar em consideração o contexto do nordeste asiático naquele momento. As relações entre Beijing e Moscou deterioraram-se de forma progressiva em fins dos anos 1950, quando os soviéticos voltam atrás no acordo militar que tinham com a China, recusando-se a fornecer certos tipos de materiais atômicos ao país. Pouco depois, quando a disputa indo-chinesa sobre a fronteira do Himalaia eclodiu, os soviéticos mostraram certa simpatia à causa indiana, o que foi considerado como hostilidade pela China. Além disso, a URSS se reaproximava dos EUA, o que era inadmissível tanto para a China como para a RDPC. Não obstante, conforme argumentado anteriormente, a RDPC era uma região estratégica tanto para a URSS quanto para a China, de forma que nenhum deles estava disposto a abrir mão de manter certa influência sobre o regime de Kim Il Sung.

Diante dessa situação de ruptura do bloco socialista, a RDPC, em um primeiro momento, tenta articular uma posição de neutralidade com os demais países comunistas asiáticos, tais como o Vietnã. Porém, em um segundo momento, as posições da RDPC passam a convergir com as da China, ainda que sem hostilizar diretamente a URSS, de forma a manter o recebimento de auxílio econômico, político e militar de ambas, em uma relação de autonomia com os dois gigantes socialistas. Conforme afirma Park (2010, p. 92):

Pyongyang foi posta em uma posição precária entre as duas superpotências do bloco comunista, de forma que não desejava antagonizar nenhum delas, por manter relações íntimas com uma em detrimento da outra. Isso forçou o governo de

Pyongyang a declarar um caminho de equidistância e, portanto, de autonomia. Mas foi a União Soviética que se tornou o alvo mais conveniente das críticas norte-coreanas, devido à política expansionista de Moscou. Em contraste, a China fornecia um modelo exemplar (...). Assim como Mao criticava Moscou por suas políticas hegemônicas, Kim expressava desgosto em relação às políticas intervencionistas da URSS.

Para Scalapino e Lee (1972), efetivamente, é nesse momento que a RDPC afasta-se consideravelmente da URSS, em termos político-ideológicos, uma vez que as novas posições adotadas pela potência após a ascensão de Khrushchev - as quais incluíam a desestalinização com ênfase na crítica ao culto à personalidade de Stalin e certa acomodação com os EUA -, não interessavam de forma alguma ao novo regime instituído por Kim, que elevava a novos níveis o culto à personalidade do líder e utilizava a agressão e presença norte-americana na península como base de legitimação interna. Assim, a RDPC passa a pender mais para o lado da China, em termos políticos:

Kim e seus seguidores consideraram o Khrushchevismo, à medida que esse se revelava, basicamente incompatível com seus próprios desejos e necessidades. Eles queriam uma política que desafiasse os Estados Unidos, colocassem-nos na defensiva, detivessem-nos. Sua principal preocupação em política externa a esse ponto, como a de seus camaradas chineses, era a unificação de seu país – nos seus termos – e a remoção dos Estados Unidos da Ásia. Esses desejos primordiais estavam inter-relacionados e nenhum deles era satisfeito pela reaproximação americano-soviética (SCALAPINO & LEE, 1972, p. 558).

Entretanto, Park (2010) ressalta que a aproximação com a China não deveria dar-se, do ponto de vista norte-coreano, pela criação de uma nova relação de subordinação como a que houve em relação à URSS nos primeiros anos da libertação. A ênfase norte-coreana, a partir daí, era, claramente, a busca pela autonomia. Ademais, apesar de a posição política norte-coreana acerca do processo de desestalinização da URSS e da reaproximação dessa última com os EUA acabar convergindo mais com a da China, a ajuda soviética ainda era extremamente necessária, sobretudo em um momento em que grandes recursos estavam sendo mobilizados na busca da autosuficiência econômica do país.

De acordo com Kim (1976), as relações da RDPC com a China continuaram em alta, de forma que, em setembro de 1958, os norte-coreanos receberam um empréstimo de 52,5 milhões de dólares dos chineses. No mesmo mês, conforme explicam Scalapino & Lee (1972), os norte-coreanos adotaram os preceitos maoistas - de estimular a produção por meio do trabalho junto ao povo, dos incentivos morais ou ideológicos e das campanhas de retificação de massas – com a implementação do movimento Chollima<sup>24</sup>. Esse movimento

<sup>24</sup> Chollima é uma criatura legendária da mitologia coreana, cujo nome pode ser traduzido como “cavalo de mil milhas” e que, portanto, simboliza avanço a grande velocidade.

consistia em uma campanha governamental de mobilização de massas, destinada a aumentar a produção a partir de recursos limitados – o que também é bastante semelhante ao que foi feito na China no âmbito do Grande Salto para Frente. A ideia era, basicamente, estabelecer competições entre trabalhadores industriais e distribuir prêmios simbólicos – que representassem prestígio social - aos trabalhadores que mais produzissem<sup>25</sup>. O resultado direto de tal movimento sobre a produtividade do país é questionável, contudo, ressalta-se que, durante o Plano, o crescimento da produção industrial foi de 36,6% (SCHWEKENDIEK, 2011).

Não obstante, Kim (1976, p. 197) assinala:

Talvez um dos maiores resultados benéficos que a emulação das políticas chinesas tenha sido a pressão que colocou sobre a União Soviética para renovar seu apoio à RDPC. Em 1959, a URSS concordou em conceder um empréstimo adicional de 125 milhões de dólares para assistir no crescimento da economia norte-coreana. A RDPC havia alcançado seus objetivos sem ter de curvar-se às pressões soviéticas.

Dessa forma, em sintonia com a conjuntura, Kim Il Sung usava a disputa sino-soviética emergente para promover uma clara barganha nacionalista com ambos os países, aproveitando-se das rivalidades entre eles e de sua posição estratégica na região, sem ter de abrir mão de sua autonomia política externa nem interna. Em 1961, o PTC anunciava que o Plano Quinquenal havia superado suas metas no tempo recorde de dois anos e meio. Conforme ressaltam Scalapino & Lee (1972, p. 572):

Nos quatro anos entre 1957 e 1960, a produção industrial total aumentou 3.5 vezes e o aumento anual médio da produção industrial foi de 36.6%. Na agricultura, as três principais tarefas – irrigação, eletrificação e mecanização – avançaram significativamente. Cerca de 800 mil chongbo estavam agora sob irrigação, incluindo todos os campos de rizicultura. A eletrificação rural havia prosseguido ao ponto de 92.1% de todas as aldeias e 62% de todos os lares camponeses terem eletricidade. A mecanização, apesar de prosseguir mais devagar, estava progredindo.

Além disso, a produção de grãos também havia aumentado consideravelmente, de forma que o PTC passou a incentivar mais a produção rural de matérias-primas para a indústria do que a de alimentos. Combinado a isso, o partido, com fins de eliminar possíveis causas de instabilidade política, também adotou uma série de medidas destinadas a melhorar o nível de vida dos norte-coreanos, reduzindo sua penúria. Assim, em 1959, o preço dos bens

<sup>25</sup>Em seguida ao Movimento Chollima, foram instaurados dois outros movimetnos econômicos que, apesar de terem menos significância, seguiam bases maoistas: o movimento Chongsan-ni e o chamado “Sistema de Trabalho Taeon”. O primeiro sugeria que os burocratas do país deveriam seguir o exemplo de Kim Il Sung – o qual fazia visitas constantes às fábricas e fazendas do país -, e realizar visitas de campo com certa frequência, de forma a interagir com os agricultores locais e, assim, identificar ineficiências burocráticas, bem como evitar problemas de coordenação. O Sistema de Trabalho Taeon nada mais era do que a extensão do Movimento Chongsan-ni para o setor industrial (SCHWEKENDIEK, 2011).

alimentares que estavam sob racionamento foram reduzidos, os impostos em espécie sobre a agricultura também foram diminuídos e a média salarial foi consideravelmente ampliada. Isso não eliminou a miséria crônica do país, mas amenizou um pouco a situação, sobretudo para os camponeses (SCHWEKENDIEK, 2011).

Esse crescimento foi mantido durante toda a década de 1960, com o lançamento do primeiro Plano de Sete Anos 1961-1967, o qual mantinha a ênfase na construção de fundações econômicas independentes para a RDPC, em conformidade com o *Juche*. O Plano era dividido em duas etapas: nos três primeiros anos (1961-1963), o objetivo seria melhorar o nível de vida da população, aumentando os investimentos estatais na indústria leve e na agricultura, ao passo que os investimentos na indústria pesada seriam restritos à expansão das instalações já construídas; nos quatro últimos anos do Plano (1964-1967), a ênfase recairia novamente sobre a indústria pesada, sobretudo nos setores de mineração, combustíveis, eletricidade, químico, siderúrgico e de transporte. Considerando o otimismo que se seguiu ao sucesso do Plano Quinquenal, as metas quantitativas estabelecidas para o novo Plano eram bastante ambiciosas. O Plano também reconhecia a necessidade de ampliar o número de técnicos e pessoal administrativo, de forma a tornar a indústria mais eficiente. Nesse sentido, previa-se investimentos significativos na educação técnica dos trabalhadores e dos jovens. Além disso, a Campanha Chollima foi mantida como base de mobilização popular e aumento da produtividade (CUMINGS, 1997).

Mais uma vez, a ajuda soviética e chinesa, obtida graças à barganha nacionalista promovida por Kim Il Sung, era de extrema importância para que o Plano fosse colocado em ação. Não obstante, conforme afirma Kim (1976, p. 295), a URSS mostrou-se novamente crítica às pretensões de autonomia econômica norte-coreanas e, novamente, a RDPC não esteve disposta a abrir mão delas:

A União Soviética expressou objeção à indisposição dos norte-coreanos em concordarem com o planejamento coordenado com outros países do bloco socialista, que levaria a uma economia integrada entre todos os países comunistas. (...) A posição econômica soviética era de que o planejamento integrado e a economia integrada entre os países do bloco traria a vantagem das economias de escala e de alocar cada indústria nas áreas onde elas teriam as maiores vantagens comparativas possíveis. A RDPC respondia que isso iria claramente prejudicar sua independência política. (...) Para um país subdesenvolvido, concentrar-se em apenas umas poucas indústrias, nas quais ele teria vantagens comparativas, significaria sujeitar-se à possibilidade de chantagem econômica.

Jeffries (2006) explica que a opção norte-coreana pela autarquia se explica, sobretudo, pela preocupação do regime em garantir a sua segurança alimentar, tendo em vista a dependência histórica da região em termos de provisão de alimentos e de bens de consumo.

Como mencionado anteriormente, durante o período colonial – e mesmo antes disso –, era o Sul que provinha os alimentos da região, devido à escassez de terras férteis no Norte. Assim, a autarquia alimentar e têxtil era fundamental para que o regime garantisse a sua autonomia política, o que condizia perfeitamente com a ideologia *Juche* de autossuficiência pregada por Kim Il Sung a partir dos anos 1950. Conforme aponta Schwekendiek (2011, p. 117):

Apesar da RDPC ter logrado melhorar consideravelmente sua produção agrícola (...), o governo nunca conseguiu alimentar todo o seu povo. Por causa de seu terreno montanhoso, a RDPC tem apenas 16% de terra arável, o que consiste em um obstáculo natural e insuperável para a produção suficiente de alimentos, mesmo sob condições climáticas excelentes e sob o uso massivo de fertilizantes.

Nesse sentido, percebe-se que a agricultura é uma das principais fragilidades do regime norte-coreano, apesar dos esforços para solucioná-la. Era uma questão fundamental para a autonomia do regime, que precisava evitar, ao máximo possível, ficar à mercê de importações. Daí a tentativa de implementar o *Juche* econômico nesse momento e de utilizar-se da barganha para esse fim.

De fato, novamente a RDPC conseguiu prosseguir com o Plano, obtendo financiamentos da URSS e da China, graças ao cenário regional, que lhe permitia utilizar de sua barganha. Naquele mesmo momento, a RDPC ganhava ainda maior importância estratégica, em decorrência da crescente instabilidade no leste asiático, com a escalada do conflito sino-soviético e, sobretudo a partir de 1961, com o golpe militar que derrubou Rhee na RdC. Assim, Choi (1983) assinala que a RDPC passa a ser cada vez mais cortejada tanto pela China como pela URSS, apesar dos momentos de divergências político-ideológicas. Conforme afirma Ha (1983, p. 226):

A RDPC, temendo tornar-se demasiado dependente da União Soviética por assistência econômica e militar, articulou um habilidoso jogo de manobra entre a URSS e a China. Essa tática permitiu ao Norte reter um nível considerável de independência política (...). Apesar dos sinais externos de relações próximas soviéticas-nortecoreanas, os líderes soviéticos não confiam nos norte-coreanos, mas tem continuado a dar suporte à Pyongyang, de forma a obter vantagens políticas e estratégicas em relação à China.

Nesse sentido, em dezembro de 1961, foi firmado um amplo acordo comercial entre a URSS e a RDPC para os anos de 1961-1967 – exatamente o período do Plano Heptanual –, pelo qual se previa um aumento das trocas comerciais bilaterais em uma magnitude de cerca de 80%. A Coreia exportaria metais, cimento, tabaco e bens alimentícios, ao passo que receberia da URSS maquinário, outros metais, químicos, petróleo e algodão. Além disso, a URSS também se comprometia a fornecer assistência técnica para uma série de projetos industriais norte-coreanos (SCALAPINO & LEE, 1972).

Lee (1996, p. 134) explica que a China também buscava ganhar influência sobre o regime norte-coreano por meio de assistência, de forma que os subsídios econômicos foram elemento central da barganha nacionalista de Kim Il Sung:

Com a escalada do conflito sino-soviético após 1960, os chineses utilizaram-se de assistência financeira e comércio para afastar Kim Il Sung do campo soviético, mas muitas vezes achou difícil competir com as capacidades financeiras e tecnológicas superiores da União Soviética. Kim, capitalizando a rivalidade sino-soviética, extraiu o máximo possível de benefícios econômicos de ambos os aliados; até 1976, estima-se que ele havia recebido cerca de 967 milhões de dólares, entre subsídios e empréstimos, da China, e cerca de 1,5 bilhões de dólares da União Soviética.

De fato, o Plano Heptanual também prosperou, levando a altos níveis de crescimento econômico e melhorias no nível de vida da população. Inclusive, conforme aponta Cumings (1997), o crescimento da RDPC, neste período, superava em muito o crescimento da RdC, que ainda enfrentava certa estagnação. Acerca do ímpeto de crescimento norte-coreano nos anos 1950-1960 como um todo, Suret-Canale (1977, p.46) assinala:

Em 1960, apesar de dez em quinze anos terem sido consagrados à guerra e à reconstrução, a produção industrial registrava um volume 7,6 vezes superior ao de 1944; em 1964, as indústrias mecânicas forneciam 25,8% do conjunto da produção industrial e a Coreia podia cobrir as suas necessidades em máquinas e equipamentos em cerca de 95%.

Além disso, a produção industrial norte-coreana que, em 1946, constituía apenas 28% da produção total do país passou a representar 75% em 1970. A taxa de crescimento da indústria, que foi de 36,6% por ano, em média, no período 1956-1960, registrou ainda uma média considerável de 12,8% ao ano de 1961 a 1970. Essas mudanças refletiram-se também na disposição da população economicamente ativa, a qual era composta, em 1946, por 74,1% de camponeses e apenas 18,7% de operários e empregados urbanos, passando a ser 44,4% de camponeses e 52% de operários em 1960 (SURET-CANALE, 1977, p. 60-61).

Schwendiek (2011, p. 140), ao comparar os dados oficiais com o de pesquisadores independentes e de órgãos oficiais da RdC, conclui que a RDPC crescia a taxas de cerca de 25 a 35% na primeira metade da década de 1960, chegando ao pico de 37% em 1967 – último ano do Plano Heptanual. É claro que é preciso qualificar esse ritmo de crescimento, considerando-se que o país partia de uma base de desenvolvimento muito baixa após a Guerra da Coreia. Não obstante, o autor aponta como causas desse crescimento o cumprimento – e, por vezes, até transbordamento -, das metas dos planos plurianuais das décadas de 1950 e 1960, bem como a enormidade dos gastos governamentais na economia, nesse período, chegando a cerca de 70% do orçamento do país.

Ademais, a produtividade agrícola também foi bastante ampliada durante o primeiro Plano Septenal (1961-1967), a partir da realização de esforços de mecanização do campo, com a introdução de tratores, colheitadeiras e máquinas automáticas para o transporte do arroz, bem como com a aplicação extensiva de fertilizantes artificiais produzidos nas grandes indústrias químicas do país. A revolução técnica no campo promovida pelo governo se deu em quatro partes: (a) irrigação; (b) eletricidade; (c) mecanização; e (d) quimização. Os esforços quanto à irrigação visavam a restaurar e expandir o sistema de irrigação herdado do colonialismo japonês, especialmente para possibilitar a expansão da cultura de arroz – gênero alimentar fundamental e em cuja produção a RDPC era deficiente. Graças a esses esforços, a superfície de arrozais passou de cerca de 388 mil hectares, em 1946, para cerca de 510 mil, em 1960, e para cerca de 700 mil em 1970. Com isso, a produção anual de arroz passou de um milhão de toneladas, em 1946, para cerca de 3 milhões em 1970. Ademais, em 1967, o país contava com quase 40 mil km de canais de irrigação.

O estabelecimento de rede elétrica no campo foi a segunda parte da revolução técnica, a qual foi relativamente facilitada pelo reagrupamento das cooperativas, e que já estava praticamente concluída em 1970. A terceira fase, a mecanização do campo, começou a ser posta em prática com a produção de tratores em série que se iniciou em 1960, e prosseguiu com a introdução massiva de debulhadoras e colheitadeiras no meio rural. A última fase, a quimização, visava à generalização do emprego de adubos químicos e dos produtos químicos de tratamento – tais como inseticidas, herbicidas, etc. De fato, a quantidade média de adubos químicos utilizados passou de 131 kg por hectare, em 1949, para 160 kg, em 1960 e 510 kg em 1970. Estas condições fizeram com que a RDPC tivesse mais desenvolvimento rural do que a RdC até a década de 1970 (SURET-CANALE, 1977, p. 50-52).

Essa evolução econômica da RDPC nesse período pós-Guerra da Coreia demonstra a transposição da ideologia *Juche* para a esfera do desenvolvimento econômico, o qual também foi pautado por um projeto de médio e longo prazo que visava ao maior nível de autonomia possível. Constatação que reitera a ideia da autonomia, em todas as esferas, como objetivo primordial do regime norte-coreano. Ressalta-se, nesse sentido, que a industrialização e a revolução tecnológica no campo, que permitiram que o país alcançasse altos níveis de crescimento econômico, foram possíveis, em grande parte, graças à barganha nacionalista promovida pelo regime, a qual, em última instância, representa a ideologia *Juche* no campo da política externa.

Estão relacionados, portanto, o *Juche* que pregava a autonomia nas relações internacionais com o *Juche* que pregava a autonomia econômica - sendo um responsável por

viabilizar o outro. Dessa forma, percebe-se que a estratégia de política externa utilizada para garantir a autonomia do regime estava tendo resultados concretos. A China, uma vez mais, desempenhava a função de modelo socioeconômico - uma vez que muitas das práticas econômicas aplicadas pelo regime de Kim eram inspiradas na experiência comunista do país vizinho – e de aliada estratégica do regime – peça fundamental da barganha com a URSS.

Não obstante, os ganhos provenientes da barganha não eram apenas econômicos, mas também políticos e militares. Assim, um emblemático exemplo da nova política externa norte-coreana de jogar com as duas potências foi a assinatura dos Tratados de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua entre a RDPC e a URSS, em 6 de julho de 1961, e entre a RDPC e a China em 11 de julho do mesmo ano. Ambos os tratados eram praticamente idênticos: comprometia cada Estado a vir em defesa do outro em caso de ataque de terceiros<sup>26</sup>, a não estabelecer alianças hostis contra o outro, a fortalecer as relações bilaterais e a apoiar a “unificação pacífica” da Coreia. Porém, enquanto a URSS preocupava-se em ressaltar o caráter exclusivamente defensivo do acordo, a China enfatizava, de forma mais belicosa, a luta comum sino-coreana contra o imperialismo norte-americano.

Conforme explica Lee (1996), dentre as razões que levaram os chineses a aceitar tal acordo estavam: (1) em janeiro de 1960, os EUA e o Japão expandiram o Tratado de Segurança e Cooperação Mútua, que solidificava a aliança dos dois países para a contenção militar do comunismo na região do Pacífico, representando clara ameaça ao regime da RPC; (2) a emergência de uma série de eventos turbulentos na RdC, especialmente os levantes estudantil de 1960 e o golpe de Estado militar em maio de 1961, contribuía para a atmosfera de instabilidade que se formava sobre a península coreana; e, ainda mais importante, (3) ampliava-se o conflito sino-soviético. Desta forma, os chineses viam tal tratado como um importante instrumento para contrabalançar não apenas a presença assertiva dos EUA na RdC, mas também as potenciais ambições da URSS sobre a RDPC. Assim, Lee (1996, p. 60) afirma:

No contexto do conflito sino-soviético, os chineses valorizaram particularmente a importância simbólica e substantiva da RDPC e ativamente acomodaram as aspirações e pedidos norte-coreanos (...). No início dos anos 1960 os chineses bem-sucedidamente implementaram o Tratado, evitando que a RDPC caísse nas mãos de Moscou e desenvolvendo uma ideologia e perspectiva estratégica comuns com a RDPC.

---

<sup>26</sup> O Artigo 2 do Tratado sino-norte-coreano de 1961 dispunha: “As duas partes contratantes devem tomar todas as medidas, coletivamente, para evitar que qualquer uma das partes contratantes sejam atacadas por qualquer outro país. Se qualquer uma das partes contratantes sofrer ataque armado de qualquer outro país ou coalizão de países e, portanto, se encontre em estado de guerra, a outra parte contratante deve imediatamente prestar assistência militar ou de outros tipos com todos os meios a sua disposição”.

O discurso de Kim Il Sung, no âmbito do IVº Congresso do PTC, demonstrava essa nova barganha da RDPC com as duas grandes potências comunistas, uma vez que ele buscava exaltar a ambos na mesma medida. Acerca da URSS, Kim disse: “Inabalável e eterna são a amizade e a solidariedade entre os povos da Coreia e da URSS, as quais foram firmemente estabelecidas por meio das chamadas da luta pela liberdade, e as quais foram desenvolvidas e consolidadas sobre o caminho indicado pela Grande Lenin”. Acerca da China, o discurso é semelhante: “A amizade militante e a solidariedade firmemente estabelecidas entre os povos coreano e chinês por meio de sua luta conjunta contra o inimigo comum estão sendo ainda mais consolidadas com o passar de cada dia, e não há força que possa rompê-las” (in SCALAPINO & LEE, 1972, p. 586-587).

Assim, em 1961, Kim logrou negociar tratados de amizade com ambos os países, utilizando-se de relações triangulares e mantendo-se oficialmente neutro. Segundo French (2005), quando questionado acerca de sua posição na rixa entre Moscou e Beijing, Kim simplesmente declarava, sem se comprometer, que estava do lado do “campo socialista”. Kim percebia a importância de manter tanto a China como a URSS como aliadas, devido ao fortalecimento dos laços existentes entre os EUA e a RdC, à nova reaproximação de Seul com o Tóquio e à instabilidade ainda vivida pelo Sul com a queda de Rhee.

De fato, conforme apontam Scalapino & Lee (1972), o regime norte-coreano via com apreensão essas mudanças no cenário internacional. Respondendo a esse cenário, a RDPC lança, em 1962, no âmbito do Vº Plenário do Quarto Comitê Central, um ambicioso programa de militarização da sociedade norte-coreana, o qual colocava nova ênfase sobre a preparação militar do país, mesmo que em detrimento de alguns investimentos econômicos. Nesse contexto, a militarização se via como elemento fundamental de reforço da ideologia *Juche*, de forma a garantir a defesa nacional frente às adversidades. Também nesse sentido, fazia-se premente reunificar a península o mais rápido possível, enquanto a RdC ainda enfrentava certa instabilidade e a ameaça do Japão não era tão forte. Para justificar essa militarização internamente, a RDPC manteve as tensões no paralelo 38º, incorrendo em pequenas escaramuças com os EUA ao longo da fronteira (FRENCH, 2005).

Além disso, novos eventos complicaram ainda mais as relações políticas entre os Estados comunistas ao longo de 1962, tais como a reaproximação entre a URSS e a Iugoslávia, a retomada de disputas na fronteira sino-indiana e a crise dos mísseis de Cuba. Nesse sentido, Scalapino & Lee (1972, p. 624) explicam que, apesar da ajuda econômica e militar recebida da URSS, Kim mantinha posições de política externa autônomas, e mesmo bastante críticas, em relação à URSS:

Kim Il Sung e seus seguidores opunham-se a praticamente todas as principais ações de Khrushchev na arena internacional durante esse período. Eles queriam uma linha dura contra a Iugoslávia, não reaproximação. A assistência soviética à Índia, sob qualquer forma, era vista, a esse ponto, como uma afronta escandalosa a Beijing. E, acima de tudo, eles queriam uma posição firme contra os Estados Unidos em uma questão como a de Cuba, quaisquer que fossem os riscos.

O que lhe permitia essa margem de autonomia na política internacional, sem deixar de receber o auxílio soviético, era justamente a relação com Beijing, a qual se tornava cada vez mais próxima no campo político e ideológico nessa primeira metade da década de 1960. Assim, conforme Cumings (1997), a RDPC também criticava duramente o isolamento da China dentro do bloco socialista, levado a cabo pela URSS e por alguns países do Leste Europeu. Ademais, se até então as críticas do regime norte-coreano às políticas soviéticas haviam sido fortemente camufladas no discurso oficial, a partir de 1963, a crítica passa a ser praticamente direta, apesar de o nome do país, do partido e do líder ainda serem omitidos em prol de uma referência mais geral a “certas pessoas” e “certos partidos”, usando da mesma técnica retórica chinesa. Isso pode ser visto claramente no artigo “Deixe-nos defender o campo socialista”, publicado no *Nodong Sinmung* – principal jornal norte-coreano -, em 28 de outubro de 1963, no âmbito do qual se criticava o “revisionismo” soviético, o isolamento da China e o unilateralismo soviético, bem como acusava a URSS de dividir o bloco comunista.

Hoje, certas pessoas estão ativamente vindicando os ‘titistas’ e aumentando a confusão no campo socialista, seguindo, desse modo, no perigoso caminho dividi-lo. Isso significa que elas estão alinhando-se com os imperialistas e com os ‘titistas’ em suas maquinações para arruinar o campo socialista.

(...)

Certas pessoas que chamam a si mesmos de comunistas deram as mãos aos imperialistas para proferir calúnias infundadas contra o Partido Comunista Chinês e contra a República Popular da China, atacando-os ferozmente. Isso é um ato vergonhoso e extremamente perigoso. Para ser franco, como alguém pode falar em campo socialista se a China, que responde por dois terços da população do campo socialista, for excluída?

(...)

Apoiar e assistir a revolução mundial é o dever internacional dos comunistas e dos países socialistas. Recusar-se a apoiar as lutas revolucionárias da classe trabalhadora e as lutas de libertação nacional dos povos da Ásia, da África e da América Latina de modo a ficar em bons termos com os imperialistas e não ofendê-los, bem como opor-se à luta armada desses povos sob a justificativa de que essa estaria repleta de perigos de guerra, tudo isso é traição da causa revolucionária e capitulação aos imperialistas (KIM, 1963, p. 30-31).

Esse artigo revela as posições básicas de Pyongyang, as quais eram muito próximas das de Beijing, expondo, de forma incisiva, praticamente todas as suas críticas à URSS. De fato, as relações URSS-RDPC continuaram a deteriorarem-se em 1964, quando as críticas oficiais norte-coreanas, por vezes, chegavam a citar nomes. Por exemplo, o Pravda foi diretamente atacado por depreciar os resultados do Segundo Seminário Econômico Asiático

realizado em Pyongyang em meados de 1964. Isso demonstra que a RDPC conseguia manter-se politicamente independente de Moscou, em conformidade com a doutrina *Juche*, sem deixar de receber considerável volume de assistência econômica e militar dos soviéticos. Em relação a essa independência norte-coreana, Hunter (1983, p. 197) afirmava: “Os esforços de Khrushchev em melhorar a relação com os EUA tinha de enfrentar a obstinada posição ‘anti-imperialista’ de Kim. O forte apoio deste a Cuba e a outros países na linha de frente da “luta contra o imperialismo” era politicamente embaraçosa para Moscou”.

Ao mesmo tempo, a aproximação com a China era fortalecida, uma vez que suas posições continuavam convergindo. Inclusive, também é emblemático, em relação à aproximação entre Beijing e Pyongyang, o acordo de fronteiras que foi negociado pelos aliados, de forma secreta, em 1963, no âmbito do qual, conforme explica Lee (1996, p. 99-100), os chineses fizeram generosas concessões territoriais aos norte-coreanos:

Os negociadores chineses foram instruídos pelo primeiro-ministro Zhou Enlai, a serem solidários e diplomáticos em relação aos norte-coreanos, devido à crescente importância das disputas sino-soviéticas. O lago Tianchi foi facilmente dividido: três quintos ficaram com a RDPC e dois quintos com a China. Em relação aos rios Tumen e Yalu, ambos os lados rejeitaram o método amplamente praticado de usar uma linha hipotética mediana para demarcar rios internacionais, e adotou, ao invés disso, o princípio *Santong*: posse conjunta, administração conjunta, e uso conjunto dos dois rios(...) Além disso, os chineses também concordaram, relutantemente, com o desejo norte-coreano de controlar 90% da entrada para o rio Yalu (...) De fato, os chineses ofereceram tantas concessões à RDPC que os líderes locais das províncias de Jilin e Liaoning protestaram. Um acadêmico chinês opinou que, apesar de qualquer erro que Kim Il Sung possa ter cometido, ele deveria receber crédito por ter garantido definições territoriais favoráveis da China.

A barganha nacionalista de Kim, portanto, também trouxe significativos ganhos territoriais à RDPC, colocando-a em uma posição de negociação muito mais favorável do que ela teria acesso se não fosse por sua posição geopolítica estratégica em uma conjuntura de rivalidade sino-soviética e de presença militar norte-americana no Sul.

Com relação a URSS, a política norte-coreana oscila mais uma vez após outubro de 1964, quando Khrushchev é deposto e substituído por Kosygin e Brezhnev, indicando a possibilidade de mudanças nas relações com a RDPC. Já em fevereiro de 1965, Kosygin faz uma visita à Pyongyang assinalando intenções de reaproximação, a qual, naquele momento, era desejada por ambos os lados. A RDPC estava necessitada de assistência técnica e econômica soviética, tanto no campo militar quanto no campo industrial, a fim de alavancar seu plano Heptaanual e seu programa de militarização. Para a URSS, também era interessante reatar com a RDPC, tendo em vista a continuidade da rivalidade sino-soviética e a recente aproximação político-ideológica entre a China e a RDPC. Nesse sentido, Hunter (1983, p.

197-198) afirma, em relação à barganha nacionalista de Kim, comparando esse momento de aproximação com o momento de distanciamento político anterior (1962-1965):

Sua estratégia foi bem sucedida quando, em menos de três anos, os soviéticos bateram à porta de Kim, com uma disposição muito mais receptiva em relação aos pedidos da RDPC por ajuda. O primeiro-ministro soviético, Kosygin, parando em Pyongyang em seu caminho de volta de Hanoi, em fevereiro de 1965, estava ansioso por obter a cooperação da RDPC em uma ‘frente unida’ de apoio a Hanoi. Kim Il Sung, temeroso dos bombardeios dos EUA no Vietnã, estava ansioso para obter os equipamentos militares de última geração da URSS, de forma a melhorar o sistema de defesa aéreo norte-coreano. Pelos próximos quatro ou cinco anos, o envio soviético de mísseis, equipamentos eletrônicos avançados e aeronaves modernas ajudaram a inflamar a confiança de Kim na capacidade norte-coreana de dissuadir, ou pelo menos resistir efetivamente, a futuros ataques aéreos.

Assim, em maio de 1965, foi assinado um acordo de assistência militar entre Moscou e Pyongyang e, em junho de 1966, os dois países firmaram mais um acordo de cooperação técnica e econômica. Não obstante, Scalapino & Lee (1972) ressaltam que não haveria alinhamento da RDPC com a URSS. A nova relação bilateral estava baseada na “independência completa” de ambas as partes e na “igualdade”, ainda que dúbia, entre as partes. Da mesma forma, Kim (1976, p. 299) assinala:

A conclusão desses acordos não é, de forma alguma, indicação de que a RDPC estivesse cedendo na questão da ‘economia independente’. Pelo contrário, em 12 de agosto de 1966, um longo editorial do Nodong Shinmun, reenfatizava fortemente a necessidade de que a RDPC permanecesse economicamente, politicamente, culturalmente, e mesmo ideologicamente, independente da União Soviética.

Mais uma vez, o que permitia à RDPC manter essa postura de autonomia perante a superpotência comunista era sua relação com a China, bastante próxima em termos político-ideológicos nesse momento. A barganha, portanto, dava mais uma vez resultados, permitindo que o regime obtivesse ganhos da URSS, aproximando-se politicamente de Beijing. Como afirmado anteriormente, o país era de grande relevância geoestratégica tanto para a China como para a URSS.

Além disso, havia outra razão, talvez ainda mais importante, para que a RDPC se reaproximasse da URSS. A RdC e o Japão haviam finalmente estabelecido relações diplomáticas, em 1965, após muita pressão dos EUA, ratificando, logo em seguida, um tratado de cooperação econômica. Tal tratado teria importantes implicações para o equilíbrio de poder no nordeste asiático, uma vez que o investimento japonês começaria a entrar com força na RdC, estimulando seu crescimento econômico de forma sustentada. Essa aliança trilateral RdC-Japão-EUA assustava a RDPC que começou a atacar fortemente a remilitarização do Japão incentivada pelos EUA, conforme exposto no discurso de Kim Il Sung perante a Conferência do PTC de outubro de 1966: “Os imperialistas norte-americanos

reavivaram o militarismo japonês para utilizarem-se dele como ‘tropa de choque’ de agressões na Ásia. Eles aliaram as forças do militarismo japonês aos fantoches sul-coreanos e estão tramando para armar uma ‘Aliança Militar do Nordeste Asiático’” (KIM, 1966, p. 36). Ademais, os norte-coreanos temiam que o Japão voltasse a ser uma grande potência econômica que servisse como modelo bem-sucedido do capitalismo, estimulando os países da região a seguir seu exemplo.

Outro aspecto bastante relevante dessa busca norte-coreana por uma política externa autônoma, balizada pelo *Juche*, e complementar à barganha com a China e com a URSS, vinha sendo a relação que o regime tentava construir com os movimentos de libertação na África e na Ásia. Ao apoiá-los, Kim Il Sung, seguindo os passos de Mao ZeDong, tentava romper o isolamento internacional, obtendo maior reconhecimento na esfera externa:

Enquanto Kim Il Sung e seus seguidores, bem como Mao Ze Dong, acreditavam que não poderia haver neutralidade para os bons marxistas-leninistas, eles perceberam grandes vantagens em cortejar os “neutros” africanos e asiáticos durante esse período. Compreensivelmente, os norte-coreanos estavam ansiosos para obterem o máximo de reconhecimento internacional possível e, como seus camaradas chineses, eles viam as melhores oportunidades no mundo afro-asiático. Além disso, eles consideravam que tal jogada contribuía para isolar os EUA da comunidade internacional. Como resultado, líderes como Nehru, Sukarno e Nasser receberam propaganda excessivamente favorável (SCALAPINO & LEE, 1972, p. 552-553).

Essa diversificação de parcerias se mostrava particularmente importante, em meados dos anos 1950 e 1960, perante a crescente ruptura do bloco comunista. De forma complementar, a RDPC mostrava-se bastante interessada em participar do nascente movimento não-alinhado, marcando presença em todas as reuniões em que era convidada. Assim, as autoridades norte-coreanas compareceram à Conferência Afro-Asiática de Nova Déli, em 1955, e louvaram a Conferência de Bandung, apesar de não terem sido convidados para essa última. Além disso, houve uma série de trocas de visitas diplomáticas entre a RDPC e países terceiro mundistas. Em 1964, Modibo Keita, presidente do Mali, visitou Pyongyang, seguido, logo em seguida, pela visita do presidente Sukarno da Indonésia. Delegações parlamentares chegavam a Pyongyang do Congo Brazzaville, e foram estabelecidas relações diplomáticas com uma série de países africanos, tais como com a Mauritânia. Do lado norte-coreano, também nos anos 1960, uma delegação foi enviada em viagem à Algéria, a Guiné e ao Camboja (CUMINGS, 1997).

O governo de Kim Il Sung também buscou diversificar suas relações diplomáticas dentro do bloco socialista, estabelecendo laços com Camboja, Indonésia e Burma, de forma a reduzir sua dependência da URSS e da China. Também nesse sentido, tentou-se, no início dos anos 1960, certa aproximação entre a RDPC com Vietnã do Norte, a qual culminou com uma

visita do Primeiro Ministro vietnamita, Pham Van Dong, a Pyongyang em junho de 1961. A solidariedade entre os dois países era estimulada pela situação semelhante que viviam, uma vez que ambos estavam tentando unificar o país sob a liderança comunista e estavam lutando contra o “imperialismo ocidental”. Scalapino & Lee (1972, p. 624) ressaltam, nesse sentido, a posição comum que a RDPC estava tentando formular em coordenação com a dos demais governos e partidos comunistas asiáticos da época:

Os líderes norte-coreanos vinham mantendo conversações substantivas, durante esse período, com seus camaradas vietnamitas, indonesianos, japoneses e chineses, entre outros. Vagarosamente, uma forma de aliança centrada nos pequenos comunistas da Ásia – com alguma ligação com Beijing – estava emergindo. Táticas e estratégias comuns estavam sendo concebidas. Os principais propósitos por trás da aliança eram, em primeiro lugar, pressionar o resto do mundo comunista, particularmente a Moscou, de forma a alcançar um compromisso adequado acerca de diferentes tendências, um compromisso que não enfraqueceria de forma alguma a posição contra o ‘imperialismo internacional’ e, especialmente, contra os Estados Unidos; e, em segundo lugar, insistir coletivamente pela independência dos pequenos Estados e partidos comunistas.

Não obstante, a Guerra do Vietnã, em 1965, novamente esfria as relações da RDPC com seus grandes vizinhos comunistas. Era vergonhoso para a RDPC o fato de que a RdC estava enviando cerca de 50 mil efetivos para combater no Vietnã do Sul, enquanto que o regime não tinha condições de enviar mais do que uma ajuda simbólica aos vietnamitas do Norte. Ademais, a RDPC cobrava uma ajuda mais expressiva da URSS e da China, que deveriam unir-se para enfrentar tal ameaça ao campo socialista, de forma a contrapor-se ao envolvimento norte-americano no conflito. A China, porém, envolvida internamente com a Revolução Cultural e se sentindo menos ameaçada pela possibilidade de um ataque norte-americano a seu território, não estava disposta a cooperar com a URSS em prol do Vietnã (LEE, 1996).

Além disso, a queda de Sukarno, na Indonésia, e a virtual eliminação do Partido Comunista Indonésio (PCI) foi um grande golpe à tentativa norte-coreana de formar um bloco ‘terceiro-mundista’ com os demais pequenos países comunistas da Ásia. Chama a atenção, nesse sentido, que Kim culpava tanto a China quanto a URSS pela queda do partido comunista na Indonésia, já que ambos teriam se descuidado da situação no país. Assim, Scalapino & Lee (1972, p. 641) afirmam: “O tom estridente de independência agora sendo exprimido por Kim Il Sung parecia, em alguns momentos, envolver um equilíbrio de hostilidades, ao invés de amizade, em relação a Moscou e a Beijing”.

Em 1967, além de criticar a posição chinesa de não envolvimento na Guerra do Vietnã, a RDPC também passa a sofrer críticas diretas, inclusive a pessoa de Kim Il Sung, por parte da Guarda Vermelha chinesa, o que esfria o relacionamento entre os dois países. Tais críticas,

feitas no âmbito da Revolução Cultural chinesa, acusavam o Grande Líder norte-coreano de ser um aristocrata, bem como um revisionista e um “discípulo de Khrushchev”. Além disso, fontes oficiais chinesas criticavam também a neutralidade adotada pela RDPC em relação à disputa sino-soviética (FRENCH, 2005).

Não obstante, a RDPC respondia de forma cautelosa a tais críticas, abstendo-se de adotar posições mais duras contra a URSS e a China, devido à situação da península e de suas intenções no sentido de lançar uma nova campanha de “libertação” do Sul. Além disso, a RDPC continuava recebendo muitos benefícios da relativa aproximação com a URSS, que buscava se aproveitar da fraqueza chinesa, durante a Revolução Cultural, para ganhar crescente ascendência sobre a RDPC. Conforme aponta Kim (1976, p. 324):

De 1967 a 1968, estima-se que a URSS tenha fornecido à RDPC 250 de suas 500 aeronaves militares; e entre 1965 e 1968, oito de suas dez bases missilísticas (...). Por um momento, a relação com a URSS era claramente mais útil em termos de fornecimento das ferramentas externas necessárias do que a relação com a China.

Os acordos de 1965-1966, portanto, vinham rendendo benefícios importantes à RDPC, que oscilava em direção à URSS naquele momento. Não obstante, Kim (1976, p. 324) ressalva que a RDPC logo voltaria a aproximar-se de Beijing, mantendo a lógica da barganha nacionalista de pender ora para um lado, ora para o outro:

Em 1969, porém, uma reversão na tendência (de aproximar-se da URSS) era evidente, quando a China aprovou calorosamente a derrubada da EC-121 norte-americana, enquanto que a União Soviética foi ao auxílio dos EUA no esforço de busca por sobreviventes, evidentemente determinada a demonstrar que a URSS não tinha nenhuma participação no ataque à aeronave norte-americana em águas internacionais.

A melhora nas relações com a China, baseada na união contra inimigos comuns na Ásia, foi ainda assinalada pela visita de Zhou Enlai a Pyongyang em abril de 1970. Para a RDPC, a reaproximação com a China era importante para contrapor-se às ameaças da aliança RdC-Japão-EUA. Para a China, a reaproximação era importante no âmbito da continuidade das disputas com a URSS, escalada a novos níveis após os incidentes na fronteira sino-soviética de 1969. Assim, Zhou ofereceu expandir o auxílio militar e econômico a Pyongyang, de forma que, em 1973, a China chegou a figurar como maior fornecedor de auxílio militar a RDPC, ultrapassando momentaneamente a URSS (HUNTER, 1983).

Segundo Lee (1996), a ânsia chinesa por realimentar a aliança com a RDPC, sobretudo em termos militares, justificava-se por duas preocupações chinesas: (1) a instabilidade que se perpetuava na península coreana, sobretudo com os episódios envolvendo a captura do *USS Pueblo* e a destruição do avião EC-121 pelos norte-coreanos, em 1968 e 1969; e (2) o

comunicado conjunto emitido por Nixon e pelo Primeiro Ministro japonês, Sato Eisaku, em novembro de 1969, pelo qual o Japão considerava a RdC e Taiwan como países essenciais para a sua própria segurança e declarava que iria se utilizar da cooperação militar para ir em defesa de qualquer um destes territórios em caso de ataques armados na região. Assim, a visita de Zhou à RDPC também rendeu um comunicado conjunto em resposta ao comunicado nipo-americano que reafirmava a aliança militar sino-norte-coreana e denunciava o imperialismo dos EUA, bem como o clientelismo sul-coreano.

No momento, o imperialismo norte-americano está advogando, na Ásia, uma política de expansão bélica, fazendo asiáticos lutarem contra asiáticos. Estimulados energicamente pelo imperialismo dos EUA, os reacionários japoneses estão avançando no reavivamento do militarismo, servindo de boa vontade como tropa de choque aos norte-americanos. Conspirando entre si, os reacionários dos EUA e do Japão estão direcionando a ponta de lança de sua agressão diretamente contra os povos da China, da Coreia, dos três países da Indochina, e de outros povos asiáticos. Sob tais circunstâncias, o maior fortalecimento da união militante entre os povos da China e a da Coreia é de grande significância<sup>27</sup> (in SCALAPINO & LEE, 1972, p. 645).

Concomitantemente, Pyongyang aproveita-se do bom momento nas relações com a China para negociar, com a URSS, a renovação do Tratado de Defesa Mútua de 1961<sup>28</sup>. De fato, o acordo é renovado por um período de mais cinco anos, em 1971, o que permite a Pyongyang continuar gozando da proteção soviética, muito embora o relacionamento político bilateral estivesse novamente fragilizado pelo episódio envolvendo a derrubada do EC-121 e pelas constantes críticas de Kim Il Sung ao “revisioinismo” soviético (KIM, 1976).

Assim, Scalapino & Lee ressaltam que, ao fim dos anos 1960, o regime demonstrava grande otimismo no campo político interno e externo. O otimismo no âmbito político interno explicava-se pela estabilidade interna que havia sido lograda após os expurgos de 1956-1958 e pela formação de toda uma nova geração de coreanos que haviam sido propriamente doutrinados no nacionalismo militante propagado pelo PTC e que eram fiéis ao líder, ao partido e ao Estado. Já no âmbito político externo, ainda que a reunificação parecesse cada vez mais improvável e a RDPC continuasse relativamente isolada do mundo não socialista, a euforia justificava-se pela relativa autonomia conquistada por Kim Il Sung em suas relações com a URSS e com a China: “O pequeno Estado de Kim, imprensado entre dois briguentos gigantes comunistas, logrou sobreviver sem ter de capitular-se a nenhum deles. De fato, por

<sup>27</sup> O Foreign Language Press de Beijing publicou um panfleto em inglês, o qual contém todos os discursos oficiais e o comunicado conjunto. Este é intitulado “Premier Zhou Enlai visits the Democratic People’s Republic of Korea”, Beijing, 1970.

<sup>28</sup> O Tratado de Defesa Mútua entre a RDPC e a China de 1961 não precisava de renovação, pois tinha validade por um período ilimitado.

meio de um processo de barganha com um lado e com outro, Kim e seu partido estabeleceram certa independência e 'neutralidade" (SCALAPINO & LEE, 1972, p. 559).

Portanto, o objetivo máximo de política externa do regime da RDPC, conforme expressado pelo *Juche*, era a autonomia nas relações internacionais. Essa autonomia, por sua vez, estava sendo obtida por meio de uma estratégia de barganha nacionalista, a qual tinha dois eixos básicos. Um dos eixos dizia respeito ao temor da China, ainda existente, da deflagração de novo conflito com os EUA na península - possivelmente com algum envolvimento japonês - levando a uma retomada da Guerra da Coreia que poderia, novamente, ameaçar a fronteira nordeste da China. Por esse motivo, relacionado também à crescente aproximação dos EUA com o Japão, a China tendia a aproximar-se da RDPC, disposta a garantir a manutenção do país como zona tampão.

O outro eixo concernia à escalada das rivalidades entre a China e a URSS, após a morte de Stalin, situação que permitia à RDPC tirar vantagem das tensões existentes entre as duas grandes potências comunistas da Guerra Fria, sem ter de se submeter aos ditames de uma ou de outra. Essas vantagens podem ser divididas em três esferas: (1) vantagens econômicas, isto é, obtenção de assistência técnica e subsídios para viabilizar os planos de desenvolvimento do regime; (2) política, substanciada em apoio ao regime na arena internacional; e (3) militar, ou seja, proteção perante a presença dos EUA no Sul da península e perante a recente aliança da superpotência capitalista com o Japão, bem como fornecimento de equipamentos militares para a indústria de defesa norte-coreana.

Isso não significou relações estáveis entre a RDPC e seus dois grandes aliados; pelo contrário, representou constantes oscilações na relação com um e com o outro em cada momento. Em geral, pode-se dizer que, nesse período, a RDPC esteve mais associada a China em termos políticos e estratégicos, e mais ligada à URSS no que concerne à ajuda econômica. Nesse sentido, pode-se dizer que a RDPC, em grande medida, usou sua aliança político-estratégico com a China, fundamentada no temor de novo confronto com os EUA e com o Japão, para obter recursos econômicos da URSS, sem ter de se submeter a suas diretrizes.

Assim, graças ao papel desempenhado pela China, o regime obtinha condições favoráveis para desenvolver-se e, ao mesmo tempo, garantia a autonomia nas relações internacionais. Ressalta-se que, nesse momento, havia um alinhamento pragmático – focado em considerações securitárias -, mas também ideológico entre o regime da RPC e da RDPC, que tinham diretrizes de política externa e interna bastante semelhantes. Nesse sentido, o papel da China, como aliada estratégica, mostra-se determinante para a viabilidade do regime norte-coreano nos anos 1950-1960. A reestruturação e o crescimento econômico engendrados,

nesse período, foram, em grande parte, possibilitados por essa estratégia de barganha nacionalista.

### 3.2 Crise da barganha nacionalista (1972-1989)

O período de 1972 – ano da visita de Nixon à China – a 1989 – quando do fim da Guerra Fria e da reconciliação sino-soviética - foi marcado por grandes mudanças na conjuntura mundial e regional, as quais tiveram forte impacto sobre a estratégia de política externa que a RDPC vinha adotando até então. Pretende-se analisar, nessa seção, quais foram os possíveis desdobramentos que essas mudanças conjunturais tiveram sobre a política externa da RDPC, bem como sobre o papel da China para o regime.

A década de 1970 testemunhou uma série de mudanças nas relações internacionais, e especialmente no cenário do Leste Asiático, que influíram fortemente sobre a política externa da RDPC. Dentre tais mudanças, a que mais se destaca é a nova posição que a China passou a ter no sistema internacional, tendo restabelecido, em 1972, o diálogo com os EUA – no âmbito da “diplomacia do ping-pong” voltada contra a URSS -, reatando relações diplomáticas com o Japão (em 1972), passando a integrar o Conselho de Segurança da ONU no lugar de Taiwan (em 1972), e reformando sua economia a partir das “Quatro Modernizações”, que se iniciaram em 1978.

Conforme analisa Lee (1996, p. 65):

Apesar da promessa incondicional de Zhou Enlai de travar ‘luta intransigente e resoluto’ contra o imperialismo dos EUA e contra o militarismo japonês, os chineses estavam prontos para dar as boas vindas e corresponder à abertura pacífica de Richard Nixon. Após seus conflitos fronteiriços de larga escala com a URSS<sup>29</sup>, em 1969, eles estavam profundamente cientes da superioridade tecnológica e estratégica das forças soviéticas estacionadas na Sibéria e na Mongólia. Os chineses sentiram que qualquer cooperação com os EUA os ajudaria em seu dilema de segurança com a URSS. Como Nixon, eles praticavam a política clássica de contrabalançar uma potência contra a outra.

Adicionadas a este progressivo relacionamento triangular estratégico com EUA e URSS estava os demais objetivos políticos da China: melhorar seu status diplomático após a desastrosa Revolução Cultural, conter o militarismo e o rearmamento japonês, incrementar o comércio com os EUA, enfraquecer as capacidades diplomáticas e militares de Taiwan e mitigar as tensões na península coreana. De fato, este último objetivo chinês também pode ser visto como condição fundamental para que essa aproximação com os EUA prosperasse, uma

<sup>29</sup> Ao longo de 1969, a China entrou em confrontações militares com a Rússia acerca da posse das Ilhas Zhenbao (ou Damansky), no Rio Ussuri, e por algumas partes da província chinesa de Xinjiang, no noroeste do país.

vez que os norte-americanos ainda detinham considerável força militar no sul da península. Até então, essa presença norte-americana na RdC era vista como uma ameaça, como um dos principais motivos que justificavam a proteção e auxílio fornecido pelos chineses à RDPC, praticamente tão grave quanto a crescente tensão com a URSS. A partir dos anos 1970, graças a esse novo e inusitado diálogo com os EUA, passa a interessar mais à China, em termos políticos e econômicos, conter o tom belicista da RDPC e garantir a estabilidade regional do que manter a postura de hostilidade anti-EUA expressa até então (PARK, 1983).

Portanto, para a China, a península coreana, que até então vinha desempenhando o papel de zona tampão para evitar um confronto direto com a URSS e com os EUA, mudava de significado estratégico. Em termos securitários, a península ainda funcionava como zona tampão em relação à URSS, de forma que era preciso conter a influência soviética sobre a RDPC; em termos econômicos e políticos, era necessário garantir a paz da região para atrair investimentos e para aumentar o poderio chinês na região, em detrimento da URSS. Logo, o espaço de barganha da RDPC diminuía, mas ainda existia, graças a rivalidade sino-soviética. Antes, a amizade da RDPC representava um trunfo estratégico para a China perante a URSS, perante os EUA e perante o Japão; agora, a RDPC ainda era um trunfo contra a URSS, mas tornava-se um incômodo com relação aos EUA e ao Japão – sobretudo pelo fato de que Kim Il Sung não parecia disposto a refrear seu discurso anti-americanista, nem a abrir mão de sua política de reunificação da península por meio da expulsão dos “imperialistas”.

A primeira interpretação oficial norte-coreana sobre as novas circunstâncias foi lançada em agosto de 1972:

A viagem de Nixon a Beijing ‘não era a marcha de um vencedor, mas a viagem de um derrotado’. O prolongado esforço de isolar e bloquear a República Popular da China havia terminado em fracasso total, como mesmo o ‘líder do imperialismo americano’ tinha de admitir agora. Com suas investidas na Indochina, na RdC e em Taiwan também falidas, os EUA não tinham escolha a não ser reconhecer o poder da grande República Popular da China. Nenhuma força, contudo, poderia destruir a amizade e a solidariedade ‘seladas em sangue’ entre os povos da Coreia e da China (SCALAPINO & LEE, 1972, p. 669).

Não obstante tal discurso norte-coreano, Scalapino & Lee (1972) atentam para o fato de que Beijing teve bastante trabalho em convencer a RDPC de que seu apoio ao regime seria mantido e que isso não significava qualquer alinhamento mais profundo com os EUA. Além de ter o apoio político e militar de Beijing ao regime reassegurado, a RDPC também logrou firmar novos acordos de cooperação econômica com a China nesse contexto, obtendo vantagens da nova situação. O fato de a RDPC ainda haver conseguido obter benefícios, nesse momento, com a aproximação de Beijing e Washington, mantendo a estratégia de barganha

nacionalista, está relacionado às considerações securitárias que Beijing ainda tinha em relação à influência soviética sobre a península em um momento de rivalidades crescentes com Moscou. Provavelmente, esse esforço chinês de reassegurar os norte-coreanos de sua amizade também é justificado pelo fato de que o diálogo com Nixon, em 1972, ainda era muito incipiente, de forma que a situação ainda podia ser revertida. Entretanto, à medida que a aproximação sino-americana se consolida e que a URSS vai entrando em crise, o espaço de manobra de Kim Il Sung se torna cada vez mais estreito.

Conforme descreve French (2005), porém, o diálogo firmado por Nixon e Mao, quando este visitou a China, em fevereiro de 1972, e a aceitação de Beijing em servir de baluarte contra os avanços soviéticos na Ásia (diplomacia ping-pong) tiveram duas outras ramificações importantes para a RDPC. Em primeiro lugar, Kim Il Sung viu a atitude de Beijing como uma clara traição a luta comum travada contra o imperialismo norte-americano e passou a ver a China com desconfiança. Isso significava, em última instância, o início de certo distanciamento ideológico entre os dois países.

Em segundo lugar, devido à possibilidade de China não apoiar a RDPC em caso de agressão norte-americana, fazia-se imperioso buscar certa aproximação com a RdC. Muito embora Kim Il Sung não tenha desistido da ideia de reunificar a península sob a prevalência de seu regime, e de manter ferrenho discurso anti-imperialista, o Grande Líder tinha plena consciência de que a RDPC não tinha condições de enfrentar, sozinho, uma guerra contra os EUA naquele momento. Por um lado, essa desconfiança de que a China pudesse não apoiar a RDPC em um novo confronto, por si só, parece demonstrar que a barganha nacionalista de Kim começava a enfraquecer-se. Por outro lado, responder positivamente ao pedido chinês de estabilização da península, naquele momento, parecia abrir novas possibilidades de barganha ao regime de Kim Il Sung, que esperava ser recompensado por essa atitude.

Neste sentido, em 1972, estabeleceram-se conversações de alto nível entre Seul e Pyongyang, que conduziram a uma relativa *détente* intercoreana. Em resposta a tais mudanças de postura da RDPC, ainda em 1972, a China lançou um novo pacote de auxílio econômico e militar para o país vizinho. Como assinala Lee (1996, p. 67-68):

Os chineses acolhiam o diálogo entre Pyongyang e Seul (...). Ainda que reiterando seu comprometimento para com a defesa norte-coreana e expressando preocupação acerca da modernização militar sul-coreana, os chineses esperavam que o Comunicado Inter-Coreano servisse como quadro para a institucionalização da cooperação pacífica e da estabilidade militar na Península Coreana. Eles estavam receosos de que uma escalada das tensões na Coreia poderia perturbar o frágil novo relacionamento chinês com os EUA e com o Japão, ou que a URSS poderia tirar vantagem da situação instável para avançar com seus interesses estratégicos de longa-data na Coreia.

Além do mais, desde o início dos anos 1970, estimulada pela industrialização japonesa e pela “revoada dos gansos”, a RdC começou a adotar seu ousado projeto de industrialização - a *Yushin*, “Reforma Revitalizadora” -, e passou a promover a capacitação tecnológica, fortemente coordenada pelo Estado, com vistas a incrementar o poder nacional. Tal processo, por sua vez, levou a uma verdadeira arrancada sul-coreana, com a constituição dos conglomerados empresariais conhecidos como *Chaebol* (VISENTINI, 2009).

A RDPC, por sua vez, já havia claramente esgotado o potencial de desenvolvimento extensivo de sua indústria - com base em sua própria tecnologia, na tecnologia soviética e na tecnologia japonesa da época colonial -, já no início dos anos 1970. Por isso, a RDPC teve de voltar-se ao Ocidente e ao Japão para a compra de plantas industriais completas, reduzindo parcialmente seu isolamento e aumentando sua dívida externa. Mesmo assim, os planos de sete anos lançados na década de 1970 não lograram atingir suas metas, reduzindo substancialmente o ritmo de crescimento neste período (CUMINGS, 1997).

De fato, o plano de seis anos introduzido de 1971 a 1976 – mas estendido até 1978 -, tinha como foco o avanço tecnológico da economia, de forma a substituir a maquinaria obsoleta que havia sido importada ao longo da década de 1950. Reconhecendo o declínio pronunciado de sua produtividade, bem como o fato de que o movimento Chollima e as mobilizações de massas que se seguiram não conseguiam substituir totalmente os investimentos de capital, o governo foi forçado a importar novas máquinas, e mesmo fábricas inteiras, da França, do Reino Unido e do Japão – seus antigos inimigos capitalistas. Essas importações, por sua vez, foram possíveis por dois fatores: no plano político, pelo ambiente de détente da Guerra Fria, que facilitava o intercâmbio comercial Leste-Oeste – ainda que esse fosse contrário ao *Juche*; e, no plano econômico, pela redução do orçamento militar, que havia chegado a representar cerca de 30% do PIB norte-coreano, em 1967 (LEE, 2001).

Mesmo com a redução dos gastos militares, contudo, as importações feitas nesse período significaram um grande aumento da dívida pública norte-coreana, a qual, a partir daí, se tornaria um problema cada vez mais grave para a manutenção da autonomia e para a credibilidade internacional do país. Assim, a dívida externa da RDPC aumentou de 3 milhões de dólares, em 1970, para 375 milhões de dólares, em 1973, e para 1,2 bilhões de dólares em 1975 (SCHWEKENDIEK, 2011).

Esse quadro econômico tem dois significados primordiais. Em primeiro lugar, percebe-se que a ajuda econômica proveniente da China e da URSS, obtida por meio da barganha nacionalista, já não estava mais sendo suficiente para suprir as necessidades de desenvolvimento do regime. Em segundo lugar, a situação indicava que a transposição da

ideologia *Juche* para o campo econômico, a meta de obtenção da autossuficiência, não estava sendo bem sucedida. Pelo contrário, o aumento do endividamento externo e a necessidade de importar dos países capitalistas parecem indicar que a política econômica do governo, em última instância, acabou aprofundando a dependência do país em termos econômicos. Quanto maior fosse a dependência econômica do regime, porém, maior a necessidade de uma barganha política bem-sucedida. Daí a necessidade de reformular a barganha nacionalista, adaptando-a conforme as novas circunstâncias. Não obstante, o regime encontrará dificuldades cada vez maiores de refazer sua estratégia de política externa até os anos 1990.

Além disto, a China passa por grandes transformações políticas e econômicas, a partir de 1976, com a morte de Mao ZeDong e de Zhou EnLai – os principais líderes do país – e a ascensão e queda da “gangue dos quatro”, liderada pela esposa de Mao, Jiang Qing. Quando a ordem política é restaurada e Deng XiaoPing se firma no governo, passa a prevalecer na China uma visão mais moderada de política externa, a qual enfatiza ainda mais a prioridade da estabilidade regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento econômico interno. É nesse contexto que, em 1978, é implementado o Programa das Quatro Modernizações<sup>30</sup>, visando a alavancar a economia chinesa, ao mesmo tempo em que era assinado o Tratado de Paz e Amizade com o Japão e eram oficialmente restabelecidas as relações diplomáticas com os EUA. Frente a tudo isso, não era do interesse chinês envolver-se em qualquer confronto na Coreia, de forma que a China continuou a pressionar o Norte para entender-se com o Sul. Nesse contexto, a barganha nacionalista de Kim Il Sung fica ainda mais fragilizada, à medida que se consolida o entendimento chinês com os EUA e que, na China, os interesses econômicos passam a prevalecer sobre a lógica de rivalidade estratégica da Guerra Fria. Assim, tornava-se mais difícil utilizar-se das relações políticas com a China para pressionar a URSS (PARK, 1983).

Não obstante todas essas mudanças conjunturais e o efeito delas para a política externa do regime, a barganha nacionalista ainda era possível, em certa medida, uma vez que a China continuava receando a possibilidade de conflito com a URSS e buscando evitar que esta expandisse sua influência na Ásia. Portanto, conforme aponta Lee (1996), a China continuava dando certas concessões a Pyongyang para evitar que essa recaísse sob influência soviética, inclusive em termos econômicos – ainda que, como afirmado anteriormente, a assistência econômica soviética continuasse sendo mais robusta que a chinesa. Assim, em janeiro de

---

<sup>30</sup> As “Quatro Modernizações” referem-se a indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas.

1976, foi inaugurado o “Gasoduto da Amizade Sino-Coreana”, para o transporte de petróleo de Daqing, na China, para o território norte-coreano.

Ademais, após a visita do Primeiro-Ministro chinês, Hua Guofeng, a Pyongyang, em 1978, a China concordou em ampliar o volume de suas exportações de petróleo à RDPC, mantendo o “preço amigo” (subsidiado) de 4,5 dólares por barril – bem abaixo do preço de mercado. A China também enviou engenheiros e técnicos à RDPC para a construção de refinarias de petróleo, plantas petroquímicas e outros tipos de indústrias de base. Por fim, Choo (2008) ressalta que houve aumento considerável do comércio bilateral China-RDPC ao longo de boa parte dos anos 1970, indo de cerca de 92 milhões de dólares, em 1969, para 454 milhões em 1978.

Não obstante, a partir dos anos 1980, inverte-se drasticamente a situação econômica da península coreana. A RdC aprofundava seu desenvolvimento econômico e sua inserção asiática - particularmente em direção à China e aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) -, com uma ativa política de investimentos, comércio e realocação de indústrias. Entretanto, ao mesmo tempo em que a sociedade sul-coreana passava por este processo de modernização e urbanização, acompanhado pela melhoria do nível de vida - ainda que sob um regime autoritário -, a RDPC sofria forte desaceleração econômica, devido à crise e estagnação soviética, e às reformas econômicas chinesas, que acabaram por aproximar Beijing de antigos “rivais”, levando a divergências com Pyongyang. Ademais, o próprio modelo econômico utilizado pela RDPC - em conformidade com a ideologia Juche -, a autarquia e o processo de industrialização com base na substituição de importação, passou a barrar o crescimento econômico norte-coreano, forçando o regime a buscar novas alternativas (CUMINGS, 1997).

O Segundo Plano Septanual do regime, para o período 1978-1984 – tendo sido estendido até 1986 -, estabelecia uma série de medidas que buscavam poupar o já escasso capital do país. Em primeiro lugar, o plano tinha como objetivo a modernização da economia por meio da automatização e por meio da melhoria de técnicas de gerenciamento e produção, bem como de procedimentos logísticos, tais como a centralização e containerização do sistema de transportes. Em segundo lugar, visando à cientificação da economia, o plano reformou o sistema educacional da RDPC, priorizando a formação de técnicos e engenheiros. Em terceiro lugar, foram introduzidas as primeiras, ainda que tímidas, tentativas de reformas para a abertura do mercado interno, concedendo a gerentes industriais maior flexibilidade em decisões empreendedoras para alocar trabalho, matéria primas, equipamentos e

financiamentos de forma a alcançar as cotas determinadas pelo governo (SCHWENDIEK, 2011).

Um dos principais sintomas da crise econômica norte-coreana que emergia era a escassez de alimentos e bens de consumo básicos, cujos primeiros sinais datavam do início da década de 1970, quando a quantidade de alimentos distribuída pelo SDP foi reduzida em 13% - aproximando-se ao racionamento feito durante a Guerra. Essa situação se deteriorou acentuadamente no início dos anos 1980, quando a distribuição de alimentos simplesmente foi estancada por vários meses. Foi nesse contexto que o governo norte-coreano foi forçado a relaxar um pouco seu rígido controle sobre a economia, estabelecendo as primeiras medidas de abertura aos mercados, ainda que essas fossem bastante modestas (FRENCH, 2005).

Como aponta Schwewendiek (2011), em 1982, o governo teve de permitir que os mercados agrícolas existentes, que até então só tinham permissão para funcionar de três a quatro vezes por mês, abrissem diariamente. E, em 1984, tendo dificuldades graves para suprir também as necessidades não-alimentícias da população – especialmente por têxteis -, o governo introduziu o Movimento para Bens de Consumo de Três de Agosto, também no âmbito do Plano de Sete Anos. Esse movimento tinha como objetivo a utilização de recursos de fábricas e fazendas locais para produzir bens de consumo, os quais podiam ser vendidos, de forma descentralizada, em mercados locais. Conforme ressalta o autor, esses mercados representavam, portanto, os primeiros mercados privados, ainda que de pequena escala, da economia socialista norte-coreana.

Não obstante, até a primeira metade da década de 1980, o regime de Kim Il Sung ainda tinha a ganhar com a rivalidade e competição ainda existente entre a China e a URSS. De fato, conforme explica Park (1983), apesar da oscilação de atitudes ambivalentes em relação a Moscou durante os anos 1960 e 1970, a RDPC voltou aos seus esforços de flertar com a União Soviética nos primeiros meses de 1979. Durante sua visita a Moscou, em janeiro, o vice-presidente da RDPC, Park Sung-chul, anunciou a assinatura de um tratado entre Pyongyang e Moscou que permitiria aos russos estabelecer uma base naval na costa leste de Najin, perto da base soviética de Vladivostok. Em troca, a RDPC receberia uma frota de MIG 23s, caças soviéticos de tecnologia bastante avançada na época. Além disso, Jeffries (2006) nota que houve grande aumento no comércio bilateral URSS-RDPC. Ele assinala que, no início dos anos 1980, a URSS respondia por cerca de ¼ do comércio norte-coreano, ao passo que, em 1985, o comércio com os soviéticos já representava cerca de 55%.

Essa postura norte-coreana de buscar renovar a aliança com a URSS era uma clara resposta à aproximação da China com os EUA e com o Japão, e viabilizou, até certo ponto, a

continuidade da barganha a partir da rivalidade sino-soviética no início dos anos 1980. Nesse sentido, segundo Lee (1996, p. 70):

No início dos anos 1980, os chineses competiam vigorosamente com a URSS para cortejar Pyongyang por meio de garantias de segurança, patrocínio diplomático, e assistência econômica (...). Os chineses não podiam se dar ao luxo de perder a RDPC como aliada militar ou de vê-la apoiar a estratégia soviética na região do Pacífico: se a RDPC permitisse que a URSS aquartelasse divisões na península ou utilizasse Najin ou Nampo como bases navais, a segurança da China estaria ameaçada. Como havia sido durante a Guerra da Coreia, os chineses acreditavam que qualquer força militar estrangeira na RDPC ameaçaria seus interesses na região Nordeste e no Mar Amarelo. Dado a deterioração das relações da China com outros países socialistas, tais como Vietnã, Cuba, Mongólia e Albânia, a importância relativa da RDPC ampliou-se.

Lee (1996) acrescenta, porém, que isto não quer dizer que não houvesse sérias divergências políticas entre Beijing e Pyongyang acerca de uma série de questões cruciais para ambos os Estados. Destacam-se duas questões em específico que vinham interferindo substancialmente na aliança: a reunificação da península coreana e as relações com os EUA e o Japão. A reunificação coreana, sob os moldes norte-coreanos, era altamente prioritária e urgente para Kim Il Sung – o qual via a meta cada vez mais distante à medida que Seul se desenvolvia -; mas não o era para Beijing, que preferia garantir a paz e estabilidade na península, de forma que esta não interferisse em seu próprio desenvolvimento econômico. Conforme afirmava Choi (1983, p. 239):

A China não deseja alocar os grandes recursos que seriam necessários para apoiar um conflito na Coreia, dado que sua principal preocupação é com os programas de modernização. Os chineses não desejam minar seu programa de modernização e sua necessária relação de cooperação com os EUA, com o Japão e com outros países ocidentais, a qual é essencial para fortalecer a posição chinesa em relação à União Soviética.

De forma complementar, Lee (1996, p. 78-79) explica que, não obstante, essa nova postura diplomática chinesa, Beijing ainda precisava de Pyongyang no plano estratégico:

Os chineses não desejavam ver outra Guerra da Coreia, pois, condicionados por suas obrigações explícitas em tratado lhes seriam difícil não oferecer ao menos assistência indireta. Tal envolvimento poderia debilitar seus programas de modernização econômica e tencionar seus laços de cooperação com os EUA e com o Japão. Se, no entanto, eles decidissem não apoiar a RDPC, a URSS poderia colher uma distinta vantagem na RDPC, às custas da China (...) Durante os anos 1980, portanto, o objetivo imediato da política chinesa na Coreia era reduzir as tensões e fomentar o diálogo, ao invés da confrontação entre as partes (LEE, p. 78-79).

Neste sentido, sempre que possível as autoridades chinesas reafirmavam aos EUA e ao Japão que Kim Il Sung não possuía nem intenção nem capacidade para atacar a RdC, bem como que a China não apoiaria uma invasão norte-coreana ao Sul. Daí a segunda questão, isto

é, a China vinha desde os anos 1970 aproximando-se dos EUA e do Japão, de forma a contrabalançar a influência e poderio soviéticos na Ásia. Ademais, tal aproximação com estes países, e inclusive um início de interação com a RdC no plano econômico, era importante para os programas de modernização que Deng XiaoPing vinha implementando na China. Como afirma Lee (1996, p. 80): “Os chineses estavam preparados para adquirir armamentos militares e plantas de energia nuclear dos EUA e para apoiarem-se na tecnologia e capital dos americanos e japoneses para seu programa das quatro modernizações”.

Segundo Visentini (2009), essa nova política externa chinesa foi fortemente ressentida pelos norte-coreanos, enfraquecendo os laços de solidariedade entre as nações. A RDPC continuava vendo os EUA e o Japão como principais inimigos da nação e ameaças ao regime, tendo em vista que, com a ascensão de Reagen à presidência norte-americana, em 1981, os EUA incrementaram mais uma vez seu comprometimento militar com a península, ampliando a presença militar para 43 mil homens e vendendo aviões de guerra F-16 para a RdC<sup>31</sup>. Os objetivos de Reagen eram conquistar o apoio das lideranças militares dos EUA, vender armamentos e posicionar Washington contra Pyongyang, como parte de uma estratégia maior para combater o comunismo e a URSS em uma lógica de recrudescimento da Guerra Fria (FRENCH, 2005).

A RDPC, em resposta à postura externa do novo presidente, e buscando atrair a atenção chinesa, voltou a chamar a atenção internacional, em setembro de 1983, derrubando o voo 007 da *Korean Airlines (KAL 007)*, com a ajuda de soviéticos. O incidente com o *KAL 007*, por sua vez, foi seguido, em outubro, por um bombardeio em *Rangoon* que matou quatro oficiais sul-coreanos – dois conselheiros presidenciais e o embaixador de Burma. O presidente Chun, objeto pretendido do ataque, salvou-se apenas por estar atrasado. Tais episódios levaram ao aumento da presença militar norte-americana na Coreia, com o envio de reforços adicionais ao longo da DMZ. Além disso, também demonstram como a RDPC, politicamente, volta-se mais para a URSS e tenta chamar a atenção da China por meio do recrudescimento das tensões regionais (HARRISON, 2002).

Além disto, a política interna norte-coreana também passava por importantes transformações nesta época. Apesar de reeleito presidente da RDPC, em 1982, pela 7ª Assembleia Suprema do Povo, Kim Il Sung já contava cerca de 70 anos e, devido a problemas de saúde, entrou em uma espécie de semi-aposentadoria, transferindo cada vez mais suas tarefas de governo para o filho, Kim Jong Il. Na verdade, já em 1980 Kim Sung-il decretou

---

<sup>31</sup> Logo depois que Reagen liberou a venda dos F-16 para Seul, Moscou resolveu retomar os carregamentos de armamentos para a RDPC.

oficialmente que seu filho o sucederia como líder da nação, promovendo-o na hierarquia do Politburo do PTCN. Tinha início, portanto, a sucessão dinástica de poder de pai para filho, planejada com cuidado pelas lideranças norte-coreanas para evitar que o regime sofresse qualquer problema de legitimidade. O neoconfucionismo, como visto anteriormente, foi a base ideológica que fundamentou essa transição (FRENCH, 2005).

A situação norte-coreana agravou-se, na segunda metade dos anos 80, com a reconciliação sino-soviética, que diminuía consideravelmente a margem de manobra norte-coreana. O marco inicial dessa reaproximação foi o discurso proferido pelo Secretário Geral do Partido Comunista da URSS, Leonid Brezhnev, em Tashkent, em 1982, quando este declarou que a União Soviética reconhecia a China como um país socialista e não tinha nenhuma pretensão territorial para com ela. Não obstante, o reatamento sino-soviético concretizou-se apenas com a visita de Gorbachev a Pequim, em 1989. Para culminar, Gorbachov normalizou também as relações com o Ocidente, passando a convergir com os EUA, e inclusive passou a reconhecer a RdC, em 1990 – o que foi considerado, pela RDPC, como uma grande traição. Da mesma forma, a China, em meio às mudanças estruturais na economia, promovidas por Deng Xiaoping, e com um corolário de política externa que pregava, acima de tudo, a paz e o desenvolvimento socioeconômico, além de reatar as relações com a URSS, passou a aproximar-se cada vez mais dos países ocidentais - promovendo a abertura econômica do regime.

Visentini (2009, p. 251) ressalta, contudo, que isto não significou rompimento da cooperação político-militar sino-norte-coreana.

Quando o governo chinês reprimiu a manifestação de Tiananmen, não apenas a RDPC, em nome da conservação do sistema socialista, apoiou Beijing, como a RdC evitou tomar posição ao lado do Ocidente, sendo dos primeiros países a retomar a cooperação econômica com a China. Assim, a China obteve na península coreana o melhor dos cenários (...). Com Pyongyang, Beijing estreitava os laços político-militares, pois o socialismo não poderia sofrer outra derrota, que afetaria o equilíbrio interno da China, privando-a, simultaneamente, de um importante ponto de apoio para sua defesa.

Não obstante, as dificuldades de utilizar a posição geopolítica para barganhar assistência econômica, nesse novo contexto de esfriamento da Guerra Fria, combinadas ao aprofundamento da crise soviética e as consequentes reformas (*Perestroika*), afetaram substancialmente a economia norte-coreana. Assim, o impacto foi grande quando, em 1987, a URSS introduziu o comércio baseado em preços internacionais e moedas conversíveis, bem como cortou grande parte da assistência econômica ao país, levando o governo a reduzir ainda

mais a quantidade de alimentos distribuídos pelo SDP em 10%, agravando a escassez de alimentos que vivia o país (SCHWEKENDIEK, 2011).

Nesse mesmo ano, o governo adotou o Terceiro Plano Septanual para o período de 1987 a 1993 (estendido até 1995), no qual repetia as metas dos planos anteriores, mas também buscava atrair investimento externo direto e estabelecer *joint ventures* – ao que contou com grande apoio chinês. Assim, Schwekendiek (2011, p. 129) afirma:

Com o colapso do bloco oriental e com a dívida externa em cerca de 4 a 5 bilhões de dólares, no fim dos anos 1980, o governo tinha poucas opções econômicas que não fosse a abertura econômica do país para receber capital estrangeiro. Já no início dos anos 1980, Kim Il Sung visitou a China para inspecionar sua Lei de Gerenciamento de Empreendimentos de Joint Ventures. Beijing tentou convencer a RDPC a, semelhantemente, estabelecer Zonas Econômicas Especiais de forma a atrair investimento externo direto e tecnologia, em troca de tarifas alfandegárias especiais e mão de obra barata.

Nesse contexto, nota-se a presença de Beijing pressionando para que a RDPC adote reformas liberalizantes em consonância com sua própria política interna, marcada à época, pelo ímpeto reformador e pelo desenvolvimento econômico “à convite”, graças ao grande volume de investimento norte-americano. Assim, apesar da forte resistência de alguns setores mais conservadores do regime norte-coreano, a China logrou que o país lançasse uma legislação de *Joint Ventures*, em 1984, e fundasse, em 1986, a Companhia Coreana de *Joint Ventures* Internacionais, de forma a atrair capital estrangeiro. Isso era mais um sintoma, no entanto, que o Juche econômico norte-coreano havia fracassado e que sua barganha nacionalista estava bastante debilitada, o que restringia sua margem de negociação e, mais ainda, de autonomia em suas relações internacionais.

Não obstante, apesar de obter um volume significativo de investimentos japoneses<sup>32</sup>, o empreendimento norte-coreano fracassou, em grande parte, devido à escassez de investimentos ocidentais. Segundo Schwekendiek (2011, p. 130), essa dificuldade em atrair investimentos ocidentais deve-se, em grande parte, à falta de credibilidade do país:

Além de considerar a falta de infraestrutura e a crise energética, os estrangeiros tinham pouco interesse em enviar dinheiro a um país notoriamente conhecido como devedor. Ademais, vários outros incidentes políticos levantaram sérias preocupações dentre os investidores estrangeiros (...): em 1983, a RDPC instalou uma bomba em Burma e, em 1987, agentes norte-coreanos explodiram um avião sul-coreano.

Nesse contexto, o regime também buscou suavizar as tensões na península, o que foi bastante facilitado pela ascensão de Roh Tae-woo ao governo, na RdC, em 1988. Roh adotou

<sup>32</sup> Esses investimentos japoneses eram decorrentes, sobretudo, da grande comunidade de imigrantes norte-coreanos residente no Japão – muitos dos quais foram forçadamente conduzidos ao país durante o imperialismo (SCHWEKENDIEK, 2011).

uma política de engajamento – ao invés de hostilidade – para com a RDPC, a chamada *Nordpolitik*. Neste contexto, Reagen flexibilizou sua postura perante o Norte e, em uma visita a Seul em outubro, aprovou publicamente a *Nordpolitik* - ao que se seguiu a realização de trinta e quatro encontros entre oficiais dos EUA e da RDPC entre 1988 e 1993. Assim, os EUA passaram a considerar menos provável a irrupção de uma nova guerra na península, a qual deixou de ser prioridade na agenda de segurança do país<sup>33</sup>. Mais um sintoma de que o país perdia relevância geopolítica para as potências e, portanto, começava a ser forçado a flexibilizar sua doutrina de autonomia, tanto em termos econômicos – tentativa de abertura a investimentos externos e aumento do endividamento – como em termos políticos – uma vez que teve de ceder às pressões de aproximação com a RdC e com os EUA (FRENCH, 2005).

Apesar de a RDPC continuar buscando a autonomia, sua estratégia de barganha geopolítica, que era até então centrada, sobretudo, na rivalidade sino-soviética e nos temores securitários da China em relação a sua fronteira nordeste, teve de ser reestruturada diante da nova conjuntura. A barganha nacionalista geopolítica continua sendo a principal ferramenta de ação do regime de Kim, mas ela fica cada vez mais enfraquecida à medida que os interesses chineses para a região são alterados.

De 1972 a meados dos anos 1980, a China precisava, acima de tudo, garantir a estabilidade da península para ir adiante com sua aliança econômica e política com os EUA e com o Japão, a qual, por sua vez, era necessária para fomentar o desenvolvimento econômico chinês e contrabalançar a ameaça soviética. A RDPC, nesse sentido, deixa de ser vista pelos chineses como um trunfo, e torna-se, cada vez mais, um aliado incômodo. O padrão da política externa norte-coreana e de seu relacionamento com a China, portanto, é mantido. Não obstante, nesse momento, essa nova barganha parece ter tido resultados bem mais modestos do que a anterior, o que explica, em parte, o desaquecimento econômico e a necessidade que o regime passa a ter de endividamento externo – inclusive com países capitalistas -, bem como a dificuldade enfrentada para resistir às pressões políticas chinesas visando à reaproximação das duas Coreias. O governo era obrigado, portanto, a flexibilizar o *Juche* tanto em termos econômicos, como em termos políticos.

Apesar desse cenário desfavorável, a persistência de uma situação de rivalidade entre a China e a URSS permitia certa continuidade da barganha nacionalista, que ainda renderam certas concessões e garantias de proteção por parte da China à RDPC até meados dos anos

---

<sup>33</sup> Neste contexto, em fevereiro de 1990, o secretário de defesa norte-americano, Dick Cheney, anunciou a retirada de 5 mil homens da RdC, pressionando o país a arcar com uma maior parte das despesas de defesa da península.

1980. Em fins dessa década, contudo, à medida que a URSS entra em crise e a Guerra Fria perde ímpeto, o regime norte-coreano passa a enfrentar dificuldades ainda maiores para sustentar sua política externa de *Juche* e para barganhar com as potências. O ímpeto chinês de modernização e de cooperação econômica com os países da região passa a preponderar sobre suas pendências securitárias, de forma que a RDPC perde importância no cálculo estratégico da China.

A China, entretanto, continua sendo peça fundamental para o jogo político norte-coreano, uma vez que a estratégia norte-coreana tenta adaptar-se às alterações nos interesses chineses para a obtenção de vantagens do grande país vizinho. Não obstante, o alinhamento ideológico existente entre os dois países até os anos 1960 é substituído por crescentes divergências acerca das relações internacionais do leste asiático. O fato de a RDPC ter de manter as relações com Beijing cordiais, de forma pragmática, apesar do distanciamento ideológico, tendo de ceder a algumas pressões chinesas – como a relativa à reaproximação entre as duas Coreias e de abertura econômica do regime norte-coreano – demonstram o quanto a China era imprescindível ao regime em termos econômicos e securitários.

Na virada dos anos 1990, a barganha nacionalista torna-se insustentável, tendo de ser emergencialmente reformulada em um contexto repleto de reveses para o regime: crise alimentar, desastres naturais arrasando as colheitas e, por fim, a morte do Grande Líder. A recuperação norte-coreana, e o relançamento da barganha nacionalista, a partir dos anos 1990, estão intrinsecamente ligados à maturação do projeto de desenvolvimento de tecnologia nuclear que vinha sendo implementado pelo regime desde os anos 1950.

É possível divisar, portanto, dois momentos distintos na evolução político-econômica da RDPC, e no seu relacionamento com a China, ao longo da Guerra Fria. O primeiro momento, de 1953 a 1972, é quando se dá a consolidação do sistema político e econômico do regime, bem como a elaboração de sua política externa. A autonomia, que já vinha sendo uma questão fundamental para os norte-coreanos, pelo menos desde o imperialismo japonês, é formalizada, no âmbito da ideologia *Juche*, como objetivo e princípio máximo da política externa e interna do regime norte-coreano.

A estratégia para alcançar o *Juche*, que pode ser entendida como uma barganha nacionalista, também começa a ser aplicada nesse momento. Sua lógica baseava-se nas considerações securitárias da China acerca de um possível conflito com os EUA e com o Japão, de um lado, ou com a URSS, de outro. Nesse cenário geopolítico, a RDPC ocupava posição de destaque no cálculo estratégico chinês como zona tampão, essencial para a

proteção da fronteira nordeste. A RDPC, portanto, beneficia-se com a disputa por influência regional entre a China e a URSS, pendendo ora para um lado, ora para o outro, sem submeter-se a nenhum deles. Essa estratégia tem substancial êxito, nesse momento, rendendo a RDPC importantes recursos para fomentar o crescimento econômico e o projeto de autossuficiência produtiva, bem como proteção militar e apoio político ao regime, contra seus inimigos. Em outras palavras, rendendo ao regime da RDPC a almejada autonomia. A China, portanto, mantém um papel fundamental como aliada do regime, havendo convergência ideológica e pragmática entre os dois países socialistas.

O segundo momento, contudo, é marcado pelo enfraquecimento da barganha nacionalista, devido às mudanças conjunturais do cenário asiático. A margem de negociação da RDPC reduz-se substancialmente com a aproximação Beijing-Washington-Tóquio, nos anos 1970, e a barganha nacionalista torna-se cada vez mais insustentável, na segunda metade dos anos 1980, quando da reaproximação Beijing-Moscou e Moscou-Washington, somadas ao processo de abertura econômica levada a cabo tanto pela China como pela URSS. A China passa a colocar suas necessidades econômicas acima das velhas tensões securitárias regionais, preconizando a estabilidade da península coreana, com a reconciliação entre o Norte e o Sul e com a abertura econômica da RDPC. Desprovida de seus trunfos geopolíticos, e fragilizada economicamente, a RDPC acaba tendo de flexibilizar sua doutrina *Juche*, endividando-se e reaproximando-se da RdC, ainda que a autonomia continuasse sendo o grande objetivo do regime. A China continua sendo aliada importante para a segurança do país, bem como fonte de subsídios, mas as relações bilaterais, agora, tem bases apenas pragmáticas, uma vez que as divergências ideológicas são cada vez maiores.

Este último período, como se verá a seguir, foi um momento de transição fundamental da barganha nacionalista, a qual deixa de centrar-se nas tensões sino-soviéticas do contexto da Guerra Fria, como havia sido até então, e passa a ter como foco o programa nuclear norte-coreano e o recrudescimento da instabilidade na península coreana. A China, que era já fundamental para a segurança da RDPC, torna-se a principal base de sustentação econômica do regime após a queda da URSS, de forma que sua importância para o regime é crescente.

#### **4 A BARGANHA NACIONALISTA NO PÓS-GUERRA FRIA (1989-2011)**

A intenção desse capítulo é analisar como é feita a reformulação da barganha nacionalista do período anterior, diante da nova conjuntura mundial e regional pós-Guerra Fria, bem como identificar a redefinição do papel da China no âmbito da política externa norte-coreana. Nesse sentido, busca-se compreender como o regime recobra, ao longo das décadas de 1990 e 2000, certa autonomia externa - ao menos em termos políticos -, e mantém o *Juche* – posteriormente reeditado como *Songun* - como centro ideológico de sua política externa, apesar da crescente dependência econômica. Paralelamente, será feita uma breve análise das mudanças políticas e econômicas que se processam na RDPC nessa época mais recente, de forma a averiguar como as condições internas influem sobre a política externa do regime e vice-versa.

O período em tela, que se estende de 1989 a 2011, pode ser dividido, de forma geral, em dois momentos distintos. Como já mencionado anteriormente, o primeiro momento inicia-se com dois marcos emblemáticos importantes: (1) a queda do Muro de Berlim, símbolo do fim da Guerra Fria; e (2) a visita de Gorbatchov a Beijing, símbolo da reconciliação entre a China e a URSS. Se a barganha nacionalista de Kim Il Sung já vinha sendo problemática, em certa medida, desde o estabelecimento da diplomacia do ping-pong, agora ela era totalmente descartada e, por algum tempo, a política externa do regime fica desorientada, tentando reagir a uma série de cenários adversos. Nesse sentido, esse primeiro momento é marcado pela reformulação da barganha nacionalista, em novos termos - e com novo enfoque -, que tem seu primeiro ensaio na Primeira Crise Nuclear, e que vai sendo ajustada e maturada até 2002. Fato que ocorre concomitantemente à reformulação do *Juche* em *Songun*, como base ideológica oficial do regime, no âmbito da sucessão política deflagrada pela morte de Kim Il Sung.

O segundo momento inicia-se, em 2002, com a eclosão da chamada Segunda Crise Nuclear Norte-coreana - quando a barganha nacionalista nuclear de Kim Jong Il já está consolidada e ganha crescente visibilidade nas relações internacionais. Encerra-se, em dezembro de 2011, com a morte do “Querido Líder”. Caracteriza-se, portanto, pela ascensão da barganha nacionalista nuclear e pela recuperação de certa autonomia política do regime, acompanhada também de alguma melhora no quadro econômico. Paralelamente, esse período final também é marcado pela preparação de sucessão dinástica entre os Kim, o que também afeta a política externa do regime.

##### **4.1. A reformulação da barganha nacionalista (1989-2002)**

#### 4.1.1. Crise econômica, flexibilização da autonomia e sucessão hereditária

Para entender como se deu a reformulação da estratégia de política externa norte-coreana no cenário pós-Guerra Fria, é preciso analisar as consequências para o regime do colapso da barganha nacionalista clássica feita no período anterior, diante das mudanças conjunturais. Além disso, é necessário contrastar a grave crise que atinge a RDPC, no início dos anos 1990, com a ascensão econômica chinesa, de forma a entender quais são suas implicações para as relações internacionais do leste asiático e como a RDPC irá tentar tirar proveito disso. Nesse sentido, o que se pretende é verificar como se dá o colapso da estratégia de barganha anterior, como isso impacta a busca pela autonomia - o *Juche* - do regime, e como a China emergente influi sobre a RDPC decadente.

Os anos 1990 se iniciam com uma grande reviravolta nas relações internacionais, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o derradeiro colapso da União Soviética, em 1991, pondo fim à ordem bipolar da Guerra Fria e marcando a vitória do campo capitalista sob o comunista. Os EUA, portanto, venciam a batalha pela hegemonia mundial e iniciavam a década como líder incontestável do sistema internacional. A China, por sua vez, acelerava o processo de modernização econômica, já registrando altos níveis de crescimento, e buscava aproximar-se de seus vizinhos, tanto na Ásia Central como no Leste Asiático, mirando impor-se como hegemonia regional.

Não obstante, a ascensão econômica da China, possibilitando o incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passaram a preocupar particularmente os EUA. Neste sentido, Kim (2001, p. 373) assinala:

Uma vez encerrada a simplicidade do conflito bipolar das superpotências, emergiram vários padrões triangulares de uma diversidade de dimensões e tamanhos – por exemplo, um triângulo China-Coreia-EUA, no qual uma Península Coreana geoestratégicamente pivotal se tornou um campo de batalha geoestratégico e geoeconômico para a rivalidade sino-americana.

Assim, no momento em que a barganha nacionalista clássica esgotava suas possibilidades, tendo em vista o fim da rivalidade sino-soviética e o fim da bipolaridade entre os blocos socialista e capitalista, a nova conjuntura mundial abria novas margens de negociação para a RDPC. Não obstante, ainda sob o choque de ter perdido o apoio econômico soviético, de ter suas relações com a China abaladas, e do fracasso do *Juche* econômico, o

regime da RDPC teve, inicialmente, certa dificuldade em instrumentalizar a nova rivalidade emergente nas relações internacionais do leste asiático em seu favor.

A RDPC, que já não podia mais jogar com a rivalidade sino-soviética, já nos primeiros anos da década de 1990, sofreu uma série de golpes que debilitaram consideravelmente o regime e seu poder de barganha internacional. Em primeiro lugar, o fim da Guerra Fria e a queda da URSS – importante aliada de Pyongyang -, foram fortemente sentidos tanto no âmbito interno, como no âmbito da estratégia externa de que se utilizava o país. Em segundo lugar, a morte de Kim Il Sung, líder supremo da RDPC, estremeceu o país. E, como se não fosse suficiente, o país sofreu ainda com duas enchentes devastadoras, em 1995 e 1996, às quais foram seguidas por um verão de forte seca, em 1997. Tais calamidades, aliadas aos problemas econômicos, por sua vez, resultaram em uma terrível fome que, estima-se, tirou a vida de cerca de 2 milhões de pessoas – aproximadamente 10% da população norte-coreana à época (FRENCH, 2005).

Conforme lembram Haggard e Noland (2007), a economia norte-coreana já vinha encontrando sérias dificuldades econômicas desde os anos 1970, mesmo com a ajuda financeira barganhada com a China e com a URSS. Schwekendiek (2011) argumenta, nesse sentido, que a dificuldade que vinha encontrando o país para atingir as metas estabelecidas em seus planos plurianuais<sup>34</sup>, mesmo com a prorrogação dos prazos para mais dois ou três anos, é um claro indicativo do problema. Verificava-se, portanto, que o país tornava-se cada vez mais dependente da ajuda financeira da China e, sobretudo, da URSS. Mikheev (1991) afirma que, em 1989, a RDPC devia cerca de 22 bilhões de rublos (aproximadamente 4 bilhões de dólares) à URSS, e não conseguia honrar nem 45% de suas obrigações comerciais para com a superpotência europeia.

Nesse sentido, o colapso do bloco soviético foi catastrófico para a RDPC, tanto em termos políticos como econômicos. A Rússia reduziu drasticamente sua presença na Ásia, estabelecendo apenas relações distantes com Pyongyang. Em termos políticos, a convergência da URSS com o Ocidente, acabando com a bipolaridade característica da Guerra Fria, e o triunfo final do capitalismo geraram uma grave crise do socialismo como sistema político. Além disso, como já foi dito, o fim das rivalidades sino-soviéticas retiravam do regime seu principal meio de instrumentalizar sua posição geopolítica na região para fins de barganha. Em termos econômicos, as consequências para a balança comercial da RDPC foram nefastas,

---

<sup>34</sup> Os planos plurianuais tradicionais foram suspensos após 1993, nesse contexto de desintegração do mundo socialista, de crise econômica e de crise alimentar.

tendo em vista que, previamente, bens norte-coreanos eram exportados a taxas favoráveis em troca de petróleo, carvão de coque, grãos e outros importados essenciais (CUMINGS, 1998).

Contando com o fluxo constante de petróleo bruto a baixo custo, Pyongyang havia se tornado economicamente dependente do petróleo – ainda que o país possuísse depósitos abundantes de carvão. Assim, quando, a partir de 1990, Moscou começou a exigir pagamento a taxas comerciais e em dinheiro, as importações norte-coreanas de petróleo despencaram em 85%, imobilizando grande parte da indústria do país, e especialmente as fábricas de fertilizante - o que levou a considerável redução da produção agrícola e que, por sua vez, contribuiu para a eclosão de grave crise alimentar no país. Segundo Harrison (2003), foi a partir daí que o país passou a ter sérios déficits energéticos e a investir mais a sério em novas formas de geração de energia alternativas ao petróleo, tal como a energia nuclear.

Schwekendiek (2011, p. 135-136) atenta, nesse sentido, para a conexão existente entre a queda do bloco soviético, as dificuldades econômicas da RDPC e as enchentes de 1995-1996, fatores que, conjugados e inter-relacionados, geraram a grave crise dos anos 1990:

Por causa da escassez de terras aráveis, a RDPC era dependente de importações de alimentos (doados, durante a Guerra Fria, com base na fraternidade socialista da Rússia e da China), de fertilizantes e pesticidas, e de energia para operar canais de irrigação, tratores, etc. A redução de assistência alimentícia e energética de seus antigos parceiros comunistas, em meados dos anos 1990, levou a escassez de alimentos e de produtividade agrícola, na medida em que não havia mais como adquirir matérias primas necessárias, tais como peças de reposição e combustível, com base nos preços do mercado internacional (...) No fim, eventos políticos e deficiências crônicas no setor agrícola norte-coreano gerou deflorestação e erosão do solo. As enchentes de 1995 e 1996, oficialmente culpadas pela fome, são, portanto, não apenas o resultado da anomalia do fenômeno climático El Niño, mas também uma manifestação da pobre performance agrícola e econômica do governo.

Isso tudo ressalta o total fracasso da tentativa do regime em utilizar os benefícios adquiridos com a barganha anterior para garantir a autossuficiência econômica do regime, seguindo os preceitos do *Juche*. Como já mencionado anteriormente, a planificação econômica posta em prática, desde os anos 1950, apesar de ter obtido importantes êxitos iniciais, não só não conseguiu garantir crescimento econômico de longo prazo, como também acabou aprofundando a dependência do país em relação ao exterior. Quanto maior era a dependência econômica do país, porém, maior tornava-se a necessidade de reformular a barganha nacionalista para manter certo nível de autonomia em relação às potências, de forma a evitar que estas impusessem reformas e aberturas que não eram do interesse do regime.

De fato, uma das principais mudanças nas relações China-RDPC, na década de 1990, se deu na esfera de cooperação econômica, no âmbito da qual a China passaria a pressionar ainda mais pelo estabelecimento de reformas. A RDPC, por sua vez, cujo regime já se

encontrava bastante vulnerável, não desejava implementar tais reformas, mesmo tendo consciência da debilidade criada pela queda da URSS em sua balança comercial. Conforme afirma Lee (1996, p. 139):

Eles (os líderes norte-coreanos) estavam relutantes em adotar o modelo chinês como um todo, porque suspeitavam que isso pudesse minar a ideologia Juche e criar problemas políticos semelhantes àqueles evidenciados na Praça de Tiananmen. Eles tinham consciência das consequências sociais adversas do sistema capitalista de Shenzhen, e não tinham território suficiente para insular as zonas econômicas especiais do resto da RDPC.

A questão, porém, era bastante complicada, tendo em vista que, já em 1991 – com a decisão soviética de cessar o comércio subsidiado com a RDPC -, a China havia ultrapassado a URSS como principal parceiro comercial da RDPC, representando 25% do comércio externo do país, chegando a cerca de 30% em 1992-1993 e a 37% em 1994. Ademais, em 1994, as importações de petróleo da China já representavam cerca de 60% do total das importações norte-coreanas; ao passo que as importações de grãos da China respondiam por cerca de 80% do total de importações norte-coreanas (CUMINGS, 1998).

Conforme se percebe da Tabela 1, o volume de importações norte-coreanas provenientes da URSS, nos setores de petróleo, carvão e grãos – os mais estratégicos para a sobrevivência do regime -, sofreu uma queda dramática em 1991, passando de mais de um bilhão e meio de dólares para apenas 194 milhões em apenas um ano. Coube então à China compensar, ainda que apenas parcialmente, nesse primeiro momento, o déficit alimentício e energético deixado pela URSS, evitando o colapso do regime. Por isso, segundo Lee (1994) e Han (1994), as importações provenientes da China aumentam de 394 milhões para 577 milhões, de 1990 a 1991, chegando a 595 milhões de dólares em 1992.

TABELA 1: Volume de importações norte-coreanas de petróleo, carvão e grãos (em milhões de dólares)

	1989	1990	1991	1992
<b>Da URSS</b>	<b>1.641</b>	<b>1.669</b>	<b>194</b>	<b>264</b>
<b>Da China</b>	<b>371</b>	<b>394</b>	<b>577</b>	<b>595</b>

Fonte: Lee (1994) e Han (1994).

Além disso, como se pode visualizar pela Tabela 2, o comércio bilateral China-RDPC vinha em um movimento crescente de 1984 a 1993 – com pequenas quedas nos anos de 1985 e 1990, decorrentes da queda da capacidade de exportar norte-coreana. O aumento mais

significativo se deu de 1991 a 1993, quando passou de 610 milhões de dólares para 890 milhões. Não por coincidência, o mesmo período em que o comércio RDPC-URSS sofria quedas substanciais.

TABELA 2: Comércio da China com a RDPC (em milhões de dólares)

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Balanco</b>
<b>1984</b>	<b>498.2</b>	<b>226.2</b>	<b>272.0</b>	<b>- 45.8</b>
<b>1985</b>	<b>488.3</b>	<b>231.4</b>	<b>256.9</b>	<b>- 25.5</b>
<b>1986</b>	<b>509.8</b>	<b>233.3</b>	<b>276.5</b>	<b>- 43.2</b>
<b>1987</b>	<b>513.3</b>	<b>277.1</b>	<b>236.2</b>	<b>40.9</b>
<b>1988</b>	<b>579.0</b>	<b>345.3</b>	<b>233.7</b>	<b>111.6</b>
<b>1989</b>	<b>562.7</b>	<b>377.4</b>	<b>185.3</b>	<b>192.1</b>
<b>1990</b>	<b>482.7</b>	<b>358.2</b>	<b>124.5</b>	<b>233.7</b>
<b>1991</b>	<b>610.4</b>	<b>524.7</b>	<b>85.7</b>	<b>439.0</b>
<b>1992</b>	<b>696.5</b>	<b>541.4</b>	<b>155.4</b>	<b>385.7</b>
<b>1993</b>	<b>890.0</b>	<b>600.0</b>	<b>290.0</b>	<b>310.0</b>

Fonte: LEE (1996).

Lee (1996) chama a atenção para o aumento do déficit comercial que a RDPC passa a ter em relação à China na passagem dos anos 1980 para os anos 1990. Conforme se pode verificar pela Tabela 2, a China vinha tendo déficits comerciais com a RDPC em 1984-1986, mas passa a ter superávits cada vez mais expressivos entre 1987 e 1991. Em 1992-1993, esse superávit chinês diminui um pouco, graças ao aumento da capacidade de exportar norte-coreana, mas continua em um patamar bem acima do que se verificava no período da Guerra Fria. Isso explica, segundo o autor, pelo drástico declínio no comércio norte-coreano-soviético (ver Tabela 2), o qual obrigou a RDPC a aumentar consideravelmente o nível de importações da China, em um momento em que sua capacidade de exportar diminuía, devido a forte crise econômica que assolava o país. Nesse sentido, Lee (1996, p. 140) ressalta: “Porque a RDPC era incapaz de pagar seu déficit comercial cumulativo, os chineses eram obrigados a dar novos prazos às obrigações norte-coreanas e a perdoar algumas delas. Dessa forma, o comércio assumiu a forma de caros programas de auxílio para a RDPC”.

Não obstante, ainda que a China estivesse disposta a ajudar a RDPC, de forma a evitar a instabilidade que seu colapso poderia gerar, também estava disposta a pressioná-la por mais abertura ao comércio e ao investimento externo. A ideia era fazer com que a RDPC aderrisse ao modelo chinês de reformas – abrindo-se economicamente, mas evitando mudanças no

regime político -, de forma a tornar o regime economicamente viável no médio e longo prazo, garantindo a estabilidade regional, e convertendo-o em um destino atrativo aos investimentos chineses privados. Como elucidada Lee (1996, p. 138-139), em novembro de 1990, quando da visita do primeiro-ministro Yon Hyong Muk a Beijing e da assinatura de um acordo sobre a assistência econômica chinesa à RDPC, Jiang Zemin aproveitou a ocasião para lembrar as lideranças norte-coreanas sobre o que esperava Beijing de Pyongyang:

Jiang Zemin explicou a Yon que o sucesso da Zona Econômica Especial de Shenzhen provava que a China conseguia adotar uma política econômica de portas abertas e preservar o caminho socialista ao mesmo tempo. Ele também disse que reformas econômicas e o pensamento socialista se apoiavam mutuamente, e que o socialismo não poderia se desenvolver em um cenário de dificuldades econômicas, sugerindo que a RDPC não deveria ter medo de reformar seu sistema econômico e de abrir suas portas ao exterior.

Assim, apesar da resistência do governo, a RDPC, que já não tinha mais a rivalidade sino-soviética como elemento de barganha, teve de reavaliar seu sistema autárquico, levando a abertura parcial do país ao investimento externo e ao estabelecimento de novas zonas de livre-comércio em seu território – com destaque para a ZEE de Rajin-Sonbong<sup>35</sup>, situada no extremo nordeste do país. Ademais, numerosas empresas de Hong Kong, Japão, França e RdC abriram fábricas em Zonas Industriais Especiais da RDPC (CUMINGS, 1997).

Além da abertura de ZEEs, o governo norte-coreano também teve de recorrer a liberalizações econômicas no campo, em meados dos anos 1990, tolerando ambulantes que vendiam bens alimentícios nas ruas da capital e descentralizando as responsabilidades de Pyongyang para administrações camponesas, como medidas de emergência para aliviar a crise alimentícia no país. E, por fim, também no sentido de modernização do país, foi implementado um Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Técnico e Científico, em 1999, que visava a avançar o setor de TI do país e estabelecia o Ministério da Indústria Eletrônica (SCHWEKENDIEK, 2011).

Concomitantemente a esse processo de abertura, cedendo às pressões chinesas e às necessidades impostas pela crise econômica, a RDPC também teve de enfrentar uma forte pressão chinesa, no campo político, para reconciliar-se com a RdC, de forma a garantir a estabilidade da península coreana, considerada fundamental para a continuidade do crescimento acelerado da China. Conforme explica Oliveira (2002), tendo como pano de fundo as reformas econômicas modernizadoras lançadas por Deng Xiao Ping, a China passou a aproximar-se crescentemente da RdC - ainda que de maneira muito mais lenta e discreta do

---

<sup>35</sup> Conforme aponta Kang (2011), a ZEE de Rajin-Sonbong não foi bem sucedida, tanto por estar localizada em uma parte muito isolada da RDPC, como por carecer de uma base legal clara para os negócios internacionais.

que fizera a URSS, tendo em vista as relações muito estreitas de Pequim com Pyongyang e também os possíveis reflexos sobre o problema de Taiwan. Dessa forma, com a mediação de Beijing, foram iniciadas conversações de alto nível entre as duas Coreias, culminando no ingresso conjunto das duas Coreias na ONU, em 1991.

Nesse contexto de conciliação, um acordo mútuo de desnuclearização da península<sup>36</sup> foi assinado, em dezembro de 1991, entre RdC e RDPC, pelo qual ambos os países se comprometiam a não possuir armas atômicas, a não manter bases de reprocessamento de plutônio ou de enriquecimento de urânio, e a negociar o estabelecimento de um sistema de inspeção nuclear mútua entre as partes. Este acordo foi ainda complementado pelo comprometimento norte-americano, então liderado por George Bush, de desnuclearização da península, em junho de 1991 – o qual foi cumprido com a retirada total das ogivas nucleares norte-americanas da RdC<sup>37</sup>. Na mesma ocasião, foi assinado, entre as duas Coreias, outro documento fundamental para o estabelecimento do diálogo intercoreano, o Acordo de Reconciliação, Não-Agressão, Intercâmbio e Cooperação - também chamado de “Acordo Básico” (CUMINGS, 2004).

A partir daí, portanto, a RDPC desistia, ao menos temporariamente, de seus projetos anteriores de reunificar o Sul, integrando-o ao regime pela força. Isso significava que o regime reconhecia suas limitações e que tinha de ceder aos anseios de Beijing pela estabilidade na península, flexibilizando a doutrina de autonomia nacional, em vista de suas necessidades econômicas e da ausência de uma nova política externa que substituísse aquela levada a cabo durante a Guerra Fria.

Além disso, o ápice da nova política chinesa em relação à península coreana ocorreu em 1992, quando, finalmente, a China estabeleceu relações diplomáticas com a RdC - passando oficialmente de uma política de “uma Coreia” para uma política de “duas Coreias”. Esta nova atitude chinesa perante a RdC, conforme explica Kim (2001), era resultado de três ponderações centrais: (1) a península coreana era vista como um elemento significativo do ambiente securitário chinês; (2) a RdC era vista como um modelo apropriado para a estratégia chinesa de desenvolvimento orientada pelo Estado, bem como uma fonte de apoio a guinada de modernização da China, tendo em vista que, crescentemente, Seul era vista como um

---

<sup>36</sup> Em inglês: *Joint Declaration on the Denuclearisation of the Korean Peninsula*.

<sup>37</sup> Cumings (2004, p. 55) explica que tal comprometimento norte-americano com a desnuclearização da península coreana diz respeito a uma reavaliação do papel das armas nucleares feita após a Guerra do Golfo. Com o advento das *smart bombs*, as quais atingiam seus alvos com precisão, armas convencionais com alto poder de explosão passaram a ser vistas como mais úteis do que as imprevisíveis e pouco controláveis armas nucleares. Assim, “a política norte-americana chegou a um ponto em que seus próprios interesses ditavam a retirada das obsoletas armas nucleares da Coreia”.

parceiro em potencial para conter as pressões econômicas norte-americanas e a hegemonia econômica do Japão no leste asiático; e (3) a China queria uma Coreia – dividida ou unida – que não desafiasse a legitimidade da RPC como um Estado socialista e como um império multinacional.

Kim (2001, p. 375) também ressalta que a própria reconfiguração da ordem internacional que resultou da queda da URSS impactou profundamente a posição chinesa a respeito da península coreana.

A política externa de Gorbachev foi o principal fator na reformulação do contexto estratégico chinês para as duas Coreias de, pelo menos, três maneiras diferentes, mas inter-relacionadas: por finalizar a bipolaridade da Guerra Fria, por efetuar a normalização das relações sino-soviéticas, e por estabelecer a normalização das relações soviéticas-sul-coreanas (...). Quando o conflito sino-soviético foi encerrado, também se encerrou a competição sino-soviética na RDPC. O rápido progresso e melhora nas relações Moscou-Seul, acompanhado de uma igualmente rápida descompressão das relações Moscou-Pyongyang, retirou o motivo da longa rivalidade sino-soviética sobre a RDPC.

Ademais, esta nova postura de Beijing perante a península coreana se inseria dentro de um objetivo maior da política externa chinesa de liderar a formação de uma nova ordem leste-asiática, substituindo aquela da Guerra Fria, em que a região era dominada pelas disputas de poder das grandes potências. Neste sentido, a política externa chinesa, a partir dos anos 1990, passou a focar-se muito mais na Ásia. Enquanto era necessário manter um bom relacionamento com a RDPC, que servia de zona-tampão entre a China e as tropas norte-americanas estacionadas na RdC, também se fazia indispensável à Beijing estabelecer laços com Seul (LEE, 1996).

Tal aproximação entre a China e a RdC, contudo, implicou, diretamente, um esfriamento da aliança política com a RDPC, que não via com bons olhos a política externa de Beijing e até considerava-a como uma traição. O regime norte-coreano tentou resistir ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, limitando os programas de intercâmbio cultural com a China e restringindo a mobilidade na fronteira bilateral temporariamente; porém, sem a rivalidade sino-soviética e em meio de forte crise econômica, Kim Il Sung não tinha mais meios de barganhar concessões. Conforme afirma Lee (1996, p. 128), acerca do estabelecimento das relações diplomáticas entre Beijing e Seul:

Os norte-coreanos não expressaram publicamente tanto desgosto perante a China quanto haviam expressado em relação à URSS, sobretudo porque eles não podiam se dar ao luxo de antagonizar a China, que era agora seu patrocinador e guardião insubstituível devido ao colapso da URSS. (...) Kim certamente sentia saudades dos dias em que ele podia jogar a China contra a URSS, mas a RDPC tinha que superar seu senso de isolamento e se adaptar a uma situação internacional que mudava rapidamente.

Por fim, paralelamente a essa ferrenha crise econômica e à flexibilização da doutrina de autonomia nacional, em decorrência das necessidades do momento, mudanças fundamentais ocorriam no campo da política interna do regime, tendo em vista a morte de Kim Il Sung em julho de 1994. Ainda que não seja o foco desse estudo, é preciso analisar aqui, brevemente, como se deu o processo de sucessão política, uma vez que esta ocorre em meio ao contexto de crise e de reformulação da barganha nacionalista. Nota-se, nesse sentido, que a sucessão de Kim Il Sung por seu filho mais velho, Kim Jong Il, ocorreu de forma bastante suave e estável, tendo em vista que já vinha sendo preparada há bastante tempo.

Efetivamente, desde o início da década de 1970, mitos já eram produzidos acerca de seu nascimento – que teria sido no sagrado monte Paektusan, ao invés de na Manchúria, como registrado em 1941 -, de sua “piedade filial” e de sua moralidade. Além disso, Kim Jong Il passou a envolver-se cada vez mais em importantes campanhas para as bases e a inserir-se na organização do PTCN, gradativamente, incumbindo-se de mais e maiores funções na hierarquia do partido. Assim, nos anos 1970, Kim Jong Il já tinha o apoio dos mais importantes líderes nacionais, bem como da população – a qual era convencida a adorar o novo líder pela forte propaganda do partido. Assim, em 1985, por ocasião do 6º Congresso do PTCN, Kim Jong Il foi anunciado oficialmente como futuro líder da nação, sucessor do Grande Líder (CUMINGS, 1997).

A sucessão hereditária era justificada conforme a mesma lógica neoconfucionista que havia consolidado o domínio de Kim Il Sung sobre o país. Conforme a propaganda oficial do regime, tendo em vista que o Grande Líder, Kim Il Sung, seria a mente mais elevada da nação, não poderia haver ninguém mais apto para assumir o governo que seu próprio filho, o qual, supostamente, teria herdado geneticamente a sabedoria do pai. A hereditariedade era, ademais, uma maneira de manter vivo o “espírito da revolução” e o reconhecimento à “profunda benevolência” de Kim Il Sung. Nesse sentido, Lim e Yoo (p. 344) afirmam:

O Norte enfatizava que Kim Jong Il nasceu para liderar, porque era de uma família legítima, que havia se sacrificado pela libertação da pátria e pela revolução. Sendo descendente da família mais patriota e revolucionária do país, ele teria adquirido uma superioridade natural e merecia governar o Estado. Seu ‘ancestral divino’ caracterizava a sucessão política.

Assim, em 1997, após ter esperado o período tradicional de luto de três anos após a morte do pai – bem utilizado para consolidar seu poder, assegurando o controle do estamento militar -, Kim Jong Il se tornou, oficialmente, o líder máximo do país, ao ser empossado como Secretário Geral do PTCN e como Comandante em Chefe do Exército Popular da Coreia

(EPC)<sup>38</sup>. E, em 1998, Kim Jong Il reformou a Constituição, reforçando o culto personalista com a retenção eterna do título de Presidente por Kim Il Sung, de forma a enfatizar seu papel como líder fundador da nação e legitimar oficialmente a sucessão dinástica (CUMINGS, 1997).

Além de ter sido longamente preparada, a sucessão também foi facilitada pelo apoio chinês. Como afirmado anteriormente, a China tinha interesse em preservar o regime para garantir a estabilidade regional, ainda que esperasse aumentar sua influência sobre ele dentro do novo contexto regional e internacional, pressionando-o a reformar-se e a manter melhores relações com a RdC. Nesse sentido, Lee (1996, p. 130) afirma:

Os chineses reconheceram prontamente Kim Jong Il como novo líder supremo na RDPC, de forma a auxiliar a suave transição de poder em Pyongyang. Eles concluíram que Kim Jong Il havia acumulado um nível suficiente de apoio interno e concordaram em doar 100 mil toneladas de grãos para a RDPC. (...) Uma vez encerrado o governo de quarenta e quatro anos de Kim Il Sung, os chineses esperavam que seu sucessor adotasse uma política externa mais pragmática de portas abertas e melhorasse as relações intercoreanas.

Cumings (1997, p. 67-68), ressaltando a capacidade de sobrevivência do regime e a solidez de sua liderança, assim resume a organização interna da RDPC nos anos 1990:

No sistema administrativo da RDPC, linhagens burocráticas e hierarquias frequentemente existem como reinos independentes, e tem dificuldades para se comunicarem umas com as outras. (...) A relativa autonomia burocrática, a prática de autossuficiência provincial, um vasto aparato partidário organizando de baixo para cima e compreendendo cerca de um terço da população adulta, a posição privilegiada dos militares – obtendo, no mínimo, 25% do orçamento anual -, a morte do único líder que o país já teve, intenso conflito entre gerações, e o acúmulo da crise gerada externamente, têm resultado em um tipo de imobilismo nos anos 1990. (...) Ainda assim, apesar de todas as dificuldades dos anos 1990, há poucos sinais de que qualquer uma destas dificuldades tenha ameaçado a estabilidade da liderança.

Isso demonstra, portanto, que a tradição política e ideológica – de base neoconfucionista e marxista - que fornecia as bases do governo de Kim Il Sung é, em sua maior parte, mantida pelo novo governo. Dessa forma, e considerando que Kim Jong Il já vinha governando ao lado do pai nos últimos anos, o novo governo pode ser entendido mais como uma continuidade do que como uma mudança política - ainda que, questionavelmente, o novo líder promova certas alterações na estrutura interna do sistema político<sup>39</sup>. Daí é possível

<sup>38</sup>Em inglês: *Korea People's Army (KPA)*

<sup>39</sup>Não há consenso entre os estudiosos acerca das mudanças de política interna promovidas por Kim Jong Il durante seu governo. Alguns estudiosos, como Choi (1999) e Schwendiek (2011), afirmam que o novo líder teria promovido uma maior centralização das administração pública, aumentando o papel do EPC na política e em todos os âmbitos da sociedade, bem como reduzindo consideravelmente o papel do PTCN. O *Songun (Military First Politics)*, implementado, já em 1994, seria o marco inicial dessa crescente centralização. De forma diametricamente oposta, outros acadêmicos importantes, como McEachern (2010) e Kang (2010), argumentam que, apesar do *Songun*, o governo de Kim Jong Il teria sido caracterizado pela descentralização do

inferir que, de forma geral, os objetivos básicos do regime continuavam os mesmos, ou seja, sua própria sobrevivência e autonomia nacional. Não obstante, o *Juche*, como ideologia fundamentadora do regime e de suas políticas, passa por algumas alterações importantes ao longo do governo de Kim Jong Il, que são de certa relevância para justificar a barganha nuclear do regime.

Ainda em 1994, pouco após a morte de Kim Il Sung, o regime lança o chamado *Songun*<sup>40</sup>, mais conhecida como “Forças Armadas em Primeiro Lugar”<sup>41</sup>, como nova doutrina fundamental da RDPC. A nova ideologia, na verdade, era bastante semelhante ao *Juche*, uma vez que tinha grande conotação nacionalista, defendendo o fortalecimento da RDPC e reforçando o desejo de autonomia nacional, bem como instrumentalizando o socialismo como meio de fortalecer a nação. Não obstante, como explica Park (2010), diferentemente do *Juche*, a nova doutrina deixava explícito o papel que as Forças Armadas – o setor militar, de forma geral – teriam na busca da autonomia nacional. Em uma linguagem bastante típica, ainda, dos regimes socialistas, e associando o nacionalismo e o socialismo, o *Rodong Sinmung*, jornal oficial do PTCN, caracterizava o *Songun* como uma ideologia “no âmbito da qual o Exército Popular serve como principal força da revolução e pela qual a união do Exército com o povo ajudava a garantir e a construir o socialismo” (in KOH, 2005).

Conforme Choi (1999) a nova doutrina significava a elevação do status das Forças Armadas, as quais passaram a ocupar o centro do sistema político norte-coreano e a influenciar amplamente todos os setores da sociedade. Ele ressalta que, neste período, a RDPC não teve Presidente, as funções e cargos do governo e do partido foram anormais, e até mesmo os procedimentos legais mínimos foram ignorados. Já Schwendiek (2011) ressalta que, entre outras coisas, a *Songun* servia para justificar, em um contexto de grave crise econômica, os elevados gastos militares do regime, que chegaram a cerca de 20% do orçamento anual norte-coreano, sobretudo com o programa de mísseis e de ogivas nucleares.

Nesse sentido, o *Songun* seria um instrumento ideológico de grande importância para justificar, ainda em bases fortemente nacionalistas, a barganha nuclear promovida pelo regime no pós-Guerra Fria. Esta, conforme será posteriormente discutido, baseava-se na expansão das

---

poder, com o aumento da concorrência entre os três principais órgãos públicos: o EPC, o PTCN e o Gabinete de Ministros. De uma forma ou de outra, não está claro o papel que esses diferentes grupos possam ter exercido sobre a política externa do regime, a qual parece ter sido marcada por alto grau de coesão e continuidade, apesar das mudanças conjunturais, em relação ao governo anterior.

<sup>40</sup> Em inglês: “*Military First Politics*”.

<sup>41</sup> Inicialmente, essa política estabeleceu, em um contexto de fome endêmica, que os militares teriam prioridade na distribuição de alimentos e outros bens escassos, em detrimento da população civil. A justificativa, é claro, era feita em termos de garantir a defesa nacional em um momento de grande fragilidade do país.

capacidades militares do regime como meio de escalonar as tensões regionais e como moeda de barganha com as potências. Como afirma Park (2010, p. 103):

A noção de que os armamentos nucleares são a única ‘garantia’ da segurança nacional, bem como são meios confiáveis de dissuasão contra a provocação militar de governos hostis é um produto direto da política Songun. As duas rodadas de testes nucleares, em 2006 e em 2009, bem como uma série de lançamento de mísseis, foram todos pensados e conduzidos pelos militares sob o princípio da política Songun.

Assim, à medida que a barganha nacionalista vai passando por um processo de reformulação, ao longo dos anos 1990, para chegar aos testes nucleares dos anos 2000, também a ideologia do regime vai sendo reestruturada de forma a acomodar seus novos métodos dentro do discurso nacionalista de busca de autonomia. É importante ressaltar, dessa forma, que o *Songun* não representa o abandono do *Juche*, mas sim uma espécie de apêndice do *Juche*, ampliando seu escopo explicativo.

Como consequência do colapso derradeiro da barganha nacionalista clássica do regime, portanto, a RDPC sofreu uma séria crise econômica e alimentar, que ampliou enormemente sua dependência econômica em relação à China – para quem interessava mais a estabilidade da península do que o caos que poderia ser desencadeado caso o regime dos Kim não resistisse. Essa dependência, por sua vez, obrigou o regime a flexibilizar ainda mais a doutrina *Juche*, cedendo às exigências chinesas de abertura econômica, entrando na ONU, tendo de amenizar o controle de suas fronteiras e sendo impelido a reaproximar-se da RdC.

Isso indica uma clara mudança no papel que a China passaria a desempenhar no jogo político norte-coreano. No pós-Guerra da Coreia, a RDPC tinha forte dependência econômica em relação à URSS, utilizando-se da China, como aliada política e estratégica, para contrabalançar essa situação. Dessa forma, obtinha ajuda econômica de ambos, sem ter de se submeter politicamente a suas diretrizes. No fim do período em tela, a RDPC tinha forte dependência econômica em relação à China, mas não tinha mais a URSS para sobrepor-se ao domínio chinês. Precisava, portanto, de nova estratégia para contrabalançar as crescentes pressões chinesas por estabilidade, por reformas e por abertura.

A solução é ensaiada, pela primeira vez, na primeira crise nuclear norte-coreana, quando os EUA começam a ser vistos como ator viável para assumir o papel que antes era da China na política externa norte-coreana. Ou seja, a RDPC passaria a aproveitar-se das tensões com os EUA para contrabalançar a dependência econômica em relação à China. Obteria, assim, assistência econômica chinesa, sem ter de se submeter politicamente a suas pressões. Nesse sentido, processar-se-á uma redefinição gradual do papel que a China passará a ter no jogo político norte-

coreano. Entretanto, essa mudança da barganha nacionalista e do papel chinês nela não é imediata. Processa-se, gradualmente, ao longo dos anos 1990, à medida que o regime vai aprendendo a lidar com a nova conjuntura e a aproveitar-se das situações oportunas que lhe aparecem.

#### **4.1.2. A primeira crise nuclear norte-coreana**

A crise nuclear entre a RDPC e os EUA é um marco fundamental para a mudança da estratégia política norte-coreana que é ensaiada nos anos 1990 e consolidada nos anos 2000. Em um contexto de fim da Guerra Fria e de relativa abertura da China, já estava claro ao regime norte-coreano que era preciso uma reestruturação de sua política externa. Tendo em vista que a península já não tinha o peso geopolítico que tivera durante a Guerra Fria, em um cenário de tensões Leste-Oeste e, ao mesmo tempo, de rivalidade sino-soviética. Logo, era preciso encontrar novos instrumentos de barganha. A maturação do programa nuclear norte-coreano, iniciado ainda na década de 1950, nesse sentido, demonstrou ser um importante instrumento para atrair novamente a atenção das grandes potências para a península. Portanto, o que se procura examinar, nessa seção, é esse processo de reedição da barganha nacionalista como nova estratégia de política externa do regime, bem como o papel que a China desempenharia nesse jogo político. Procurando entender, ainda, como o programa nuclear insere-se na doutrina *Juche-Songun*.

Na literatura específica, há duas grandes versões acerca do que teria motivado a decisão norte-coreana de investir em um programa nuclear. Uma centrada no argumento securitário-estratégico, que entende a capacidade nuclear como ferramenta de dissuasão contra possíveis ataques externos; e outra centrada no argumento energético, que vê a produção de energia nuclear como uma forma de livrar-se da dependência externa de combustíveis fósseis. Nesse sentido, antes de analisar como o programa nuclear é instrumentalizado para fins de política externa, encaixando-se na barganha nacionalista – que é propriamente o objeto de estudo desse trabalho –, cabe expor, brevemente, o debate acerca de quais seriam os reais objetivos do programa nuclear norte-coreano. Reconhece-se, portanto, que, apesar de ele ter se tornado útil para a estratégia de política externa do regime, ele certamente não foi concebido apenas para esse propósito, estando associado, inclusive, a importantes objetivos estratégicos nacionais de longo-prazo.

Segundo Zhang (2006), não se pode atribuir o programa nuclear norte-coreano como um todo apenas à questão energética, em uma península que era constantemente ameaçada pela possibilidade de uso de armas nucleares, mesmo depois da Guerra da Coreia. Assim, o

grande “objetivo final” relacionado à resolução norte-coreana de possuir armas nucleares seria o de controlar um instrumento poderoso, de forma a constringer as grandes potências atuantes na região (EUA, China e Rússia) e a modificar suas relações estratégicas com elas. Parte-se, assim, de uma concepção tipicamente norte-coreana e já amplamente expressa por seus líderes de que a RDPC foi historicamente vulnerável a invasões e interferências das potências - o que pode facilmente ser exemplificado pelo colonialismo japonês da península coreana, no início do século XX, e pelo papel dos EUA, respaldado pela ONU, na Guerra da Coreia (1951-1953). Neste sentido, percebendo a grande lacuna de suas forças comparadas com as das grandes potências, o controle de armas nucleares seria visto pelo país como uma decisão vital e um elemento indispensável para restabelecer certo equilíbrio estratégico no Nordeste Asiático, especialmente com relação à RdC, e garantir-lhe certa autonomia securitária.

Cumings (2004) destaca esse objetivo de defesa à luz da experiência traumática que a RDPC vivenciou ao longo da Guerra da Coreia, quando houve uma série de ameaças de uso da bomba pelos EUA, tal como a chamada “Operação Hudson Harbor”, que simulava o uso tático de bombas atômicas em plena batalha, lançando bombas atômicas falsas. Ressalta-se, nesse sentido, que a memória desses episódios pelas lideranças da Coreia teria criado uma forte consciência no sentido de garantir a própria integridade física do Estado. Nesse sentido, pode-se entender o investimento em um programa nuclear como parte da doutrina *Juche/Songun* do regime, que tinha como fundamento a construção da autonomia nacional. Assim como o regime buscava autonomia política com a barganha nacionalista e autonomia econômica com o modelo socialista de planificação da produção e de desenvolvimento da indústria pesada, buscava-se a autonomia securitária por meio do programa nuclear.

Não obstante, a justificativa norte-coreana para o desenvolvimento de seu programa nuclear sempre foi a necessidade de substituir a matriz energética, altamente dependente das importações de petróleo – primeiro da URSS e depois da China -, por uma base energética nuclear autônoma, aproveitando as grandes reservas de urânio do país. Nesse sentido, o próprio Cumings (2004, p. 57-60) considera que o objetivo original por trás de tal programa nuclear estava mais ligado à segurança energética do que à segurança militar:

Aqui estava a justificativa norte-coreana por Yongbyon desde o início – substituir um regime energético dependente de carvão e hidroeleticidade domésticos e petróleo importado, por energia nuclear. Nesse sentido, Pyongyang procurou fazer aquilo que o Japão e a RdC faziam há décadas, com a diferença que, tendo em vista que as grandes potências recusavam-se a prover-lhe qualquer combustível nuclear potencialmente reprocessável, foi construído um reator que utilizaria os substanciais

depósitos de urânio da RDPC<sup>42</sup> (...) Yongbyon, em resumo, começou com a busca por autosuficiência energética e acabou como elemento de barganha para negociar um novo relacionamento com os EUA.

De fato, não há muita dúvida de que essa pode ter sido uma importante motivação, tendo em vista as reais deficiências energéticas do país, a partir dos anos 1970, e considerando-se também a constante busca pela autossuficiência, expressa no *Juche* e implícita na política econômica do país desde a sua formação.

Ambos os argumentos são importantes, independentemente de qual tenha predominado, pois ambos devem ter pesado na decisão das autoridades norte-coreanas quando do estabelecimento do programa nuclear. Nesse sentido, para além da importância de curto prazo que esse programa nuclear terá como elemento de barganha do regime, é preciso ter em mente que ele é o produto de um longo processo histórico, visando a garantir também os interesses nacionais no plano securitário e energético. Também é preciso lembrar que ele representava uma tentativa de obtenção de autonomia do regime nessas duas áreas, encaixando-se, dessa forma, na doutrina *Juche-Songun*.

A ambição norte-coreana de desenvolver armas nucleares data de 1958, quando os EUA instalaram canhões nucleares de 280 mm e mísseis nucleares *Honest John* em território sul-coreano<sup>43</sup>, seguidos pelo deslocamento de um esquadrão completo de mísseis nucleares de cruzeiro *Matador* para a região, apontadas para a RDPC. No mesmo ano - como parte da barganha nacionalista então formulada por Kim Il Sung no contexto das rivalidades sino-soviéticas -, a RDPC assinou dois acordos com a URSS visando à cooperação em projetos de pesquisa nuclear.

Segundo Mansourov (1995), a primeira instalação de pesquisa nuclear da RDPC, no entanto, remonta a 1965, quando a URSS cedeu a RDPC um reator de pesquisa de 4 megawatts. O reator foi instalado em Yongbyon, a 90 km de Pyongyang, onde foi construído um complexo de P&D em tecnologia nuclear gerenciado pelos cientistas norte-coreanos que haviam recentemente completado sua formação acadêmica em física nuclear na URSS. Na mesma década, também fruto da barganha nacionalista, teve início o programa norte-coreano de mísseis balísticos, novamente graças à cooperação da URSS, que forneceu à RDPC mísseis Scud de curto alcance. Tais mísseis foram modificados e utilizados para pesquisas e experimentos, permitindo que os

---

<sup>42</sup> A RDPC tem abundância de urânio 238, elemento radioativo encontrado na natureza, o qual, através de reatores, produz plutônio, o qual, por sua vez, quando refinado a um certo nível, pode ser utilizado como combustível de armas nucleares (CUMINGS, 2004).

<sup>43</sup> Ao instalar armas nucleares na península, os EUA violavam abertamente o artigo 13º do Armistício de 1953, o qual proibia a introdução de novos armamentos com vantagens qualitativas.

cientistas norte-coreanos desenvolvessem mísseis de maior alcance, tais como a série *Taepodong* (HARRISON, 2002).

Pyongyang anunciou pela primeira vez o estabelecimento de seu próprio programa de armas nucleares nos anos 1970, quando a RdC, liderada pelo presidente Park Chung Hee, anunciou o programa sul-coreano<sup>44</sup> -, alarmando ainda mais as autoridades norte-coreanas. Assim, em fins dos anos 1970, um segundo reator, de 30 megawatts, foi construído em Yongbyon<sup>45</sup>, dando início a um projeto de expansão das instalações nucleares. Ainda assim, sob pressão soviética, em setembro de 1974, a RDPC ingressou na AIEA e, em julho de 1977, assinou um acordo que estabelecia um mecanismo de monitoramento de seus reatores. A expansão do programa foi continuada, portanto, de forma secreta, nos anos 1980, quando a RDPC deu início a construção de dois reatores nucleares - um de 50 megawatts e outro de 200 megawatts<sup>46</sup> - e de uma planta de reprocessamento de plutônio<sup>47</sup>. O fato de a RDPC ter aderido ao TNP, em 1985, e de ter firmado um Acordo de Garantias Nucleares (*safeguards agreement*) com a AIEA<sup>48</sup>, em janeiro de 1992, ao que tudo indica, não significou o congelamento de seu programa nuclear, o qual continuou em andamento (FRENCH, 2005).

A crise foi deflagrada, em fins de 1992, quando a AIEA encontrou evidências, ao longo das inspeções, de que a RDPC havia reprocessado mais plutônio do que as 80 gramas que haviam sido reveladas. Visando a verificar tais evidências, em fevereiro de 1993, a AIEA, pressionada pelos EUA, invocou uma provisão específica do Acordo de Garantias Nucleares de 1992, e solicitou uma “inspeção especial” de dois depósitos de resíduos nucleares de Yongbyon. A Agência acreditava encontrar, no local, informações encobertas pelo governo acerca da quantidade de plutônio que a RDPC vinha produzindo desde 1989 (NIKSCH, 2005).

Na verdade, alguns autores, como Beal (2005) e Cumings (2004), afirmam que tais evidências teriam sido providas por inteligência norte-americana, coletada através de espionagem e sob forte pressão do governo dos EUA. Como já mencionado anteriormente, com o fim da

---

<sup>44</sup> O programa nuclear sul-coreano de Park foi interrompido em 1979, quando o presidente foi assassinado, e sob forte pressão dos EUA – que receavam as consequências securitárias da posse de armas nucleares sul-coreana para a região (FRENCH, 2005).

<sup>45</sup> Tal reator, contudo, só entrou em operação, presumidamente, a partir de 1987 (CUMINGS, 2004).

<sup>46</sup> Tais reatores, pelo que se sabe, nunca foram concluídos, tendo em vista que a sua construção foi interrompida em 1994, por ocasião do Acordo Quadro entre RDPC e EUA. Especula-se que, se tais reatores fossem concluídos, eles seriam capazes de produzir, anualmente, combustível suficiente para a produção de 200 kg de plutônio, o que seria o suficiente para fabricar quase trinta bombas atômicas por ano (NIKSCH, 2005).

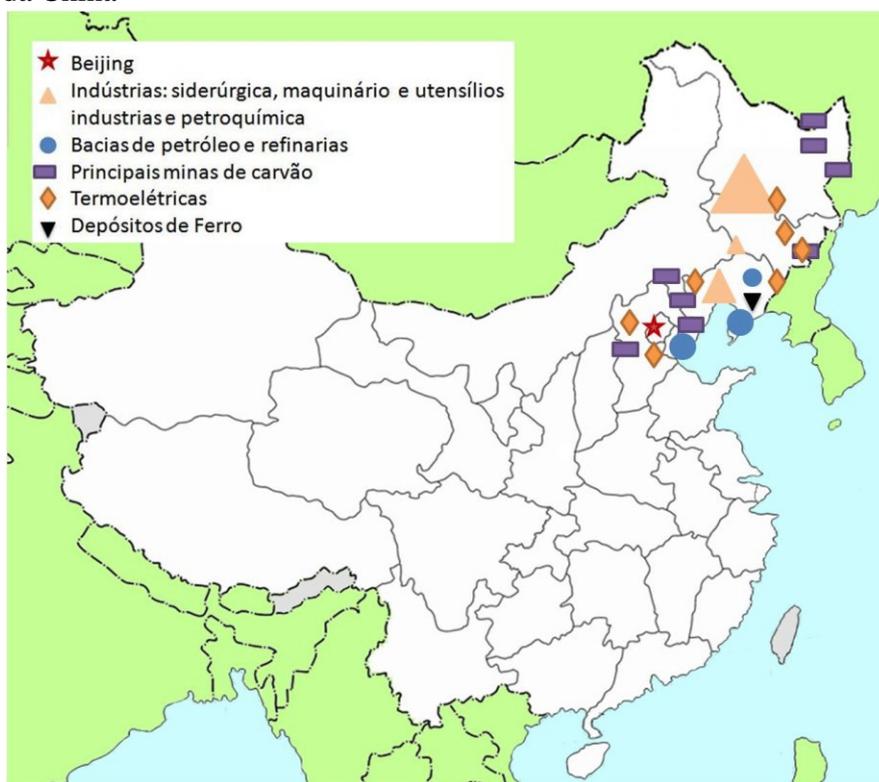
<sup>47</sup> A função dessa planta seria separar o grau de armas, Plutonium-239, de barras de combustível nuclear gastas para a inserção na estrutura das bombas atômicas ou das ogivas. A estrutura foi ativada por volta de 1994 (NIKSCH, 2005).

<sup>48</sup> O Acordo de Garantias Nucleares (*Safeguards Agreement*) obrigava a RDPC a relatar todos os seus programas nucleares para a Agência, bem como concedia a AIEA o direito de conduzir uma série de inspeções nas instalações nucleares do país. Assim, a RDPC permitiu que a AIEA realizasse seis inspeções nucleares entre junho de 1992 e fevereiro de 1993 (FRENCH, 2005).

bipolaridade da Guerra Fria e da rivalidade sino-soviética, a aliança informal entre China e EUA, cujo maior objetivo era evitar o fortalecimento da URSS, deixa de ter razão de ser. Isso marca o fim do “desenvolvimento à convite”, bem como o recrudescimento das tensões entre os EUA e uma China que já crescia a ritmo impressionante e buscava reestabelecer sua hegemonia regional. Nesse novo contexto, interessava novamente aos EUA exercer pressão sobre o regime norte-coreano – um dos únicos regimes socialistas fechados, no mundo, que resistia à queda da URSS -, e tencionar o ambiente do nordeste asiático, obrigando a China a manter-se em alerta em relação a sua fronteira nordeste.

Nesse sentido, é importante ressaltar aqui que o nordeste chinês era uma região extremamente estratégica. Por um lado, é uma região rica em minérios (ferro) e em combustíveis fósseis – sobretudo o carvão -, o que a torna particularmente importante para a geração de energia. Por outro lado, é a região que concentra boa parte da indústria de base da China, sobretudo em termos de siderurgia – como se pode ver pela Ilustração 3. Sem contar, é claro, que a capital do país, seu principal centro político e econômico, está separada da península coreana por apenas alguns quilômetros de água. Logo, qualquer instabilidade na RDPC seria um grande risco estratégico para a China.

ILUSTRAÇÃO 3: Distribuição das indústrias e dos recursos energéticos e minerais do Nordeste da China



Fonte: Elaboração própria. Dados: ALBERT (2011), China Briefing (2013), The Beijing Axis Analysis (2013).

Além disso, o colapso do regime norte-coreano, diante das circunstâncias, parecia um cenário bastante provável. Nesse sentido, o cálculo político dos EUA, ao fomentar a Primeira Crise Nuclear, deve ter incluído a ideia de catalisar as forças desintegradoras do regime, por meio da pressão internacional, sobretudo em formas de sanções e embargos, no momento em que o regime parecia mais desesperado pela obtenção de ajuda internacional. Se essas pressões fossem decisivas para o fim do regime, conforme prediziam muitos analistas norte-americanos à época, os EUA teriam um cenário ainda mais favorável no Leste Asiático (BEAL, 2005).

Segundo Cumings (2004), o regime da RDPC, em parte por se sentir ameaçado e, em parte, por perceber a oportunidade que a ocasião lhe apresentava, em um momento de grave crise, reage à ofensiva AIEA-EUA. Recusa o pedido por “inspeções especiais” e ameaça retirar-se do TNP, em março de 1993. Essas ações, além de demonstrarem que o regime não estava disposto a ceder em um ponto tão estratégico e sensível, tinham como objetivo chamar a atenção dos EUA, em uma primeira tentativa de utilizar a questão nuclear, bem como sua permanência no TNP, como fonte de barganha. Percebe-se, nesse sentido, que a crise não fora deflagrada pela RDPC, mas que seu regime aproveita-se das pressões norte-americanas, de forma reativa, para tentar obter vantagens da situação.

De fato, a recusa da RDPC ao pedido da AIEA e a subsequente ameaça de retirar-se do TNP levaram a uma intensificação do diálogo com a administração Clinton, a qual pressionava o país para permanecer no TNP e a voltar a permitir as inspeções da AIEA, ao mesmo tempo em que transferia mísseis *Patriot* à Seul e levava o assunto à mesa de discussões no Conselho de Segurança da ONU. Em resposta, o Ministro de Relações Exteriores chinês, Qian Qichen, deixava claro que seu governo se oporia abertamente a quaisquer sanções econômicas a serem impostas à RDPC – estando disposto a vetá-las, se necessário fosse -, bem como à própria discussão da questão no âmbito do Conselho de Segurança. Dessa forma, o Conselho de Segurança teve de modificar substancialmente a sua proposta inicial, de forma que a Resolução 825, adotada em maio de 1993, apenas solicitava que a RDPC reconsiderasse sua declaração de retirar-se do TNP. E, apesar do fato de a resolução ter sido consideravelmente suavizada, a China absteve-se em sua votação (KIM, 2001).

Lee (1996, p. 94) explica que, quando a RDPC declarou sua intenção de retirar-se do TNP, a China passou a enfrentar um grande dilema:

A China favorecia uma Coreia desnuclearizada e uma resolução negociada da questão nuclear norte-coreana, mas se opunha a quaisquer sanções econômicas patrocinadas pela ONU contra a RDPC ou a um ataque aéreo contra as instalações nucleares norte-coreanas, porque percebia que qualquer uma destas ações poderia desencadear uma séria confrontação militar na península coreana.

Nesse sentido, a China evita, em grande parte, que as pressões internacionais regidas pelos EUA funcionassem como elemento desestabilizador para o regime e para a península como um todo. Impedido de exercer maiores pressões sobre a RDPC via Conselho de Segurança, os EUA tiveram de ceder às negociações diretas com a RDPC. Assim, a RDPC só aceitou suspender sua retirada do TNP quando o governo Clinton cessou o *Team Spirit*<sup>49</sup> e concordou com uma reunião de alto escalão entre os dois países, em junho de 1993. Um primeiro sinal de que a recém-testada estratégia norte-coreana, que se aproveitava da cobertura chinesa para barganhar com os EUA, começava a dar resultados. Não obstante, a RDPC manteve a sua recusa com relação às inspeções da AIEA, ao que os EUA reagiram voltando a propor aos membros do Conselho de Segurança da ONU uma rodada de sanções econômicas a RDPC. Mais uma vez, porém, a China veio em defesa do país vizinho e logrou evitar uma nova resolução, insistindo em uma mera declaração presidencial.

Conforme aponta Kim (2001), há duas razões principais que levaram Beijing a adotar tal estratégia de oposição a pressões multilaterais ou a sanções contra a RDPC. Em primeiro lugar, naquele momento, o governo chinês enfrentava uma crise de legitimidade tanto no plano doméstico – tendo-se passado pouco tempo do Massacre de Tiananmen -, como no plano externo, devido ao também recente colapso do comunismo transnacional. Assim, sanções internacionais, sobretudo patrocinadas pelos EUA, a um outro regime comunista, poderia enfraquecer ainda mais a posição do regime chinês. Em segundo lugar, a China parecia estar mais comprometida com a manutenção do regime norte-coreano do que com a desnuclearização da península. O maior perigo para Beijing, àquela altura, parecia ser que seu aliado comunista se sentisse tão encurralado que tentaria provocar um conflito armado, ou ainda que o seu colapso trouxesse consequências políticas, sociais e econômicas desastrosas para a China. Neste sentido, segundo Oliveira (2002, p. 149):

A China tem evidente interesse na continuação do status quo na península coreana, sendo a única das grandes potências do Nordeste Asiático a desfrutar estreitos laços políticos e econômicos com as duas Coreias. (...) Graças à sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança, com direito a veto, a China tem sido o principal obstáculo às tentativas de impor sanções à RDPC, pelas alegadas atividades proliferadoras de Pyongyang.

---

<sup>49</sup> Em português: Espírito de Time. Este é o nome dado aos exercícios militares realizados em conjunto pelos EUA e pela República da Coreia.

Aproveitando-se dessa proteção chinesa no âmbito do CSNU e buscando induzir os EUA ao estabelecimento de negociações diretas - por meio das quais o regime acreditava poder obter maiores vantagens -, em 1994, Kim Il Sung reafirmou o convite de longa data feito ao ex-presidente norte-americano, Jimmy Carter, para visitar Pyongyang e negociar o congelamento das operações nucleares norte-coreanas. O ex-presidente Carter era visto por Kim Il Sung como alguém que havia tentado promover a paz, quando no poder, tendo em vista que este havia tentado retirar as tropas norte-americanas de Seul nos anos 1970. Segundo French (2005), para Kim, as demandas contínuas por inspeções da AIEA eram unilaterais e não ofereciam nada em troca à RDPC; ao passo que Carter podia oferecer ajuda ao país.

Além disto, a decadência econômica que vivenciava o país era fortemente agravada pelas deficiências energéticas, especialmente desde que a URSS havia parado de fornecer petróleo bruto ao país a valores abaixo do mercado. Assim, uma das principais concessões que demandava a RDPC era a construção de reatores de água-leve capaz de gerar energia para manter o funcionamento da indústria. A resposta da Administração Clinton foi positiva, comparecendo Carter a negociações em Pyongyang. Como resultado, os EUA aceitaram abandonar a proposta de sanções no Conselho de Segurança e iniciar novas rodadas de negociação com a RDPC em Genebra (NIKSCH, 2005).

Foi neste contexto que, em outubro de 1994, foi assinado o Acordo de Genebra ou Acordo Quadro entre a RDPC e os EUA. Por um lado, a RDPC aceitava a interrupção imediata de seu programa nuclear, o desmantelamento de suas instalações nucleares até 2003, a sua permanência no TNP e a as inspeções da AIEA, conforme originalmente prescrito no Acordo de Salvaguardas de 1992. Por outro lado, os EUA, comprometiam-se em auxiliar a RDPC na construção de dois reatores de água-leve, até 2003<sup>50</sup> - com capacidade de gerar aproximadamente dois mil megawatts de energia - e de fornecer, anualmente, 500,000 toneladas de petróleo pesado como recurso energético alternativo até que o primeiro reator estivesse ativado (CUMINGS, 2004).

Com este propósito foi estabelecida a Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana (KEDO): um consórcio organizado pelos EUA e constituído por RdC, Japão e União Européia - que supervisionaria o projeto, financiando a construção dos reatores e garantindo o suprimento de petróleo à RDPC. Além destas disposições, o

---

<sup>50</sup> A meta para a finalização dos reatores foi modificada pela KEDO, em 1997, de 2003 para o ano de 2007, devido a problemas burocráticos e a atitudes militares norte-coreanas consideradas provocativas em relação à RdC. Especula-se, também, que uma das causas do atraso seria à falta de interesse do governo norte-americano no projeto, o qual foi completamente abandonado em 2002, quando ressurgiu a questão nuclear com o suposto programa de enriquecimento de urânio (NIKSCH, 2005).

Acordo Quadro também expressava a intenção mútua de estabelecer *liaison offices* em suas respectivas capitais e, em última instância, normalizar as relações diplomáticas, desde que ambos os países progredissem significativamente em “questões de interesse para cada parte” (HARRISON, 2002).

Conforme salienta French (2005, p. 201-202), os EUA estavam satisfeitos com o acordo, especialmente tendo em vista que a RdC e o Japão arcariam com 70% e 20%, respectivamente, dos 4,5 bilhões de dólares estimados para a construção dos dois reatores. Assim, pelo menos em tese, os EUA logravam a desnuclearização da RDPC, incorrendo, relativamente, em poucos custos. Se o regime não colapsara e as sanções não podiam ser implementadas, devido à resistência chinesa no CSNU, então ao menos seria interessante buscar certa acomodação política momentânea com o país, até que a conjuntura se alterasse. Mesmo porque, a RDPC, no início dos anos 1990, muito debilitada pela crise, não representava qualquer ameaça real aos EUA ou a seus interesses no nordeste asiático. Como mencionado anteriormente, o interesse dos EUA em deflagrar a crise parece estar muito mais relacionado aos efeitos, de curto e de longo prazo, que um eventual colapso do regime teria sobre a China.

A China, por sua vez, via o Acordo Quadro com bons olhos, uma vez que seu interesse máximo em relação à península, já há algum tempo, era a estabilidade. Como explica Kim (2001, p. 394):

Do ponto de vista de Beijing, o Acordo Quadro era visto como a abertura de uma janela de oportunidades para melhorar as condições econômicas da RDPC, para sustentar a legitimidade do regime de Kim Jong Il, e para ampliar as perspectivas para a estabilidade política. Adicionalmente, o Acordo Quadro lograria certo progresso no sentido de corrigir o perigoso desequilíbrio de poder entre as duas Coreias. Como tal, sua completa implementação era vista pela China como essencial para a paz e a estabilidade na península coreana e, portanto, vital para os interesses securitários nacionais chineses.

Já pelo lado da RDPC, o conteúdo do Acordo Quadro também parecia ser bastante favorável, tendo sido encarado, em um primeiro momento, como uma vitória do regime. Não obstante, sua implementação foi bem aquém do esperado. Conforme destaca Harrison (2002), durante os sete anos seguintes à sua assinatura, o progresso na construção dos dois reatores prometidos havia sido ínfimo. Segundo French (2005), a KEDO, ao longo dos anos 1990, transformou-se em um verdadeiro “futebol político”. Os japoneses suspendiam fundos quando se enrijeciam as tensões com Pyongyang, ao passo que os EUA não mostravam praticamente nenhum comprometimento com a construção dos reatores. Seul, por sua vez, fortemente

afetada pela crise financeira asiática de 1997, recuou em sua promessa de arcar com 70% dos custos – vácuo financeiro que não foi preenchido pelos EUA.

Além disto, os EUA também deixaram de cumprir duas outras provisões chaves do acordo, a saber: o artigo 2, que previa a normalização das relações políticas e econômicas com a RDPC, e o artigo 3, que exigia “garantias formais” que descartassem “a ameaça ou uso de armas nucleares pelos EUA” contra a RDPC. Segundo Nicksch (2005), a aproximação diplomática não vingou, tendo em vista, por um lado, a relutância norte-coreana, e por outro, a insistência dos EUA na ideia de que a normalização das relações entre os dois países só seria possível através de uma resolução conjunta, satisfatória para ambos, a respeito da desnuclearização e desmilitarização da RDPC.

Não obstante, apesar dos poucos resultados práticos logrados com esse episódio, ele foi importante como processo de teste e aprendizagem para o regime, que passou a vislumbrar novas possibilidades de negociação com as potências. Da mesma forma, o episódio também demonstrou que, mesmo em um momento de fraqueza interna e de crescente dependência econômica em relação à China, o regime ainda tinha meios de agir de forma autônoma em suas relações internacionais. Em outras palavras, o *Juche/Songun* - doutrina que pregava a autonomia nacional - ainda era válido e viável como base ideológica para a política externa do regime, em um contexto em que as rivalidades entre China e EUA escalonavam-se uma vez mais.

Isso abria a possibilidade, portanto, de reformular a barganha nacionalista, que agora teria como atores centrais não mais a China e a URSS, mas sim a China e os EUA. Mais do que isso, em um contexto em que China e EUA passavam a competir cada vez mais por influência política e econômica no nordeste asiático, o regime toma consciência de que Washington estaria novamente disposto a envolver-se com a região e a fazer parte de um jogo estratégico que servisse para deixar Beijing em uma situação delicada em sua própria vizinhança. A RDPC podia tirar proveito disso, não apenas em termos materiais, mas também em termos políticos, de forma a resistir às crescentes pressões chinesas por abertura e por aproximação com a RdC. Cabe lembrar que a RDPC vivia a pior crise econômica de sua história, a primeira sucessão política de sua história – com a morte de Kim Il Sung e ascensão de Kim Jong Il – e uma situação de crescente dependência em relação à China que vinha lhe estreitando cada vez mais sua margem de manobra.

Quanto maior se tornava a dependência econômica e política do regime em relação à China, mais urgente era sua necessidade de encontrar novas estratégias de política externa que garantissem sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, sua autonomia. Essa nova barganha

nacionalista - que aqui será chamada de “barganha nuclear”, simplesmente para diferenciá-la da “barganha nacionalista” do período da Guerra Fria -, vai sendo elaborada ao longo dos anos 1990, chegando a um estágio de maior maturidade apenas no início dos anos 2000. O papel da China dentro dessa reformulação também vai se alterando à medida que a barganha nuclear vai tomando forma. Até 1994, durante a Guerra Fria e nesse primeiro momento de negociação com os EUA, a RDPC havia se utilizado dos interesses securitários da China na região para tentar obter recursos econômicos, energéticos e mesmo militares da potência rival. Esse papel chinês, dentro do jogo político norte-coreano, estava prestes a ser alterado.

Se a barganha nuclear começou, de forma reativa, em 1992, ela se torna cada vez mais ativa na segunda metade dos anos 1990. Isto é, o regime norte-coreano passa a tomar para si a iniciativa de escalonar as tensões na região, buscando chamar a atenção dos EUA, sob o pretexto de cobrar o cumprimento do Acordo Quadro. O objetivo era garantir a continuidade do programa nuclear e certa margem de autonomia política ao regime, mantendo a China, permanentemente, em uma situação securitária delicada, que a forçava a manter seu apoio a Pyongyang em face das ameaças norte-americanas.

A aparente acomodação política entre a RDPC e os EUA dura muito pouco. Em 1996, vendo pouco progresso na implementação do Acordo Quadro, o regime norte-coreano busca atrair novamente a atenção de Washington para a península, na tentativa de obter, no mínimo, os benefícios formalmente acordados em 1994. Adota, portanto, discurso hostil anti-americanista e anuncia que não iria mais respeitar o Armistício que havia encerrado a Guerra da Coreia. Em seguida, o regime envia tropas para a Zona Desmilitarizada, na fronteira com a RdC. Além disso, o regime também ameaçava romper o Acordo Quadro e retomar seu programa nuclear se Washington seguisse desrespeitando-o. Conforme matéria publicada no *Rodong Sinmung*, o jornal oficial do PTCN: “Se o Acordo Quadro EUA-RDPC for descartado, nós podemos, confortavelmente, continuar a desenvolver nossa indústria de energia nuclear independente, baseada em nossos próprios fundos, tecnologia e combustíveis sem qualquer restrição” (in YONHAP, 2003).

Os EUA, que continuavam tendo interesse em securitizar a agenda do nordeste asiático, de forma a pressionar a China, aceitou prontamente a provocação norte-coreana. Nesse sentido, Bill Clinton propõe, em conjunto com o presidente sul-coreano, Kim Young Sam, o estabelecimento de diálogos multilaterais para a resolução das tensões na península coreana, a partir de uma fórmula “dois mais dois” – isto é, EUA e RdC, de um lado, China e RDPC de outro. Fórmula que desagradou igualmente à RDPC e à China. Pyongyang via, nesse sistema, menor margem de negociação, uma vez que mesmo a China era contra seu

programa nuclear e que as relações bilaterais não viviam um bom momento em termos políticos, devido à constante pressão chinesa pela abertura e estabilização da Coreia. Parecia-lhe mais interessante, portanto, negociar em separado com as duas potências, como havia feito durante a Primeira Crise Nuclear (KWAK & JOO, 2003).

Beijing, por sua vez, também se mostrou bastante insatisfeita com a proposta das *Four Party Talks*<sup>51</sup>, tendo em vista que tal diálogo a colocaria em posição delicada, tendo de enfrentar o dilema de defender a desnuclearização da península e pressionar Pyongyang ou defendê-la, correndo o risco de prejudicar suas relações com a RdC. Ademais, Beijing temia o efeito que tais pressões teriam sobre a RDPC, a qual, sentindo-se encurralada, poderia reagir de maneira ainda mais hostil, escalonando as tensões na região. Não obstante, sob as constantes declarações norte-coreanas rejeitando a participação de Beijing em tais diálogos, a China acabou aceitando participar das *Four Party Talks* de forma a não demonstrar seu déficit de influência sobre a RDPC. As negociações tiveram três rodadas: a primeira, em Nova York, em agosto de 1997; a segunda em Genebra, em março de 1998; e a terceira, também, em Genebra, em outubro de 1998. Todavia, graças à estratégia chinesa de neutralidade e equilíbrio, concordando um pouco com cada parte e advogando pela melhoria das relações bilaterais entre os países, nenhum progresso substantivo foi alcançado (KIM, 2001).

Em um claro exemplo de barganha norte-coreana, em agosto de 1998, visando pressionar os EUA para o estabelecimento de novas negociações, Kim Jong Il realizou seu primeiro teste de mísseis de longo-alcance (projétil de três estágios), o Taepodong I, o qual, se estima, teria capacidade de atingir toda a RdC e boa parte do Japão<sup>52</sup>. Segundo Harrison (p. 227, 2002), o lançamento não veio sem aviso prévio, tendo em vista que o ministro de relações exteriores norte-coreano teria lhe dito, em maio de 1998: “Nós estamos perdendo a paciência. Nossos generais e líderes da indústria atômica insistem que nós devemos retomar nosso programa nuclear... se vocês não agirem de boa fé, haverá consequências”. Além de exigir o cumprimento do Acordo Quadro por parte dos EUA, com o fornecimento dos reatores para suprir suas necessidades energéticas e com a normalização das relações diplomáticas entre os dois países, a RDPC também tinha como metas declaradas a assinatura de um Acordo de Paz com os EUA – que se sobrepujasse ao frágil Armistício da Guerra da Coreia - e sua completa retirada militar da região. Isto é, além do auxílio energético, a RDPC também buscava obter garantias securitárias.

---

<sup>51</sup> Em português: Negociações Quadripartites Refere-se às negociações, realizadas entre 1997 e 1998, acerca do programa nuclear norte-coreano, entre China, EUA, República da Coreia e República Democrática Popular da Coreia.

<sup>52</sup> O Acordo Quadro não abordava o programa de mísseis norte-coreano, apenas seu programa nuclear.

Os EUA responderam enviando o Secretário de Defesa, William Perry, a Pyongyang, em maio de 1999, para negociar tanto o programa nuclear como o programa de mísseis norte-coreanos, ainda que se negasse a discutir qualquer acordo de paz ou retirada militar. O resultado foi a assinatura do Acordo de Berlim, em setembro de 1999, pelo qual os EUA concordaram em extinguir uma gama mais ampla de sanções econômicas em troca de uma moratória norte-coreana acerca de futuros testes de mísseis balísticos (NIKSCH, 2005). Não obstante, mais uma vez pressionada pelo Congresso, a Casa Branca não foi capaz de cumprir com a sua parte do Acordo e, ao invés disto, voltou atrás em sua decisão de aceitar a moratória norte-coreana, passando a exigir um acordo mais abrangente sobre mísseis balísticos que fosse além da questão dos testes, banindo completamente o desenvolvimento, produção e utilização de todos os mísseis com alcance de mais de 180 milhas (HARRISON, 2002).

Esses acontecimentos tinham duas grandes implicações. Por um lado, a nova estratégia de barganha não estava sendo bem sucedida em obter vantagens práticas de parte dos EUA, já que os acordos negociados não eram colocados em prática. Por outro lado, esse estado de permanente tensão com os EUA - fomentada pela ameaça de retomada do programa nuclear, pela exportação de mísseis e pelo teste do Taepodong-I - pressionava Beijing a aumentar o apoio político e econômico ao regime, de forma a evitar o aumento da instabilidade regional e a afastar a presença norte-americana da península. O apoio político chinês ao regime norte-coreano, que já havia sido reafirmado pela postura chinesa de barrar qualquer resolução mais dura contra a RDPC no CSNU, manifesta-se novamente no âmbito das *Four Party Talks*, quando a China adota uma atitude de pretensa neutralidade que, na prática, acaba anulando as pressões norte-americanas sobre Pyongyang.

Já em termos econômicos, percebe-se que a disposição chinesa a conceder auxílio e subsídios ao regime aumenta, conforme são escalonadas as tensões entre EUA e RDPC. Conforme explica Kim (2001), tendo em vista que a RDPC se tornava cada vez mais um fardo para a China, esta havia tentado minimizar os custos financeiros de seu auxílio no início dos anos 1990. Nesse sentido, em 1993, Beijing chegou, inclusive, a exigir pagamentos em dinheiro pelos recursos energéticos que exportava à RDPC. Não obstante, à medida que aumentavam as tensões com os EUA na região, os gastos de Beijing com a ajuda ao regime voltam a subir, de forma a evitar uma instabilidade maior na península, evitando os perigos de um possível colapso. Assim, em 1996 e 1997, o governo chinês forneceu ao país vizinho cerca de 590 milhões de dólares em ajuda material e 200 milhões de dólares em empréstimos sem juros por um período de dez anos, além de prover mais de 500 mil toneladas de grãos e

mais de 1.3 milhões de toneladas de petróleo de 1996 a 2000. Neste período, percebe-se, portanto, que apesar de ser contra o programa nuclear e de mísseis norte-coreano e contra essa atitude hostil da RDPC, a China passou a desempenhar um papel cada vez mais ativo na sobrevivência do regime.

Dáí percebe-se nitidamente o momento em que se dá a mudança do papel da China dentro da estratégia política de barganha da RDPC. Até então, o regime da RDPC usava a proteção da China – calcada nos cálculos estratégicos e securitários acerca de sua fronteira nordeste e da estabilidade da região –, predominantemente, para obter concessões e benefícios econômicos e militares de seus rivais, sem ter de submeter-se a suas vontades políticas. Foi o que aconteceu, durante a Guerra Fria, em relação à URSS e foi o que foi tentado pelo regime, em 1992-1994, em relação aos EUA – ainda que sem grandes sucessos práticos, como visto. A partir de agora, apesar de o regime continuar tentando utilizar-se da proteção chinesa para negociar concessões com os EUA, ocorre certa inversão de papéis. As tensões com os EUA que passam a render ao regime norte-coreano concessões políticas e econômicas por parte da China. Em outras palavras, se antes a China ajudava o regime a barganhar seu sustento com a URSS e com os EUA, agora os EUA ajudavam o regime a negociar sua sobrevivência com a China.

Não obstante, ao que tudo indica, nesse momento, o alvo pretendido da barganha norte-coreana não era necessariamente a China – ou não era apenas a China - mas sim, e também, os EUA. Dessa forma, os poucos resultados concretos diretos obtidos da negociação com este último frustravam o regime e forçavam-no a ceder a algumas das exigências chinesas, sobretudo no que se refere à abertura econômica e à aproximação com a RdC. Até porque, as lideranças norte-coreanas entendiam que a aproximação com a RdC, além de agradar à China, também poderia ser vista como um gesto de boa vontade de parte da RDPC, podendo favorecer a implementação do Acordo de Berlim pelos EUA. Dessa forma, tornava-se oportuna, naquele momento, a adoção de uma postura mais conciliatória em relação ao Sul.

Nesse sentido, segundo Harrison (2002), foi apenas após as negociações de normalização com os EUA terminarem em impasse, em 18 de março de 2000, que Kim Jong Il aceitou a proposta de Kim Dae Jung - pendente há um bom tempo – para a realização de uma Cúpula Intercoreana. De fato, apesar das ameaças norte-coreanas de desrespeitar o Armistício de 1953, desde 1997, vinha ocorrendo uma substancial melhora no relacionamento entre as duas Coreias. Pelo lado da RDPC, como já mencionado anteriormente, a necessidade de captar investimentos e obter recursos para amenizar a ferrenha crise econômica e alimentar

– agravada pelas enchentes de 1996 e 1997 -, aliada às crescentes pressões de Beijing pela reconciliação, forçavam o regime a reaproximar-se do Sul.

Pelo lado da RdC, essa melhoria está intimamente ligada à ascensão a presidência de Kim Dae Jung, líder que, quando empossado, jurou perseguir ativamente a reconciliação e a cooperação com a RDPC, através da *Sunshine Policy*<sup>53</sup>, e declarou seu apoio às tentativas de Pyongyang de melhorar suas relações com Washington. Kim Dae Jung começou a dar provas de sua boa vontade para com a RDPC, já em março de 1998, ao aprovar o envio de um grande carregamento de auxílio alimentar ao país. Em abril do mesmo ano, o presidente levantou limitações sobre acordos empresariais entre firmas do Sul e do Norte; e, em junho, pediu o fim do embargo econômico dos EUA contra Pyongyang. Conforme afirma Cumings (1998, p. 66), “ele rejeitou explicitamente a ‘unificação pela absorção’ – que havia sido a política *de facto* de seus predecessores – e efetivamente comprometeu Seul a um período prolongado de coexistência pacífica”.

Foi neste contexto que, em junho 2000, foi realizada, em Pyongyang, a Primeira Cúpula Intercoreana, que contava com a presença tanto do líder da RDPC, Kim Jong Il, como do presidente do Sul, Kim Dae Jung, e abria o processo de reconciliação entre os dois países. A Cúpula histórica levantava esperanças de que, a partir daí, ocorreria uma guinada no relacionamento entre as duas Coreias que, com o tempo, viriam a formar uma Confederação e, por fim, reunificar-se-iam. Além disto, estreitavam-se os incipientes laços econômicos entre os dois países com a instalação de mais de 200 empresas sul-coreanas no Norte – interessadas na mão-de-obra barata -, que forneciam as matérias-primas e os equipamentos especializados, pagando em dólar pelos produtos finais, os quais variavam desde bolsas até aparelhos de televisão (HARRISON, 2001).

Confrontado com o que considerava termos inaceitáveis dos EUA, o líder norte-coreano utilizou-se da Cúpula com o Sul - oscilando sua tática de confrontação com a superpotência -, para alavancar o intercâmbio econômico com Seul e agradar a Beijing, de forma a obter mais subsídios desta. Não obstante, a Cúpula também permitiu o rompimento do impasse com os EUA, na medida em que forneceu a Clinton o respaldo político necessário, no Congresso, para a redução das sanções – conforme já havia sido acordado anteriormente (CUMINGS, 2004).

---

<sup>53</sup> Harrison (2001) ressalta que um dos principais propósitos da *Sunshine Policy* era o de mitigar os problemas econômicos do Norte através da cooperação com o Sul - de forma que, quando da reunificação se evitaria um fluxo massivo de refugiados norte-coreanos indo em direção a Seul em busca de sobrevivência. Neste sentido, o argumento de Kim Dae Jung é que, com o tempo, os laços econômicos entre o Norte e o Sul iriam suavizar os antagonismos políticos e militares, acelerando a reforma econômica no Norte e conduzindo a reunificação pacífica.

Foi neste contexto que a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, visitou Pyongyang, em outubro de 2000. Na ocasião, a RDPC ofereceu cessar os testes dos mísseis Taepodong I, negociar o congelamento imediato dos testes de mísseis de longo alcance, bem como parar a exportação de mísseis, sob a condição de os EUA fornecerem auxílio suficiente para a sobrevivência do regime. Clinton, porém, estando no fim de seu mandato presidencial e já tendo sido bastante criticado por suas concessões anteriores à RDPC, recusou a oferta norte-coreana (FRENCH, 2005).

Durante o governo Clinton, porém, os EUA efetivamente abandonaram a opção militar contra Pyongyang e se conformou com uma estratégia de engajamento, baseada em uma abordagem *carrot and stick* de negociação seletiva, concessões e sanções<sup>54</sup>. A China, por sua vez, que durante os anos 1990 vinha tentando estreitar laços com os demais vizinhos asiáticos e amenizar velhas inimizades regionais, teve uma posição discreta, porém importante, com relação ao desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano.

Não interessava à China a emergência de uma RDPC nuclear que pudesse adicionar mais tensão a uma região já repleta de fatores de instabilidade. Ademais, o desenvolvimento dessa tecnologia militar pelo regime norte-coreano abria riscos de intervenção norte-americana na península, o que seria inadmissível para a China, por pôr em risco, mais uma vez, sua fronteira nordeste. Não obstante, o país certamente não tinha condições, nem intenção, de confrontar-se diretamente com os EUA em defesa da RDPC, mas, ao mesmo tempo, precisava manter os subsídios a este país de forma a evitar o seu colapso - o que certamente levaria a uma escalada de tensões indesejada na região. Nesse sentido, Schwekendiek (2011, p. 23) aponta a necessidade de Beijing em manter a estabilidade no nordeste asiático através do auxílio econômico:

De fato, a China ainda tem fortes interesses em que a RDPC não colapse. Não apenas porque a RDPC é uma de suas últimas alianças ideológicas, como também porque Beijing teme um efeito dominó revolucionário possivelmente espalhando-se da RDPC para a China. Por isso, a RPC subsidiou substancialmente o regime falido da RDPC em um momento em que uma Rússia em reformas começou a exigir moeda forte de Pyongyang.

Assim, vendo-se pressionada, cabia à China tolerar e sustentar uma RDPC cada vez mais incômoda e provocativa. No início dos anos 2000, à medida que a ascensão chinesa se tornou mais pronunciada, a perspectiva de Beijing para a península e, mais especificamente,

---

<sup>54</sup> Conforme ressalta French (2005, p. 198-201): “Esta onda de engajamento da administração Clinton foi parcialmente viabilizada pela eleição de Kim Dae-jung em Seul e sua visita de junho de 2000 a Pyongyang para a primeira Cúpula Norte-Sul, como parte de sua *Sunshine Policy*, bem como pela deterioração da situação doméstica na RDPC, a qual se tornou uma grave crise humanitária”.

para a questão nuclear norte-coreana, é apenas aprofundada, mas segue sendo definida pelo mesmo dilema. Nesse sentido, Oliveira (2002, p. 145) assinala: “Ao longo dos anos 90, graças ao hábil jogo de *brinckmanship*<sup>55</sup>, o regime norte-coreano conseguiu sobrenadar o colapso do socialismo na Europa Oriental, URSS e Mongólia; e transformar a relação adversarial com os EUA na principal fonte de seu sustento”.

Assim, ao longo dos anos 1990, o regime norte-coreano vai reformulando sua barganha nacionalista, em conformidade com as mudanças conjunturais internacionais e regionais. Concomitantemente, Kim Jong Il, o novo líder supremo norte-coreano, reformula também o *Juche* como base ideológica de sua política externa, mantendo o apelo nacionalista e neoconfucionista anterior, mas dando claros indicativos do crescente papel que o setor militar passaria a desempenhar na estratégia interna e externa do regime de forma a justificar essa nova barganha nuclear. No início dos anos 1990, muitos políticos, tomadores de decisão e acadêmicos davam como certo o colapso do regime, em decorrência da grava crise que assolava o país. Em fins dos anos 1990, a possibilidade de colapso já estava praticamente descartada, graças à retomada da barganha nacionalista e ao papel que a China passa a ter nela, sobretudo a partir da segunda metade da década.

Apesar de, em decorrência da crise econômica e das pressões chinesas, o regime ter de flexibilizar sua autonomia em relação a alguns temas, cedendo a certa abertura econômica com a criação de ZEEs e melhorando relações com a RdC, o regime logrou manter certa margem considerável de autonomia em relação a China. Prova disso é o fato de que a China não conseguia exercer influência suficiente sobre Pyongyang para fazê-lo desistir de seu programa nuclear e de mísseis balísticos – frutos da barganha nacionalista da Guerra Fria -, nem de sua estratégia de ameaças para com os EUA, responsável por reescalonar as tensões na região. A RDPC, portanto, apesar de obter poucas vantagens diretas das negociações com os EUA, obtém da superpotência um poderoso meio de pressionar a China a garantir-lhe proteção e subsídios, bem como de resistir, à medida do possível, às diretrizes chinesas de estabilidade regional. Esta é a nova barganha e este é o novo papel da China. O objetivo é o mesmo, obter os recursos necessários à sobrevivência do regime, garantindo certa margem de autonomia nacional frente às potências.

---

<sup>55</sup> *Brinkmanship* é uma estratégia de barganha que consiste em forçar uma situação inerentemente perigosa, com o objetivo de forçar o oponente a ceder e fazer concessões.

#### 4.2. Auge da barganha nuclear: a segunda crise nuclear norte-coreana (2002-2011)

Apesar de todo o cenário de crise da década de 1990, nos anos 2000, a RDPC conseguiu amenizar a crise econômica e garantir a continuação do regime. No plano interno, isto se deu graças à aliança traçada entre o novo líder, Kim Jong-Il, e o setor militar do país, bem como às tentativas de reformas de natureza econômica. Já no plano externo, a melhora deveu-se especialmente aos subsídios chineses, à aproximação econômica com a RdC – com o estabelecimento da Zona Industrial de Kaesong (ZIK), em 2002, e com a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) ao longo da fronteira - e, acima de tudo, à barganha política com os Estados Unidos acerca do programa nuclear e de mísseis balísticos – especialmente após o estabelecimento das *Six Party Talks*<sup>56</sup>, em 2003.

O objetivo dessa seção é demonstrar como, ao longo dos anos 2000, a barganha nacionalista nuclear da RDPC consolida-se como estratégia de política externa do regime, como ela se legitima dentro da nova ideologia oficial – o *Songun* –, bem como qual é papel que a China passa a ter no âmbito dessa estratégia. Além disso, pretende-se analisar como essa nova barganha está relacionada às tentativas de reforma econômica do regime – como elas são influenciadas pela China – e ao processo de sucessão política preparada para Kim Jong Un no fim da década. Essa análise é de grande relevância para que se possa entender a política externa atual da RDPC e o que está em jogo em cada manobra do regime

Em reação às pressões para a liberalização do regime, e como forma de barganhar melhores termos para as reformas econômicas que começam a ser introduzidas no país, ao longo da década de 2000, a RDPC incrementou sua política externa de *brickmanship*, barganhando com a China e com os EUA em torno do desenvolvimento de seu contestado programa nuclear. Essa barganha, que se utiliza de constantes crises de tensões securitárias na região, pode ser entendida como um aprofundamento da estratégia já iniciada no início dos anos 1990, com a primeira crise nuclear. Essa postura hostil da RDPC, que tem provocado forte instabilidade na península, teria como objetivo chamar a atenção das grandes potências, sobretudo da China, de forma a garantir a sobrevivência do regime, com o máximo de autonomia possível (JANES, 2009).

---

<sup>56</sup> Em português: Negociações Hexapartites. Refere-se às negociações, realizadas em Beijing, desde 2003, acerca do programa nuclear norte-coreano, entre China, Rússia, EUA, Japão, República da Coreia e República Democrática Popular da Coreia.

Antes de expor os fatos sobre a Segunda Crise Nuclear norte-coreana, para que se possa analisá-la, é preciso apresentar, brevemente, o debate acerca dos interesses chineses e norte-americanos em relação ao programa nuclear da RDPC. Portanto, é preciso examinar o que estava em jogo, para a China e para os EUA, no âmbito da Segunda Crise Nuclear, de forma a compreender a barganha nacionalista que ocorre ao longo dos anos 2000, isto é, como a RDPC utiliza-se desses interesses para a obtenção da autonomia política.

Os EUA, ao longo dos anos 2000, sentiu sua posição de potência hegemônica do sistema internacional cada vez mais ameaçada com o grande crescimento econômico da China e com sua formidável presença internacional - inserindo-se política e economicamente em novas áreas do globo, tal como na África e na América Latina, bem como fortalecendo sua atração sobre os demais países asiáticos. De fato, a China, com sua economia e influência internacional em plena ascensão, especialmente após a eclosão da crise financeira internacional de 2008, tem exercido um poder de atração econômico-comercial e política muito mais forte no nordeste asiático do que tem logrado os EUA na última década. Ainda mais sobre os países que são, historicamente, aliados dos EUA e inimigos chineses, tais como Japão, RdC e, até mesmo, Taiwan (KURLANTZICK, 2007).

Savage (2008, p. 54) enfatiza este ponto ao destacar a crescente aproximação entre Beijing e Seul:

As relações econômicas entre a RdC e a China tem crescido em rápido ritmo. Na última década, a RPC tem emergido como o destino número um para o investimento sul-coreano, enquanto também passando os Estados Unidos como principal parceiro comercial de Seul. Um crescente número de estudantes sul-coreanos tem favorecido o estudo do chinês em detrimento do inglês e tem enchido os programas linguísticos nas melhores universidades chinesas. O presidente Kim Dae-jung falou em reorientar a política externa da RdC do Oceano Pacífico para a Ásia continental, enquanto seu sucessor, Roh Tae-Woo, advocal desloca o país de sua dependência da aliança com os EUA em direção a um papel de um 'balanceador' regional. Tão próximos tem estado os dois países que, até a eleição do líder declaradamente pró-americano Lee Myung-bak, muitos observadores em Washington expressavam o receio de que Seul caísse sob a 'órbita' chinesa.

Não tendo mais o aporte econômico que tinha no passado, sobretudo no nordeste asiático, os EUA vem buscado securitizar a agenda internacional, se torna essencial aos EUA securitizar a agenda regional do nordeste asiático, mantendo Pyongyang como foco permanente de ameaça. Nesse sentido, a questão nuclear norte-coreana é útil aos EUA para manter a China sob pressão securitária em sua própria região, sobretudo porque isso permite a Washington recrudescer sua aliança com Tóquio e com Seul, rebatendo a influência a crescente influência econômica chinesa.

Não obstante, Johnson (2000, p. 137) acrescenta outro importante benefício que os EUA obtêm com a escalada das tensões na região decorrentes do programa nuclear: “Ainda que permaneça um regime comunista pequeno e falido, cuja população está morrendo e não tem petróleo, a RDPC é um útil bode expiatório para uma série de interesses de Washington. Se as forças armadas precisam um oponente pós-Guerra Fria para justificar a sua existência, a RDPC é menos arriscada que a China”. Harrison (2001, p. 66) também chama a atenção para os interesses acobertados por trás das justificativas norte-americanas para manter a presença militar na península coreana:

Empreiteiros da área de defesa e líderes políticos, pressionando pela implementação de um sistema de defesa antimísseis norte-americano, frequentemente exageram a capacidade balística presente e potencial da RDPC. A ameaça norte-coreana é a principal justificativa para o tamanho da presença militar norte-americana no Pacífico, e se esta ameaça parecesse estar desaparecendo, seria difícil sustentar o apoio político por tão custosa presença (42 bilhões de dólares por ano) em nome de uma missão de ‘estabilização’ regional tão vagamente definida.

French (2005, p. 207) concorda, ressaltando os ganhos econômicos da indústria bélica: “As empresas com grandes contratos derivados do programa anti-mísseis (*Theatre Missile Defense*) e com outros contratos militares se beneficiam do aumento das tensões”. A questão nuclear norte-coreana, neste sentido, também parece uma boa justificativa para as bases militares norte-americanas no leste asiático. Portanto, se a crise nuclear compreendia certos riscos de médio e longo prazo para os EUA, com o potencial ingresso de um regime que lhe é hostil ao clube nuclear; no curto prazo, pelo menos, as tensões com a RDPC traziam boas oportunidades estratégicas à superpotência.

Neste sentido, a superpotência tem tirado proveito da estratégia hostil utilizada por Pyongyang, como meio de justificar sua presença militar na região e de estreitar a aliança com o Japão e com a RdC, evitando que estes sejam seduzidos pela ascensão chinesa. É assim que, nos anos 2000, os EUA abandonam de vez a política *carrot and stick*, colocando a RDPC no “eixo do mal” e negando-se a estabelecer diálogo bilateral com o país de modo a forçar o engajamento com as demais potências da região, ou seja, China, Rússia e Japão.

Já a China, pelo contrário, não parece ter nada a ganhar com a crise, nem no curto nem no longo prazo. Em primeiro lugar, conforme resalta Wu (2005), certamente não interessa à China ter um vizinho tão próximo com capacidades nucleares, por mais que os dois países tenham sido, historicamente, aliados. Uma RDPC nuclear poderia ampliar os riscos securitários regionais chineses, sobretudo à médio e longo prazo, trazendo ainda mais instabilidade à península. Zhang (2006) argumenta que, ainda que, no curto prazo, as armas nucleares norte-coreanas não visem ameaçar a China – primordial fonte de sua subsistência

política e econômica -, não há como prever o que acontecerá em cerca de dez ou vinte anos. Considerando-se que boa parte da indústria de base e dos recursos energéticos da China estão localizados no nordeste do país, bem como que seus principais centros econômicos e políticos estão na costa leste, caso a RDPC, no futuro, se utilizasse de sua capacidade nuclear para ameaçar ou chantagear a China, as consequências poderiam ser desastrosas.

Nesse sentido, Shen (2009, p. 27) acrescenta que “se a China for algum dia percebida como uma ameaça, as armas nucleares da RDPC poderiam complicar vastamente a maneira como a China lida suas relações com o Norte”. E Zhu (2006, p. 46) destaca:

O interesse chinês em evitar que a RDPC desenvolva armas nucleares é fundamentalmente igual ao (interesse) dos EUA e do Japão. Embora Beijing não esteja disposta a falar em uma só voz com Tokyo e Washington em declarações públicas – e, portanto, sua oposição e ameaças para com a RDPC sejam, até certo ponto, diluídas -, uma RDPC com armas nucleares é inaceitável para a China.

Zhang (2006) argumenta, em segundo lugar, que a China é a “maior perdedora” em relação à crise nuclear norte-coreana, pois, tendo em vista que o país está em competição estratégica com os EUA, os ganhos deste – acima analisados - constituem perdas para aquele. Ademais, para piorar as coisas, algumas das perdas dos EUA seriam também perdas para a China, tais como o descontrole acerca da proliferação nuclear e a conseqüente instabilidade do Leste Asiático. Neste sentido, aponta-se a possibilidade do estabelecimento de uma perigosa corrida armamentista nuclear no Leste Asiático, na medida em que o Japão, a RdC, e até mesmo Taiwan, poderiam ser compelidos a adquirir tecnologia para a produção de armamentos nucleares capazes de fazer frente à RDPC. Tal escalada armamentista, principalmente se fosse adotada por Taiwan, elevaria a níveis extraordinários os riscos securitários chineses.

Assim, para Zhu (2006, p. 42), outro grande risco que pode advir à China em decorrência da questão nuclear norte-coreana é o estremecimento de suas relações bilaterais com o Japão: “A posição dura do Japão frente à RDPC desestabiliza a China porque o Japão também tem forte sentimento nacionalista contra a China, os quais irão inevitavelmente instigar resposta nacionalista similar da China, engendrando ainda mais hostilidade de um para o outro”. Nesse sentido, Shen (2009) afirma que, se por um lado, uma RDPC com armas nucleares poderia deter agressões militares no nordeste asiático, por outro lado, também poderia fomentar instabilidade na região. Assim, ao mesmo tempo em que, para a China, a RDPC funciona como importante zona tampão – contendo a presença militar norte-americana na região -, a instabilidade causada pela nuclearização vai contra os interesses de desenvolvimento econômico chinês.

Em terceiro lugar, segundo Shen (2009), um dos principais riscos da questão nuclear norte-coreana para a China diz respeito à possibilidade da RDPC provocar um conflito contra os EUA ou sofrer deste um ataque preemptivo. Tendo em vista a disparidade de recursos militares entre os dois lados, o mais provável é que tal conflito levaria a uma derrota da RDPC que seria desastrosa para a posição estratégica da China no nordeste asiático, tendo as duas Coreias, o Japão e Taiwan como aliados dos EUA. Além disto, considerando a importância estratégica que a RDPC tem para a China com relação a Taiwan, uma “mudança de regime” na RDPC – a qual certamente seria imposta pelos EUA -, seria inaceitável para a China.

Além do mais, mesmo que a RDPC não fosse derrotada pelos EUA, o próprio conflito deixaria a China em uma situação delicada e desfavorável, pois, teoricamente, o país seria obrigado a se posicionar de acordo com o Tratado Sino-Coreano de 1961, fornecendo assistência militar a Pyongyang. Considerando que a China ainda está em processo de modernização de suas Forças Armadas e tem se focado centralmente no desenvolvimento econômico, se utilizando de uma política externa que evita ao máximo a confrontação com outras nações, parece pouco provável que o país estivesse realmente disposto a honrar o compromisso. Contudo, caso a China se recusasse a cumprir o Tratado perderia completamente a confiança das lideranças norte-coreanas e se arriscaria a ter de lidar com as instabilidades que a possível queda do regime dos Kim acarretaria.

Não obstante, esse último argumento, que diz respeito à possibilidade de um conflito direto entre EUA e RDPC, é bastante questionável. Na verdade, a possibilidade de que os EUA venham a atacar diretamente a Coreia, mesmo antes que essa tenha qualquer poder nuclear considerável, parece bastante improvável, uma vez que uma nova Guerra da Coreia traria mais riscos que benefícios à superpotência. Conforme explica Pecequillo (2005, p. 403): “No caso da Coreia, além do país não possuir petróleo, uma eventual intervenção militar teria que lidar com a presença concreta de Rússia, China, RdC e Japão, e não somente com sua oposição retórica”.

De qualquer forma, parece inegável que a China se encontra em uma posição bastante delicada a respeito da questão nuclear norte-coreana. Por um lado, como umas das grandes potências do mundo, o país teria a “responsabilidade” perante a comunidade internacional, de opor-se à nuclearização da RDPC, sob pena de prejudicar sua imagem, já bastante controversa. E, neste sentido, mesmo uma atitude ambígua por parte da China poderia resultar em seu isolamento na comunidade internacional. Por outro lado, uma oposição real da China ao programa nuclear norte-coreano, com corte de subsídios e embargos econômicos ao

regime, poderia ser fatal para a sobrevivência da RDPC, o que, por sua vez, traria uma onda de instabilidade e incerteza ainda maior para a região.

À medida que a China ascende cada vez mais nas relações internacionais ao longo dos anos 2000, com um ritmo de crescimento econômico inigualável e expansão de suas atividades econômicas – investimento e comércio – em todo o mundo, sua preocupação securitária com a paz regional aumenta cada vez mais. Nesse sentido, o principal objetivo de Beijing, em relação à península coreana, continuou a ser a promoção da estabilidade, por meio do fomento de uma reaproximação entre as duas Coreias, com o fim de evitar uma crise político-militar. Desta forma, Zhang (2006, p. 14) afirma: “Em termos da Península Coreana, o interesse central da China é duplo: realizar a desnuclearização da Península Coreana e garantir que a RDPC permaneça um vizinho amigável”. De maneira semelhante, Glaser (2009, p. 37) argumenta:

Os interesses essenciais da China na península são: paz, estabilidade, nenhuma presença estrangeira hostil e nenhuma arma nuclear. A manutenção da paz é a mais alta prioridade. Os chineses lutaram uma sangrenta guerra ao lado da RDPC no início dos anos 1950, a qual resultou em alto número de baixas e perdas estratégicas para Beijing. Os líderes chineses estão determinados a evitar envolver-se em outro conflito militar na península, o qual retrocederia o desenvolvimento econômico da China e arruinaria o ambiente estratégico relativamente favorável que o governo tem buscado fomentar há décadas.

Da mesma forma, assim resume Xiong (2009, p. 201) a perspectiva chinesa a respeito da questão nuclear norte-coreana: “Ao tratar da questão nuclear da RDPC, o ponto de partida básico da China é garantir a paz e a estabilidade na península. Nossa proposição básica é que a RDPC abandone seu programa nuclear, ao passo que, ao mesmo tempo, sejam atendidos suas preocupações securitárias razoáveis”.

De forma emblemática, Shen (2009, p. 27) afirma: “Ainda que a RDPC tenha conduzido testes nucleares, ainda é um parceiro securitário – apesar de difícil – da China. A China precisa da RDPC, e a RDPC entende isto”. A RDPC entende muito bem o papel que desempenha na região e, a partir de sua posição geopolítica, joga com os interesses da China e dos EUA na região, barganhando com ambos para garantir certa autonomia ao regime, tanto em termos econômicos como em termos securitários. A RDPC precisa dos subsídios chineses para a sobrevivência do regime, bem como de sua proteção em termos securitários; não obstante, tem conseguido evitar a ingerência chinesa sobre o regime graças às pressões dos EUA na região por conta da crise nuclear. O regime, portanto, passa a utilizar seu programa nuclear para chamar a atenção dos EUA - em uma relação de tensão mutuamente benéfica para ambos -, de forma a manter a China permanentemente pressionada.

A Segunda Crise Nuclear teve início em 16 de outubro de 2002, quando o governo Bush afirmou que autoridades norte-coreanas teriam revelado ao Secretário de Estado Assistente dos EUA, James Kelly<sup>57</sup>, a existência de um programa nuclear secreto baseado no enriquecimento de urânio. Na ocasião, segundo os oficiais norte-americanos envolvidos, Pyongyang teria oferecido encerrar seu programa de urânio, cumprir o Acordo Quadro acerca do programa de plutônio, e ainda negociar procedimentos de inspeção aceitáveis para Washington. A condição para tais ofertas, claro, seria que os EUA fizessem um comprometimento formal de respeitar a soberania da RDPC, não a atacando com armas convencionais ou nucleares, e não impedindo o seu progresso econômico (CUMINGS, 2004).

Não há como saber, ao certo, se a afirmação de James Kelly é verdadeira, e a proposta norte-coreana realmente ocorreu, ou se a provocação da nova crise partiu inteiramente dos EUA. Conforme aponta Beal (2005), em termos políticos, assim como ocorreu em boa parte dos anos 1990, a deflagração de novas tensões na região parecia interessar, em certa medida, a ambos os lados. No âmbito do governo Bush, a crise parecia justificar a recém-lançada Doutrina de Segurança Nacional e atender ao interesse de pressionar a China, securitizando a agenda política do leste asiático e amenizando a crescente influência econômica chinesa sobre Japão e RdC.

Em relação à RDPC, Zhang (2006) aponta que, além dos objetivos de longo prazo do programa nuclear – relacionados à busca pela autonomia securitária e energética -, este passava a ter, nesse momento, uma série de “objetivos processuais”, vinculados ao papel central que ele desempenharia na barganha de política externa. Nesse sentido, o programa teria se tornado importante ferramenta para perseguir interesses práticos. Um desses objetivos seria usar o programa nuclear para atender necessidades políticas domésticas ligadas à estagnação da economia e ao crescente empobrecimento da população. Neste sentido, os testes nucleares simbolizam força nacional e proeza científica e tecnológica, favorecendo o controle político do partido único e “justificando” à população a falta de desenvolvimento. Assim, o programa nuclear, legitimado pela doutrina *Songun* de expansão do setor militar como meio de obter autonomia nacional, ajudaria a estabilizar a sociedade, eliminar sentimentos de fracasso e reforçar a legitimidade do próprio regime. Shen (2006, p. 23) parece concordar com esta percepção ao afirmar que “obter armas nucleares ajuda a elevar a moral nacional e é bom para aumentar o prestígio do partido governante”.

---

<sup>57</sup> A visita de James Kelly a Pyongyang, em outubro de 2002, foi o primeiro diálogo político de alto escalão entre a RDPC e o governo Bush.

Outro objetivo seria utilizar o programa nuclear para chamar a atenção dos EUA. Assim, quando necessário, a RDPC poderia se valer do programa nuclear como moeda de barganha, fazendo concessões limitadas – tais como o abrandamento ou congelamento temporário do programa -, de modo a obter substanciais benefícios econômicos e/ou ganhos diplomáticos (ZHANG, 2006). Neste sentido, Visentini (2009) explica que o programa nuclear parecia ser a única moeda de troca do país na tentativa de fazer com que os EUA assinassem um tratado de paz que garantisse a cooperação econômica e a soberania da nação. Cumings (2004, p. 48), por sua vez, acredita que este passou a ser o objetivo predominante do país ao retomar o desenvolvimento de seu programa nuclear: “A perspectiva da RDPC neste confronto, sua posição, era a de usar seu programa nuclear para moldar uma nova relação com os EUA (...) Ao perseguir uma perspicaz diplomacia de sobrevivência, Pyongyang usou blefe, falsidade, e brickmanship para conseguir o que queria”.

Não obstante, tão importante quanto legitimar internamente o regime e redefinir suas relações com os EUA, o programa nuclear também representava para o regime uma oportunidade de redefinir suas relações com a China, como já vinha ocorrendo desde fins dos anos 1990. Conforme afirmado anteriormente, à medida que aumentava a relação de dependência econômica do regime com Beijing, mais este era forçado a sucumbir às pressões chinesas por reformas modernizadoras. Essas reformas também são de grande relevância para entender o que estava em jogo para a RDPC enquanto esta utilizava seu programa nuclear para recrudescer as tensões regionais.

Uma série de medidas tomadas no fim dos anos 1990, como a negociação para a abertura de ZEEs em áreas de fronteira, pareciam assinalar certo comprometimento do regime norte-coreano com o estabelecimento de reformas ao estilo chinês, as quais implicariam abertura econômica, mas retenção do poder político centralizado. Não obstante, as primeiras reformas econômicas abrangentes, as “Reformas de Primeiro de Julho”, foram anunciadas em meados de 2002, poucos meses antes de estourar a segunda crise nuclear, em um contexto de grave crise econômica - marcada pela estagnação industrial, pela grande escassez alimentícia e pela necessidade de obter ajuda externa (EBERSTADT, 2007).

Conforme explica French (2005), as reformas visavam, primordialmente, a aumentar o nível de monetarização da economia, o que foi feito, inicialmente, através de duas mudanças básicas: uma nos preços, acabando com grande parte dos subsídios governamentais aos bens

alimentícios básicos<sup>58</sup> e elevando seu custo consideravelmente; e uma nos salários – que também foram reajustados, ainda que a uma taxa bem mais baixa que a do aumento dos preços<sup>59</sup>. Logo em seguida, foi encorajado certo empreendedorismo e foram oficializados os *Farmer's Markets* – pequenos mercados onde os agricultores vendiam sua produção excedente -, ainda que procurando manter certo controle sobre os bens vendidos e fixando certos limites para as variações de preços. Medida que foi complementada com a revisão da Lei Comercial, em 2004, favorecendo o aumento da autonomia das transações de mercado internas e o crescimento do comércio exterior norte-coreano.

Além disso, também houve grandes avanços em direção à abertura do país ao investimento externo, com o estabelecimento da Zona Industrial de Kaesong (ZIK), com a RdC, em 2002, e com a criação de outras duas ZEE's no país em 2004. A mais bem sucedida destas ZEEs foi a de Kaesong, cujo objetivo era promover a indústria leve do país, a partir da combinação entre o investimento de grandes empresas sul-coreanas e os baixos custos de produção propiciados pela RDPC. Inicialmente, 15 fábricas sul-coreanas fixaram-se na ZIK, produzindo bens de consumo a partir da mão de obra barata do Norte (KANG, 2011).

Nesse sentido, ressalta-se, também, a importância simbólica que a ZEE e a ZI de Kaesong teve – e ainda tem - para o relacionamento intercoreano, na tentativa de estabelecer laços de cooperação e, até mesmo, de certa interdependência econômica entre os dois países, de forma a evitar a emergência de tensões na península. A RdC, fortemente estimulada pela China, mostrou grande interesse pelo projeto e, de fato, grande parte do financiamento para o estabelecimento da ZEE veio de um dos maiores conglomerados sul-coreanos, a Hyundai. Nesse sentido, também foi significativa a conexão das redes ferroviárias de Kaesong a Seul, feita em 2003 (JEFFRIES, 2006).

Não há dúvidas de que a China, maior interessada na acomodação entre as duas Coreias e na prosperidade regional, tenha influenciado fortemente a disposição norte-coreana a ir adiante com esses projetos. Ademais, conforme afirma Eberstadt (2007), essas reformas demonstram que a grande fragilidade do sistema econômico norte-coreano persistia. Apesar dos crescentes subsídios chineses e do recebimento de doações internacionais, a economia norte-coreana enfrentava dificuldades estruturais para reagir – como a desmonetização generalizada -, enfrentando certa necessidade de abandonar, ao menos parcialmente, o modelo

---

<sup>58</sup> O governo havia banido todos os tipos de comercialização de grãos e outros bens alimentícios em 1957 e instaurou um sistema de distribuição pública sob o pretexto político de garantir a distribuição igualitária dos bens alimentícios.

<sup>59</sup> Com a reforma, o preço do arroz chegou a subir em até 55%, enquanto que os salários aumentaram, em média, apenas 1,8%.

planificado e fechado de desenvolvimento socialista. Conforme ressalta Choo (2008), quanto mais grave se tornava a situação, mais a China se tornava fundamental para a sobrevivência do regime. Portanto, maior era a necessidade de ceder às suas pressões por reformas - as quais eram, em grande medida, inspiradas pelo próprio modelo chinês de reforma das décadas anteriores. Nesse sentido, a deflagração da segunda crise nuclear apresentava-se como uma oportunidade para o regime de barganhar ainda mais auxílio, mais subsídios e mais apoio político de Beijing, diante da potencial ameaça dos EUA.

Para a RDPC, portanto, a revelação de Kelly representava uma nova possibilidade de barganha com as potências, no âmbito da qual se esperava obter vantagens tanto da China como dos EUA. Em um contexto em que o regime rendia-se às pressões por reformas econômicas - liberalizando o mercado interno e ampliando sua relação com o exterior por meio das ZIEs e das ZEEs -, essa possibilidade de barganha tinha, pelo menos, dois significados. Por um lado, era uma oportunidade de obter condições mais favoráveis das potências para auxiliar seu esforço de abertura econômica; por outro, era uma chance de demonstrar à China que o regime não seria submisso às demandas de Beijing, mesmo diante da maior dependência econômica. Ademais, como mencionado anteriormente, parecia pouco provável, no cenário de crescente interdependência econômica entre as potências do pós-Guerra Fria, que os EUA estivesse disposto a arriscar um confronto direto com a China por causa da RDPC.

Conforme afirma Cumings (2004, p. x):

No novo século, o Norte não quer os EUA fora da Coreia, apesar da propaganda do regime, mas quer que nós (norte-americanos) continuemos envolvidos para lidar com um novo e ameaçador ambiente estratégico, emergente desde o colapso da URSS (que abandonou o Norte abruptamente em 1991), para ajudar o país ao longo de sua difícil transição atual.

A RDPC reagiu à acusação norte-americana, portanto, com pretensa indignação, negando as afirmações de Kelly, bem como a retomada de seu programa nuclear. Ademais, as autoridades norte-coreanas acusavam os EUA de não estarem cumprindo com a sua parte dos acordos firmados anteriormente, tal como o Acordo Quadro de 1994, e reafirmavam as ameaças de dar continuidade a seu programa caso a superpotência não estivesse disposta a cumprir suas promessas (BEAL, 2005).

Em resposta à troca de ameaças entre os EUA e a RDPC, o Ministro de Relações Exteriores chinês, Zhang Qiyue, afirmou: “Nós sustentamos que a questão nuclear da RDPC deve ser resolvida por meios pacíficos, através de diálogo e consultas” (in FRENCH, 2005). Discurso que elucidava bem o interesse chinês em mediar a questão coreana, buscando

utilizar-se de sua influência presumida sobre Pyongyang a fim de evitar qualquer conflito na região – o qual seria desastroso para as pretensões internacionais chinesas. Conforme explica Xiong (2009), sob a égide de uma política externa que se pretendia, ao mesmo tempo, mais moderada e mais engajada, condizente com a crescente integração chinesa na economia internacional, a China adota uma postura mais ativa nessa Segunda Crise Nuclear do que a que havia tido durante os anos 1990. Se antes ela havia se limitado a defender a RDPC no âmbito do CSNU, sem envolver-se em negociações diretas, nos anos 2000 ela mostrava-se interessada em assumir papel mais central na resolução da crise, mostrando-se como ator responsável das relações internacionais e provando ao mundo sua influência sobre o regime<sup>60</sup>.

Foi sob à égide desta nova política externa que se desenhava que Jiang Zemin foi a Washington, em 22 de outubro de 2002, para discutir, entre outras coisas, a questão nuclear norte-coreana com o presidente Bush. Tentando utilizar-se da questão nuclear norte-coreana como uma oportunidade de fortalecer os laços com os EUA – em uma clara tentativa de evitar que ela se tornasse motivo de discórdia entre os dois países – Jiang esforçou-se para garantir aos EUA que a China tinha influência sobre a RDPC e que, como grande potência, buscaria utilizá-la para frear o desenvolvimento nuclear norte-coreano (WU, 2005).

Beijing continuava preconizando, acima de tudo, um ambiente regional pacífico, que não ameaçasse seu desenvolvimento econômico. Nesse sentido, French (2005, p. 213) salienta a posição delicada em que se encontrava Jiang Zemin:

Ao longo deste processo de tentar engajar os EUA e de ampliar os objetivos políticos chineses, Jiang teve de sustentar um equilíbrio entre reforçar o crescente papel de Beijing na neutralização da crise e manter Kim no poder. O receio de Beijing tem sido, naturalmente, que qualquer implosão levaria milhões de norte-coreanos desesperados a cruzarem a fronteira com a China; além disto, havia a preocupação de que as tropas norte-americanas estacionadas na RdC se deslocassem para a fronteira da China com a Coreia, caso o Norte colapsasse.

Apesar dos esforços de Beijing, a crise foi agravada, em novembro de 2002, quando a KEDO decidiu suspender todos os carregamentos de petróleo pesado para à RDPC, com base na justificativa de que, ao desenvolver um novo programa nuclear, o país estaria desrespeitando o Acordo Quadro, no âmbito do qual foi criada a KEDO e, portanto, invalidando-o. A RDPC, por sua vez, negou mais uma vez a existência de tal programa

---

<sup>60</sup> Para uma discussão mais aprofundada acerca dessa nova postura de política externa chinesa nos anos 2000, ver Xiong (2009). O autor exemplifica essa nova postura chinesa, afirmando que Beijing vinha ampliando sua participação em organizações multilaterais e em iniciativas regionais - tais como a Cooperação de Xangai -, bem como vinha buscando demonstrar responsabilidade internacional, introduzindo novas leis para o controle das exportações de tecnologia de mísseis e de agentes químicos e biológicos.

nuclear, declarando-se ofendida pelas medidas dos EUA e da KEDO, e alegando não ter violado o Acordo Quadro.

Em dezembro de 2002, respondendo a tais eventos e buscando pressionar os EUA ao diálogo, as autoridades norte-coreanas anunciaram sua decisão de reativar as instalações nucleares de reprocessamento de plutônio de Yongbyon, as quais haviam sido formalmente desativadas, em 1994, sob o Acordo Quadro. De forma complementar, os oficiais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que monitoravam o fechamento das instalações nucleares desde 1995, foram expulsos do país. As tensões escalonaram-se ainda mais, em janeiro de 2003, quando a RDPC retirou-se oficialmente do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), utilizando como justificativa o corte no fornecimento de petróleo pesado pela KEDO e a ameaça de um provável “ataque nuclear” dos EUA – o qual estaria sendo planejado pela administração Bush. Assim, em fevereiro e março de 2003, como já anunciado pelas autoridades norte-coreanas, o programa nuclear de reprocessamento de plutônio foi reativado e Pyongyang abandonou oficialmente a estratégia de negar a existência de seu programa, passando a declarar abertamente suas intenções de produzir armas atômicas e passando a utilizá-las para barganhar sua própria autonomia.

Na sequência, tiveram início, em Beijing, as *Six Party Talks*, em abril de 2003, após uma reunião entre EUA, RDPC e China, a qual acordou a realização de negociações multilaterais entre as partes a respeito da questão nuclear norte-coreana, incluindo ainda, nos debates, o Japão, a Rússia e a RdC. O objetivo primordial seria convencer a RDPC a abandonar o desenvolvimento de capacidades nucleares sob determinadas condições a serem negociadas. Em seguida, três rodadas de negociação foram realizadas na capital chinesa: a primeira em agosto de 2003, a segunda em fevereiro de 2004 e a terceira em junho de 2004 (PARK, 2005).

A respeito da criação das *Six Party Talks*, Zhu (2006, p. 45) destaca a significância da posição tomada por Hu Jintao, apenas dois meses após assumir a presidência chinesa:

A decisão do governo Hu<sup>61</sup>, em maio de 2003, de mediar a crise nuclear norte-coreana foi um momento de definição para a diplomacia chinesa. Sinalizou que a China se tornaria mais pró-ativa e autoconfiante em seus esforços diplomáticos e buscaria fazer uso inovativo de sua crescente influência internacional de forma a desempenhar um papel positivo para manter a importante diplomacia periférica do país.

Como apontam Niksch (2010) e Lai (2009), a China pretendia ter papel primordial nas negociações das *Six Party Talks*, pela crescente importância que ela vinha tendo para a

---

<sup>61</sup> Hu Jintao e Wen Jiabao foram empossados como presidente e primeiro-ministro, respectivamente, em março de 2003.

sobrevivência do regime em termos securitários e econômicos. Cabe lembrar que, por um lado, Beijing tinha, desde 1961, um acordo de defesa mútua com a RDPC; por outro, a China era cada vez mais vital para o abastecimento da RDPC, fornecendo cerca de 70% de seu petróleo e cerca de 40% dos alimentos. Ademais, além de a China ser a principal fornecedora de auxílio à RDPC, a fronteira sino-coreana, de cerca de 500 milhas, era certamente a fronteira mais porosa da RDPC – segundo Schwekendiek (2011), cerca de 100 mil pessoas teriam fugido da RDPC pela fronteira chinesa até o início dos anos 2000. Nesse sentido, French (2005, p. 214) reforça o papel da China como mediadora, afirmando que “nenhum regime de sanções ao estilo do Iraque poderia ser remotamente bem-sucedido na RDPC sem a cooperação chinesa”.

Conforme aponta Wu (2005), dessa vez, a mediação de Beijing foi, inicialmente, bem acolhida pela RDPC, visto que lhe proporcionava a oportunidade de utilizar de sua estratégia de barganha com os EUA e com a China ao mesmo tempo e que as negociações bilaterais com os EUA anteriores tinham tido poucos resultados práticos diretos. Além disso, como dito, a RDPC vinha tentando implementar reformas econômicas, ainda que limitadas, de liberalização e abertura ao capital estrangeiro. Nesse contexto, as relações bilaterais com a China, em termos políticos, estavam bem melhores do que haviam estado nos anos 1990, quando esta recusou a mediação de Beijing nas negociações quadripartites.

Assim, a RDPC não tarda a lançar sua primeira proposta no foro de negociações. Essa proposta, conhecida como *reward for freeze*<sup>62</sup>, oferecia: uma garantia formal de não agressão dos EUA; um congelamento de longo-prazo de seu programa nuclear de reprocessamento de plutônio; e a retenção pelo país de um programa nuclear com fins pacíficos. Em contrapartida, a proposta exigia amplas concessões dos EUA e do Japão, tais como: a exclusão da RDPC do “eixo do mal”; o fornecimento de eletricidade; alguns bilhões de dólares do Japão como “compensação”; a restauração dos carregamentos de petróleo pesado para a RDPC e do auxílio para a construção de dois reatores nucleares de água-leve - tal como previsto no Acordo Quadro de 1994 -; e o fim das sanções econômicas norte-americanas, bem como da interferência dos EUA nas relações econômicas norte-coreanas com outros países (PRITCHARD, 2005).

Já os EUA lançaram sua primeira proposta no âmbito das *Six Party Talks*, apenas na terceira rodada de negociações. Esta pregava o rápido desmantelamento dos programas nucleares de enriquecimento de urânio e plutônio da RDPC, seguindo um período

---

<sup>62</sup> Em português: recompensa pelo congelamento (do programa nuclear).

preparatório de três meses. Durante este período preparatório a RDPC relataria suas instalações e materiais nucleares, congelaria suas operações, permitiria inspeções internacionais efetivas – incluindo a volta dos oficiais da AIEA -, e negociaria os próximos passos a serem tomados visando o desmantelamento definitivo do programa nuclear. Em contrapartida, a RdC e o Japão voltariam a fornecer petróleo pesado à RDPC. Ademais, o país receberia uma “garantia de segurança multilateral provisória” dos EUA e das demais partes do acordo, seriam feitos estudos multilaterais a respeito das necessidades energéticas norte-coreanas, e os EUA começaria a renegociar suas sanções econômicas, bem como a possível exclusão da RDPC do “eixo do mal” (PARK, 2005).

A RDPC, no entanto, denunciou a proposta dos EUA e passou, a partir de então, a obstruir o andamento das negociações, reafirmando a posição do país no âmbito das *Six Party Talks*. No mesmo período, o isolamento dos EUA nas negociações parecia se ampliar, tendo em vista que a China e a RdC passaram a criticar veementemente o trato da questão pelo governo Bush. A Rússia e a China expressaram apoio a alguns elementos do *reward for freeze* e demonstraram certo ceticismo em relação às acusações da administração Bush de que a RDPC estaria desenvolvendo um programa secreto de enriquecimento de urânio. Já o presidente sul-coreano, Roh Moo-hyun, em discursos nos EUA e na Europa, criticando abertamente a posição dos EUA no leste asiático, não só rejeitou qualquer pressão sobre a RDPC, mas até mesmo defendeu a alegação norte-coreana a respeito de sua pretensa necessidade de um elemento de “dissuasão nuclear” em vista da percepção de uma potencial ameaça dos EUA, além de declarar positiva a proposta norte-coreana de recompensa pelo congelamento do programa nuclear (*reward for freeze*). Portanto, apenas o Japão manteve intacto seu apoio aos EUA e até mesmo ameaçou estabelecer sanções contra a RDPC (NIKSCH, 2005).

Novamente cabe lembrar que a RDPC vinha melhorando suas relações com a China e com a RdC, graças à promoção das reformas econômicas de abertura. Além disso, nesse momento, o tom de ameaças partia mais dos EUA do que da RDPC, que se mostrava, ao menos em teoria, mais disposta ao diálogo com as potências e à negociação do congelamento de seu programa nuclear. Isso permitia à RDPC obter o apoio político-diplomático das potências, pressionando os EUA e, ao mesmo tempo, exigindo mais apoio econômico da China como recompensa pelo seu bom comportamento.

Não obstante, tendo em vista a falta de resultados práticos das *Six Party Talks*, a RDPC declarou, em 10 de fevereiro de 2005, possuir armas nucleares, mudando radicalmente seu posicionamento e passando de uma “estratégia defensiva” para uma “estratégia ofensiva”.

Conforme explica Zhang (2006), a declaração de 2005 mostra uma guinada decisiva da posição norte-coreana, que passa a tomar a iniciativa de usar seu programa nuclear para atingir metas estratégicas. A RDPC, a partir de então, passa a pressionar os demais Estados a reconhecê-la como uma “potência” nuclear, praticamente descartando a possibilidade de desnuclearização.

Essa mudança de atitude norte-coreana, além de estar relacionada à falta de resultados práticos em relação aos EUA, também parece estar intrinsecamente vinculada à situação interna do país. As reformas não vinham surtindo o efeito esperado e a disposição do regime de seguir adiante com elas ia se desvanecendo. Conforme apontam Haggard & Noland (2007), tais reformas acabaram levando a um empobrecimento ainda maior da população, gerando uma inflação da ordem de cerca de 1000%. Ademais, conforme apontam French (2005) e Eberstadt (2007), elas se mostraram insuficientes para reativar a economia do país – em recessão desde os anos 1990 –, que cresceu a uma taxa de apenas 1,2%, em 2002, e de 1,8%, em 2003 – ritmo bastante inferior ao do crescimento sul-coreano, que foi, respectivamente, de 7,2% e de 2,8%.

Além disso, não obstante essa necessidade premente de se reformar para garantir a viabilidade financeira do regime, conforme afirma McEachern (2010), muitos setores influentes da RDPC – sobretudo no âmbito do EPC e do PTCN – receavam o alcance que essas mudanças poderiam ter em uma sociedade fechada como a norte-coreana. Segundo Lankov (2008), as reformas poderiam significar um grande risco para o regime, na medida em que poderiam trazer influências políticas exógenas que não poderiam ser totalmente controladas pelo governo. Essas influências, por sua vez, poderiam gerar o questionamento do *Songun*, o que, em última instância, poderia ruir um dos principais pilares de sustentação do regime, isto é, sua legitimidade. Pode-se argumentar, nesse sentido, que a própria China, quando começou a implementar suas reformas, nos anos 1980, sofreu pressões para a abertura política e teve de passar por certa renovação de lideranças – as manifestações estudantis de Tian’anmen, em 1989, são emblemáticas nesse sentido.

Levando isso em consideração, esses setores pressionavam internamente para que Kim Jong Il mantivesse o máximo de controle possível sobre a economia nacional, fazendo-o resistir às pressões chinesas e oscilar entre momentos de maior ou menor disposição reformista. Nesse sentido, a barganha nacionalista nuclear feita nesse período era o instrumento de política externa de que o regime dispunha para contar com essa margem de autonomia, que lhe permitia retroceder e avançar nas reformas em um ritmo próprio.

Neste contexto, foi realizada a quarta rodada de negociações das *Six Party Talks*, a qual foi dividida em duas fases: a primeira se deu de 26 de julho a 7 de agosto; ao passo que a segunda ocorreu de 13 a 19 de setembro de 2005. Nesta segunda fase, de fato, as negociações pareceram prosperar, resultando em uma Declaração Conjunta que afirmava a desnuclearização da península coreana e previa a volta da RDPC ao TNP, sob as condições de que os demais Estados respeitariam o direito norte-coreano de uso pacífico da energia nuclear e de que os EUA e a RdC forneceriam uma garantia formal de que não atacariam a RDPC (PRITCHARD, 2007).

Em novembro de 2005, porém, na primeira fase da quinta rodada de negociações, as *Six Party Talks* chegaram novamente a um impasse, devido, aparentemente, à imposição norte-americana de sanções financeiras à RDPC – atitude que, segundo as autoridades norte-coreanas, teriam arruinado completamente a atmosfera de negociações. Segundo Zhang (2006), dentre as principais causas do impasse estava a recusa dos EUA a renegociar a concessão de um reator de água-leve e RDPC – como havia sido previamente acordado em 1994 -, e em reconhecer ao país o direito ao uso pacífico da energia nuclear – apesar da Declaração Conjunta da quarta rodada. Assim, a primeira fase da quinta rodada foi encerrada sem que qualquer progresso substantivo tenha sido feito.

Segundo McEachern (2010), essa postura hostil dos EUA no âmbito das *Six Party Talks*, aliada ao fracasso das Reformas de Primeiro de Julho, favorecia, dentro do regime, a posição anti-reformista que prevalecia no EPC e no PTCN. A partir desse momento, portanto, o regime teria mudado de atitude tanto no plano interno quanto no externo. Internamente, a RDPC voltaria a fechar-se, promovendo medidas que buscavam reverter as reformas anteriores e ampliar o controle estatal sobre a economia. Nesse sentido, conforme aponta Yang (2010), em meados de 2005, foi anunciado o fechamento da maioria dos escritórios da ONU no país e, já em outubro, o Sistema de Preços (SDP) voltou a vigorar, favorecendo a quebra dos mercados privados.

Os efeitos negativos das Reformas de Primeiro de Julho foram parcialmente compensados pela excelente colheita de 2004, que, graças às ótimas condições climáticas, foi a melhor que o país teve em mais de uma década. Não obstante, conforme aponta Schwekendiek (2011) e Choo (2008), mesmo com a boa colheita e com a obtenção de certa melhora econômica<sup>63</sup>, um quarto da população norte-coreana ainda era dependente das importações de alimento, sobretudo da China. Conforme se vê pela Tabela 3, apesar das

---

<sup>63</sup> Em 2005, a RDPC obteve um crescimento de 3,8%, maior nível desde os anos 1980 (Banco da Coreia, 2011).

tentativas de reformas liberalizantes, a China continua enviando uma quantidade de subsídios alimentares muito significativa à RDPC, nos anos 2000, os quais chegaram ao ápice de 510 mil toneladas em 2005.

TABELA 3: Subsídios alimentares enviados pela China à RDPC – 2000-2005

<b>Ano</b>	<b>Toneladas de alimentos</b>
<b>2000</b>	<b>40.000</b>
<b>2001</b>	<b>200.000</b>
<b>2002</b>	<b>330.000</b>
<b>2003</b>	<b>220.000</b>
<b>2004</b>	<b>130.000</b>
<b>2005</b>	<b>510.000</b>

Fonte: Choo (2008).

Isso reforça a ideia, já mencionada, de que a agricultura é uma fragilidade constante da RDPC – decorrente de sua própria geografia -, bem como enfatiza o quão grave era a dependência do regime em relação à Beijing. Novamente, quanto mais se aprofundava a dependência em relação à China, mais o país necessitava utilizar-se do jogo político com o programa nuclear para garantir a sobrevivência do regime e manter certo grau de autonomia. Externamente, portanto, a RDPC, de forma geral, passaria a adotar postura mais radical em relação a seu programa nuclear e a tomar a iniciativa pela escalada das tensões, lançando testes de mísseis e nuclear, bem como se mostrando mais rígido no âmbito das negociações multilaterais. Essa atitude lhe permitiria obter o grau de autonomia necessário para retroceder em suas reformas, sem perder o auxílio econômico chinês, tão fundamental à sobrevivência do regime. Aumentava, assim, não só as pressões em relação aos EUA, mas também sobre a China, que ficaria em uma situação cada vez mais delicada.

Complementar ao desenvolvimento do programa nuclear, a RDPC anunciou, no início de junho de 2006, que realizaria testes do Taepodong-II, seu mais novo míssil balístico de longo-alcance, o qual, supostamente, era capaz de carregar ogivas nucleares que chegassem até o Havaí ou o Alaska<sup>64</sup> (ZHANG, 2007). O anúncio do teste já correspondia a essa postura mais agressiva que a RDPC passaria a adotar em relação a seu programa nuclear, com o

<sup>64</sup> Na verdade, desde a irrupção da crise nuclear, em 2002, a RDPC já havia efetuado três testes de mísseis no Mar do Japão. Tais eventos, contudo, tiveram efeito diplomático bastante limitado, tendo em vista que os mísseis testados, até aquele momento, eram todos de curto alcance, cuja tecnologia a RDPC já havia acusado possuir desde o teste do Taepodong-I em 1998.

objetivo de escalonar tensões com os EUA para pressionar a China por mais autonomia, em um contexto de retrocesso das reformas e replanificação econômica interna.

Contudo, em contraste com os veementes protestos dos EUA e do Japão, a resposta de Beijing, em um primeiro momento, foi bem mais moderada, tendo em vista que a China continuava enfrentando certo dilema em suas relações com o país vizinho. Por um lado, era preciso proteger a RDPC para evitar instabilidades regionais ainda maiores e ameaças mais reais a sua fronteira nordeste - como o avanço das tropas norte-americanas estacionadas na RdC em caso de colapso do regime ou a onda massiva de refugiados que viriam da RDPC. Por outro lado, uma RDPC nuclear poderia ser um fator de longo prazo ainda mais desestabilizador para a região e uma ameaça adicional para a segurança chinesa. Ademais, não se sabia ao certo se o programa nuclear norte-coreano realmente estava em andamento e se tinha condições reais de ir adiante. Cogitava-se que tudo não passasse apenas de mais uma tática de intimidação empregada pela RDPC - como as que esta vinha se utilizando frequentemente quando as negociações no âmbito das *Six Party Talks* estagnava - ou ainda um blefe norte-coreano para pressionar os EUA (SHEN, 2009).

Porém, para o fim do mês, a reação chinesa começou a mudar, sendo que no dia 28 de junho, pela primeira vez na história, o primeiro ministro Wen Jiabao solicitou abertamente que a RDPC desistisse dos testes, em uma tentativa de evitar alarme doméstico na China acerca das crescentes tensões nas relações sino-norte-coreanas. Zhu (2006, p. 37) aponta que “esta reação foi imprevista, tendo em vista que os líderes chineses nunca haviam demandado oficialmente nada da RDPC, mesmo quando esta se retirou do TNP, ou quando reabriu seu reator de 5 megawatts de grafite, ou ainda quando declarou posse de armas nucleares em fevereiro de 2005”.

Tal mudança no discurso chinês pode ser explicada por diversos fatores. Em primeiro lugar, a exigência da China para que a RDPC cessasse os testes veio logo após o pedido explícito da RdC, através de canais oficiais, para que a China tentasse dissuadir Pyongyang de levar a cabo o lançamento dos mísseis. Tal pedido se enquadra em um contexto de grande aproximação diplomática entre a China e a RdC, que vinha ocorrendo desde a segunda rodada das *Six Party Talks*, em fevereiro de 2004. Em segundo lugar, Beijing foi aos poucos tomando consciência de que o teste de um míssil de longo alcance (*Taepodong-2*) pela RDPC significava uma provocação aberta de Pyongyang, a qual deixaria à China poucas desculpas para continuar “protegendo” a RDPC das pressões norte-americanas e japonesas e “suavizando” a política de “pressão e isolamento” que os EUA lideravam contra o país.

Na verdade, conforme aponta Zhang (2006), o teste do novo míssil Taepodong-2 servira ainda de pretexto para que o Japão acelerasse sua cooperação com os EUA para o desenvolvimento de defesa antimísseis balísticos, fortalecendo a aliança militar nipo-norte-americana e provendo o desenvolvimento militar japonês. Além de tais eventos serem claramente contrários aos interesses chineses, tendo em vista as tensões históricas e atuais nas relações sino-japonesas, em última instância, tais alterações na dinâmica securitária do nordeste asiático poderiam levar a um aumento considerável do orçamento militar chinês e de uma escalada de suas forças militares, produzindo uma “corrida armamentista” na região que seria pouco produtiva para o grande crescimento econômico do país.

Daí se percebe quão incômoda a RDPC se tornava para Beijing. Além de representar custos, devido aos subsídios enviados, sua atitude provocadora de barganha nuclear favorecia ao objetivo norte-americano de securitizar as relações do Nordeste Asiático, contrapondo-se, até certo ponto, à crescente influência econômica chinesa na região. Apesar da imensa importância da China para a sobrevivência do regime, devido às tensões criadas em torno da crise nuclear, era-lhe inviável instrumentalizar esse auxílio econômico e securitário prestado para impor à RDPC o fim de seu programa nuclear e a abertura econômica. A China podia mudar de discurso, tornando-se mais incisiva em relação ao país vizinho, mas não lhe interessava, em termos securitários, cessar seus subsídios à RDPC ou deixar de garantir a segurança do país. A RDPC, portanto, era relativamente bem sucedida em sua barganha nuclear, pois mantinha a China pressionada, mantendo certa margem de autonomia, ao mesmo tempo em que obtinha os recursos necessários a sua sobrevivência.

Elevando o nível de sua barganha nuclear, a RDPC não deu ouvidos ao pedido da China e levou a cabo os testes mesmo assim, em 5 de julho de 2006. Como era de se esperar, os testes provocaram reações bastante hostis por parte dos EUA, que além de anunciar que o sistema de defesa antimísseis no Alasca entraria em seu maior nível de alerta, enviou seu único *Aegis cruiser* equipado com um sistema de defesa antimísseis naval para as águas norte-coreanas e decidiu intensificar a implantação de defesas antimísseis em território japonês. Ademais, o episódio também provocou danos significativos à credibilidade de Beijing como mediadora, reduzindo consideravelmente a presumida influência chinesa sobre a RDPC. Segundo Zhu (2006, p. 36), “todas estas movimentações apontam para uma marcada escalada do confronto militar em torno do lançamento de mísseis norte-coreanos – uma situação que a China vinha buscando evitar com seus esforços de mediação na crise nuclear norte-coreana e ao sediar as *Six Party Talks*”.

De fato, até os testes de 2006, a China ainda esperava influenciar a RDPC através de um mecanismo multilateral que criasse um intercâmbio de termos aceitável tanto para a RDPC como para as demais partes – a partir de uma estratégia moderada, voltada para chegar a uma solução diplomática. Assim, inúmeras vezes, a China havia rejeitado as demandas dos EUA para aumentar as pressões sobre Pyongyang, e havia até mesmo tomado uma série de medidas para proteger a RDPC de um isolamento ainda maior. Portanto, a atitude norte-coreana foi um grande golpe para a China, reduzindo a credibilidade de Beijing como mediadora da questão nuclear e favorecendo ainda mais a securitização da agenda do nordeste asiático (ZHU, 2007).

Logo em seguida à realização dos testes, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1695, a qual condenava os testes norte-coreanos e urgia a RDPC a suspender quaisquer atividades relacionadas a mísseis balísticos, ainda que impusesse apenas sanções consideradas leves<sup>65</sup>. Em seguida, em 5 de outubro de 2006, o Ministro das Relações Exteriores da RDPC emitiu uma declaração avisando que o país, em breve, realizaria testes nucleares, e garantindo que “a RDPC nunca usará armas nucleares primeiro e irá proibir estritamente a exportação de armas nucleares” (SHEN, 2006, p. 31).

No dia 9 de outubro de 2006, contudo, a crise nuclear norte coreana alcançou um novo patamar, quando o país anunciou oficialmente a realização bem-sucedida de seu primeiro teste nuclear, desafiando abertamente a comunidade internacional. Em 16 de outubro, o diretor de Inteligência Nacional dos EUA afirmou que amostras de resíduos radioativos coletadas confirmavam o teste subterrâneo de um dispositivo nuclear nas proximidades de P’unggye, com rendimento de menos de 1 kiloton<sup>66</sup> (kt) (ZHANG, 2007).

De acordo com Zhu (2006, p. 40-41), os testes nucleares desmoralizaram ainda mais a China como mediadora da questão nuclear norte-coreana, aumentando as tensões no Leste Asiático e prejudicando os interesses securitários chineses:

Em Beijing, a ira transformou-se em fúria. O teste nuclear de Pyongyang foi uma temerária violação da Declaração Conjunta de setembro de 2005 e dissipou a política de boa vontade de Beijing em acomodar Pyongyang em sua busca legítima

---

<sup>65</sup> As sanções previstas na Resolução 1695 do CSNU incluíam: (1) a proibição do fluxo de exportações de armamento pesado para a RDPC; (2) a proibição para as lideranças do programa norte-coreano de armas de destruição em massa de viajar ao exterior; e a (3) exigência do congelamento da conta estrangeira do programa norte-coreano de WMD (armas de destruição em massa).

<sup>66</sup> De acordo com Zhang (2007), a bomba testada foi uma *Pu-bomb*, ou seja, uma bomba de plutônio, e não de urânio enriquecido. Ele argumenta que pouco se sabe sobre as atividades norte-coreanas para o enriquecimento de urânio – nem sequer se existe tal programa. E estima-se que, mesmo que o programa de enriquecimento de urânio realmente exista, ele se encontraria em um estágio de pesquisa e desenvolvimento ou, na melhor das hipóteses, teria a capacidade para uma instalação-piloto experimental. Além disso, o autor também questiona o quão bem sucedido teria realmente sido o teste, tendo em vista que 1 kt é uma potência explosiva muito pequena se comparada aos 10kt obtidos nos primeiros testes nucleares dos demais Estados nucleares.

por garantias de segurança e por suas demandas de interesse nacional. Os testes demonstram que Pyongyang tem sido genuinamente indiferente às contínuas oposições e avisos da China contra o desenvolvimento pela RDPC de armas nucleares. (...) A resolução dos líderes chineses em dismantelar o programa nuclear norte-coreano se intensificou. As duras palavras de protesto de Beijing acerca do teste nuclear reforçam isto. A China chamou a ação de Pyongyang de 'flagrante' ( 悍然), uma palavra que é normalmente empregada apenas para criticar ações de um adversário, um claro rompimento com a linguagem utilizada anteriormente pelas lideranças chinesas, e uma lúcida expressão de insatisfação e mesmo ressentimento para com Kim.

De fato, essa posição aparentemente mais dura da China em relação ao programa nuclear norte-coreano já vinha se desenhando desde julho de 2006, quando a China votou a favor da Resolução 1695 no CSNU, apesar do fato de esta estabelecer sanções contra o regime de Kim Jong Il. Nesse momento, portanto, a China deixava de se opor ao estabelecimento de sanções econômicas multilaterais contra a RDPC, e chega até a participar, ainda que timidamente, de algumas delas. Por isso, alguns analistas, como Shen (2009) e Zhang (2006) argumentam que o voto favorável da China para a Resolução 1695 indicava uma guinada mais agressiva na posição do país perante a questão nuclear.

Nesse sentido, Zhu (2006) afirma que, de modo geral, após os testes, a China começou a se utilizar de medidas diplomáticas mais coercitivas para com Pyongyang. Um primeiro sinal disso foi o congelamento temporário pela China de um acordo bilateral que compreendia o desenvolvimento em grande escala do comércio fronteiriço entre os dois países – o qual havia sido fruto da visita de Kim à China, em janeiro de 2006. Além disso, a China também cancelou a primeira cúpula de comércio fronteiriço que estava marcada para setembro de 2006, a qual teria contado com a participação de oficiais de alto escalão de ambas as partes.

Savage (2008) argumenta que essa postura chinesa pode ser justificada por dois fatores primordiais. Por um lado, a China estaria tentando intimidar Pyongyang e desencorajar o regime de seguir praticando esse tipo de barganha, dando a entender que poderia retirar seu apoio econômico caso esse comportamento fosse mantido. Por outro lado, a China pretendia mostrar-se como potência responsável perante a comunidade internacional, buscando desassociar sua imagem da do regime e reafirmando ser contrária à proliferação nuclear.

Além disto, os testes também abalavam a confiança chinesa na capacidade e vontade de Kim Jong Il em efetuar as reformas econômicas necessárias – altamente preconizadas por Beijing para abrir a economia norte-coreana nos mesmos moldes do que foi feito por Deng Xiaoping na China. De fato, desde 2005, o governo norte-coreano vinha revertendo muitas das medidas liberalizantes adotadas internamente em 2002 e buscando recuperar seu controle sobre a economia nacional. Novamente, há uma clara relação entre essa postura hostil externa

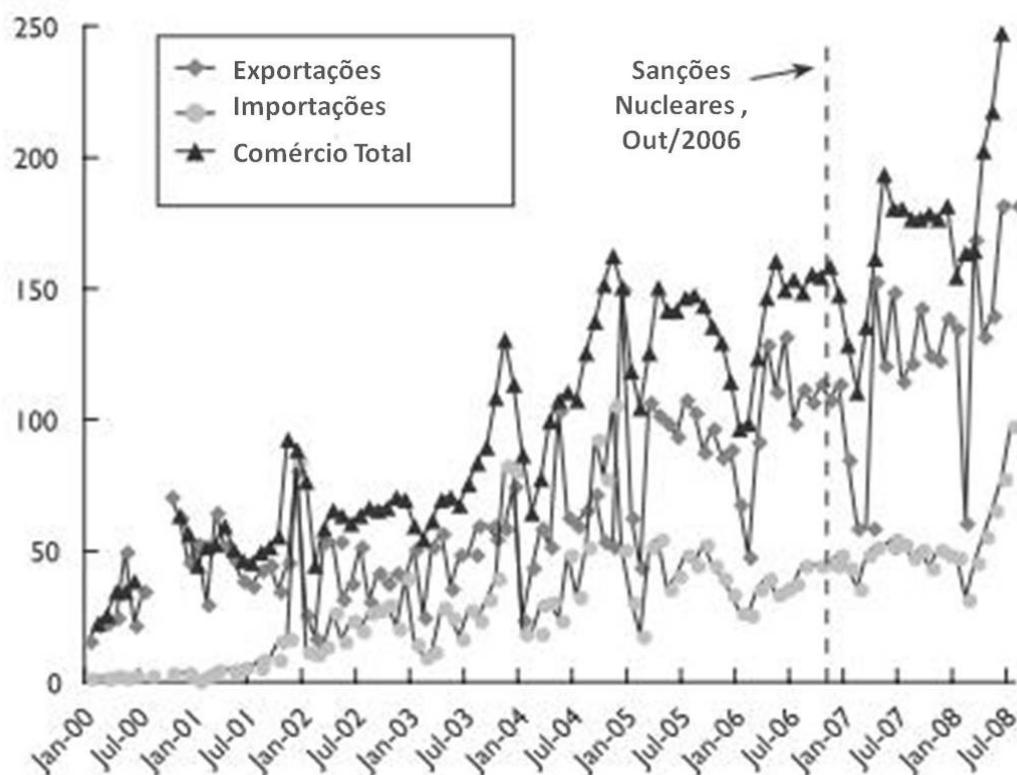
de Pyongyang, com os testes de mísseis e com o teste nuclear, e o movimento interno de retomada do controle governamental sobre a economia. Seria difícil a RDPC, diante de sua dependência econômica, resistir às pressões chinesas pela reforma em um cenário de estabilidade regional, em que a posição geopolítica do país deixasse de ser central para os interesses securitários da China. O regime precisava, portanto, instrumentalizar seu programa nuclear para garantir essa margem de autonomia em relação à China, evitando que os subsídios chineses se tornassem condicionados a certas atitudes internas.

Do ponto de vista norte-coreano, sob um discurso de dissuasão em relação aos EUA e de motivos de segurança nacional, a realização do teste nuclear era, portanto, uma demonstração de que o regime não seria submisso às diretrizes de Beijing, mesmo que essa lhe garantisse a sobrevivência. Portanto, mais uma vez Pyongyang demonstrava sua autonomia perante as potências, sem que isso levasse a China a retirar o apoio financeiro que lhe prestava.

Em resposta ao ocorrido, o Conselho de Segurança da ONU adotou unanimemente a Resolução 1718, a qual condenou o teste nuclear realizado pela RDPC e impôs novas sanções econômicas ao regime. Não obstante, a opção pelo estabelecimento de sanções militares contra a RDPC foi novamente descartada, tendo em vista que a China se mantinha contrária ao recrudescimento de pressões sobre a RDPC, as quais poderiam levar a uma escalada ainda maior das tensões (PRITCHARD, 2007).

Além da ausência de sanções militares, conforme argumenta Noland (2009), as sanções econômicas impostas ao regime, a não ser que fossem cumpridas pela China – o que não ocorreu -, teriam pouco efeito prático para uma economia tão fechada como a norte-coreana, servindo, no máximo, como ameaça. Conforme se pode ver pelo Gráfico 1, exceto pelas variações sazonais, o comércio entre a China e a RDPC não parece ter sido afetado pelas sanções; e, pelo contrário, já passa por certo crescimento, acima dos padrões anteriores, nos anos que se seguem ao teste nuclear.

GRÁFICO 1: Comércio China-RDPC – 2000-2008.



Fonte: Noland (2009). Elaboração própria.

Além disso, Schwendiek (2011) aponta que a China continuou satisfazendo cerca de 80% da demanda norte-coreana por energia e cerca de 1/3 de sua demanda por alimentos. Nesse sentido, pode-se dizer que as sanções tiveram pouco impacto na estratégia do regime, que continuou a pressionar as potências, por meio de seu programa nuclear. A China não conseguiu intimidar Pyongyang e, pelo contrário, teve de continuar tolerando o jogo do regime. Prova disso é que, logo em seguida, em 16 de setembro de 2006, Kim Yong Nam – o número dois do regime norte-coreano –, expressou a determinação norte-coreana em continuar desenvolvendo seu programa nuclear ao declarar que “as pré-condições para desistir de suas armas nucleares são que os países vizinhos interrompam seus programas nucleares e que as grandes potências efetuem o desarmamento nuclear”. Condições estas que seriam sabidamente rechaçadas pelas grandes potências. Neste sentido, Zhang (2006, p. 2) afirma: “O teste revela que há muito tempo os líderes da RDPC tomaram a decisão de desenvolver e possuir armas nucleares. Tendo atravessado o limiar nuclear, é improvável que Pyongyang irá desistir da posse de tais armas”.

Não obstante, as *Six Party Talks*, que pareciam condenadas após o teste nuclear, voltaram a se reunir, já em dezembro de 2006, para a segunda fase da quinta rodada de

negociações. Mais uma vez, porém, nenhum progresso foi obtido, tendo em vista que o representante da RDPC, Kim Gye-gwan, recusou-se a tratar do programa de armas nucleares, ao passo que insistia para que os EUA retirassem as sanções financeiras impostas em 2005. Assim, a viabilidade das *Six Party Talks* foi novamente questionada, dado que, desde 2003, as negociações haviam evoluído muito pouco.

Certa melhora no prospecto das *Six Party Talks* se deu no início de fevereiro de 2007, por ocasião da terceira fase da quinta rodada de negociações, quando foi anunciado um novo acordo multilateral entre as partes. Pyongyang se comprometia a desativar suas instalações nucleares em Yongbyon e a permitir a volta dos inspetores da AIEA. Washington concordava em iniciar negociações bilaterais com a RDPC, de forma a avançar em direção à normalização das relações diplomáticas entre os dois países, a começar o processo de remoção da RDPC do “eixo do mal” e a liquidar as sanções impostas ao país<sup>67</sup>. Já as demais partes ficariam encarregadas de fornecer à RDPC 50 mil toneladas de petróleo pesado no período de sessenta dias.

A sexta rodada das *Six Party Talks* começou, em julho de 2007, após a liberação, pelos EUA, de fundos de 25 milhões de dólares pertencentes a norte-coreanos do Banco Delta Ásia, os quais haviam sido congelados em 2005. Elas resultaram em uma Declaração Conjunta das partes que reforçava o comprometimento com o acordo de fevereiro de 2007. A segunda fase da rodada, realizada em setembro de 2007 confirmou a implementação dos primeiros passos no sentido de cumprir o acordo de 2007 e, inclusive, agendou nova rodada de negociações para o fim do ano (BLANK, 2007).

Esse breve momento de reconciliação e volta ao diálogo entre a RDPC e as potências está fortemente relacionada a dois fatores inter-relacionados. Em primeiro lugar, após alguns anos de baixo crescimento econômico - no início dos anos 2000 -, em 2006 e 2007 a RDPC havia entrado novamente em recessão, obtendo taxas de crescimento negativas e aprofundando sua dependência em relação à China. Nesse sentido, fazia-se necessário amenizar as tensões temporariamente em busca de mais investimentos externos nas ZEEs e de mais subsídios. Em segundo lugar, em outubro de 2007 seria realizada a Segunda Cúpula Inter-Coreana, no âmbito da qual o regime buscava obter maiores investimentos sul-coreanos,

---

<sup>67</sup> Pritchard (2007) assinala que, pelo lado norte-americano, tal acordo foi resultado de uma importante mudança de tendência da política externa dos EUA, a qual se deu após a vitória democrata nas eleições para o Congresso de novembro de 2006, diminuindo a influência da “linha dura” norte-americana para a RDPC, a qual vinha prevalecendo durante todo o primeiro mandato de Bush. Assim, os EUA pareciam menos dispostos a confrontação e mais abertos ao diálogo.

sobretudo nas zonas econômicas especiais e na ZIK de Kaesong, para aliviar a crise econômica e a dependência em relação à China.

Na ocasião, de fato, foi acordado o estabelecimento de mais três ZEE's na RDPC, as quais seriam financiadas pelo capital privado da RdC: em Rajin-Sonbong (Rason) (na fronteira com a China e com a Rússia), em Sinuiju (na fronteira com a China), e em Kaesong – próximo à fronteira com a RdC, onde já havia a Zona Industrial de Kaesong (ZIK) – ver Ilustração 4.

ILUSTRAÇÃO 4: Disposição territorial das Zonas Econômicas Especiais da RDPC



Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que as zonas econômicas e industriais, sobretudo a ZIK, apesar de serem bem mais modestas que a ajuda chinesa, vinham sendo uma importante fonte de recursos para o regime. Portanto, esse tipo de acordo era favorável a Pyongyang, dando-lhe fôlego para recuperar-se parcialmente, sem ter de comprometer o controle estatal sobre a economia. De fato, até 2008, a ZIK gerou emprego para mais de 25.000 norte-coreanos, em fábricas de propriedade de sul-coreanos, ao passo que o valor total dos bens produzidos, em 2007 chegou a 200 milhões de dólares (JANES, 2009).

Não obstante, o clima de cordialidade não dura muito tempo. A nova rodada de negociações das *Six Party Talks*, marcada para o fim de 2007, não chega a ocorrer, tendo em vista o recrudescimento das hostilidades entre as partes. A RDPC lançou um relatório de seu inventário nuclear, em novembro de 2007 e, tendo cumprido com a sua parte do acordo, exigia receber a assistência que lhe havia sido prometida. Os EUA, porém, clamavam que o inventário estava incompleto e suspendeu o fornecimento de auxílio até que uma nova lista fosse entregue. Uma última rodada foi realizada ainda em dezembro de 2008, todavia, estas também não lograram avançar, terminando em fracasso (BLANK, 2007).

Conforme assinala Zhang (2006), as *Six Party Talks*, em última análise, estavam desde o início “fadadas ao fracasso”, tendo em vista as divergências substanciais de percepção dos objetivos diplomáticos de cada ator, levando a uma série de contradições. Os EUA e o Japão não pareciam acreditar – e nem ter interesse em acreditar - que a questão nuclear pudesse ser resolvida por meio do diálogo. A RdC, a China e a Rússia, temendo o estalar de uma guerra que poderia arruinar o progresso obtido após anos de desenvolvimento econômico, apostavam nas negociações para amainar as tensões regionais. A RDPC, por sua vez, conforme já exposto, utilizava-se das negociações, entre outras coisas, para barganhar autonomia nacional, mostrando-se mais ou menos disposta ao diálogo dependendo da conjuntura.

As tensões recomeçaram na península coreana em 5 de abril de 2009, quando a RDPC anunciou ter lançado um satélite, apesar das pressões internacionais contrárias. Especula-se que o lançamento, na verdade, seria novo teste do Taepodong-II, e não apenas um satélite. Ainda que o lançamento tenha fracassado, caindo no Oceano Pacífico, em 13 de abril, o Conselho de Segurança concordou unanimemente com uma Declaração Presidencial que condenava o lançamento norte-coreano e expressava a intenção do Conselho em expandir as sanções contra a RDPC. A resposta da RDPC veio no dia seguinte, quando autoridades declararam que o país nunca mais tomaria parte em negociações multilaterais, tal como as *Six Party Talks*, e que não seria vinculada a nenhum acordo que tenha sido resultado destas negociações. Assim, a RDPC novamente expulsou os inspetores da AIEA do país e informou que retomaria seu programa de armamentos nucleares.

O ápice, porém, ocorreu em 25 de maio de 2009, apenas alguns meses após a ascensão de Barack Obama à Casa Branca, quando a RDPC anunciou a realização de um segundo teste nuclear na região de Kilju, 375 km a nordeste de Pyongyang – como mostra a Ilustração 5. O teste registrou magnitude sísmica de cerca de 4.7 na escala Richter, indicando uma arma nuclear com poder explosivo de 3 a 8 kilotoneladas, isto é, bem mais do que apenas 1

kilotonelada do teste de 2006. Assim, tal teste foi considerado mais bem sucedido que o anterior (CHA, 2009).

ILUSTRAÇÃO 5: Disposição territorial do programa nuclear norte-coreano



Fonte: The Guardian, 2009

A justificativa norte-coreana mantinha-se a mesma que vinha sendo difundida até então. Ou seja, que o regime estaria dando continuidade ao programa nuclear como elemento de dissuasão contra as ameaças norte-americanas, de forma a desencorajar uma possível intervenção armada contra o país. Nesse sentido, Choe Thae-bok, secretário do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores, declarou que a ameaça militar e as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos eram as motivações que teriam levado seu país a realizar seu segundo teste nuclear. Choe assegurou que o objetivo era de "proteger os interesses supremos da RDPC, assim como defender a dignidade e soberania do país frente aos EUA".

Contudo, segundo Lai (2009), o objetivo do regime, por trás desses testes, continuava sendo utilizar o programa nuclear para chamar a atenção dos EUA, sobretudo diante do contexto da troca de administração norte-americana e de ascensão dos democratas, de forma a manter as tensões regionais e pressionar a China. O teste nuclear realizou-se apenas meses após a posse do novo presidente dos EUA, Barack Obama, o qual demonstrava ter maior interesse na Guerra do Iraque e em questões internas, deixando a questão coreana em segundo plano. Nesse sentido, o regime estaria testando a disposição da nova administração a engajar-se na região.

Os testes, porém, não podem ser vistos apenas como uma reação à falta de avanços nas negociações com os EUA, no âmbito das *Six Party Talks*, nem está apenas relacionado à troca de mandatário da Casa Branca. Mais uma vez, a situação econômica interna explica, em

grande parte, o porquê de o regime decidir reescalonar as tensões. Conforme aponta Yang (2010), o governo continuou repelindo as reformas, temendo que fosse liberalização demais. Nesse sentido, em 2008, para tentar retomar o controle político sobre os mercados, o regime proibiu que pessoas de menos de 50 anos de idade se engajassem em atividades de mercado informal, além de limitar a atuação dos pequenos mercados privados, que só poderiam funcionar uma vez a cada dez dias.

Além disso, o governo continuou buscando retomar seu controle sobre a economia com a realização de uma grande reforma monetária, em 2009, a qual representava nova demonstração de soberania sobre os assuntos internos. A reforma monetária de 2009 visava, sobretudo, captar a poupança – que ainda era guardada primordialmente dentro das casas - dos comerciantes, que haviam enriquecido com as medidas liberalizantes de 2002, e principalmente dos militares, que desde o início dos anos 1990 vinham acumulando fortunas com atividades de comércio exterior<sup>68</sup> e que, na maioria dos casos, estavam também por trás dos mercados internos. Assim, foi efetuada a troca da moeda corrente<sup>69</sup>, estabelecendo-se um valor máximo de conversão de 500 mil wons velhos por pessoa – podendo chegar a 1 milhão de wons velhos, se depositados em banco -, e foi proibida a posse e a realização de transações com moedas estrangeiras (LISTER, 2009).

O objetivo principal era remediar os problemas fiscais do governo e permiti-lo retomar o máximo de controle possível sobre a economia, cessando as transações de mercado. Neste sentido, junto à reforma monetária também foram instauradas proibições sobre as transações privadas e ordens de fechamento dos mercados. Essa atitude do governo norte-coreano levou analistas como Frank (2010), a afirmarem que as tentativas de reforma levadas a cabo teriam o sentido de uma espécie de “aggiornamento”, ou seja, uma tentativa de fazer mudanças limitadas e inevitáveis que permitiriam perpetuar o sistema como ele é, evitando mudanças estruturais mais profundas que pudessem desestabilizar as elites, sobretudo militares, que estão no poder. Nesse sentido, a RDPC tenderia a uma política de “neoconservadorismo socialista”, o qual representaria uma tentativa de reversão das reformas previamente efetuadas e de replanificação da economia.

Portanto, mais uma vez a escalada de tensões ocorre em um momento em que a RDPC precisava reafirmar sua autonomia em relação à Beijing, para garantir seu auxílio econômico

---

<sup>68</sup> Com a deterioração da economia, no início dos anos 1990, e o substancial corte de subsídios da China e da URSS, começaram a emergir, na RDPC, companhias de comércio estatais, como meio alternativo de obter renda para o Estado. Os militares – e alguns burocratas do partido – foram encarregados de gerenciar essas companhias, o que os enriqueceu consideravelmente.

<sup>69</sup> 100 *won* = 1 *won* novo.

sem ter de submeter-se. Além disso, dessa vez o regime também precisava acomodar os interesses dos militares, mesmo quando muitos deles eram afetados pelas medidas, e aumentar sua legitimidade interna, com base na doutrina do *Songun*. Em suma, a barganha por autonomia, legitimada pelo *Songun*, era claramente associada ao recrudescimento das tensões por meio da instrumentalização do programa nuclear.

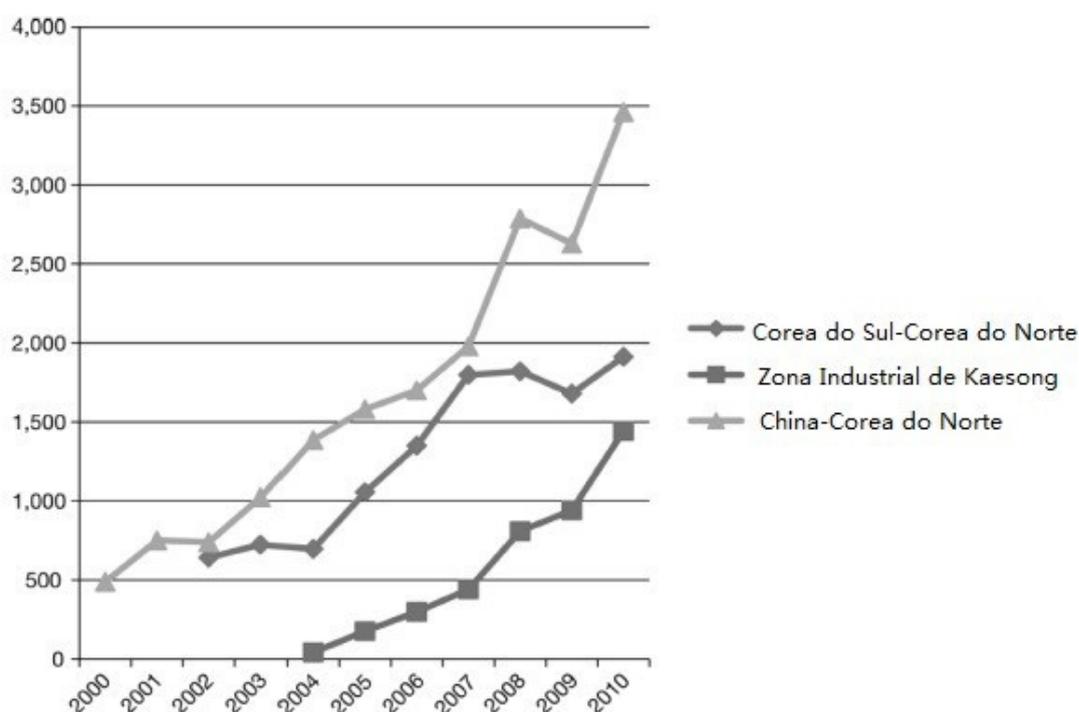
O acontecimento levou os membros do Conselho de Segurança da ONU a convocarem uma reunião de emergência, a qual resultou na aprovação por unanimidade, em 12 de junho, da Resolução 1874, impondo novas sanções à RDPC e autorizando os países membros da ONU a inspecionar carregamentos norte-coreanos transportados por terra, mar ou ar, bem como destruir qualquer material suspeito de estar relacionado a armas de destruição em massa. A medida também ampliava o embargo ao comércio de armas com a RDPC – estabelecido na Resolução 1718, após o primeiro teste nuclear norte-coreano –, de forma a proibir que o país vendesse tanto armamento pesado quanto armas leves.

A China não absteve-se ou criticou as sanções, mas votou a favor delas. O embaixador da China na ONU, Zhang Yesui, disse que a resolução demonstra a "firme oposição" do mundo às ambições nucleares da RDPC e que a resolução é "apropriada e equilibrada". Ressaltou, no entanto, que a autorização para que os países inspecionem carregamentos norte-coreanos deve ser utilizada com prudência e sem uso ou ameaça de força. Além disso, a China continuou se opondo a sanções militares contra o regime, bem como continuou provendo seu sustento, apesar do discurso condenatório. Portanto, ao mesmo tempo em que mantinha o discurso condenatório a Pyongyang, a China buscou refrear a reação da comunidade internacional ao segundo teste, temendo mais uma vez que um excesso de punições levasse a nova escalada de tensões na península. Mais uma vez, as sanções não parecem ter intimidado o regime ou inviabilizado sua barganha, uma vez que, novamente, este obteve importantes ganhos de autonomia em relação à China, sem que esta deixasse de sustentá-lo (GLASER, 2009).

De fato, Kang (2011), ao comparar a evolução das relações comerciais da China e da RdC com a RDPC ressalta que, apesar dos problemas que Pyongyang vinha causando à Beijing, ao longo dos anos 2000, a importância desta para o comércio norte-coreano tem sido cada vez mais fundamental. Conforme mostra o Gráfico 2, o comércio com a China vem numa grande crescente desde 2000 - tendo apenas um leve e momentâneo retrocesso, em 2009, que pode ser atribuído ao fracasso da reforma monetária instaurada pelo governo norte-coreano –, chegando a um patamar de 3,5 bilhões de dólares em 2010 – montante bastante considerável para um país fechado ao comércio internacional como a RDPC. As relações

comerciais com a RdC, em contrapartida, tiveram um ímpeto de crescimento de 2004 a 2007 – o qual está claramente ligado ao estabelecimento da ZIK e à política externa conciliadora do presidente sul-coreano Roh Moo-Hyun -, mas mantiveram-se relativamente estagnadas, desde então, entre 1,5 e 2 bilhões de dólares – o que pode ser associado a mudança política ocorrida na RdC com a ascensão do conservador Lee Myung-bak.

GRÁFICO 2: Volume de comércio total RDPC-RdC, RDPC-China e gerado pela Zona Industrial de Kaesong – 2000-2010.



Fonte: KANG, 2011. Elaboração própria.

Além disso, segundo Thompson (2011, p. 6), as empresas chinesas investiram cerca de 98 bilhões de dólares na RDPC de 2003 a 2009, sobretudo em indústria de extração de minérios e em manufatura básica. Nesse sentido, o autor chama atenção para a dificuldade adicional que isso acarreta para que a China estabeleça qualquer tipo de pressão sobre a RDPC: “A existência de investimentos chineses afeta a capacidade de Beijing de endossar sanções, as quais prejudicariam as empresas chinesas, reduziria qualquer relação de confiança que exista entre Beijing e Pyongyang, e seria uma contradição ao argumento chinês acerca da necessidade de reforma e abertura”.

Nesse sentido, essa pretensa mudança de postura da China não deve ser superestimada. Tendo em vista que Beijing continuava representando, de longe, a maior

parte do comércio com a RDPC e fornecendo a grande maioria dos subsídios energéticos e alimentícios que sustentavam o regime economicamente, essa aparente mudança de posição chinesa não parece ter ido além do campo do discurso. Por mais desgostosa que estivesse com o comportamento norte-coreano, a China ainda reconhecia em Pyongyang uma região estratégica para garantir a segurança de sua fronteira nordeste, bem como entendia sua importância para garantir a tão visada estabilidade regional, essencial para o desenvolvimento econômico do país. Portanto, apesar de adotar um discurso mais condenatório e hostil em relação à RDPC, na prática, a China continuava garantindo a sobrevivência do regime e tolerando a barganha de Pyongyang. Assim, percebe-se, mais uma vez, que a mudança de postura chinesa deu-se muito mais no campo da retórica do que, de fato, no campo da ação. Conforme afirma Noland (2009, p. 62):

A RDPC parece ter calculado corretamente que as penalidades diretas para o seu comércio exterior, por se estabelecer como potência nuclear, seriam modestas (...). Apesar dos avisos diplomáticos pré-testes, o comportamento pós-testes dos setores público e privado da China e da RdC tem sido tolerante em relação ao status nuclear norte-coreano.

Isso não quer dizer que a China seja favorável à nuclearização da península – pelo contrário, ter um vizinho com capacidades nucleares, no longo prazo, poderia ampliar ainda mais a instabilidade regional e representar uma ameaça à segurança chinesa -, mas apenas que a importância da RDPC como zona tampão em relação à presença política e militar norte-americana na região ainda é um fator essencial a ser levado em conta. Glaser (2009, p. 33-34) reconhece o dilema enfrentado pela China ao afirmar que o país permanece firmemente comprometido com a meta de uma península desnuclearizada, mas, ao mesmo tempo, permanece ciente das potenciais consequências diretas e indiretas de pressionar a RDPC ao extremo.

Os chineses receiam que exercer pressão demais poderia resultar na perda da já limitada influência que eles têm sobre Pyongyang e em uma relação de hostilidade com um país fronteiriço. A China também está temerosa de que pressões excessivas poderiam levar o Norte a empreender ações ainda mais perigosas, ao invés de reverter o curso e retomar seus compromissos de desnuclearização. A China teme instigar instabilidade na RDPC, a qual poderia levar uma enxurrada de refugiados às províncias nordestinas da China e por em ação um processo caótico que levaria ao desmantelamento da RDPC sem nenhuma garantia de que os interesses chineses estariam protegidos sob um governo coreano reunificado.

Neste sentido, apesar de ter adotado uma política mais coercitiva perante a questão nuclear norte-coreana a partir de 2006, chegando até a aceitar sanções econômicas em dadas situações, a China tem se mostrado bastante relutante em aceitar sanções substantivas e abrangentes contra a RDPC – as quais poderiam estrangular a economia norte-coreana -,

tendo em vista que isto iria contra seus interesses fundamentais na região. Isto é, a China não almeja o colapso do regime de Kim Jong Il, o qual causaria ainda mais instabilidade na região e poderia levar a sérios problemas fronteiriços com o país vizinho, com uma massa de refugiados norte-coreanos se dirigindo a China (SHEN, 2009).

Ademais, como lembra Shen (2006, p. 20), a RDPC ainda serve de *buffer zone* estratégica para a China no nordeste asiático.

Com uma fronteira compartilhada de 1.400 km, a RDPC atua como um posto de guarda para a China, mantendo a distância as milhares de tropas norte-americanas estacionados na RdC. Isto permite à China reduzir seu contingente militar no nordeste asiático e focar-se mais diretamente na questão da independência taiwanesa.

Nesse sentido, Shen (2006) afirma ainda que a China apenas provém os meios de sobrevivência da RDPC, tendo em vista que a RDPC funciona como baluarte contra as forças norte-americanas. Ao ajudar a RDPC através de generosos subsídios, a China está, na verdade, defendendo seus próprios interesses securitários.

Não obstante, favoravelmente aos interesses chineses, esse cenário de sucessivas crises securitárias na península coreana foi amainado a partir da segunda metade de 2009, quando Kim Jong Il se mostrou disposto a voltar ao diálogo com a comunidade internacional. O momento emblemático dessa virada conjuntural deu-se com a visita do ex-presidente norte-americano, Bill Clinton, em agosto, à convite de Kim Jong Il, cujo objetivo era negociar a libertação das duas jornalistas detidas pelo regime sob as acusações de entrada ilegal no país e “graves crimes contra a nação coreana”. Assim, em meados de 2009, Kim Jong Il passou de uma estratégia de confrontação – ligada a insistência na manutenção de seu programa de mísseis e nuclear -, a uma abordagem mais flexível.

Em termos externos, a libertação das jornalistas norte-americanas, negociadas com Bill Clinton, abriu caminho para a retomada do diálogo com os EUA. A esse evento emblemático, seguiu-se a visita de Stephen Bosworth, enviado especial do presidente Obama, a Pyongyang, em dezembro de 2009, marcando o primeiro contato de alto nível entre o regime norte-coreano e a nova administração norte-americana. O resultado parecia promissor, pois, logo em seguida, Washington anunciava que havia chegado a um entendimento com a RDPC acerca da necessidade de retomar as negociações sobre o programa nuclear no âmbito das *Six-party Talks*.

A abertura norte-coreana foi mantida, de modo geral, em 2010, quando o governo expediu uma mensagem de ano novo que clamava pelo fim de uma relação hostil com os EUA, bem como pela reconciliação com a RdC, ao invés do usual discurso agressivo contra

esses dois países. A isso seguiu-se, também, uma postura de aproximação com o presidente sul-coreano, Lee Myung-bak (PARK, 2010).

Em 2010, houve ainda dois incidentes pontuais de tensão entre o Norte e o Sul: o afundamento do navio de guerra sul-coreano Cheonan, em março, e uma pequena escaramuça fronteiriça na ilha de Yeonpyeong<sup>70</sup> – que resultou na morte de dois soldados sul-coreanos –, em novembro. Não obstante, ambos os eventos não estavam diretamente relacionados à questão nuclear. Além disso, conforme aponta Yun (2010), diferentemente da postura que a RDPC vinha adotando até então, de admitir o desenvolvimento de seu programa nuclear e usá-lo como instrumento de barganha, o regime não assumiu a culpa por esses incidentes e evitou polemizá-los. Indicativos de uma posição mais amena que o regime começava a adotar, parte das oscilações que marcaram a barganha nacionalista no pós-guerra fria.

De fato, em 2011, o regime voltou a adotar uma postura de maior disposição ao diálogo, semelhante a que fora adotada em 2002, e reaproximando-se politicamente da China. Há importantes fatores internos que explicam essa decisão do regime: um de cunho político - relacionado aos problemas de saúde de Kim Jong Il e a provável sucessão - e outro de cunho econômico, relativo às necessidades de reforma do sistema doméstico.

Em primeiro lugar, conforme afirma Lister (2010), a reforma monetária de 2009 fracassou totalmente, agravando a situação econômica do país. O governo norte-coreano descobriu que não era mais possível retornar às condições anteriores a 2002, tendo em vista que não tinha mais condições de garantir a quantidade necessária de suprimentos para restaurar a economia planificada. Com o fracasso da reforma monetária, portanto, todas as demais medidas foram igualmente abandonadas já em fevereiro de 2010. Estando sem saída, no plano econômico, o regime volta a mostrar certa disposição em reformar-se aos moldes chineses e conforme pregava o interesse chinês, ainda que sem abandonar o conceito de autossuficiência legitimado na doutrina *Songun*.

Como aponta Lee (2010), uma primeira medida neste sentido foi o estímulo governamental à restauração e fortalecimento da base industrial do país, priorizando três setores básicos para a economia norte-coreana: o têxtil, o de fertilizantes e o de ferro. Concomitantemente, as relações do país com o ocidente também apresentaram uma sensível melhora, relacionada à redução das tensões concernentes ao programa nuclear. Nesse sentido,

---

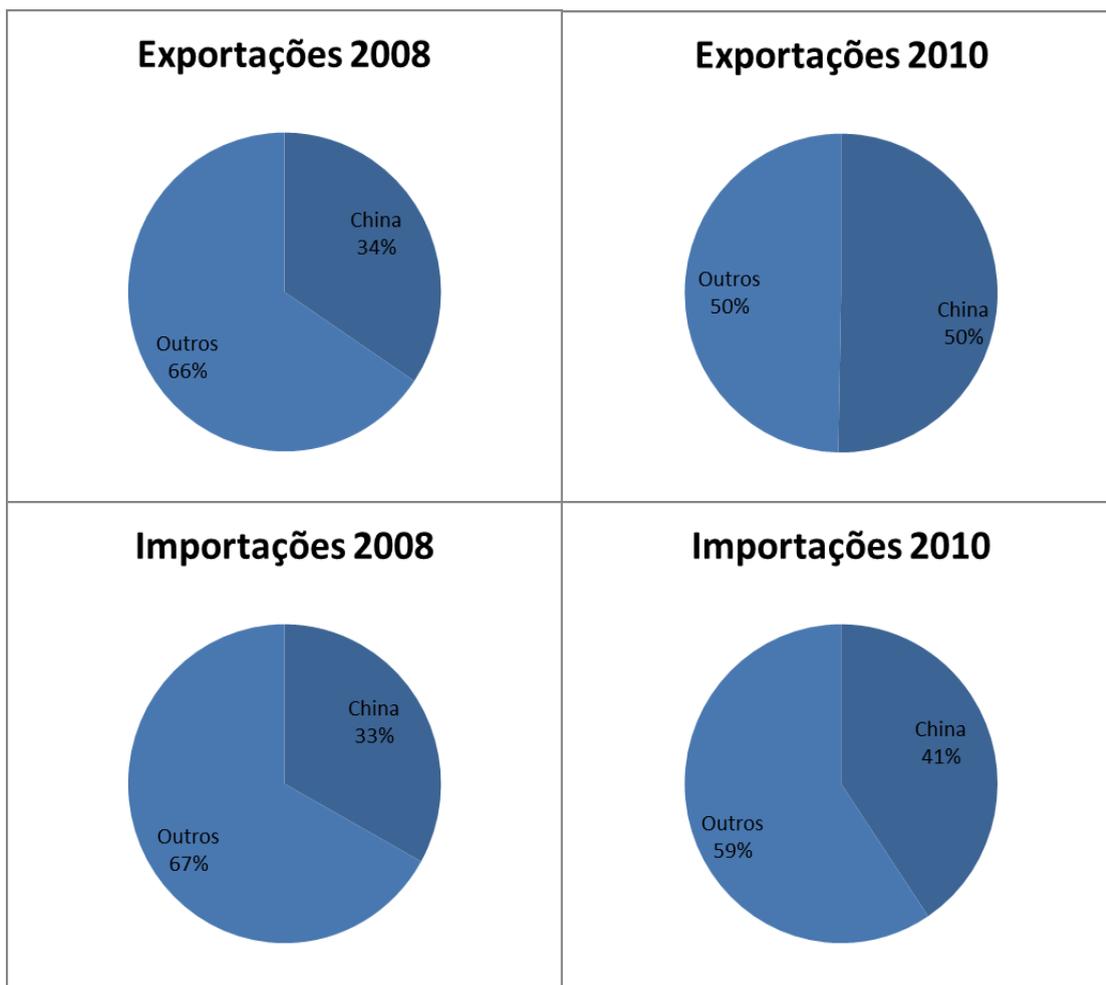
<sup>70</sup> A ilha de Yeonpyeong a 3km da área disputada de fronteira entre as Coreias no Mar Amarelo e sediava instalações militares sul-coreanas, abrigando apenas uma pequena população de civis. Presume-se que o incidente teria começado quando a RdC realizava exercícios de artilharia em águas disputadas do Mar Amarelo, ainda que sem atirar na costa norte-coreana. O ataque norte-coreano, portanto, teria sido uma retaliação a provocação sul-coreana (BBC, 2010).

a Comissão Européia voltou a fornecer ajuda alimentícia ao país – a qual havia sido suspensa há cerca de três anos -, e foi permitido o estabelecimento de um escritório das agências de notícias Associated Press, dos EUA, e Reuters, do Reino Unido, simbolizando certa disposição à relativa abertura por parte da RDPC.

Essa disposição à abertura econômica, porém, pressupunha novamente uma necessidade de atrair capitais estrangeiros, sobretudo da China e da RdC. Até porque, o regime considerava o apoio chinês fundamental para que as reformas prosperassem. Portanto, mais uma vez era interessante ao regime mostrar-se menos hostil e mais conciliatório para suprir suas necessidades do momento e manter-se economicamente viável. A China responde positivamente à mudança de postura norte-coreana e recompensa o regime ampliando ainda mais as relações comerciais, bem como os investimentos.

Em termos comerciais, a importância da China para a RDPC é cada vez mais substancial. As exportações da RDPC para a China cresceram de U\$ 685 milhões, em 2008, para U\$ 1,08 bilhões em 2010. De acordo com o Gráfico 3, as exportações para a China representavam impressionantes 34% do total, em 2008, chegando a cerca de 50% em 2010. Além disso, a RDPC importou da China um montante de U\$ 2,2 bilhões, em 2008, e de U\$ 2,5 bilhões, em 2010. Ainda que, em termos numéricos, essa variação não seja tão grande, em termos percentuais, novamente houve substancial crescimento da importância chinesa. Segundo o Gráfico 3, em 2008, a China representava 33% das importações norte-coreanas, passando, em 2010, a representar 41% das importações totais do país (FMI, 2011). Isso demonstra que a China é, de longe, a maior responsável pela geração de divisas da RDPC, e que sua importância nesse sentido tem crescido ainda mais nos últimos anos. Além disso, ilustra mais uma vez a grande dependência que a RDPC tem em relação ao país vizinho em termos econômicos e, mais uma vez, a necessidade de barganhar para obter autonomia.

GRÁFICO 3: Exportações e Importações da RDPC - 2008 e 2010 (%)



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração própria.

Em termos de investimento, Lee (2011) atenta para a crescente dependência que a RDPC vem tendo em relação aos investimentos chineses, sobretudo nos momentos de deterioração das relações entre as duas Coreias, como ocorreu em 2010. Para ilustrar a importância chinesa, o autor chama a atenção para a implementação do Plano Chang-Ji-Tu, um dos principais impulsos que a RDPC tem para tentar novas reformas de abertura econômica atualmente. O projeto, endossado pelo governo central chinês, em 2009, prevê a criação de ZEEs nas regiões de Changchun, Jilin e Tumen, localizadas no nordeste chinês, nas fronteiras com a Rússia e a RDPC. O Plano inclui intensa cooperação com a RDPC, sobretudo para a construção de infraestrutura e para o desenvolvimento industrial, tendo em vista a intenção chinesa de utilizar o porto de Rajin – localizado no nordeste do país -, para

escoar a produção das províncias chinesas de Jilin e Heilongjiang<sup>71</sup>. Portanto, se bem sucedido, este plano irá gerar investimento externo em grande escala na RDPC, estimulando a reforma econômica e uma maior abertura do país. A China já investiu cerca de 2 bilhões de dólares na ZEE de Rason para a construção de usinas e estradas; no porto de Rajin, visando aumentar sua capacidade; bem como em projetos de desenvolvimento no estuário do Rio Yalu, o qual marca a fronteira entre os dois Estados.

Em segundo lugar, além da questão econômica, a RDPC também precisava baixar o tom da barganha nacionalista nuclear, momentaneamente, para reconquistar o apoio político da China ao regime. Isso porque, desde 2010, Kim Jong Il começou a dar sinais de estar com a saúde debilitada, o que urgia o regime a preparar sua sucessão o mais rápido possível. Nesse cenário, era importante que o próximo líder pudesse contar com o suporte chinês para garantir a continuidade do regime, sem ter de sofrer demasiada pressão internacional, especialmente à nível regional.

Diferentemente da transição gradual e planejada de Kim Jong Il, seu filho, Kim Jong Un, de apenas 28 anos, foi apressadamente designado como herdeiro por volta de 2009, logo após seu pai ter sofrido um derrame. O reconhecimento oficial, não obstante, só veio em setembro de 2010, quando recebeu o título honorífico de “general de quatro estrelas” do Exército e passou a ser “endeusado” internamente, de forma a legitimar mais uma sucessão hereditária. Para preparar a sucessão, Kim Jong Il teve de tomar importantes medidas no plano interno e no plano externo.

No plano interno, conforme explica Yun (2010), houve certa realocação das mais altas posições de liderança dentro do Partido e do Exército, de forma a criar um grupo de poder fiel a Kim Jong Un. Isto foi feito, em grande parte, através de três processos. Em primeiro lugar, com a revisão da Constituição de 1998, ainda na primeira metade de 2009, fortalecendo a organização da Comissão de Defesa Nacional – principal órgão decisório do país -, e promovendo o general Jang Song-thaek<sup>72</sup> - tio de Kim Jong Un e um de seus principais apoiadores - a vice-presidente; (2) a reforma monetária de novembro de 2009, a qual, ainda que um fracasso econômico, serviu para enfraquecer a influência dos militares; (3) e o controle total que Kim Jong Un passou a ter sobre todo o aparato de inteligência norte-

---

<sup>71</sup> Tais províncias geralmente tem sua produção escoada pelo porto de Dalian. Não obstante, tal porto já está com capacidade quase saturada, além de ficar a uma distância muito maior das províncias em questão do que o porto de Rajin.

<sup>72</sup> Jang Song-thaek basicamente controlou toda a administração norte-coreana até que Kim Jong Il se recuperasse do enfarte que sofreu no fim de 2008. Desde 2010, com a promoção hierárquica à presidência da Comissão de Defesa Nacional e com a morte de seus dois principais rivais, Ri Je-gang e Ri Yong-chol, ele tem sido o segundo homem mais poderoso do país, liderando tanto o Partido como o Exército e tendo a incumbência de zelar pela transição de poder.

coreano, já no fim de 2010, permitindo-lhe examinar cuidadosamente a elite governante do país. Ademais, também era necessário recuperar a economia, de forma a evitar crises de maior profundidade no momento da transição. Daí o esforço feito por Kim Jong Il para restabelecer a base industrial do país e buscar aumentar a cooperação com a China.

Nesse sentido, McEachern (2010, p. 242) nota que houve, também, certo esforço de Kim Jong Il a fim de unir as três mais importantes instituições do país – o PTCN, o EPC e o Gabinete de Ministros -, de forma a garantir uma transição suave. O autor afirma: “Em fins de 2008 e início de 2009, as três instituições da RDPC, impreviavelmente, começaram a falar em uníssono acerca de todas as questões estratégicas (...) o Gabinete, inclusive, começou a endossar fortemente as políticas que vinha rejeitando há anos”.

No plano externo, era necessário reduzir as tensões relativas ao programa nuclear para angariar o apoio chinês ao processo. Assim, em 2011, Kim Jong Il fez viagens à China e à Rússia, buscando estreitar relações com seus dois maiores vizinhos. Em resposta à nova atitude norte-coreana, pró-reforma e pró-diálogo, a China saiu da posição ambígua em que esteve nos últimos anos – ora fornecendo subsídios, ora pressionando para a desnuclearização do país -, e passou a estreitar laços com a RDPC. De fato, o apoio político manifestado pela China à sucessão dinástica que se processou em Pyongyang ao novo líder, Kim Jong-Un, em fins de 2011, parece ter facilitado a transição, conferindo certa estabilidade externa ao regime em um momento delicado (VISENTINI & MELCHIONNA, 2011).

Ressalta-se, por fim, que o regime norte-coreano teve uma transição política bastante estável e, apesar dos altos e baixos de sua economia, o regime continua mantendo um firme controle sobre o país. Nesse sentido, rechaçando as previsões pessimistas de muitos analistas norte-americanos de que o regime possa não resistir ou de que a política externa norte-coreana seja aleatória, Visentini afirma (2009, p. 252):

O que uma análise mais acurada mostra é que não apenas os norte-coreanos controlam solidamente o país, como agem de forma calculada nas diversas conjunturas diplomáticas. Assim, na defesa de seus interesses nacionais e políticos, são capazes de convergir com os Estados Unidos, teoricamente seu maior inimigo. Daí o estabelecimento de um diálogo permanente e até mesmo cordial, entre Washington e Pyongyang.

Além disso, cabe assinalar que essa mudança de posição que ocorreu nos anos 2009-2011 foi apenas uma resposta conjuntural a uma questão de política interna, não significando um abandono da estratégia de barganha em busca de autonomia nacional. Ao contrário, a redução momentânea de tensões é parte dessa estratégia de política externa, que se aproveita dos interesses da China e dos EUA na região, por meio da instrumentalização de seu

programa nuclear, oscilando entre momentos de maior tensão e momentos de distensão; momentos de provocação norte-coreana e momentos de reação norte-coreana às pressões norte-americanas. O objetivo, como foi visto ao longo desse trabalho, é sempre o de barganhar certa margem de autonomia nacional, mesmo diante de cenários de grave dependência econômica e securitária em relação à China. Objetivo este que esteve legitimado pela doutrina *Songun* – sucessora do *Juche* – durante todo o governo de Kim Jong Il, a qual tem forte caráter nacionalista.

O papel da China, durante os anos 2000, da mesma forma como foi em outros momentos históricos, foi duplo. Por um lado, a China serve de modelo para as tentativas de reforma econômica do governo, tanto no que diz respeito à gradual liberalização do mercado interno, quanto no que concerne à criação de ZEEs e ZIs em pontos estratégicos do país para a atração de comércio externo e investimento estrangeiro. Por outro lado, a China torna-se cada vez mais fundamental para a sobrevivência do regime e, nesse sentido, continua desempenhando papel central à estratégia de barganha nacionalista norte-coreana. O regime de Kim Jong Il utiliza-se dos temores securitários chineses na península e das rivalidades regionais da China com os EUA na região, para obter certa margem de autonomia perante Beijing, sem que essa deixe de prover-lhe os subsídios necessários para sua sobrevivência. Além disso, a proteção chinesa garante a segurança norte-coreana, já que é muito pouco provável que os EUA estejam dispostos a entrar em um confronto direto que poderia ganhar maiores proporções, e permite à RDPC negociar concessões com os EUA.

De forma geral, é possível concluir, desse período mais recente da RDPC, que a estratégia de política externa do regime continua sendo a barganha nacionalista com as potências, uma vez que o regime continua jogando com as rivalidades regionais da China e com sua posição geopolítica para obter os meios de sobrevivência do regime sem abrir mão da autonomia nacional. Não obstante, diferentemente da barganha nacionalista da Guerra Fria, que tinha como epicentro a rivalidade sino-soviética, a nova barganha era instrumentada a partir do programa nuclear do regime - o qual, por sua vez, pode ser compreendido como fruto da primeira barganha nacionalista, uma vez que tal programa nasceu da parceria com a URSS e com a China. Nesse sentido, o regime oscila entre momentos de disposição ao diálogo e momentos de crescentes ameaças e escalonamento das tensões.

O objetivo do regime, portanto, continua ser a obtenção de certa margem de autonomia, ainda que o cenário seja de crescente dependência em relação à China, a qual se torna, de longe, a principal fonte de sustento do regime. Esse objetivo, que antes era

justificado pelo Juche, é agora justificado pela Songgun, ideologia bastante semelhante que continua pregando a necessidade de autonomia nacional, porém que dá mais relevo ao papel do setor militar. Ideologia que se mostra coerente, portanto, não apenas com o maior destaque que os militares passam a ter internamente na gestão de Kim Jong Il, mas também com a utilização do programa nuclear como base da política externa do regime e como símbolo de força nacional.

A China torna-se cada vez mais fundamental para o regime dos anos 1990 aos anos 2000. Por um lado, ela serve como modelo para as reformas de abertura tentadas pelo regime. Por outro lado, ela provém os recursos energéticos e alimentícios de que o regime necessita para manter sua viabilidade. Quanto mais dependente o regime se torna da China, mais ele se utiliza do programa nuclear não apenas para barganhar com ela condições mais propícias para as reformas e apoio político, mas também para reafirmar, diante dela, sua autonomia política. Nesse sentido, ora a RDPC se mostra agressiva, lançando testes e fazendo ameaças, ora se mostra disposta ao diálogo e a abertura econômica. O apoio político da China ao regime oscila, em resposta às atitudes de Pyongyang, mas seu apoio econômico e securitário mantém-se firme mesmo nos momentos mais tensos.

Em dezembro de 2011, o Querido Líder norte-coreano, Kim Jong Il, morre de um ataque cardíaco, colocando em marcha o processo de sucessão do regime. Supervisionado pelo general Jang Song-thaek e com o apoio de boa parte da elite dirigente norte-coreana, a ascensão de Kim Jong Un, terceiro filho de Kim Jong Il - processo que já vinha sendo preparado cuidadosamente no plano interno e externo -, parece ter ocorrido de forma pouco conturbada e sem grandes contestações. Momento emblemático dessa transição de poder ocorreu em fevereiro de 2012, quando o EPC jurou lealdade a Kim Jong Un, por ocasião de uma grande parada militar realizada em honra ao 70º aniversário de nascimento de Kim Jong Il. O regime conseguiu, dessa forma, manter um firme controle sobre o país, renovando sua principal liderança política, sem que isso desestabilizasse seu sistema político interno.

Ainda é muito cedo para que se possa analisar em profundidade o governo de Kim Jong Um, em termos internos e externos. Não obstante, já é possível identificar alguns traços visíveis de continuidade na política externa do regime, uma vez que este continua demonstrado certa disposição em utilizar-se de seu programa nuclear para obter concessões das potências e, sobretudo, autonomia em relação à China. Mesmo porque, como foi visto, a China, reagindo bem às iniciativas de aproximação dos últimos anos de vida de Kim Jong Il, foi um dos poucos países que deu suporte a essa transição de poder interna, tanto em termos políticos como em termos econômicos. Novamente, esse apoio explica-se, em grande parte,

pela necessidade chinesa de assegurar a estabilidade regional e evitar a presença norte-americana na região.

No início de 2012, Kim Jong Un anunciava que suspenderia os testes nucleares e permitiria que inspetores internacionais monitorassem seu programa nuclear em troca de subsídios alimentares dos EUA. Em contrapartida, já em abril, em comemoração ao aniversário de Kim Il Sung, o regime tentava lançar um satélite – que muitos consideravam ser parte de um novo teste balístico. A tentativa de abril fracassou, mas foi bem sucedida ainda em dezembro, quando o regime, de fato, conseguiu colocar o satélite em órbita, provocando reações da comunidade internacional. Não obstante, o auge das tensões ocorreram na primeira metade de 2013, quando a RDPC realizou seu terceiro teste nuclear – ao qual corresponderam novas sanções da ONU -, anunciou que reiniciaria as atividades em seu complexo nuclear de Yongbyon, e mesmo fechou, temporariamente, a Zona Industrial de Kaesong.

Não obstante, o regime novamente tem arrefecido as tensões. Em setembro, a RDPC reabriu a Zona Industrial de Kaesong e anunciou que estaria, mais uma vez, disposta a voltar às *Six Party Talks* sem pré-condições, enviando, logo em seguida, o principal encarregado de seu programa nuclear à Beijing. Além disso, ao longo de 2012, autoridades norte-coreanas fizeram visitas à China, demonstrando intenção de reiniciar reformas liberalizantes, ao estilo chinês, no país. A China, que vem tentando reabrir as *Six Party Talks* e reduzir as tensões na região, continua sendo a maior fonte de sustento do regime, em termos de subsídios, de investimentos e de comércio. Para se ter uma ideia, se em 2010 a China representava cerca de 50% do comércio total do regime, em 2012, Beijing passou a responder por cerca de 68% do comércio norte-coreano, chegando a um volume de mais de 5 bilhões de dólares (FMI, 2013).

Assim, o regime de Pyongyang continua oscilando entre momentos de maior e menor tensão, instrumentalizando seu programa nuclear para viabilizar a estratégia de barganha nacionalista com as potências. Em um momento em que o novo líder busca firmar-se no poder, garantindo sua legitimidade interna e, ao mesmo tempo, buscando reafirmar sua autonomia política perante Beijing, no cenário internacional, essa barganha parece ganhar ainda mais importância para o regime. Logo, os eventos recentes indicam que Pyongyang continuará utilizando-se da mesma estratégia de política externa, de forma a garantir sua sobrevivência e autonomia. A China continuará sendo central para essa barganha, uma vez que garante os meios de sobrevivência do regime em termos econômicos, políticos e securitários.

## 5 CONCLUSÃO

Ao contrário do que muitos analistas argumentam, a política externa norte-coreana para a China não é aleatória. Muito pelo contrário, segue uma lógica bastante clara e bem definida. O regime norte-coreano, historicamente, tem se utilizado dos interesses nacionais chineses para alcançar seus próprios objetivos de autonomia e sobrevivência. Nesse sentido, a China vem tendo papel bem definido para o regime, o qual passa por alguns ajustes de um período ao outro, mas mantém-se fundamental. É claro que o relacionamento bilateral RPC-RDPC tampouco foi constante ao longo da história, mas isso não significa que não tenha uma lógica implícita, apenas demonstra variações na conjuntura internacional a que os dois atores tiveram de adaptar-se.

A partir da análise feita, é possível dividir a história contemporânea da RDPC em três grandes fases, de acordo com a estratégia política utilizada pelo regime em cada momento. A primeira fase, abordada no primeiro capítulo, consiste no período formativo do regime, o qual vai desde a antiguidade clássica e do colonialismo japonês até a Guerra da Coreia (1950-1953), e se caracteriza pela busca da soberania. Esse primeiro momento é marcado pela revolução comunista, paralelamente ao processo de independência da península frente ao imperialismo japonês, pela divisão definitiva da Coreia e pela ascensão de Kim Il Sung. O regime ainda não tinha, portanto, uma política externa definida, mas já se divisavam seus objetivos e a formação de seu nacionalismo, relacionados à superação do imperialismo japonês e da libertação da península de influências estrangeiras.

A segunda fase, explorada no segundo capítulo, é de barganha nacionalista em contexto de Guerra Fria, que vai do fim da Guerra da Coreia e do lançamento da Juche até a queda do muro de Berlim. Nesse momento, o regime norte-coreano, já em vias de consolidação, se aproveita da rivalidade sino-soviética, graças a sua posição geopolítica estratégica na região, para perseguir seu desenvolvimento autônomo. É o momento, portanto, em que ocorre a definição dos objetivos do regime, colocando-se o desejo pela autonomia em primeiro plano com a doutrina Juche, bem como da estratégia que seria utilizada para que esse objetivo fosse alcançado.

É quando surge, portanto, a barganha nacionalista como estratégia. Esta tem seu auge nos anos 1950 e 1960, quando a República Popular da China, recém-fundada, sofria certo isolamento internacional e busca conquistar influência sob a RDPC por dois motivos: (1) temor acerca das forças norte-americanas estacionadas na RdC; e (2) crescente rivalidade com a URSS. Nesse primeiro momento, a RDPC aproxima-se política e ideologicamente da China,

obtendo subsídios econômicos e militares – inclusive em termos de pesquisa nuclear e de mísseis - da URSS. Obtém, assim, crescimento econômico, proteção securitária e apoio político sem ter de submeter-se a nenhum dos dois países. O próprio programa nuclear, que será instrumento da barganha pós-Guerra Fria, foi concebido e viabilizado por meio dessa barganha nacionalista.

Não obstante, tal barganha torna-se cada vez mais problemática ao longo dos anos 1970 e 1980, devido à aproximação da China com os EUA, que leva ao esfriamento político-ideológico das relações entre Beijing e Pyongyang. Em paralelo, o crescimento econômico norte-coreano reduz seu ritmo e os primeiros problemas internos relacionados à economia planificada começam a aparecer. Ainda assim, a RDPC segue obtendo certos ganhos dessa barganha até 1989, quando a reaproximação sino-soviética e o fim da Guerra Fria forçam o regime a repensar sua política externa e a redefinir sua relação com a China.

A terceira fase, analisada no âmbito do terceiro capítulo, é de barganha nacionalista pela instrumentalização do programa nuclear, que se inicia nos anos 1990 e vai até os dias de hoje. Ela é caracterizada pelo jogo predominantemente trilateral da RDPC com a China e com os EUA, visando a negociar concessões com os EUA e, sobretudo, a garantir a máxima margem de autonomia possível da Coreia frente à China. No início dos anos 1990, quando da Primeira Crise Nuclear, e em meio a uma grave crise econômica, o regime teria tomado consciência de que poderia usar seu programa nuclear como instrumento de barganha, uma vez que mantinha a ameaça norte-americana pendente sobre o nordeste asiático e, assim, podia obter concessões da China sem ter de curvar-se às pressões por reforma econômica e política. Essa estratégia é aprimorada e consolidada ao longo dos anos 2000, quando a crise nuclear ganha novas dimensões, à medida que a dependência econômica do regime em relação à China torna-se cada vez mais séria.

Nesse sentido, pode-se dizer que o regime norte-coreano mantém certa “aliança às avessas” com os EUA: por um lado, os EUA utilizam a RDPC para manter sua presença no nordeste asiático, mantendo a China em alerta e evitando a expansão de sua influência sobre o Japão e a RdC; por outro lado, o regime norte-coreano usa a presença norte-americana na região, atraída pela ameaça de seu programa nuclear, para garantir certo grau de autonomia política perante a substancial ajuda econômica chinesa.

Além disso, percebe-se claramente, ao longo da análise histórica, que o objetivo central do regime norte-coreano foi desde o início, e continua sendo apesar das restrições internas e externas, a busca pela autonomia nacional frente às potências regionais, aos EUA e a RdC. Esse objetivo está relacionado à forma traumática pela qual foi fundado o Estado

norte-coreano, tendo a península recém se libertado do imperialismo japonês, sendo ocupada pelos soviéticos e, posteriormente, sendo a RDPC vítima da invasão norte-americana, sob mandato da ONU, no âmbito da Guerra da Coreia.

Esse objetivo é declarado expressamente no *Juche* de Kim Il Sung e no *Songun* de Kim Jong Il, podendo ser também subentendido na adoção do socialismo como sistema econômico do regime, na construção do programa nuclear norte-coreano, bem como na resistência do regime à imposição de reformas pela China. De fato, em conformidade com a análise de Bručan (1974), o nacionalismo norte-coreano, fundamentado no neoconfucionismo, prevaleceu como força maior, e determinante, de sua política externa. O sistema socialista, nesse sentido, foi sempre percebido pelas lideranças norte-coreanas como um meio de buscar autonomia em relação às potências, e não como um fim em si mesmo.

Da mesma forma que a Romênia, durante a Guerra Fria, tentava afirmar sua independência e soberania perante a influência soviética, a RDPC também tem, como meta máxima de sua política externa, desde a sua consolidação como país, nos anos 1950, a independência e autonomia perante seus poderosos vizinhos. Isso se torna ainda mais premente, tendo em vista que a RDPC começou o século XX sob domínio japonês, foi ocupada pelos soviéticos no imediato pós-guerra e é, atualmente, dependente da China em termos econômicos. Nesse sentido, sua estratégia de política externa esteve sempre voltada para a afirmação da soberania nacional e da autonomia perante as potências do seu entorno.

Em relação à pergunta central que fundamenta esse trabalho, ou seja, o papel da China para o regime norte-coreano, também é possível analisá-la em fases. Na fase formativa, a importância da China para o norte da península foi dupla. Por um lado, a China exerceu importante influência ideológica sobre a península, uma vez que foi a partir dela que o confucionismo, na idade antiga, e comunismo, já no século XX, adentraram a península; e que foi em seu território, em grande parte, que os comunistas norte-coreanos se organizaram politicamente. Por outro lado, a China também teve grande papel de proteção securitária em diversos momentos: na antiguidade, a China protegera a península dos ataques japoneses e mongóis; durante o imperialismo japonês, houve forte cooperação entre guerrilheiros chineses e mongóis na Manchúria; e, ainda mais relevante, na Guerra da Coreia, a China foi responsável por expulsar as tropas norte-americanas do Norte, ajudando a consolidar o regime. Como visto, os laços criados entre as lideranças comunistas norte-coreanas e chinesas, nesse período mais recente de guerrilha anti-japonesa e de Guerra da Coreia, são importantes para explicar a composição das lideranças do regime até hoje, uma vez que boa

parte da elite dirigente norte-coreana é descendente desses guerrilheiros que lutaram junto aos chineses contra os japoneses e contra os norte-americanos.

Na fase da barganha nacionalista durante a Guerra Fria, o papel da China para o regime passou a ser predominantemente militar – proteção contra RdC e EUA – e econômico – subsídios e relações comerciais entre os dois países. Como foi dito, nos anos 1950 e 1960, houve grande convergência política entre a RDPC e a China, de forma que esta permitia ao regime norte-coreano barganhar subsídios da URSS, sem ter de submeter-se a suas diretrizes nem sofrer ingerências internas. Nas décadas de 1960 e 1970, há certo afastamento entre a China e a RDPC em termos político-ideológicos, mas a China continua sendo um trunfo importante do regime para negociar com a URSS, além do fato de que a RDPC continua obtendo subsídios de ambas as potências. De forma geral, a China insere-se na barganha nacionalista norte-coreana da Guerra Fria no sentido de que o regime utiliza-se dela para barganhar autonomia política em relação à URSS, de quem o país obtinha boa parte dos subsídios necessários a seu desenvolvimento econômico. Além disso, a China também representa um modelo importante para a forma de socialismo que será implementada na RDPC, a qual irá adotar uma série de preceitos do maoísmo e instrumentos de mobilização de massas para a busca da autossuficiência econômica que muito estão influenciadas pelo “Grande Salto para Frente” idealizado por Mao ZeDong.

Na fase da barganha nacionalista nuclear, nos anos 1990 e 2000, o regime passou a depender da China: em termos militares, de forma a evitar intervenções e sanções militares; políticos, pelo apoio no âmbito das *Six Party Talks* e à transição de poder de Kim Jong Il para Kim Jong Un; e, sobretudo, em termos econômicos, com o aumento exuberante dos subsídios, do comércio bilateral e dos investimentos. Além disso, a China pressiona a RDPC pela realização de reformas econômicas de modernização e abertura ao investimento externo. Reformas estas que tem como modelo àquelas iniciadas por Deng Xiao Ping, na China, em fins dos anos 1970, e o modelo chinês de desenvolvimento puxado pelo comércio internacional e pelos investimentos externos em ZEEs. Novamente, portanto, a China desempenha papel de modelo socioeconômico para a RDPC.

Assim, pode-se dizer que a dependência da RDPC com a China se aprofundou consideravelmente da passagem do segundo período para o terceiro. Se no início do segundo período a RDPC tinha condições materiais e políticas para aspirar à plena autonomia, na segunda fase, uma RDPC bem mais fragilizada pode apenas utilizar a barganha como uma maneira de garantir uma margem mínima de autonomia perante a China, evitando ingerência externa. De forma geral, portanto, o regime utiliza-se das tensões com os EUA,

instrumentalizadas por meio da questão nuclear, para barganhar autonomia com a China, tendo em vista que, nesse novo cenário, o regime se encontra extremamente dependente desta para a obtenção dos recursos alimentícios e energéticos necessários a sua sobrevivência. Nesse sentido, a China passa a desempenhar um papel cada vez mais essencial à sobrevivência e à viabilidade do regime.

Retomando novamente a referência à Bručan (1974), feita na introdução desse trabalho, cabe salientar que vários elementos identificados pelo autor como definidores das relações internacionais podem ser verificados no âmbito das relações bilaterais China-RDPC. Em termos de elementos naturais-materiais, a localização geográfica estratégica da RDPC – entre a China, a URSS, o Japão e a presença militar dos EUA na RdC – aparece como elemento fundamental para explicar a dinâmica das relações bilaterais, considerando-se, sobretudo, que a RDPC, desde a sua fundação, sempre buscou utilizar a localização geográfica a seu favor. De fato, a posição geopolítica, como afirmado, foi a base de sua barganha nacionalista com a China.

Em termos de forças sociais, a luta de classes e o nacionalismo também foram, ao longo da história, características proeminentes nas relações bilaterais, inclusive devido ao fato de que o socialismo e o nacionalismo sempre estiveram intrinsecamente relacionados na estratégia de política externa norte-coreana e na sua filosofia máxima, o *Juche*, criado por Kim Il Sung no fim dos anos 1950 – e reformulado como *Songun* por Kim Jong Il. E, por fim, em termos de fatores contingentes, cabe salientar a utilização, pela RDPC, de fatores militares, como o desenvolvimento de seu programa nuclear e missilístico, para compensar pela dependência econômica que o país tem perante a China.

Assim, é possível confirmar as hipóteses levantadas na introdução desse trabalho. Em primeiro lugar, pode-se dizer que a estratégia política da RDPC consiste na condução de barganha nacionalista com as potências, utilizando-se de sua posição geopolítica na região, de forma a garantir certo nível de autonomia política ao regime. Essa estratégia pode ser explicada pela necessidade que o regime tem de preservar sua autonomia política em face das grandes deficiências existentes em termos econômicos e securitários.

Em segundo lugar, e respondendo a pergunta central desse estudo, pode-se afirmar que, desde a fundação da RDPC até os dias de hoje, a China tem sido, além de um modelo econômico e político para o regime, uma peça fundamental da estratégia de barganha norte-coreana, por ser diretamente vulnerável à instabilidade da península coreana. Em outras palavras, a RDPC se utiliza das rivalidades da China com outras potências para obter benefícios, subsídios e concessões, garantindo a autonomia e a sobrevivência do regime.

Ademais, a partir de tal análise histórica, é possível demonstrar também que as trajetórias da China e da Coreia (do Norte) sempre foram bastante próximas, ainda que nem sempre as relações bilaterais tenham sido cordiais. De fato, o relacionamento entre os dois países oscilou muitas vezes entre a cordialidade e a discordância de posições, uma vez que a RDPC buscava barganhar com a URSS e com os EUA, tornando-se, em várias ocasiões, um grande incômodo para a política externa e securitária chinesa. Não obstante as diferenças entre eles, a China teve, e continua tendo, que considerar a RDPC em seus cálculos securitários e políticos para o Nordeste asiático, ao passo que o regime dos Kim tem se aproveitado de tal situação para obter certo grau de autonomia política dentro da crescente dependência econômica.

Por fim, também se percebe que a RDPC, desde sua fundação, sempre esteve obrigada a levar em consideração a posição que a China ocupa, na região e no mundo, para a formulação de sua política externa. Sempre que há mudanças no posicionamento externo chinês, a RDPC é levada a ajustar suas ações de política externa, aproximando-se ou afastando-se, aumentando as tensões ou mostrando-se mais disposta ao diálogo. Mais uma vez, isso comprova que a China é o país de maior importância para a sobrevivência do regime, base de sua política externa e de seus anseios por autonomia.

Como considerações finais, é importante reconhecer que, por questões de espaço, o presente trabalho deixou de abordar questões complementares, mas nem por isso pouco importantes, que favoreceriam uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo, qual seja, o papel da China para o regime norte-coreano. Seria interessante, neste sentido, a realização de um estudo mais aprofundado a respeito da influência que a RdC tem para as relações da China com a RDPC – tratada apenas de forma marginal nesse estudo -, uma vez que ambos os atores tem considerado a RdC em seus cálculos de política externa para a região. O Japão, outro ator regional de grande importância, também poderia ser mais estudado como elemento que influi sobre as relações entre a China e a RDPC, afetando a tomada de decisões de política externa do regime.

Reconhece-se, nesse sentido, que a política externa norte-coreana não se limita a suas relações com a China, com os EUA e com a URSS, uma vez que outros atores também entram, de tempos em tempos, no cálculo político do regime. Não obstante, cabe lembrar que esse estudo optou por focar-se no eixo básico de política externa do regime, o qual tem relação direta com o papel desempenhado pela China para a sua sobrevivência. Por fim, também é importante acompanhar o desenvolvimento do regime norte-coreano e de sua

política externa sob o governo de Kim Jong Un, o qual parece estar mantendo as mesmas diretrizes gerais que seus antecessores.

## REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Charles K. **The North Korean Revolution, 1945-1950**. Londres: Cornell University Press, 2003.

ARMSTRONG, Charles K. **Tyranny of the weak: North Korea and the world, 1950-1992**. Londres: Cornell University Press, 2013.

BANCO DA COREIA. **Gross Domestic Product Estimates of North Korea in 2010**, 3 de novembro de 2011. Disponível em:  
<http://eng.bok.or.kr/contents/total/eng/boardView.action?menuNaviId=634&boardBean.brdid=10034&boardBean.menuid=634> Acesso: 17/11/2013

BBC. **N** , 23 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11818005> Acesso: 12/10/2011.

BBC. **War Remains Sought** ' **DMZ**, 20 de outubro de 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7679697.stm> Acesso: 20/11/2011.

BEAL, Tim. **North Korea: The Struggle Against American Power**. Londres: Pluto Press, 2005.

BLANK, Stephen. The End of the Six-Party Talks? **Strategic Insights**, v. VI, n. 1, 2007.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y política**. Novo México: Siglo XXI, 1974.

CHINA BRIEFING. **C** ' **I** **C** , 23 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.china-briefing.com/news/2012/02/23/chinas-industry-clusters.html> Acesso: 08/11/2013.

CHA, Victor D. **The Impossible State: North Korea, past and future**. Nova York: Harper-Collins Publishers, 2012.

CHA, Victor D. What Do They Really Want?: Obama's North Korea Conundrum. **The Washington Quarterly**, 32:4, 2009.

CHOI, Chang-yoon. Interests and policies of the Soviet Union and China toward the Korean Peninsula as viewed from the sino-soviet conflict. In: KWAK, Tae-hwan; PATTERSEN, Wayne; OLSEN, Edwar A. **The Two Koreas in World Politics**. Masan: Institute for Far Eastern Studies, 1983.

CHOI, Jinwook. **Changing Relations between Party, Military, and Government in North Korea and Their Impact on Policy Direction**. Shorensstein APARC, 1999.

CHOO, Jaewoo. Mirroring North Korea's growing economic dependence on China: political ramifications. **Asian Survey**, nº 48, 2008.

CLEGG, Jenny. **C** ' **G b** **g : T w** **M p** **W** . Londres: Pluto Press, 2009.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. President Statement S/PRST/2009. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/301/03/PDF/N0930103.pdf?OpenElement> Acesso: 21/09/2011

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/82 Complaint of aggression upon the Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução S/RES/84, Complaint of aggression upon the Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução S/RES/1695, Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução S/RES/1718, Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea. Disponível em: <http://www.un.org/documents/sc/res/1950/scres50.htm> Acesso: 20/09/2011.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução S/RES/1874, (2009), Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/368/49/PDF/N0936849.pdf?OpenElement> Acesso: 21/09/2011

CUMINGS, Bruce. A dinastia Kim ou os três corpos do rei. **Le Monde Diplomatique**, fevereiro de 2012.

CUMINGS, Bruce. Chantage Nucléaire en Corée du Nord. **Le Monde Diplomatique**, fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2003/02/CUMINGS/9950> Acesso: 20/09/2011.

CUMINGS, Bruce. **El lugar de Corea en el Sol: una historia moderna**. Córdoba: Comunicarte Editorial, 1997.

CUMINGS, Bruce. **North Korea: Another Country**. Nova York: The New Press, 2004.

CUMINGS, Bruce. The Korean Crisis and the End of "Late" Development. **New Left Review**, v. 231, p. 43-72, 1998.

CUMINGS, Bruce. **The Korean War: a history**. New York: The Modern Library, 2010.

DOBBS-HIGGINSON, M. S. **Asia Pacific: Its role in the new world disorder**. Kew: Mandarin, 1996.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tout empire périra**. Paris: Université de Paris 1, 1981.

EBERSTADT, Nicholas. **The North Korean economy: between crisis & catastrophe**. New Jersey: Transaction Publishers, 2007.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. **Overview – Target: North Korea**. 1 de março de 2000. Disponível em: <http://www.fas.org/nuke/guide/dprk/target/overview.htm> Acesso: 10/11/2013.

FRANK, Rudiger. Socialist Neoconservatism and North Korean Foreign Policy. In PARK, Kyung-Ae. **New Challenges of North Korean Foreign Policy**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

FRENCH, Paul. **North Korea: the paranoid peninsula**. London: Zed Books, 2005.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Direção de Estatísticas Comerciais**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=19305.0> Acesso: 15/11/2013.

GLASER, Bonnie S. China's Policy in the Wake of the Second DPRK Nuclear Test. **China Security**, v. 5, n. 2, 2009, p. 33-45.

GLOBO INTERNACIONAL. **“Norte-coreanos comemoram em massa teste nuclear”**, 26 de maio, 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1168892-5602,00-NORTECOREANOS+COMEMORAM+EM+MASSA+TESTE+NUCLEAR.html>. Acesso: 21/09/2011.

HA, Joseph M. The impact of the sino-soviet conflict on the Korean peninsula. In: KWAK, Tae-hwan; PATTERSEN, Wayne; OLSEN, Edwar A. **The Two Koreas in World Politics**. Masan: Institute for Far Eastern Studies, 1983.

HAGGARD, Stephan; NOLAND, Marcus. **Famine in North Korea: Markets, Aid and Reform**. Nova York: Columbia University Press, 2007.

HAN, Yon-sup. China's Leverages over North Korea. **Korea and World Affairs**, v.18, n.2, 1994.

HARRISON, Selig. S. **Korean Endgame: A Strategy for Reunification and U.S. Disengagement**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

HARRISON, Selig. S. Time to Leave Korea? **Foreign Affairs**, 2001.

HARRISON, Selig. S. Gas and Geopolitics in Northeast Asia: Pipelines, Regional Stability and the Korean Nuclear Crisis. **World Policy Journal**, 2003.

HOWARD, Peter. Why Not Invade North Korea? Threats, Language Games and U.S. Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, n° 48, 2004.

HUNTER, Helen-Louise. North Korea and the myth of equidistance. In KWAK, Tae-hwan; PATTERSEN, Wayne; OLSEN, Edwar A. **The Two Koreas in World Politics**. Masan: Institute for Far Eastern Studies, 1983.

JANES (2009). Country Profile – China. 655p.

JANES (2009). Country Profile – North Korea. 284p.

JEFFRIES, Ian. **North Korea: a guide to economic and political developments**. Nova York: Routledge, 2006.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: The Costs and Consequences of American Empire**. Londres: Owl Books, 2000.

KANG, David C. Getting Asia Wrong: The Need for New Analytical Frameworks. **International Security**, v. 27, n. 4, 2003. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/ins/summary/v027/27.4kang.html> Acesso: 30/09/2011

KANG, David C. They Think They're Normal: Enduring Questions and New Research on North Korea. **International Security**, v. 36, n. 3, 2011.

KIM, Gwang-Oon. The Making of the North Korean State. **The Journal of Korean Studies**, v. 12, n. 1, 2007.

KIM, Il Sung. Let us Defend the Socialist Camp! Pyongyang: Foreign Languages Pub. House, 1963.

KIM, Il Sung. On eliminating dogmatism and formalism and establishing Juche in ideological work (1955). In **Selected Works**, vol. I. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 1971.

KIM, Il Sung. “**T P T k C f g O P**”: report delivered at the Conference of the Workers' Party of Korea, on October 5, 1966. Tóquio: Central Standing Committee of Chongryun (the General Association of Korean Residents in Japan), 1966.

KIM, Jong Il. **Giving Priority to Ideological Work is Essential for Accomplishing Socialism**. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 1995. Disponível em: <http://www.korea-dpr.com/library/101.pdf> Acesso em: 16/09/2013.

KIM, Joung-won. **Divided Korea: the politics of development (1945-1972)**. Seul: Hollym, 1976.

KIM, Samuel S. China and North Korea in a Changing World. **Asian Program Special Report**, 2003.

KIM, Samuel S. China's Conflict-Management Approach to the Nuclear Stand-off on the Korean Peninsula. **Asian Perspective**, v. 30, n. 1, p. 5-38, 2006.

KIM, Samuel S. Making of China's Korea Policy. In: LAMPTON, David M. **The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

KISSINGER, Henry. **On China**. Nova York: Penguin Books, 2011.

KOH, Byung Chul. “Military First Politics” and building a “powerful and prosperous nation” in North Korea. **Nautilus Peace and Security Institute**, Policy Forum 05-32A, 14 de abril de 2005. Disponível em: <http://nautilus.org/napsnet/napsnet-policy-forum/military-first-politics-and-building-a-powerful-and-prosperous-nation-in-north-korea/> Acesso: 10/11/2013.

KOH, Jae-Hong. Kim Jong Il’s Absence and North Korean Contingency: International Cooperation and South Korea’s Response. **Ilimin International Relations Institute**, Working Paper Series, n° 3, 2010.

KURLANTZICK, Joshua. **C m ff v : w C ’ f p w f m g world**. Nova York: Caravan Books, 2007.

KWAK, Tae-hwan; JOO, Seung-hoo. **The Korean peace process and the four powers**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2003.

KWAK, Tae-hwan; PATTERSEN, Wayne; OLSEN, Edwar A. **The Two Koreas in World Politics**. Masan: Institute for Far Eastern Studies, 1983.

LAI, David. Obama’s Policy Option on North Korea. **China Security**, v. 5, n. 2, 2009.

LANKOV, Andrei. Staying Alive: Why North Korea Will Not Change. **Foreign Affairs**, v. 87, n° 2, 2008.

LECKIE, Robert. **Conflict: The History of the Korean War 1950-1953**. Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1962.

LEE, Chae-jin. **China and Korea: dynamic relations**. Stanford: Hoover Press Publication, 1996.

LEE, Chong-sik. **The Political Economy of North Korea**. Los Angeles: National Bureau of Asian Reserch, 1994.

LEE, H.S. **North Korea: A Strange Socialist Fortress**. Westport: Praeger, 2001.

LEE, Ji-yong. North Korea’s Economic Policy and Increasing Cooperation with China. **Korea Focus**, v. 18, n°2, verão de 2010.

LEE, Ki-baik. **A new history of Korea**. Seul : Ilchokak, 1984.

LEE, Young-hoon. Feasibility of the „Chang-Ji-Tu Plan and North Korea’s Economic Reform. **Korea Focus**, v. 19, n°3, outono de 2011.

LIM, Jae-Cheon; YOO, Ho-Yeol. Institutionalization of the cult of the Kims: its implications for North Korean political succession. **The Korean Journal of Defense Analysis**. v. 22, n. 3, 2010.

LISTER, James M. Currency “Reform” in North Korea. **Korea Economic Institute**, 2010.

MACEACHERN, Patrick. **I R B x: N ' P -Totalitarian Politics.** New York: Columbia University Press, 2010.

MANSOUROV, Alexandre, Y. The Origins, Evolution, and Current Politics of the North Korean Nuclear Program. **The Nonproliferation Review**, Spring-Summer, 1995.

MIKHEEV, Vasily V. Soviet Policy toward the Korean Peninsula in the 1990's. **Korean Studies**, v. 15, 1991.

MOON, Chung-in; BAE, Jong-yun. The Bush Doctrine and the North Korean Nuclear Crisis. **Asian Perspective**, v. 27, n. 4, 2003.

NAHM, Andrew C. **Korea: tradition & transformation: a history of the Korean people.** Nova Jersey : Hollym International, 1996.

NIKSCH, Larry, A. North Korea's Nuclear Weapons Program. **CRS Issue Brief for Congress**, 2005.

NIKSCH, Larry, A. North Korea's Nuclear Weapons Development and Diplomacy. **CRS Report for Congress**, 2010.

NOLAND, Marcus. The Economic Implications of a North Korean Nuclear Test. **Asia Policy**, n. 2, 2006.

NOLAND, Marcus. The (Non-)Impact of UN Sanctions on North Korea. **Asia Policy**, n.7, 2009.

OBERDORFER, Dom. **The Two Koreas: A Contemporary History.** Londres: Warner Books, 1997.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Coreia: visões brasileiras.** Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

PAN, Albert. **China Economy Atlas.** Auckland: Cloud New Zeland Limited, 2011.

PARK, Han S. Military First (Songun) Politics: implications for external policies. In: PARK, Kyung-Ae. **New Challenges of North Korean Foreign Policy.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

PARK, Han S. Policy orientations of the People's Republic of China and the Korean Peninsula. In: KWAK, Tae-hwan; PATTERSEN, Wayne; OLSEN, Edwar A. **The Two Koreas in World Politics.** Masan: Institute for Far Eastern Studies, 1983.

PARK, John S. Inside Multilateralism: The Six-Party Talks. **The Washington Quarterly**, v. 28, n.4, 2005.

PARK, Kyung-Ae. **New Challenges of North Korean Foreign Policy.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

POLLACK, Jonathan D. The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework. **Naval War College Review**, v. LVI, n. 3, 2003.

PRITCHARD, Charles L. **Failed Diplomacy: The Tragic Story of How North Korea Got the Bomb**. Washington D.C.: The Brookings Institution Press, 2007.

PRITCHARD, Charles L. "Six Party Talks Update: False Start or a Case for Optimism?" **Center for Northeast Asian Policy Studies**, The Brookings Institution, dezembro de 2005.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 18, n. 36, 2010.

RONDONG SINMUN. "Kim Yong Nam Explains North Korean Standpoint of Solving the Nuclear Crisis", 18 de setembro, 2006. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/world/2006-09/18/content\\_5104561.htm](http://news.xinhuanet.com/world/2006-09/18/content_5104561.htm) Acesso: 21/09/2011

SAVADA, A. M. **North Korea: A Country Study**. Washington D.C.: Library of Congress, 1994.

SAVAGE, Timothy. Big Brother is Watching: China's Intentions in the DPRK. **China Security**, v. 4, n. 4, 2008.

SCALAPINO, Robert A.; LEE, Chong-sik. **Communism in Korea: The Movement**. Berkeley: University of California Press, 1972.

SCHWEKENDIEK, Daniel. **A Socioeconomic History of North Korea**. Jefferson: McFarland & Company, Inc., Publishers, 2011.

SCOBELL, Andrew. Crouching Korea, Hidden China: Bush Administration Policy toward Pyongyang and Beijing. **Asian Survey**, v. 42, n. 2, 2002.

SHEN, Dingli. **Chao heshiyan hou meiguo dui qi taidu keneng geng youshen** (朝核试验后美国对其态度可能更友善). Sina, maio de 2009. Disponível em: <http://news.sina.com.cn/w/2009-05-27/170917902068.shtml>. Acesso: 02/10/2011.

SHEN, Dingli. North Korea's Strategic Significance to China. **China Security**, n. 4, 2006.

SNYDER, Scott A. U.S. Policy Toward the Korean Peninsula. **Council of Foreign Relations**, Independent Task Force Report n. 64, 2010.

SUH, Jae Jean. Making Sense of North Korea: Institutionalizing *Juche* at the Nexus of Self and Other. **The Journal of Korean Studies**, v. 12, n. 1, 2007.

SUH, Jae Jean. Social Consequences of North Korean Contingency. **Ilimin International Relations Institute**, Working Paper Series, nº 2, 2010.

SURET-CANALE, J.; VIDAL, J. E. **A República Popular Democrática da Coreia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

THE BEIJING AXIS. **Map: China's Top 100 Industrial Clusters**, novembro de 2011. Disponível em: <http://www.chinasourcingblog.org/2011/11/chinas-industrial-clusters.html> Acesso: 05/11/2013

THE GUARDIAN. **North Korea tests nuclear weapon 'as powerful as Hiroshima bomb'**, 25 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2009/may/25/north-korea-hiroshima-nuclear-test> Acesso: 20/11/2011

THOMPSON, Drew. **Chinese Joint Ventures in North Korea**. Washington, D.C.: U.S.-Korea Institute, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, February 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. RDPC: História e Percepção. Em: de OLIVEIRA, Henrique Altemani; & MASIERO, Gilmar. **RdC: Visões Latino-Americanas**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

VISENTINI, Paulo. **Relações diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

VISENTINI, Paulo. **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo; MELCHIONNA, Helena. As Reformas Econômicas e a Sucessão Política na RDPC. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 9-10, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da África e da Ásia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WU, Anne. What China whispers to North Korea. **The Washington Quarterly**, nº 28, 2005.

YANG, U.C. Reform Without Transition: Economic Situation in North Korea After July 1<sup>st</sup> Measures. **North Korean Review**, nº 6, 2010.

YONHAP, News Agency. **North Korea Handbook**. Nova York: East Gate, 2003.

YOO, Ho-Yeol. Current State of North Korea and Types of Its Contingencies. **Ilimin International Relations Institute**, Background Paper Series, nº 2, 2010.

YUN, Duk-min. North Korea's Dynastic Succession and Changes in Leadership. **Korea Focus**, v. 18, nº4, inverno de 2010.

ZHANG, Hui. Revisiting North Korea's Nuclear Test. **China Security**, vol. 3, n. 3, 2007.

ZHANG, Liangui. Coping with a Nuclear North Korea. **China Security**, n. 4, 2006.

ZHU, Feng. Shifting Tides: China and North Korea. **China Security**, n. 4, 2006.

ZHU, Feng. **Guojiguanxi Lilun yu Dongya Anquan** (国际关系理论与东亚安全). Beijing: Zhongguo Renmin Daxue Chubanshe, 2007.

ZHU, Feng. **Zhongguo Jueqi: Lilun yu Zhengce de Shijiao** (中国崛起: 理论与政策的视角). Shanghai: Shanghai Renmin Chubanshe, 2008.

XIONG, Guangkai. **International Situation and Security Strategy**. Beijing: Foreign Language Press, 2009.